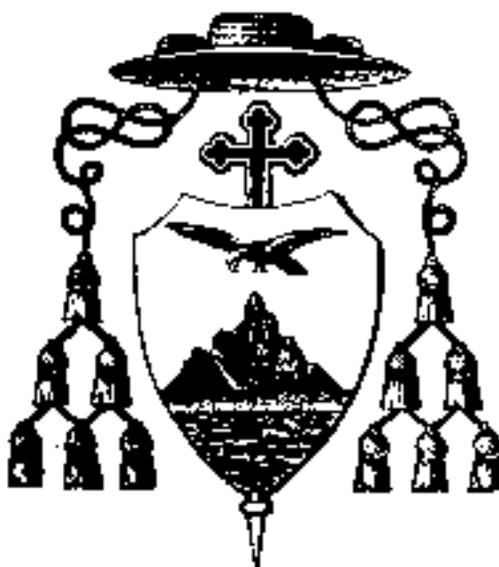


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Elisângela Socorro Maciel Soares

“Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal”:
A Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892- 1926)



Manaus – Amazonas
2008

Elisângela Socorro Maciel Soares

***“Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal”:*
A Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892- 1926)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social. Área de Concentração: Cultura e Representação.

Orientador: Profº Dr Auxiliomar Silva Ugarte

**Manaus
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA

SOARES, Elisângela Socorro Maciel. *“Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal”*: A Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892- 1926). Manaus: ICHL/UFAM, 2008. 238p.

Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Letras – 2008.

1. Uma Igreja mais Romana; Bispos Reformadores: a romanização da Igreja no Brasil do século XIX; A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização.

“Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal”:
A Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892- 1926)

Elisângela Socorro Maciel Soares

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de

Mestre em História Social

Na Área de Concentração: Cultura e Representação

Aprovada em setembro de 2008 por Banca coordenada pelo Professor Doutor Auxiliomar Silva Ugarte, do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas.

Patrícia Maria Melo Sampaio
membro

Ernesto Renan de Freitas Pinto
membro

Auxiliomar Silva Ugarte
orientador

A Arcângelo, Teresa e Olga
Meus amores

A Pe Sebastião Puga Barbosa
Em memória

Dedico

Agradecimentos

Entrei na Graduação de História em 1993 com o intuito de estudar a Igreja, esperei pacientemente que o Mestrado em História se tornasse realidade em Manaus, para que pudesse efetivar esse projeto de vida. Enquanto esperava, fiz minha monografia (1997) e minha especialização (2002), ambas direcionadas para aspectos da Igreja.

Assim, ao longo desses anos caminhei para o amadurecimento na pesquisa e nas leituras relacionadas ao meu objeto. Ingressei com imensa alegria na primeira turma de mestrado de História da UFAM (2006). Quero deixar registrado a minha gratidão aos professores que foram grandes incentivadores e companheiros, contribuindo decisivamente para minha formação e amor pelo conhecimento histórico.

Patrícia Sampaio, minha primeira orientadora (PIBIC) e membro efetivo de todas as minhas bancas, a quem agradeço os conselhos e a paciência em discutir mais uma vez um pouco da história da Igreja. *Almir Diniz*, meu segundo orientador (monitoria e monografia), agradeço-lhe as preocupações com o meu crescimento acadêmico. *Maria Eugênia*, que sempre acreditou no meu potencial, me incentivado na minha paixão pela história da Igreja, agradeço, acima de tudo, por sua amizade.

Auxiliomar Ugarte, que foi um grande incentivador na graduação e adotou definitivamente minha paternidade durante a construção do meu projeto na especialização, com quem tenho compartilhado minhas angústias e minhas alegrias com a pesquisa sobre a Igreja. Agradeço ao meu orientador a credibilidade que sempre me dispensou, a paciência e o carinho com que se dispôs a discutir uma temática ainda não compreendida e por vezes alijada do seio acadêmico. Seu conhecimento e sua paixão pelos estudos do Cristianismo me serviram de inspiração e não me deixaram sentir solidão ao navegar pela história da Igreja.

Agradeço à Coordenação do Mestrado de História e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, que de alguma forma contribuíram para a caminhada desta dissertação. Ao Professor *Giancarlo Stefani* pela tradução da Bula de

criação da Diocese de Manaus. À Fundação de Amparo a Pesquisa no Amazonas (FAPEAM), por ter me oportunizado uma bolsa de estudos.

À *Irmã Nilde Tissot*, que me concedeu a possibilidade de pesquisar na Cúria de Manaus. Ao *Pe Celestino Ceretta*, que me acolheu em sua paróquia e partilhou comigo informações de sua pesquisa sobre a Igreja, agradeço-lhe pela confiança e oportunidade de pesquisar em seus arquivos, e pelo estímulo a este trabalho. Nele encontrei, o que aprendi com o Pe Puga, o amor pela Igreja e pelo conhecimento.

À amiga, *Adriana Barata*, por seu carinho e sua colaboração para me ajudar a mapear a cidade de Manaus. Ao meu sobrinho, *Tiago Ferreira*, por doar um pouco do seu tempo para confeccionar os mapas em anexo. À minha cunhada, *Cristina Ferreira*, pelo carinho nos momentos difíceis. À “filha” *Elaina Rodrigues*, por seu carinho e auxílio com as tecnologias. Ao *Daniel Rodrigues*, por sua amizade e sua colaboração no acabamento desta dissertação. E a todos os amigos que colaboraram direta ou indiretamente, dando seu apoio e incentivo.

À paciência e carinho de minhas duas mães *Dercy e Zeila*, que muitas vezes cuidavam das outras coisas (domésticas) para que eu me dedicasse à minha dissertação. À *Teresa e Olga*, que são minha inspiração para cada dia; minhas filhas representam a minha esperança na vida. Ao *Arcângelo*, por seu amor e sua parceria, que me ergueram e fortaleceram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

Este trabalho nasceu com o objetivo de verificar a relação Igreja e Estado no século XIX, e dentro desse contexto procurou enfatizar o processo de Romanização da Igreja frente à modernidade que passava a se configurar. Analisamos o posicionamento da Igreja, que optando por ser mais Romana, respondeu, assim, às transformações oriundas do turbulento mundo moderno. A nível geral a reação da Igreja aparece através do posicionamento firme dos Papas Ultramontanos, de Pio IX a Pio XI, que utilizando um novo instrumento, as encíclicas, combatem abertamente o que consideram como distorção dos valores religiosos e ao mesmo tempo conclamam seus Bispos, padres e fiéis espalhados pelo mundo a se unirem e fortalecerem com um posicionamento mais romano, a fé católica. No Brasil focalizamos a ação dos Bispos reformadores, que contra o Padroado do Império brasileiro, travaram a Questão Religiosa, levando à prisão Dom Antônio de Macedo e Dom Vital e alterando consideravelmente as relações entre Igreja e Estado, que contribuiu para o enfraquecimento do Império no Brasil. E finalmente, chegamos à implantação da Diocese de Manaus, que já nasce romanizada dentro do novo cenário político do Brasil, a República. Portanto, enfrenta desde os seus primeiros passos grandes desafios para se firmar e responder fielmente às diretrizes romanas. Olhamos para a Diocese através da ação dos seus três primeiros administradores episcopais: Dom Lourenço Aguiar; Dom Frederico Costa e Dom Irineu Joffily. E com o intuito de adentrar e compreender a vivência religiosa nesse contexto romanizante, buscamos apresentar a ação das Congregações Religiosas e a receptividade do Laicato para com a Romanização.

Palavras-chaves: Papas; Romanização; Diocese de Manaus; Bispos; Laicato.

ABSTRACT

This work was born with the objective of verifying the relationship Church and State in the century XIX, and inside of that context tried to emphasize the process of Romanization of the Church front to the modernity that passed to configure. We analyzed the positioning of the Church, that opting to be more Roman, it answered, like this, to the transformations originating from the turbulent modern world. At general level the reaction of the Church appears through firm positioning of the Ultramontane Popes, from Pious IX to Pious XI, that using a new instrument, the encyclicals, combat openly what consider as distortion of the religious values and at the same time they shout their Bishops, priests and followers dispersed for the world to unite and strengthen with a more Roman positioning, the Catholic faith. In Brazil we focused the action of the Bishops reformers, that against Patronato of the Brazilian Empire, they stroke up the Religious Subject, taking to Dom Antônio de Macedo e Dom Vital's prison and altering the relationships considerably between Church and State, that it contributed to the weakness of the Empire in Brazil. And finally, we arrived to the implantation of the Diocese of Manaus, that is already born Romanized inside of the new political scenery of Brazil, the Republic. Therefore, it faces from their first steps great challenges to firm and to answer faithfully to the Roman guidelines. We looked at the Diocese through their first three Episcopal administrators' action: Dom Lourenço Aguiar; Dom Frederico Costa e Dom Irineu Joffily. And with the intention of to penetrate and to understand the religious existence in that Romanians context, we looked for to present the action of the Religious Congregations and the receptivity of Layman to the Romanization.

Key-Words: Popes; Romanization; Diocese of Manaus; Bishops; Layman.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Uma Igreja mais Romana.....	18
1. O despontar da laicização.....	18
2. Tradição e Modernidade: as ambigüidades do século XIX.....	25
3. A Romanização da Igreja Católica no século XIX.....	29
4. Pio IX (1846-1878).....	30
De Trento ao Vaticano I.....	36
5. Leão XIII (1878-1903).....	41
6. Pio X (1903-1914).....	50
7. Bento XV (1914-1922).....	57
8. Pio XI (1922-1939).....	61
Capítulo II – Bispos Reformadores: a Romanização da Igreja no Brasil do século XIX.....	70
1. A Diocese no Brasil: dos primeiros passos ao início da romanização.....	70
Dom Romualdo Antônio de Seixas: um Bispo Reformador.....	73
2. Os Bispos Reformadores romanizando a Amazônia.....	80
Dom Afonso de Moraes Torres: caminhando para a Romanização da Amazônia..	81
Dom Antônio de Macedo Costa: implantando a Romanização.....	85
3. A Questão Religiosa no Brasil.....	95
A Separação entre Igreja Católica e o Estado brasileiro.....	103
4. A Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas.....	105
Nossa Senhora da Conceição.....	106
Nossa Senhora dos Remédios.....	113
E a romanização caminha no Amazonas.....	118
Capítulo III – A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização.....	123
1. Manaus: uma Diocese Romanizada.....	126
Dom Lourenço da Costa Aguiar (1894-1905).....	130
Dom Frederico Benício da Costa (1907-1913).....	137
Dom João Irineu Joffily (1916-1924).....	146
2. As Prelazias e as Ordens em parceria com a Diocese de Manaus.....	150
3. Maria, Virgem Imaculada e Mãe, estende seu olhar sobre a romanização.....	154
4. As Paróquias em Manaus.....	160
Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.....	161
Paróquia de São Sebastião.....	165

5. O Laicato na romanização.....	173
Sociedade de São Vicente de Paulo.....	175
Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	178
6. O lugar da mulher na romanização.....	184
Apostolado da Oração.....	189
Pia União das Filhas de Maria.....	191
As Congregações Femininas em Manaus.....	196
Considerações Finais.....	201
Anexos.....	205
Decreto.....	206
Bula de Criação da Diocese de Manaus.....	209
Quadro 1.....	219
Quadro 2.....	221
Quadro 3.....	223
Quadro 4.....	224
Quadro 5.....	225
Mapa 1.....	226
Mapa 2.....	227
Fontes e Bibliografia	228

Introdução

O Cristianismo possui uma proposta de sociedade, de vida com a qual sempre me identifiquei e ao longo do processo de maturidade fui fazendo minha opção nesta direção por acreditar que pode proporcionar o equilíbrio e a serenidade necessária para construir uma sociedade mais humana, como nas palavras de Dom Luís Soares Vieira: “*Uma Igreja que ajude o mundo a ser diferente*”.¹

Durante vários anos me dediquei e ajudei a construir uma parte desse projeto de sociedade. Participei praticamente de todos os tipos de movimentos existentes dentro de uma paróquia, do acólito à celebração da Palavra. Eu sempre queria saber mais; questionava, buscava outras informações para apresentar aos meus alunos de catequese e crisma; tinha verdadeira fascinação pela História, pois acreditava que ela me proporcionaria o conhecimento necessário para aprofundar minhas interrogações.

Foi, então, que fiz minha segunda opção de vida: a História. Seria o casamento perfeito entre a ciência histórica e a religiosidade, respondendo inquietações e apontando para uma compreensão mais ampla do mundo, e as alternativas viáveis, por esse prisma, para uma sociedade diferente.

Entrei na graduação de História em 1993, já com o intuito de estudar a Igreja. Durante minha vida acadêmica, fui dedicando minha vida profissional e intelectual à construção do saber histórico, elegendo a Igreja como meu objeto de estudo. Inquietava-me especialmente a relação Igreja/Estado. Eu precisava conhecer mais.

Ao chegar à fase da monografia, decidi escrever sobre o período da Romanização da Igreja na Amazônia, durante o século XIX, mas não foi possível desenvolver o trabalho. Era um período de poucos professores disponíveis na casa, pois estavam na fase da pós-graduação, o que dificultava as possibilidades de desenvolvimento de temáticas diversas. Mas não desisti de discutir a Igreja.

Como não era possível trabalhar com o meu objeto da maneira proposta, depois de muito esforço e discussões chegamos à conclusão que era necessário um recuo no tempo; por isso,

¹ Estas são palavras de Dom Luís Soares Vieira, Arcebispo Metropolitano de Manaus, em sua Homilia na Celebração de Pentecostes em 08 de junho de 2003.

a minha monografia abordou a Colônia, tendo como tema *A Igreja e o Sistema Colonial*². Apesar de ser um trabalho muito introdutório, funcionou como um passo inicial na direção de meu objeto.

Durante a graduação acalentei o sonho de fazer o mestrado, em cuja estrutura eu poderia desenvolver minhas pesquisas na área das religiões, especificamente da Igreja. Minha vontade também era ser professora de História, a melhor que eu pudesse, atuando no ensino fundamental e médio, o que comecei a colocar em prática em fevereiro de 1995.

O sonho do mestrado foi adiado, pois para concretizá-lo seria necessário sair de Manaus. Além das dificuldades financeiras que isso acarretaria, fiz no meu último ano de graduação a opção de constituir uma família. O Curso de História, além de me dar as ferramentas para a vida acadêmica e profissional, também me trouxe Arcângelo, que juntamente com nossas duas filhas Teresa e Olga, completou minha vida.

Feita a opção pela família desejei que pudesse um dia fazer meu mestrado aqui mesmo em Manaus. Esperei pacientemente por oito anos. Enquanto esperava, fui desenvolvendo minha vida profissional nas escolas por onde passei. Depois de alguns anos afastada da Universidade, comecei a retornar através do projeto de formação docente, onde passei a dar aulas em alguns municípios e também na capital, a partir de 2001, como professora credenciada pelo Departamento de História.³

Em 2002, surgiu a primeira turma de especialização de História na UFAM, realizada exclusivamente pelos nossos professores. Foi, então, que consegui, de forma mais madura desenvolver meu projeto com o objeto e o direcionamento que desejava, isto é, a Romanização no século XIX, com o tema *A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização (1890-1950)*.⁴

Foi com o mesmo tema que, como muita alegria e expectativa, ingressei na primeira turma do Mestrado de História da UFAM/2006. Meu objeto de estudo é a Igreja Católica em sua fase de Romanização, que se estende do século XIX à metade do século XX,

²Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, orientado pelo Prof. Dr Almir Diniz de Carvalho Junior. 1997.

³ A indicação foi feita por minha amiga e companheira das batalhas da graduação Dorinethe dos Santos Bentes, a quem agradeço por me trazer de volta aos caminhos da Universidade. Em 2004, após a especialização, me tornei professora substituta no Departamento de História, onde permaneci até abril de 2006. E desde fevereiro de 2005 sou professora do Curso de História do Uninorte.

⁴ Projeto de Conclusão da Especialização em História e Historiografia da Amazônia, orientado pelo Prof. Dr Auxiliomar Silva Ugarte,

visando compreender uma Instituição cuja história se confunde com a própria história ocidental. O meu orientador permaneceu o professor Auxiliomar Silva Ugarte, que desde a especialização passou a me acompanhar nessa jornada pela trajetória cristã, que tem sido um verdadeiro “pai” nos conselhos e nas longas conversas reflexivas sobre a Igreja.

Ao pensar em estudar a Romanização da Igreja, no século XIX, um dos primeiros problemas que se colocava era justamente o da separação Igreja e Estado. A inquietação vinha do desejo de saber como a Igreja caminhara a partir de então e como teria sido sua relação com o Estado; se fora alterada, em que moldes.

A partir desse problema, outros foram sendo acrescentados: como se deram os confrontos da Igreja com a Modernidade, as relações que estavam em jogo e as novas que se constituíram. E de ordem interna, como a Igreja reafirmou sua tradição diante dos Estados Modernos e se confrontou com setores de seu próprio clero no processo de Romanização. A Igreja tinha pela frente grandes desafios: o choque em diversas frentes e a centralização que representava sua reação diante ao mundo moderno, e ao mesmo tempo a luta pelo controle das diversas instâncias do Cristianismo Católico.

Para enfrentar o desafio de analisar uma Instituição com uma história longa e complexa, não basta olhar apenas de um ângulo, é preciso olhar a sua trajetória, seus dogmas, seus líderes, seus rituais, a disseminação de suas diretrizes e, ao mesmo tempo, verificar o laicato como vive e como responde à proposta da Igreja; sem esquecer de que existe uma história interna e uma história da Igreja em relação ao mundo que a cerca. E que essas histórias caminham paralelas e se cruzam, chocando-se por vezes ou articulando-se, quando necessário.

Consideramos analisar o aspecto religioso essencial para compreender uma sociedade. O elemento religioso faz parte da vida e está relacionado aos demais aspectos; a partir dele podemos fazer as devidas articulações com todo o universo humano. Um período histórico é complexo e constituído de múltiplos elementos que se perpassam; por isso, embora a partir de um aspecto, minha preocupação é não deixar de perceber o conjunto, e mostrar que o religioso é tão relevante quanto os demais aspectos.

A discussão que apresentamos está inserida na proposta da História Nova, mais especificamente na História das Mentalidades, por acreditar que ela incorporou o desafio lançado pelos Annales de fazer uma história diferente, problematizada, comprometida com

a possibilidade da utilização de diversas fontes com diversas abordagens, iluminando de forma mais profunda os vários níveis da vida humana. Marc Bloch e Jacques Le Goff representam a base das reflexões e discussões deste trabalho, por sua proposta de uma história diferente.

História das Mentalidades

“Reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a econômica, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade”.⁵

Com o avançar das discussões teóricas e metodológicas, o olhar sobre o objeto se processa, superando a limitação de estar preso ao documento escrito, expandindo o horizonte do historiador, que hoje possui liberdade de escolha e de ação para a análise das fontes e a construção de uma historiografia mais comprometida com a verdade histórica.

O século XX presenciou uma verdadeira revolução no campo historiográfico, através dos Annales, direcionando para um aprofundamento do olhar histórico e do fazer histórico. Dispomos hoje de um arsenal de fontes e da possibilidade de uso da criatividade que pode nos proporcionar múltiplas maneiras de lidar com as fontes e extrair delas uma riqueza maior de informações sobre o objeto escolhido, procurando dar conta de responder as nossas inquietações.

A história proposta por Marc Bloch é a que parte das inquietações do tempo presente, que nos faz conhecer melhor nosso próprio universo, e que vai ao passado em busca de todos os passos humanos: “*o bom historiador é como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça*”⁶. O historiador deve rejeitar práticas e métodos reducionistas da história e ser responsável por sua escolha.

O historiador deve ir atrás dos vestígios deixados pelo homem através do tempo, seu faro, sua sensibilidade não pode deixar de perceber os sinais humanos, pois “*tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele*”.⁷

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. 2001, p.96.

⁶ BLOCH, Marc. Idem. 2001, p. 20.

⁷ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, p. 79.

Pensando em seguir as pistas, precisamos nos cercar de todo instrumental necessário e disponível.

É nessa concepção que este objeto de pesquisa se localiza, numa história-problema que se apresenta viva, comprometida, sensível a todos os acontecimentos, perscrutando todos os cantos da vida; por isso, o verbo escolhido para alcançar nossos objetivos vem dessa proposta, *compreender*. Como diz Marc Bloch, o historiador deve compreender e não julgar.

Compreender não significa ter uma atitude passiva diante do objeto, mas escolher, selecionar, organizando racionalmente a pesquisa para a realização de um trabalho. Com essa temática, buscamos compreender um fragmento da história do Cristianismo, especificamente, a Romanização se concretizando na Diocese de Manaus.

Para Bloch, o Cristianismo é uma religião de historiadores, porque, diferentemente de outras crenças, ele está inserido no tempo humano, possuindo livros históricos, uma liturgia que relata o tempo histórico da vida de um Deus, uma trajetória institucional, um arsenal de santos, que viveram nos diversos momentos de sua história:

o Cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre Queda e Juízo, o destino da humanidade afigura-se a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada 'peregrinação' particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do pecado e da Redenção.⁸

Portanto, estudar o Cristianismo não é só viável, mas também necessário como sendo uma das facetas da história ocidental. A memória do mundo ocidental pode ser resgatada, em boa parte, através da religião cristã, e aprendemos com ela a esperar muito da memória, afirma Bloch.

Jacques Le Goff também nos chama atenção para a preocupação com a memória. Ele diz que a escrita modificou a memória coletiva, inserindo o documento escrito; é quando “a memória se torna ‘história’”⁹. A memória nos coloca diante de um conjunto de fatos

⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História...* 2001, p 42.

passados, o mais importante, salienta Le Goff é a escolha que fazemos, é onde vamos pousar nosso olhar.

O olhar sobre esse objeto, a Igreja, segue os passos da história das mentalidades, por acreditar que esse caminho apresenta a possibilidade da construção de uma história bem alicerçada, pois tem o compromisso de percorrer todos os cantinhos de uma sociedade numa dada época histórica. “*Sob este tipo de enfoque o historiador tem de trabalhar pelos métodos da ‘arqueologia’, escarafunchar até chegar aos sentidos e significados ocultos*”, afirma Aaron Guriêvitch.¹⁰

Marc Bloch e Lucien Febvre, segundo Guriêvitch, “*atraídos pela psicologia coletiva e pelos fenômenos espirituais na história abriram os enfoques de uma história nova, a das mentalidades*”.¹¹ Eles nos chamam atenção para o cruzamento de fontes a partir das hipóteses, para a problematização e a utensilhagem mental.

Le Goff nos apresenta a história das mentalidades como aquela que mais deu oxigênio à História, com as noções de aparelhagem mental e de sensibilidade, utilizadas por vários historiadores. É com a história das mentalidades que o desejo de encontrar os homens e dar conta de tudo que lhe diz respeito começa a se concretizar. Foi para dar conta dessas profundezas que houve uma revolução na documentação. E agora, o que era antes um esboço passou a ser uma das principais linhas de força.

Ao mesmo tempo em que foi ganhando adeptos foi recebendo críticas, como afirma Ronaldo Vainfas. Mas a noção de mentalidade parecia ter se desgastado apenas no vocabulário, pois despontava um vigor nos trabalhos históricos baseados em estudos do mental, mesmo envolto em outras roupagens. De acordo com Vainfas, “*a bem da verdade, as mentalidades prevaleceram e continuam a inspirar inúmeros programas de pesquisa em diversos países*”.¹²

O grande refúgio dos historiadores das mentalidades, hoje, é a história cultural, que se propõe a corrigir imperfeições teóricas, rejeitando a noção de mentalidades, que foi

⁹ LE GOFF, Jacques. *Essays d'ego-história*. Apud: GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. 2003, p. 434.

¹⁰ Cf: GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. 2003.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 2001, p.48.

¹² VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. 1997, p. 128.

caracterizada como vaga e ambígua. Mas os temas das mentalidades permaneceram, pois não se rejeitaram as relações com a antropologia, nem a longa duração. Para não ser confundida com a história da cultura, passou a ser chamada de Nova História Cultural. Como as mentalidades, a nova história cultural é plural em seus caminhos.

Peter Burke, ao analisar as forças e as fraquezas da história das mentalidades, diz que parece apropriado seguir a sugestão de Le Goff, o de usar mentalidade quando relacionar as noções que um indivíduo compartilha com um certo número de indivíduos. Em sua análise, Burke, nos dá essa definição:

O termo *mentalité* não se usa para descrever uma coisa ou uma força, mas sim para caracterizar a relação entre crenças, que é o que as transforma em sistema. As crenças são coletivas apenas enquanto são partilhadas por indivíduos, não porque existam independentemente deles.¹³

Burke sugere três reformulações: a primeira é de caráter externalista, a relação entre crença e sociedade, onde os historiadores devem prestar mais atenção aos interesses, “*os conflitos de interesses tornam o inconsciente consciente e o implícito explícito, e conduzem, assim, à mudança*”.¹⁴; a segunda corresponde às categorias e esquemas, que são meios de estruturar o pensamento; e a terceira é de caráter internalista, as crenças entre si, onde a base é a utilização das metáforas, procurando evitar o perigo “*da grande divisória entre tradicional e moderno*”.¹⁵

A história das mentalidades nos apresenta o quadro do mundo e os seus componentes. Guriêvitch, historiador das mentalidades, nos diz que sua característica é a indefinição, a ela já foram dadas várias nomenclaturas: sensibilidade; simbolismo; sistema de valores; imaginário; visão de mundo; categorias gerais das representações; camadas profundas e arcaísmo do psiquismo; não-conscientizado; aspecto cotidiano da consciência; comportamento.

¹³ BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro*: estudos de antropologia histórica. 1992, p.35.

¹⁴ BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro*... 1992, p.41.

¹⁵ BURKE, Peter. Idem. 1992, p. 44.

Em um mesmo tempo e inclusive em uma consciência coexistem diferentes mentalidades. Desse modo, tem-se de supor a existência tanto de um certo fundo mental quanto das mentalidades de diferentes grupos e classes da sociedade[...] sendo uma história dos retardamentos em história, a história das mentalidades é ao mesmo tempo a história das transformações[...] a mentalidade é onipresente, ela penetra toda vida humana, estando presente em todos os níveis de consciência do comportamento dos homens e por isso é tão difícil de ser definida, colocada em quaisquer molduras.¹⁶

A história das mentalidades ou história cultural, como muitos preferem chamá-la, tem adquirido reconhecimento e crescido consideravelmente nas últimas décadas. Ela encanta justamente pela proposta de uma história total, de longa duração, onde se permite ver rupturas e permanências. Por isso, a escolha de caminhar por essas paragens. Buscando alcançar o objetivo proposto por Auxiliomar Ugarte, conforme este afirma:

Penetrar no imaginário de pessoas diferentes de nós. Através do que deixaram escrito, constitui-se numa empreitada fascinante. Daí o sucesso que a História das Mentalidades tem obtido, tanto no Exterior quanto no Brasil, revelando facetas da vida humana antes ignoradas pela historiografia convencional, e respondendo, intelectualmente, à demanda social das transformações ocorridas em nosso tempo.¹⁷

Religião e Religiosidade

A história das religiões percorreu um longo caminho até se tornar uma disciplina específica com objeto e metodologia próprios. Por mais incrível que pareça, o estudo sobre religião desperta justamente com o processo de dessacralização iniciado no século XVI e aprofundado nos séculos XVIII e XIX. É no despertar da ciência moderna que o fenômeno religioso causa tanto espanto e curiosidade, pois ele persiste dentro de um mundo cada vez mais laicizado.

A ciência das religiões, ao nascer no século XIX, estava presa à teologia e à filosofia. A preocupação naquele momento era demonstrar a superioridade do Cristianismo sobre as demais religiões. No final do século XIX, essa concepção começa ser questionada e, no

¹⁶ GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. 2003, p. 178-179.

¹⁷ UGARTE, Auxiliomar Silva. *O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na Visão dos Cronistas Ibéricos (séculos XVI-XVII)*. 2004, p. 37.

início do século XX, o problema epistemológico é colocado em toda sua complexidade, apontando duas alternativas: compreender ou explicar a religião.

No seu processo de amadurecimento, recebeu reforço do novo campo do conhecimento que ia se aprimorando no decorrer do século XIX, a sociologia, com suas categorias *social* e *sociedade*, que passam a ser analisadas em seus diversos elementos, entre eles o religioso. As maiores contribuições estão em Émile Durkheim com *As formas elementares da vida religiosa*, (1912), onde buscou compreender os elementos da vida religiosa dos aborígenes australianos. E Max Weber, que avançou ao considerar a ação religiosa ou mágica como uma ação racional, definiu ‘carisma’ e ‘espírito’. O ponto fraco da análise sociológica é a proposta do modelo ideal de sociedade.

Para diferenciar-se, a ciência das religiões ou história das religiões, enfoca a origem das religiões e a essência da vida e do homem religioso. Na opinião de Jaqueline Herman, o representante mais consistente foi Mircea Eliade, em *O sagrado e o Profano: a essência das religiões*, onde analisou a estrutura do fenômeno religioso para compreender sua essência. Para Giovanni Filoramo e Carlo Prandi, ele ainda estava preso ao modelo compreensivo, que prima pela autonomia absoluta da religião e afirma que um trabalho no campo religioso só pode ser desenvolvido por quem já experimentou a vivência religiosa.

Em outro aspecto, estes autores concordam que é a relevância do modelo usado por Angelo Brelich (1913-1977), da escola italiana. Brelich considera o método comparativo o único adequado para a história das religiões, por contar com o auxílio da antropologia. Ele tem por objeto a religião grega, em cuja análise utiliza o método comparativo, para entender as particularidades mitológicas.

Brelich evita cair na armadilha da fenomenologia, se afastando de um modelo a-histórico; por isso, ao analisar o fato religioso, afirma que a função da religião é: “*Levar à dimensão do homem aquilo que é humanamente incontável, revestindo-o de valores humanos, atribuindo-lhe um significado que o justifique e, com isso, tornar aceitáveis e possíveis os esforços indispensáveis à existência*”.¹⁸

Como nosso trabalho pretende a analisar alguns aspectos das festividades, símbolos e expressões do viver religioso, Brelich nos aponta algumas direções, quando se refere à

¹⁸ Giovanni FILORAMO. *As Ciências das Religiões*. 1999, p. 78.

crença não somente no sobrenatural, mas também em “histórias sagradas”, que são contadas em ocasiões específicas, como em festas religiosas; e ainda quando observa que a religião não é meramente um comportamento mental, envolve também comportamentos, instrumentos e uma estrutura visível onde ações são executadas, como preces, ofertas e sacrifícios, onde um homem ou um grupo estabelece relações com a sua divindade, o ritual, cuja função é: “*envolver o ser sobre-humano no circuito de dons e de intercâmbios ou estabelecer com ele um pacto, uma comunhão de interesses, uma solidariedade ou até, na forma extrema de ‘comunhão’, uma identificação*”.¹⁹

Jacqueline Hermann ao discutir história das religiões e religiosidades aponta alguns campos de investigação, história das doutrinas, história das crenças: circularidade e hibridismos, e as duas que fazem parte desse trabalho: história eclesiástica e a história das crenças, sob o prisma das mentalidades.

A Romanização da Igreja Católica

A preocupação deste trabalho é principalmente perceber as permanências, claro que também sua relação com as rupturas. E para isso, recorreremos ao auxílio de Jean-Claude Schmitt com *Le Corps, Les Rites, Les Rêves, Le Temps*, onde apresenta reflexões sobre as liberdades modernas; Jacques Le Goff com as obras *História e Memória, Em Busca da Idade Média* onde apresenta os contrastes e as interligações entre passado/presente, antigo/novo, e com sua perspectiva de uma longa Idade Média; bem como Marc Bloch que na obra *Apologia da História ou Ofício de Historiador* onde dá relevância à memória, mostrando que ela é indispensável para o mundo ocidental, *Os Reis Taumaturgos*, onde aprofunda a proposta de uma história total analisando os diversos aspectos em torno da questão da crença.

A obra *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, do antropólogo Louis Dumont, contribuiu com as categorias de holismo e individualismo, indivíduo-fora-do-mundo e indivíduo-no-mundo, ajudando a perceber a transformação dos

¹⁹ Giovanni FILORAMO. Idem. 1999, p. 77.

padrões que regem um tipo de sociedade para uma nova sociedade; e ainda as permanências do holismo no mundo moderno, perceptível, em nosso trabalho, com Romanização da Igreja Católica.

Procuramos as permanências a partir da análise da romanização da Igreja Católica no século XIX, uma instituição que passa pelas bruscas rupturas trazidas pela modernidade, mas mantém sua estrutura holística. A questão que surge é se é possível romper com toda uma trajetória e estabelecer algo totalmente diferente.

O que inquieta é ver onde o velho e o novo se encontram, e se isso gera uma exclusão de um dos lados ou ficam paralelos ou ainda se há se uma fusão, ou uma maior clareza, total ou parcial. Seguindo a perspectiva escolhida para análise da transformação do modelo de sociedade é de Jacques le Goff, auxilia reforçando a concepção de uma longa Idade Média.

O período que será analisado é de 1892 a 1929, tendo como recorte temático a Romanização da Igreja na Amazônia, mas especificamente, a Diocese de Manaus. O objetivo é compreender a Diocese vivendo a romanização. Para atingir o objetivo, o caminho escolhido foi o de analisar o momento histórico sob dois aspectos: da Instituição através dos Bispos, verificando sua relação com as diretrizes da Santa Sé, as estratégias utilizadas para enraizar a Romanização e expandir a Cristandade Católica em Manaus e como o clero vê e se relaciona com o laicato.

O outro prisma é o do laicato, verificando a influência das diretrizes do Episcopado sobre ele, bem como a receptividade dos mesmos para com a proposta romanizante. Buscando perceber essas relações através das associações católicas em sua atuação nas festividades religiosas e seus símbolos.

Para maior desenvolvimento do trabalho, sobre a Romanização, dividimos em três momentos, que compreendemos de igual importância. No primeiro capítulo intitulado *Uma Igreja mais Romana*, abordaremos a laicização com o advento da modernidade, apresentando a nova configuração e algumas das bases do pensamento moderno, e os aspectos por ele rejeitados, especialmente no que se refere à Igreja. Em seguida, no mesmo capítulo, apresentamos as ambigüidades do século XIX, com o choque entre antigo e novo, modernidade e tradição.

Na última parte, do primeiro capítulo, caracterizamos a romanização da Igreja Católica, a partir das diretrizes papais. Apresentamos os Papas, de Pio IX a Pio XI, especialmente

através da grande novidade da Igreja a partir do século XIX, as encíclicas, que passaram a expressar o pensamento e as determinações dos Pontífices, nessa nova fase de Romanização.

Nos estudos sobre a Igreja Católica, para compreender o posicionamento e as respostas da Igreja à modernidade utilizamos Giacomo Martina com a obra *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*; Paul Johnson com as obras *O Livro de Ouro dos Papas*; Eamon Duffy com *Santos e Pecadores: história dos Papas*; Luiz Cechinato com *Os 20 Séculos de Caminhada da Igreja: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II*; Hans Küng com *Igreja Católica*; René Remond com *As Grandes Descobertas do Cristianismo*; J. A. F. Benimeli, G. Caprile e V. Alberton com *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*; Giuseppe Alberigo com a obra *História dos Concílios Ecumênicos*; Alberto Melloni com *Como se elege um Papa: a história do conclave*; Exequiel R. Gutierrez com a obra *De Leão a João Paulo II: cem anos de Doutrina Social da Igreja*; Rudolf Fischer-Wollpert com o *Léxico dos Papas: de Pedro a João Paulo II*; e algumas *Encíclicas dos Papas: Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI*.

Com essas obras e os documentos papais, acreditamos poder caracterizar alguns momentos do turbulento século XIX, com as perspectivas acima descritas e com a concepção de Eric Hobsbawm, de que o século XIX só termina com a Segunda Guerra Mundial. Olhando os acontecimentos externos, mas que atingiram diretamente à Cristandade, e as questões internas que foram reordenadas pela Igreja Romana.

No segundo capítulo, intitulado *Os Bispos Reformadores: a romanização no Brasil do século XIX*. Para compreendermos as necessidades e o caráter da reforma empreendida pelos Bispos no Brasil, começamos pela implantação da primeira Diocese até chegar ao ponto que nos interessa diretamente que é a Diocese do Pará, que englobava o Amazonas. Procuramos visualizar as principais medidas da reforma no Brasil através da atuação de Dom Romualdo Antônio de Seixas, Dom Afonso de Moraes Torres e Dom Antônio de Macedo Costa²⁰.

²⁰ A escolha dos três bispos se deu por dois fortes motivos: primeiro porque estão ligados ao Pará: Dom Romualdo por nascimento e nas suas primeiras atuações, e Dom Afonso e Dom Macedo foram designados para administrarem a Diocese do Pará; o segundo motivo é porque vemos neles a atuação crescente de uma romanização em terras brasileiras, como o texto a seguir pode esclarecer.

Discutimos a relação dos Bispos romanizados com Império brasileiro e os seus desdobramentos, direcionando para a Comarca Eclesiástica do Amazonas. Enfocando a atuação dos Bispos ultramontanos, ou romanizados. Esses homens de ação que buscaram redirecionar a cristandade católica do Brasil no século XIX.

Demos um destaque especial para Dom Macedo considerado por todos o Bispo da Romanização, e por ter permanecido como Bispo da Diocese do Pará durante muitos anos, podemos ver através de suas ações as sementes do ultramontanismo e como elas vão sendo lançadas na Comarca Eclesiástica do Amazonas. Aprendemos a ter profunda admiração por sua atuação de reformador e seu pulso firme diante de inúmeros obstáculos que enfrentou no século XIX.

Ivan Manoel diz que esse resultado, da ação de Dom Macedo durante o Império e nos primeiros momentos da República, demonstra os limites da ilustração e do liberalismo no Brasil, além de demonstrar que “*o poder exercido pela Igreja Católica na sociedade brasileira, poder que não há que ser ignorado ou menosprezado por nenhum historiador*”.²¹

Queremos destacar os atores que junto com a hierarquia eclesiástica levaram adiante a luta para mostrar que a Igreja Católica não desapareceria diante da modernidade, as ordens religiosas e os leigos, que orientados pela romanização abraçaram o desafio e mostraram que continuaram acreditando no modelo de vida indicado pela Sé Romana. Por isso, destacamos a Questão Religiosa, que culminou com a separação da Igreja e do Estado no início do período republicano.

Os três Bispos, escolhidos, colaboraram de forma decisiva para a romanização no Brasil e na Amazônia. E assim, ligando a todo o processo das questões religiosas do século XIX no Brasil, apresentamos alguns aspectos da Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas. Ao final do segundo capítulo, apresentamos os primeiros passos da caminhada para a romanização, culminando com a criação do tão solicitado Bispado do Amazonas.

No terceiro capítulo, intitulado *A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização*, discutimos a Igreja no início do período republicano, correspondendo ao período de 1892 a

²¹ MANOEL, Ivan Ap. e FREITAS, Naionora M. B. *História das Religiões*: desafios. Problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2006, p.8.

1929. Trabalhamos desde a transição para a República, abrangendo a Diocese de Manaus, durante a atuação dos seus três primeiros Bispos: Dom Lourenço da Costa Aguiar, Dom Frederico Benício da Costa e Dom Irineu Joffily.

Aqui nosso objeto se apresenta em seu esplendor, pois a Diocese já nasceu romanizada, procuramos então, visualizar os Bispos de Manaus e sua relação com Roma (suas diretrizes; a disciplina do clero; a orientação às irmandades e às devoções; a implantação das novas paróquias). Buscamos visualizar o mais próximo possível os caminhos da Igreja no Amazonas (mapeando seus padres, as primeiras paróquias e os aspectos da religiosidade), que se romanizava e se chocava com a tradição dos vícios enraizados no clero e no leigo, pelo antigo Padroado.

Apresentamos as Prelazias, que representaram um grande auxílio para a Diocese de Manaus. Com elas o território eclesiástico a ser administrado pela Diocese, teve uma diminuição considerável, mesmo com a imensa responsabilidade que esta ainda tinha nas mãos. Indicamos as ordens religiosas que foram incumbidas de assumir as Prelazias.

Em seguida abordamos o dogma da Imaculada Conceição e seu valor essencial para a romanização. E a partir da Virgem Imaculada, apresentamos as paróquias de Manaus, enfatizando a caminhada da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, durante a fase da Diocese estudada; e a terceira paróquia, inaugurada em 1912, a de São Sebastião.

Depois de trabalhar com o lado institucional, chegamos finalmente em nossa segunda preocupação, o Laicato. Procuramos visualizar os leigos em relação às diretrizes romanizantes, sua receptividade e sua atuação. Escolhemos, dentre as inúmeras associações religiosas que trabalhavam na Diocese, quatro que consideramos mais acolhedoras das diretrizes romanizantes: Sociedade de São Vicente de Paulo; Irmandade do Santíssimo Sacramento; Apostolado da Oração e a Pia União das Filhas de Maria.

Destacamos a atuação das mulheres para a efetivação do projeto de romanização, quando lhes é atribuída a imensa responsabilidade de conduzir a família cristã na turbulência da modernidade. Por isso, as nossas últimas associações, trabalhadas nesse capítulo são femininas. E terminamos fazendo uma rápida abordagem sobre a participação das ordens religiosas femininas, na solidificação da Diocese.

O tema original desta dissertação era “A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização (1890-1950)”. Precisamos fazer um recorte, por ser uma temática muito extensa e o tempo de mestrado curto para tal empreitada. Por isso, a delimitação ficou pautada nos três primeiros Bispos da Diocese de Manaus, portanto, de 1892 a 1926 (Dom Joffily, o terceiro Bispo, ficou até 1924, os dois anos de acréscimo são da vacância, enquanto Manaus esperava pelo seu novo Bispo).

Coincidentemente, o ano de 1926 corresponde ao momento de reaproximação do Estado brasileiro com a Igreja, quando o primeiro recorreu à segunda para amenizar as tensões que o Brasil passava naquele contexto. Esse recorte marca também o final da segunda fase da romanização. A primeira foi a fase do grande embate e endurecimento da igreja diante da modernidade. E a segunda foi marcada justamente pelas novas estratégias da Igreja de adaptação, mas também de se impor ao mundo moderno como uma instituição holista que não iria desaparecer no turbilhão das transformações modernas.

A segunda fase foi de grande sementeira para a Igreja, através da atuação dos Bispos, das Congregações Religiosas e das Associações Leigas, que acolheram as diretrizes romanizantes de seu Pontífice. No Brasil, o ano de 1926 marca a reaproximação do Estado com a Igreja, claro que em novo formato. Em Roma, o ano de 1929, marcou o fim de uma era de intransigências de ambos os lados, do Estado italiano e da Igreja, com a assinatura do Tratado de Latrão. Por isso, no primeiro capítulo estendemos até o pontificado de Pio XI, quando em Roma se encerra a segunda fase da Romanização.

O título final da dissertação ficou, então, “*A Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: a Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização (18292-1926)*”. A frase inicial é uma homenagem póstuma, a quem me ensinou a amar a história da Igreja e a enveredar cada vez mais pelo conhecimento, Pe Sebastião Puga Barbosa, que antes de sua morte me deu um livro com esta dedicatória. E, hoje, depois de pesquisar e escrever um pouco sobre a história da Igreja, compreendo o significado de tais palavras. A Diocese de Manaus, nascida já na fase de romanização, foi inserida e quis ser “*uma porção da Igreja Universal*”.

Ao final da dissertação, acrescentamos, ainda, alguns anexos, com quadros informativos sobre Bispos e paróquias, que acreditamos auxiliarão a todos aqueles que quiserem

conhecer um pouco da trajetória da Igreja na Amazônia, mas especificamente da Diocese de Manaus. E a título de compreensão, anexamos dois mapas: o primeiro para visualizar a Diocese e as Prelazias; e o segundo para visualizar as três paróquias de Manaus, inseridas em nosso recorte, com suas respectivas capelas. Além anexarmos, a Bula de criação da Diocese de Manaus.

Dessa forma, acreditamos que nossos objetivos foram alcançados, realizando um trabalho sobre a Igreja Católica num período em que ela se romaniza. Ganhando um novo vigor e se expandindo através das novas Dioceses que se espalharam pelo território brasileiro. E assim, nesse contexto, verificaremos historicamente a trajetória da Diocese de Manaus.

Aderindo fielmente à tradição acolhida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso salvador, para a exaltação da religião católica e a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do santo concílio, instruimos e definimos tratar-se de dogma divinamente revelado que o romano pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando desempenhando seu múnus de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude da sua suprema autoridade apostólica, que a doutrina em matéria de fé ou de costumes deve ser admitida por toda a Igreja, goza, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, daquela infalibilidade que o divino Redentor quis para a sua Igreja, quando define a doutrina concernente à fé ou aos costumes. Conseqüentemente essas definições do romano pontífice são irreformáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja.

(“*Pastor Aeternus*” – Concílio Vaticano I, 18 de julho de 1870)

Primeiro Capítulo

A Igreja Católica mais Romana

1. O despontar da laicização²²

²² O conceito de Laicismo aplicado à modernidade se refere à distinção entre Igreja e Estado, legando à Igreja apenas um caráter de associação voluntária; tal concepção aparece nos ideais puritanos no século XVII, nos ideais de liberdade religiosa de John Milton e os ideais de tolerância de John Locke. BOBBIO, Norberto.

O século XVIII apresentou, através do Iluminismo e da Revolução Francesa, uma nova concepção de mundo e considerou a Idade Média como: trevas, caduca, incoerente e opressiva; acabou por produzir um distanciamento entre o mundo moderno e o medieval. Até então, a Igreja Católica englobava todos os aspectos da sociedade e, segundo Alain Guerreau, *ejercia um control estrecho de todas las normas de la vida social, y estaba, desde este punto de vista, em posición de cuasi-monopolio.*²³

Para Guerreau, devemos direcionar um olhar mais atento para a Igreja; ela era, diz ele espinha dorsal, concentrava o saber, as normas e boa parte da riqueza; toda função social passava pela Igreja. O processo de desestabilização começou com a Reforma Religiosa, que deixou o germe da separação e da instabilidade, conseguindo afastar Roma de parte da Europa.

O controle que as igrejas protestantes passaram a exercer em alguns Estados, entre os séculos XVI e XVIII, segundo Guerreau, foi pouco piedoso em comparação com a Igreja Católica; elas negaram as verdades reveladas. Era o momento da propagação da noção de ‘livre exame’ e ‘consciência individual e interior’. A fé passou a ter um caráter individual e voluntário.

Abrindo espaço para consolidar as novas noções, estão as obras de Jacques Rousseau: *Do Contrato Social* (1762) e de Adam Smith, *As Investigações Sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações* (1776). Em Rousseau vemos o nascimento da política e da religião, como as concebemos hoje, separadas e exercendo funções específicas. E em Smith a noção de economia que incorpora a noção de trabalho. É, sem dúvida com os iluministas que surgem novas representações das funções sociais e das suas articulações.

'El efecto fue tan profundo y duradero que la oposición a este pasado fue, y sigue siendo, uno de los mayores fundamentos de la legitimidad del sistema social contemporáneo, y las nociones surgidas de esta doble fractura se convirtieron en universales, eternas e institucionales, de manera que toda tentativa pára hacer aparecer sus estrechos limites y su carácter enteramente histórico y relativo tropieza por lo menos con la incompiensión y el escepticismo, y más frecuentemente aún con una línea defensiva multiforme, dogmática y sustancialmente violenta.²⁴

Dicionário de Política. 2000, p. 672.

²³ GUERREAU, Alain. *El Futuro de un Pasado*: la Edad Media en el siglo XXI. 2002, p. 23.

²⁴ GUERREAU, Alain. *El Futuro de un Pasado* ... 2002, p. 26-27.

Adam Smith via a Idade Média como um período de anarquia e estancamento; Rousseau olhava-a como tirânica e arbitrária. É com a Ilustração que a Idade Média passa a ser sinônimo de obscurantismo, marasmo e fanatismo; em contra-partida, o Século das Luzes é associado à ação, à luta e ao progresso.

A ruptura produziu os novos conceitos que sustentam o mundo contemporâneo, o que não significa dizer que não foram alvos de críticas; mas apesar destas, aquelas foram se consolidando. Guerreau diz que o que é estranho é a união gerada a partir dessa ruptura, entre a liberdade de consciência e a liberdade de comércio, mas que analisada de mais perto vemos que na estrutura anterior o dominium estava ligado ao aspecto eclesiástico.

É preciso estar atento à lógica interna do mundo que se segue a partir da ruptura, os acontecimentos que levaram ao declínio do sistema feudal, observando que nem todos os elementos se rompem, pois *“están unidos de forma inquebrantable a la definición misma de la sociedad contemporânea; si no, como explicar que sus efectos todavia perduren?”*²⁵

No Estado Moderno o direito natural fundamenta-se em indivíduos *“que se bastam a si mesmos enquanto feitos à imagem de Deus e enquanto depositários da razão”*²⁶; nesse Estado, Deus não é mais o ordenador. Assim passa a existir um confronto entre duas concepções: a *universitas*, onde prevalece ‘o todo’, onde se nasce e pertence; e a *societas*, uma associação por contrato.

Passou a vigorar a idéia de contrato, seja social, com base na cooperativa, na associação voluntária; ou político, baseado na sujeição. Com o crescente individualismo, o social perde lugar para o jurídico, o político e o econômico; no novo cenário ergue-se a bandeira da igualdade de direito e de oportunidade para os liberais, e depois a igualdade de fato para os socialistas.

No liberalismo quebra-se a hierarquia e o bem estar de todos, busca-se a ordem e a satisfação. No socialismo há a negação da hierarquia, mas com a incorporação da preocupação com o todo social, onde se verifica uma forma híbrida, combinando holismo e individualismo, a diferença é que agora a igualdade é uma questão de justiça social, e não mais algo essencial ao indivíduo.

O contrato exige associação e subordinação, como aparecem em seus defensores: Hobbes, Locke e Rousseau; que são unânimes em mostrar como é difícil conciliar

²⁵ GUERREAU, Alain. Idem. 2002, p. 29.

²⁶ DUMONT, Louis. *O Individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. 1985, p. 87.

autoridade e individualismo, igualdade e formas de poder. Martinho Lutero, quando recusou a Igreja, resumiu a hierarquia a um instrumento de poder do Papa, a igualdade deixou de ser mais uma qualidade interior.

Em Hobbes a ruptura com a religião e a filosofia tradicional, começou a acontecer. Ele considera a sociedade, já tem uma idéia sobre ela, mas a resume ao aspecto político, colocando-a sob a tutela do contrato, subordinando-a ao Estado, em troca de segurança e conforto. Não mais holista, mas também não chegou ao individualismo, experimenta-se uma transitoriedade.

Já em Rousseau são ressaltados o coletivo, a liberdade e a democracia. Tanto ele como Hobbes aponta o rompimento entre o homem natural e o homem político; os dois acreditam que a partir daqui dá-se o início da humanidade. Apesar da influência que exerceu sobre a Revolução Francesa, nem todos os elementos que teorizou foram levados adiante. Para ele o homem natural é piedoso, inculto, pouco desenvolvido e um tanto quanto ingênuo; afirmando, segundo Louis Dumont, que os vícios são provenientes de “um *homem mal governado*”²⁷. A idéia predominante aqui é a da ‘vontade geral’, que reside no próprio soberano.

Rousseau vê o homem como ser social, com ideal moral e postura política, e há nele uma mistura de direito natural antigo e moderno, uma tentativa de aliar a *societas*, com seus ideais abstratos, e elementos da *universitas*, reconhecendo-a “*como mãe nutriz de todos os seres pensantes*”²⁸, assim, o homem moderno é um indivíduo político, mas também um ser social²⁹. Louis Dumont diz que a linguagem de Rousseau é artificial, mas sedutora.

²⁷ DUMONT, Louis. *O Individualismo*:.. 1985, p. 104.

²⁸ DUMONT, Louis. *O Individualismo*... 1985, p. 109.

²⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Livro Quarto: capítulo VIII Da Religião Civil. In: *Os Pensadores*. 1999, p. 235-241. Afirma que os homens se acostumaram com a teocracia, que sempre existiram muitos deuses. Defende que as sociedades antigas não entravam em conflitos religiosos, porque tinham seus cultos e seu governo próprios. Para ele as idéias de Jesus, de um reino do outro mundo, não penetraram na cabeça dos pagãos, por isso estes julgavam os cristãos rebeldes e oportunistas; “*o que os pagãos temiam aconteceu e, então, tudo mudou de aspecto. Os humildes cristãos mudaram de linguagem e logo se viu esse pretense reino do outro mundo tornar-se neste, sob um chefe visível, o mais violento despotismo* (p.235), isso gerou confusão de poderes; o espírito do *Cristianismo tomou conta de tudo*” (p. 236) para ele Hobbes analisou bem o mal e propôs o remédio, que seria reconduzir tudo à unidade política, mas a força do Cristianismo não deixaria de se impor. Rousseau afirma que é difícil pensar o Estado sem religião, mas a cristã é prejudicial ao Estado. Em seguida passa a caracterizar os tipos de religião; a primeira não possuía templos nem ritos, o culto é interior, é a vida que pede o que prega o Evangelho; a segunda pertence a um país, com deuses, padroeiros, dogmas, ritos com culto exterior baseado em leis; a terceira é a mais estranha, dá ao homem uma dupla legislação, dois chefes, duas pátrias, onde os deveres são contraditórios impedindo o homem de ser ao mesmo tempo devoto e cidadão *t”al é a religião dos lamas, dos japoneses e a do Cristianismo*” (p. 237), ela é má e quebra a unidade social. Considera a segunda interessante, mas também

Em torno da Idade Média continuava ganhando força a idéia de que fora um “*período sombrio, enfaixado entre o passado esplendoroso da Antiguidade e o futuro luminoso dos filósofos. É um tempo oco, caracterizado pela ausência da razão e ausência de gosto...Essa depreciação buscava, claro atingir a Igreja*”³⁰. Voltaire afirmara que Idade Média e Igreja faziam parte do mesmo mundo obscuro, ele apresenta uma nova possibilidade de relação entre os homens e Deus, que vai ganhar força na noção de contrato social:

A alma é apenas a vida do corpo, e morre com ele. Não há nenhuma outra revelação divina senão a própria natureza; esta é suficiente e inexaurível. Pode haver alguma conveniência na religião, mas um homem inteligente não necessita dela como apoio para a moralidade; muitas vezes na história a religião foi usada pelos padres para estupidificar a mente pública enquanto os reis roubavam-lhe o bolso. A virtude deveria ser definida em termos de bem social mais do que em termos de obediência a Deus, e não deveria depender de recompensas ou punições a morte.³¹

O despontar do individualismo chega com a ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’ (1789), que defendia todas as formas de liberdade. Os Levellers (1647)³², cerca de um século antes se posicionavam defendendo a liberdade religiosa, que “*nascida da Reforma e das lutas subsequentes, foi o agente da transformação das especulações de direito natural numa realidade política*”³³, influenciou as colônias norte-americanas, aonde tal concepção foi sendo amadurecida, com os puritanos; essa já era uma experiência de Estado com base em contrato.

enganadora, ela que une o culto divino ao amor das leis (p.237), onde os cidadãos adoram sua pátria e onde “*servir o Estado é servir o deus tutelar*” (p.237), não deixa de ser uma teocracia só que agora o príncipe exerce a função do Pontífice, “*morrer pela pátria é alcançar o martírio, violar as leis é ser ímpio, e submeter um culpado à execução pública é devotá-lo à cólera dos deuses*” (p. 238). Para ele, então resta o Cristianismo do Evangelho, que une a todos como irmãos e nem a morte os separa, mas acredita que “*uma sociedade de verdadeiros cristãos não mais seria uma sociedade de homens*” (p.238), a perfeição cristã constitui sua fraqueza, pois ensina-se servidão e dependência, próprio para serem escravos, são favoráveis à tirania. No Estado a prestação de contas só ocorre quando é de interesse da comunidade, aqui uma religião que faça o cidadão amar seus deveres é importante, a profissão de fé deve ser puramente civil. Eis então sua proposta a de uma religião civil cujos dogmas são: “*a existência da Divindade poderosa, inteligente, benfazeja, providente e provisor; a felicidade dos justos; o castigo dos maus; a santidade do contrato social e das leis – eis os dogmas positivos. Quanto aos dogmas negativos, limito-os a um só: a intolerância, que pertence aos cultos que excluimos*” (p.241).

³⁰ LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 2005, p. 59.

³¹ DURANT, Will e DURANT, Ariel. *A Era de Voltaire*. 1965, p. 653

³² José Jobson de Andrade ARRUDA. *A Revolução Inglesa*. 1990, p. 79-80. Os Levellers, niveladores, defendiam a igualdade da propriedade; eram articulados com o exército; rejeitavam as idéias coletivas; queriam um comércio livre; desejavam a separação entre Estado e Igreja.

³³ Louis DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica do individualismo moderno*. 1985, p. 111.

No processo da Revolução Francesa essa propagação da liberdade foi levada adiante, nela se encontram duas forças: os revolucionários defensores do ateísmo; e Thomas Paine, um quacre³⁴, que como deputado difundiu a idéia de liberdade religiosa. Apesar dessa união, as experiências foram diferentes na França e nos Estados Unidos; Tocqueville, por exemplo, vê a Revolução Francesa com um fenômeno religioso, que “*pretendeu refundir toda a vida humana*”³⁵, onde a luta pela igualdade é mais intensa.

A Revolução produziu também uma razão para o individualismo, suas bruscas transformações geraram um vazio, que provocou em alguns a necessidade da universitas, resgatando valores e idéias, como afirma Louis Dumont:

tal é a explicação global do retorno geral que se discerne, do otimismo para o pessimismo, do racionalismo para o positivismo, da democracia abstrata para a investigação da ‘organização’, da acentuação política para a ênfase econômica e social, do ateísmo ou de um vago teísmo para a busca de uma religião real, da razão para o sentimento, enfim, da independência para a comunhão.³⁶

Nesse cenário vemos concepções gestadas anteriormente ganharem força como o galicanismo³⁷, que defendia uma nova relação entre Estado e Igreja com base no modelo de

³⁴ José Jobson de Andrade ARRUDA. *A Revolução Inglesa*. p.55-56. Os Calvinistas, considerados ‘puros’, queriam uma Igreja separada do Estado nos moldes de Genebra. O mais radicais não aceitavam nenhum tipo de organização eclesiástica, cada fiel devia “*ser o se próprio pastor, e, portanto, livre para pregar a palavra de Deus*”; sua Igreja teria um perfil mais democrático. Quando as lutas se intensificaram na Inglaterra, essa tendência já radicalizada se extremou ainda mais, dando origem a várias seitas entre elas os Ranters, os Saekers e os Quakers.

³⁵ DUMONT, Louis. *O Individualismo...* 1985, p.114.

³⁶ DUMONT, Louis. Idem. 1985, p. 115-116.

³⁷ Galicanismo vem do latim “gaulês”, o termo só foi criado no século XIX para apresentar o conjunto de tradições da igreja francesa. Buscava uma certa autonomia da igreja da França em relação Roma, sustenta a superioridade dos concílios com base no conciliarismo e no direito dos bispos dividirem o poder com o Papa. Essa concepção nasceu ao mesmo tempo em que o Estado francês, recuperado em vários momentos da história francesa, tendo grande destaque na constituição do clero de 1790 e na concordata de 1801 com Bonaparte. Essa corrente só foi enfraquecida com o Concílio Vaticano I em 1870 e depois na separação entre Igreja e Estado francês. (Cf: *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 139). Podem ser distinguidas três fases para o Galicanismo: o aparecimento progressivo e elaboração de suas teses nos séculos XIV e XV; a fase do apogeu com a construção de sua doutrina passando para a aplicação, vai do final do século XVI até a Revolução Francesa; na terceira fase se vê o prolongamento de seu desenvolvimento, durante a Revolução e o Império Napoleônico. (Cf: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 2000, p. 531).

uma igreja nacional e na concepção conciliarista³⁸. Tal modelo se chocou com a reação ultramontana³⁹, que primava por direcionar os olhares e as ações para Roma.

No século XIX os conflitos se intensificam, parece haver uma busca desesperada por uma referência. Os saint-simonianos falam de uma revolução que destruiu valores e buscam o coletivo unido pela religião, pelo sentimento; para eles a religião é a fonte da coesão social, a partir dela se reconstrói o social. Com Hegel, vê-se o resgate de Hobbes e Rousseau, onde, segundo Dumont, “*o indivíduo consciente é subitamente chamado a reconhecer no Estado seu superego e no comando do Estado a expressão de sua própria vontade e liberdade*”.⁴⁰ Já em Karl Marx aparece a rejeição da *universitas* e uma credibilidade, nunca vista antes, no indivíduo, apesar de o socialismo ser de natureza híbrida.

Os pensadores franceses consideraram o homem como ser social. Dumont afirma que, os fatores sociais são vistos por eles como a base da personalidade e “*a sociedade não é redutível a uma construção artificial na base de indivíduos*”⁴¹. Eles nos ajudam a refletir sobre essa imensa ruptura que se processou no mundo ocidental, apontando para uma descontinuidade nas raízes sociais, como observa Dumont:

Nessa perspectiva, o Estado moderno corresponde apenas a uma parte da vida social, e não existe descontinuidade absoluta entre a política autoconsciente dos modernos e outros tipos de sociedade que o filósofo político é propenso a colocar abaixo do limiar da humanidade adulta.⁴²

³⁸ Conciliarismo é uma aspiração surgida no século XV com a proposta de um novo ordenamento nos concílios, baseada na concepção de Guilherme de Occam sobre a autonomia do concílio que adquiriria legitimidade para decidir sobre questões de reforma da Igreja com o Papa ou contra ele. O conciliarismo ganhou forma e força nos concílios de Constança (1414-1418) e de Basileia (1431-1449). O ponto final nessa questão doutrinal só foi colocado no Concílio Vaticano I, quando foi definida a Infalibilidade Papal. FICHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas*: de Pedro a João Paulo II. 1991, p. 209-210.

³⁹ Ultramontanismo, que significa além dos montes ou além dos Alpes, ou seja, Roma. É o conjunto das doutrinas e atitudes favoráveis à centralização da Igreja e opostas à idéia de igrejas nacionais. Essa concepção nasceu no século XVII e foi desenvolvida ao longo do século XIX. Teve como seus expoentes Lamennais (1802-1861) e seus seguidores, depois Luís Veuillot (1813-18883). No Concílio Vaticano I vai ser reafirmado, permitindo, assim que a Igreja se posicionasse dentre de cada Estado com autonomia, pois todos os membros estariam conectados. Cf. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 301.

⁴⁰ DUMONT, Louis. *O Individualismo*: uma perspectiva antropológica do individualismo moderno. 1985, p. 118.

⁴¹ DUMONT, Louis. Idem. 1985, p.119.

⁴² DUMONT, Louis. *O Individualismo*... 1985, p. 120.

No processo revolucionário, Napoleão Bonaparte empreendeu a criação do Banco Francês, do Código Civil, e da Concordata. Na seqüência, se estabelece um Estado Burguês, onde o clero tornou-se um mero funcionário. Até 1789, a Igreja era dona da terceira ou quarta parte do solo francês, direito este quebrado pela Revolução; a terra foi passando para as mãos da crescente burguesia; os conventos passaram a ser escolas, quartéis, prisões, armazéns ou até mesmo fábricas.

A Concordata entre o Estado francês e a Igreja, assinada pelo imperador Napoleão Bonaparte e o Papa Pio VII (1800-1823), previa mudanças radicais como: a perda do território; a perda da décima parte das colheitas; e o fim das dioceses, existentes desde os séculos V e VI. Pela Concordata, o clero deixava de ser o primeiro estamento, tornando-se parte do aparelho burocrático estatal; perdia o controle dos casamentos, pois passava a prevalecer era o ato civil, com o acréscimo do divórcio. O Catolicismo passava a ser, apenas, uma religião entre outras; era a fase da implantação da liberdade religiosa.

Os bispos franceses ficaram divididos, muitos discordaram dessa quebra da doutrina tradicional; a luta adentrou o século XIX: de um lado o clero da Concordata a favor da Restauração e de outro os que resistiram às mudanças. O turbilhão da modernidade na ânsia de instalar o que é novo atropela suas bases, como se pudesse existir sem a trajetória histórica anterior.

É no século XIX que a Igreja se posiciona dando uma resposta efetiva a todas as transformações oriundas da modernidade. O caminho escolhido foi a concepção ultramontana que servirá de suporte para a Romanização da Igreja, mais efetivamente, a partir do papado de Pio IX, que a deixa como legado para os Papas posteriores.

Tradição e Modernidade: as ambigüidades do século XIX

Ao refletir sobre o século XIX, Louis Dumont nos mostra um mundo moderno que nasce baseado na idéia de liberdade, que se apresenta com propostas várias: aqueles que incorporaram a proposta liberal; aqueles que nascendo do mesmo tronco comum optaram pelo socialismo; e entre tantos outros, aqueles que não queriam abandonar suas tradições religiosas. Por isso poderíamos caracterizar o XIX como um tempo de incertezas.

Nesse aspecto, um quadro das sociedades modernas, carece de uma análise mais profunda. Apesar de Louis Dumont apresentar bem a noção de holismo e individualismo, é

inquietante o fato de a partir das modernas concepções políticas e religiosas, se restringir o campo de possibilidades para apenas duas alternativas de sociedade a partir de João Calvino: uma que caminha em direção ao espírito, que anima a vida; e a outra com base nos valores materiais; como se o mundo tivesse que optar por uma religião reformada ou ter como parâmetro simplesmente a matéria.

Será que na modernidade não cabe a tradição? Apesar de Dumont fazer alguma reflexão sobre esse aspecto, não avança, talvez porque não seja essa a sua proposta, mas de qualquer forma faz falta uma discussão da permanência do holismo na instituição Igreja Católica após os embates do século XVIII e as constantes tensões do século XIX.

Alain Guerreau utiliza a expressão neocristianismo para designar o Cristianismo a partir do final do século XVIII. Aqui cabe recorrer a Marc Bloch quando afirma que, “*há muitos cristianismos dentro do Cristianismo*”⁴³, por isso é preciso analisar de perto as particularidades de cada época, e as diferenças dentro do Cristianismo.

A Igreja Romana, sem dúvida experimentava momentos turbulentos, como ainda não havia vivenciado; precisava responder às mudanças antes que estas se tornassem irreversíveis; adaptações foram feitas, sem dúvida, mas houve também uma reafirmação dos valores centrais e um replanejamento das ações católicas com o endurecimento advindo do processo de romanização⁴⁴, colocado em vigor oficialmente pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), mas já expresso nas ações de Pio IX desde de 1849.

É preciso olhar não só para as ramificações cristãs a partir da Reforma, mas também para a Igreja Católica que não desapareceu e sim reafirmou sua tradição com o Concílio de Trento, dando respostas ao mundo em transformação. Ela continuou sendo holista mesmo quando a modernidade se intensificou. Ela não é mais a ‘Instituição Englobante’, como afirma Dumont, pois no século XIX passa a ser considerada uma entre várias formas de

⁴³ Cf: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício de historiador*. 2001.

⁴⁴ Desde o século IV quando a Igreja fez sua opção por Roma, e esta por sua vez se tornou cristã, ela passou a denominar-se Igreja Romana. Ao longo de sua trajetória histórica passou por várias etapas para consolidar sua doutrina. Ao século desses séculos de existência, cada vez que a Igreja estendia seu braço para cristianizar um novo grupo ou aprofundar os elementos essenciais de sua concepção, ela estava também romanizando. Então partindo da ação da Igreja, romanizar significa tornar cristão ou cristianizar de forma mais efetiva; romanizar é levar o cristão a vivenciar sua fé de forma mais consciente e participativa de acordo com os preceitos doutrinários estabelecidos pela Igreja Romana. Por isso no século XIX, a ação da Igreja contra a modernidade em defesa de seus princípios e ao mesmo tempo sua luta para que os católicos de todo o mundo passassem a ser direcionados por Roma, e não pelos Estados ou por associações civis, chamamos de romanização. A Igreja no século XIX, ao se confrontar ferrenhamente com a modernidade, se movimentou para cristianizar ou romanizar, mais uma vez.

expressão religiosa. Mas existem realidades e experiências diversas, portanto temos que pensar que tal análise se aplica também ao Catolicismo.

Mesmo tendo clareza de tantas transformações, que conduzem o mundo em diversas direções, é preciso olhar atentamente para o elemento religioso como parte das relações humanas. Cabe agora, perceber as diferenças entre as ramificações cristãs e a própria Igreja Católica. As Reformas Religiosas, somadas aos diversos acontecimentos abalaram suas estruturas, mas não a eliminaram. A própria Igreja começara a fazer reformas internas desde o século XI⁴⁵ quando rompeu definitivamente com o Oriente e precisou solidificar-se, fazendo opções que a diferenciasses de outras religiões.⁴⁶

No século XIX, experimenta-se o individualismo, mas observa-se que ele difere nos grupos, em grau de intensidade; da mesma forma o holismo, considerado superado por muitos, continua existindo em grupos que o vivenciam. E como expressão maior desse modelo temos a própria Igreja Católica, que a cada novo embate com a modernidade, se reafirma como holística como já fora no XVI, com o Concílio de Trento, e repete no XIX com mais ênfase, através do Concílio vaticano I. Neste século se verificou que as rupturas eram definitivas.

A modernidade se coloca em oposição ferrenha ao holismo, chegando mesmo a vê-lo ou dizê-lo superado. As afirmações da Igreja se apresentam como fruto de suas preocupações internas e em relação ao mundo. Suas reformas não são feitas de forma mecânica e nem superficial, estão pautadas em instrumento intelectual e teológico.

Interessante como a modernidade também vê o mundo de forma dual, quando quer, colocando uma oposição entre o modelo de sociedade holística e a moderna sociedade individualista, apontando a primeira como pautada em interdependências e na hierarquia, e se colocando como portadora de liberdade e igualdade. Para Jean-Claude Schmitt na modernidade não há a autonomia tão decantada pelos diversos pensadores e defensores do

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 2005, p. 74. A Reforma Gregoriana (1073-1085) “pretendia purificar a Igreja de suas diversas ‘impurezas’” (p. 74), dos ‘líquidos impuros’ (esperma e sangue); o celibato passa a ser definitivo; livrar a Igreja dos poderes temporais; para os leigos uma nova dignidade, conservando-os um grau abaixo, mas com grandes responsabilidades.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. Idem. 2005, p. 75. Os Concílios de Latrão, especialmente o IV, inauguram uma Igreja Ocidental consolidada. Latrão IV apresenta a doutrina dos sacramentos, onde a confissão passa a ser auricular, “o casamento uma instituição verdadeiramente cristã” (p. 75); combate as heresias; solidifica a liturgia, colocando-a como ponto central da espiritualidade cristã; marca o início de um grande impulso da Cristandade dos séculos XI ao XIII.

Estado Moderno; para ele existe um sujeito no indivíduo, não há no individualismo liberdades plenas.⁴⁷

O mundo ocidental se desenvolveu, segundo Jacques Le Goff, de forma dual dividido entre o que considera antigo e o que é ou deve ser moderno. Mesmo quando esses conceitos não haviam sido criados, é perceptível nas diversas sociedades as contradições ou choques entre o novo e o velho. Mas em nenhum momento foi tão intenso como no século XIX.

Jacques Le Goff também chama sempre atenção para as rupturas e permanências, nos fazendo perceber que mesmo em mudanças profundas não há uma separação definitiva entre o velho e novo; para que se chegue a uma transformação os elementos que a impulsionaram já estavam contidos na sociedade anterior, da mesma forma o novo tempo carrega como base os elementos do tempo anterior; é na convivência do velho com o novo que se articularam e se articulam as diversas sociedades.

Falar de modernidade já pressupõe falar de ruptura com aquilo que se considera atrasado, já que sua bandeira é o progresso, mas “*a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado*”⁴⁸, afirma Le Goff. Apresentar o ‘novo’ nos direciona ao esquecimento, ou à idéia de pureza, como se a partir de agora a humanidade tivesse encontrado o seu caminho e tudo antes fosse uma ilusão. Mas toda vez que algo novo se apresenta é justamente no antigo que vai buscar sua justificativa, como durante o Renascimento que, para se firmar, exaltou a Antiguidade.

No próprio XIX vemos constantemente a busca dos antigos valores, seja para afirmar nacionalidades, para questionar posicionamentos radicais, para dar suporte a intelectualidade ou para rejeitar até mesmo alicerces desse novo tempo. O moderno se constitui a partir do antigo; e por vezes o antigo ressurgue com uma certa superioridade, mas quando a relação é com o passado recente há uma tensão evidente. Segundo Jacques Le Goff:

A oposição antigo/passado, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudece-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos.⁴⁹

⁴⁷ Cf: SCHMITT, Jean-Claude. *Le Corps, Les Rites, Les Rêves, Le Temps*: essais d'anthropologia médiévals.

⁴⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2003, p. 174.

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2003, p. 202.

A modernidade, para Le Goff, tende a se destruir e a se negar constantemente. Parece que algo se quebrou, busca-se superar o que foi posto com uma velocidade que nem sempre dá tempo de experimentar, pois já mudou novamente, é “*um vertiginoso turbilhão*”⁵⁰; parece que faltam referências.

As sociedades não são estáticas, é isso que uma análise histórica não pode esquecer. Precisamos observar, nos diz Le Goff, as “*fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança*”⁵¹. Muitos dos movimentos que se intitulam revolucionários tiveram como base um retorno ao passado, e este, afirma Le Goff, “*só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável*”.⁵²

Ao olharmos uma época, uma sociedade, devemos levar em conta essa relação passado/presente. No que diz respeito à religiosidade, apresentam-se também essas relações. Para se posicionar diante da modernidade, o Catolicismo experimenta a luta pela tradição, ao passo que incorpora renovações; é o que consideramos uma revolução dentro da tradição, aprende-se a usar novas estratégias, mas equilibra-se sobre bases antigas e sólidas.

A Romanização da Igreja Católica no século XIX

O século XIX foi um período de ajustes e solidificações para a Igreja Católica. Ela enfrentou conflitos com liberais, com a maçonaria e com as novas tendências cristãs que começaram a ocupar um espaço maior. Mas foi um século marcado também pela reforma empreendida pela própria Igreja Romana. Observamos avanços e perdas, depois a reação, o que aconteceu de ambos os lados, tanto católicos quanto liberais pareciam querer suprimir o que cada um representava.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *História...* 2003, p. 204.

⁵¹ LE GOFF, Jacques. *História...* 2003, p. 217.

⁵² LE GOFF, Jacques. *Idem.* 2003, p. 218.

O princípio separatista trazido pelos ventos revolucionários foi ganhando força, não aceitando mais uma relação tão estreita com a Igreja. A Santa Sé inicia um processo de luta contra o separatismo, que propõe a exclusão da religião na moderna sociedade que passa a configurar-se.

A separação também acarreta a necessidade da liberdade de culto, o pensamento liberal não admite a existência de uma ‘religião de Estado’. Giacomo Martina nos fala de que em muitos lugares tais idéias consistiram em uma verdadeira represália à Igreja, partindo de “*um excesso a outro*”.⁵³

Com o avançar dos princípios liberais, o sacerdote passa a ser um cidadão comum, o Estado não o reconhece como alguém possuidor de privilégios especiais, seus votos agora nada significam, inclusive no que diz respeito à proibição do matrimônio. Aliás, o casamento civil e o divórcio são considerados a grande conquista do mundo moderno. A Igreja Católica considera, segundo Marina, “*uma invasão estatal num campo definido pelo Concílio de Trento como de sua competência*”.⁵⁴

A censura imposta pelo clero durante muito tempo vai sendo suprimida devido à liberdade de imprensa, que divulga as idéias liberais em detrimento da concepção católica. Também se verifica a modificação nas bases da educação, antes de responsabilidade da Igreja, agora passando por um processo de laicização.

Outras funções que também eram exercidas pela Igreja como as obras de caridade e assistenciais, administração dos cemitérios e o de guardião dos registros, foram sendo diminuídas ou abolidas, afirmando, assim, claramente a separação. Como diz Giacomo Martina, “*procurou-se sobretudo reduzir a função social da religião e desvalorizar a noção de caridade cristã*”.⁵⁵ E ainda o confisco de propriedades e a supressão de ordens religiosas passaram a ser comum em vários Estados.

O Papa Gregório XVI (1831-1846) já observava a crescente tensão. Embora considerado um intransigente, utilizava cautela, aconselhando os bispos a não se envolverem em certas questões, pois ponderava o que a Igreja vinha perdendo; mesmo assim, sua encíclica *Mirari vos* (15/08/1832) é considerada uma prévia do que será realizado pelo seu sucessor.

⁵³ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*. 1996, p. 68.

⁵⁴ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p. 71.

⁵⁵ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p. 74.

Com a encíclica o Papa chama atenção para: o momento histórico, exigindo empenho contra os inimigos da Igreja; reafirma a autoridade papal; o valor do celibato; a indissolubilidade do matrimônio; condena o indiferentismo e o racionalismo, a liberdade de consciência, de imprensa e de pensamento; condena a separação entre Igreja e Estado.

Assim, Gregório XVI antecipou alguns elementos do embasamento da Igreja Romana, que a direcionariam no confronto com a modernidade. Seu sucessor, Pio IX, continuou suas pegadas e foi mais adiante, levando a Igreja para uma nova e mais efetiva fase de romanização.

2. Pio IX (1846-1878)⁵⁶

Quando o novo Papa foi eleito o embate entre religião e modernidade se apresentava cada vez mais acirrado. A reação da Igreja se expressou principalmente a partir de Pio IX, com o pontificado mais longo da história coube a ele posicionar a Igreja frente às transformações radicais que o século XIX estava trazendo.

Nas décadas de 1830 e 1840, inúmeras agitações e muitos movimentos estouraram nas várias províncias italianas. Boa parte deles se direcionavam contra os Estados Pontifícios, que para se protegerem contaram com a proteção das forças austríacas e francesas. Segundo J. A. F. Benimeli, “a *agitação contra o governo papal foi, pouco a pouco, amalgamado-se com a campanha pela unidade da Itália*”.⁵⁷

Giovani Mastai parecia se enquadrar nas pretensões italianas, era visto como aberto às idéias liberais, mas ao assumir o papado não aderiu à unidade da Itália. Seu posicionamento

⁵⁶ Giovanni Conte Mastai Ferretti nasceu em Senigallia em 13 de maio de 1792; ordenado presbítero em 1819; em 1827, passou a ser bispo de Spoleto; em 1832, bispo de Imola; em 1840 foi nomeado cardeal; governou por 31 anos e 8 meses; venerado como o Papa mártir. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas*: de Pedro a João Paulo II. (1991, p. 153-155). Mastai nasceu em 16 de junho de 1792; ordenado em 1819; atuou como auxiliar do legado pontifício no Chile e no Peru; em 1827, se tornou bispo de Spoleto e depois de Imola; em 1828 foi nomeado cardeal; como Papa, a partir de 1846, enfrentou a questão romana; faleceu em 2 de fevereiro de 1878. *Documentos da Igreja*. (1999, p. 77-79). Giovanni Maria Mastai Ferretti, ordenado padre aos 27 anos, aos 38 anos bispo, aos 48 cardeal e com 54 anos eleito Papa. Seu pontificado durou 32 anos, enfrentou as idéias modernas e as revoluções pela unificação italiana, com pulso firme conseguiu restaurar a hierarquia da Igreja em vários pontos da Europa, assinou tratados, criou novas dioceses, estabeleceu o dogma da Imaculada Conceição a 8 de dezembro de 1854 e Infallibilidade Papal em 1869. CECHINATO, Luiz. *Os 20 Séculos de Caminha da Igreja*: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II. (1996, p. 356-357). Pio IX foi beatificado por João Paulo II em 2000.

⁵⁷ BENIMELI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja Católica*: ontem, hoje e amanhã. 2003, p. 33.

foi o estopim para que os ataques ao Vaticano se transformassem em guerra. O Papa precisou refugiar-se em Nápoles em 1848; em Roma foi proclamada a república com auxílio das sociedades secretas.

A Itália chegou a ponto de declarar em 9 de fevereiro de 1849 o fim do poder temporal dos Papas, quando os carbonários assumiram a nova República que simbolizava, esclarece Paul Johnson, “*uma humanidade regenerada universal*”⁵⁸, diante da antiga Roma dos imperadores e dos Papas. Pio IX conseguiu retornar a Roma a 12 de abril de 1850, tendo como grande aliada as tropas francesas.

Foi a partir desse momento que a grande reação da Igreja se apresentou, com a Romanização sendo colocada em prática, com Pio IX assumindo uma postura totalmente contrária às propostas de um Estado Moderno, e resgatando as grandes linhas defendidas por Gregório XVI. Contra a Igreja passou a ser desencadeada a Questão Romana que se desenvolveu em duas fases. A primeira ocorreu de 1859-1861, quando as forças liberais associadas às organizações secretas começam a tomar as províncias italianas.

A segunda fase ocorreu de 1861-1870, quando o Roma fica enfraquecida pela retirada das tropas francesas, que foram socorrer seu próprio Estado na guerra franco-prussiana, e se torna prisioneira do recém criado Estado italiano a 20 de setembro de 1870. O Papa recusou-se a sair de Roma, mas a família real se instalou no palácio papal, confirmando o seu caráter anticlerical, como afirma Benimeli.⁵⁹

Em todas as etapas da luta contra Roma a maçonaria esteve envolvida, instigando, atacando e estimulando outros grupos a se posicionarem contra a Igreja, por isso boa parte dos ataques dos Papas ao mundo moderno se direcionam às sociedades secretas⁶⁰. Outra força que se choca contra a Igreja são os Estados Modernos de tendência cristã reformada, um grande exemplo é a Alemanha que sob a liderança de Otto Bismarck desencadeia perseguições aos católicos.

⁵⁸ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas*: a vida e a obra dos principais líderes da Igreja. 2003, p. 272.

⁵⁹ BENIMELI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja...* 2003.

⁶⁰ Desde o início do século XVIII com Clemente XII e Bento XIV as sociedades secretas passaram a ser condenadas, depois as acusações voltam a aparecer no início do século XIX com Pio VII e Leão XII, mas é com Pio IX e os Papas consecutivos que as censuras e acusações se tornam intensas. Benimeli chama atenção para a diferença da ação dessas sociedades entre os dois séculos, elas se tornam muitos mais combativas e anticlericais no século XIX, quando especialmente na Itália auxiliam todas as forças contrárias à Igreja, por isso os documentos papais se posicionam de forma bastante dura em relação a elas. BENIMELI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja Católica*: ontem, hoje e amanhã. p. 46-50.

Pio IX reuniu em torno de si os bispos e demais membros da Igreja para resistir às forças que se sobrepunham contra ela. Sua primeira encíclica a *Qui Pluribus* (9/11/1848), que anuncia a defesa da Igreja e apresenta uma resenha dos erros daquela época: o indiferentismo; o racionalismo; a fé em um progresso ilimitado; o ataque ao celibato do clero; as sociedades secretas; previne contra falsos mestres e declara o comunismo contrário à lei natural; pede vigilância na formação dos seminaristas e sacerdotes; preocupa-se com a educação da juventude diante das falsas filosofias e movimentos anticatólicos; o Papa é firme ao dizer que é preciso desmascarar os ímpios e anunciar o Evangelho.

O passo seguinte foi a criação do dogma da Imaculada Conceição (1854). Já no ano de 1849 o Papa começou a se movimentar nessa direção, anuncia através da encíclica *Ubi Primum Nullis* (2/02/1849) a criação de uma comissão que se encarregaria da definição do dogma; o Papa se manifesta como devoto da Virgem Maria e diz estar atendendo a inúmeras manifestações e pedidos para a criação do dogma.

Pio IX ao falar de Maria como intercessora, diz que ela tem o olhar sempre afetuoso e que deve sempre ser invocada em proteção à Igreja; Maria foi escolhida por vontade de Deus que, como expresso nas palavras de São Bernardo “*pôs em Maria a plenitude de cada bem, para que soubéssemos que dela nos vêm a esperança, a graça, e a salvação... Porque essa é a vontade daquele que quis que tudo tivéssemos por meio de Maria*”.⁶¹

E finalmente em 8 de dezembro de 1854, a encíclica *Ineffabilis Deus* o mundo viu ser anunciada o dogma da Imaculada Conceição. A encíclica apresenta Maria como a portadora da encarnação redentora por desígnio de Deus, que lhe dedicou grande amor; ela não foi exposta ao pecado original, “*é toda bela e perfeita, possui tal plenitude de inocência e de santidade, que, depois de Deus, não é possível pensar maior, e de quem, excetuando Deus, nenhuma mente consegue compreender a profundidade*”.⁶²

Paralelo á oficialização do dogma, a devoção Mariana tomava um novo ânimo na Europa com as novas manifestações ocorridas em vários cantos, incluindo entre elas a própria confirmação do dogma, como afirma Paul Johnson:

⁶¹ S. Bernardo. In Nativitate S. Maria de Aqueductu. Apud: Pio IX. Ubi Primum Nullis. *Documentos da Igreja*. 1999, p.126.

⁶² Pio IX. *Ineffabilis Deus*. 1854, n. 1, p. 168. *Documentos da Igreja*. 1999.

As novas aparições da Virgem – para santa Catarina Labouré, em 1930; em La Salette, em 1946; e em Lourdes, em 1958 – foram, após alguma hesitação inicial, incentivadas oficialmente. Nossa Senhora de Lourdes confirmou para uma menina camponesa, Bernadete, o dogma da Imaculada Conceição, definido por Pio IX em 1854 e comemorado com um monumento em Roma.⁶³

Além de alimentar a devoção o novo dogma deu ao Papa popularidade, sua imagem foi espalhada por escolas e casas, era um reforço à cultura popular, mas em novo formato, o do ultramontanismo, sendo, inclusive, agora difundido, segundo Johnson, “*através dos novos meios industriais e de comunicação (jornais, livros, gravuras e objetos devocionais produzidos em massa)*”⁶⁴. Isso mostra que o Papa não era averso à tecnologia, mas sim à ideologia liberal, que perseguia e atropelava, segundo ele, os valores católicos.

A crença na Imaculada Conceição de Maria, a partir do século XIX, passa a ser a expressão maior da romanização, invocada como a grande protetora da Igreja diante das transformações e ataques do mundo que passa a configurar-se. A Virgem representa o grande estandarte a anunciar que a Igreja enfrentaria a todas as forças contrárias e não desaparecia na turbulência da modernidade.

Outro caminho escolhido pela Igreja, nessa fase de conflito, foi o de expandir a cristandade, antes restrita a grupos intelectualizados. Busca-se atingir as camadas populares estimulando a prática centrada nos sacramentos e uma reordenação das devoções aos santos, a Nossa Senhora, e ao Sagrado Coração. Estimulam-se as manifestações devocionais como procissões, novenas e peregrinações, novos moldes da romanização. Pio IX seguindo a concepção ultramontana que afirma que:

o liberalismo intrinsecamente mau, não resta senão rejeitar em bloco suas doutrinas. É preciso levantar as pontes e cortar todo contato com o inimigo para que a cidadela assediada não tenha infiltração dos adversários, que poderiam penetrar na fortaleza, enfraquecer o espírito dos defensores e abrir as portas ao inimigo.⁶⁵

Pio IX põe em vigor várias encíclicas combativas à modernidade como: a *Nullis Certe Verbis* (19/01/1860) que trata do individualismo do poder civil, e condena as invasões aos Estados Pontifícios que ferem “*os legítimos príncipes da Itália*”⁶⁶. Esta encíclica também

⁶³ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas*: a vida e a obra dos principais líderes da Igreja. 2003, p.273.

⁶⁴ JOHNSON, Paul. Idem. 2003, p. 273.

⁶⁵ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas*... 2003, p. 150.

⁶⁶ Pio IX. *Nullis Certe Verbis*. 1860, n. 1. p. 217. In: *Documentos da Igreja*. 1999.

traz os agradecimentos do Papa a todos que mostram sua solidariedade, veneração e devoção ao papado.

A *Quanto Conficiamur Moerore* (10/08/1863) aponta os erros doutrinários do tempo presente, condena a guerra contra a Igreja que trouxe dor, especialmente na Itália. O Papa condena escritos, encenações teatrais e casas de meretrício e todo tipo de idéia disseminada que leva à corrupção dos costumes, a erros monstruosos, dos quais destaca:

a crescente e abominável mistura de todos os vícios e maldades; o mortífero veneno da incredulidade e do indiferentismo largamente difundidos; o descuido e o desprezo para com a autoridade eclesiástica, as coisas e as leis sagradas; o injusto e violento saque dos bens da Igreja; a ferocíssima e contínua perseguição contra os ministros sagrados, contra os membros da família religiosa e contra as virgens consagradas a Deus; o ódio diabólico contra Cristo, contra a sua Igreja e doutrina e contra esta Sé Apostólica.⁶⁷

A encíclica *Quanta Cura* (8/12/1864), inspirada pela *Mirari vos*, anuncia os graves erros do tempo presente, instalados no mundo pelo liberalismo e pelo racionalismo. O documento aponta danos para a alma com as mudanças para uma sociedade puramente civil: “*Nos lugares onde a religião foi removida da sociedade civil e a doutrina da autoridade da divina revelação foi eliminada, a genuína noção de justiça e de direito humano ficou obscurecida e se perdeu, e no lugar da justiça verdadeira e do legítimo direito foi posta a força material*”.⁶⁸

Esta encíclica confirma as preocupações de Pio IX com os avanços modernos, onde reafirma a concepção da Igreja quanto à relação fé e razão, como está registrado no Decreto da Santa Congregação do Índice: “*Se bem que a fé seja superior à razão, todavia não se pode jamais encontrar entre elas discrepância ou desacordo algum, pois ambas provêm da mesma fonte imutável da verdade, Deus ótimo e máximo, e assim se auxiliam mutuamente*”.⁶⁹

A *Quanta Cura* revela ainda a preocupação com o bem estar das famílias, que devem ser protegidas dos acontecimentos funestos, dos enganadores; para tanto a ênfase na educação

⁶⁷ Pio IX. *Quanto Conficiamur Moerore*. 1963, n. 2. p. 232. In: *Documentos da Igreja*. 1999.

⁶⁸ Pio IX. *Quanta Cura*. 1864, n. 4. p. 251. *Documentos da Igreja*. 1999.

⁶⁹ Decreto n. 2776. Apud: DEZINGER, Henrici e HÜNERMANN, Petrus. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2007, p. 616.

é fundamental para que os jovens não sejam “*miseravelmente contagiados e depravados por perniciosos erros e vícios de toda sorte*”.⁷⁰

O *Syllabus* (8/12/1864), documento anexo à *Quanta Cura*, onde o Papa apresenta uma relação de 80 erros, os mais graves da modernidade. Suas proposições que apontam os erros a serem evitados e os caminhos a serem seguidos; é uma espécie de síntese das suas cartas. Abominando uma concepção que rejeita os direitos de Deus sobre as pessoas, condena:

os princípios do Liberalismo radical, o pantéismo, o nacionalismo, o indiferentismo, com todas as suas conseqüências, entre as quais, acima de tudo, a moral laicista desvinculada de Deus; em segundo lugar, rejeita a concepção do Estado ético, fonte de todo direito, não sujeito a nenhuma norma transcendente e criador de uma moral própria, e rejeita ao mesmo tempo a separação entre política e moral; reafirma a plena soberania e independência da Igreja, dela deduzindo amplas conseqüências (como o valor bilateral das concordatas); enfim, condena a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de crença e de culto, e rejeita a liberdade de consciência.⁷¹

A condenação à liberdade de consciência aparece com mais clareza na *Quanta Cura* que traz de volta as expressões da *Mirari vos*, que a define como loucura. Giacomo Martina pondera que esta é a lacuna mais grave do *Syllabus*. Embora não tenha correspondido às expectativas, formando uma verdadeira barreira a laicização, teve sua eficácia em certa medida; a radicalização garantiu a moderação e os ajudou católicos, segundo Martina, “*a evitar concessões excessivas e os levou a tomar uma consciência maior da originalidade e riqueza da mensagem cristã*”.⁷²

Do Concílio de Trento ao Concílio Vaticano I

⁷⁰ Pio IX. *Quanta Cura*. 1864, n. 4, p. 253. *Documentos da Igreja*. 1999.

⁷¹ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*: de Lutero aos nossos dias. 1996, p. 247- 248.

⁷² MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*... 1996, p. 250.

O que legislou a vida da Igreja do século XVI ao XIX foi o Concílio de Trento⁷³, ocorrido entre os anos de 1545 a 1563 num cenário de intransigências, onde a Igreja primava pela unidade, tendo que lutar para conter divergências internas e enfrentar toda a onda de reformas contrárias a ela. Trento ditou as novas regras e reforçou a estrutura dogmática do Catolicismo, frente ao sangrento século XVI, passando então a vigorar durante os prósperos anos do Antigo Regime, perdurando no processo de sua decadência.

Muito do que foi pensado e discutido por Trento não foi levado adiante, pois ao longo dos séculos XVI ao XVIII a relação entre estado e Igreja ainda era estreita, com interferências diretas dos Estados sobre os pontificados. Embora Trento já tenha ensaiado uma reformulação em vários aspectos, as amarras são muito fortes e nem mesmo a Igreja deseja abrir mão dos laços que a unem aos países católicos.

Tal aliança diante de momentos turbulentos causados pelas Reformas Religiosas eram sempre bem vindas. A Igreja pôde assim também interferir e ganhar espaços, como no caso das conquistas ultramarinas, tão lucrativas economicamente, e tão férteis para a arrecadação de almas preciosas para fortalecer o Catolicismo no embate acirrado no seio da cristandade.

Mas a Igreja nesses séculos se depara com o crescente desenvolvimento e estruturação dos Estados que caminham para afirmarem-se como Modernos, e isso implica em repensar a posição da Igreja Católica dentro dessa nova concepção de mundo, principalmente quando entra em cena a possibilidade de novas formas de se relacionar com a religião.

O Estado Moderno apresentou suas novas bases e passou a exigir limitações na ação da Igreja. A Igreja limitada por aquilo que tinha como um bem tão precioso, sua relação com os Estados, mas ao mesmo tempo fortalecida pelas diretrizes de Trento, passou a enfrentar as rupturas que o século XVIII apresentou.

O Concílio de Trento trabalhou sobre uma dupla base: a obra doutrinária e a obra disciplinar. Na primeira etapa definindo a autoridade do texto bíblico e das tradições da Igreja, historicamente acumuladas, quando Pio IV pronunciou: “*admito firmemente as*

⁷³ O Concílio de Trento (1545-1563), em meio aos conflitos religiosos que desorientaram os cristãos, foi convocado pelo Papa Paulo III, teve como fundamentos: pecado original; o Sacramento e a Graça; fontes de Fé; a presença real de Jesus na Eucaristia; imagens e culto aos santos; ministério dos bispos; celibato, disciplina e oração do clero; disciplina e espiritualidade nos conventos; fundação dos seminários diocesanos; instituição do ‘Catecismo da Doutrina Cristã’; significado da pobreza e do jejum. – devido a interrupções passou pela direção de 3 Papas, suas diretrizes, como se observa dizem respeito à doutrina. CECHINATO, Luiz. *Os 20 Séculos de Caminhada...* 1996, p. 272-273.

tradições apostólicas e eclesiásticas e todas as outras práticas e instituições da Igreja Católica”.⁷⁴

Ainda quanto à doutrina, o pecado original aparece como conseqüência hereditária. Sobre a justificação o concílio afirma que: “*sem a esperança e a caridade, a fé sozinha não pode justificar o homem nem fazer dele membro vivo do Cristo*”⁷⁵; sacramentos eficazes por si mesmos; reafirma a transubstanciação; imagens e culto aos santos. Todo contrário seria considerado um anátema.

Na segunda parte, o concílio apresenta vários elementos doutriniais para serem confirmados: bispos na diocese e padres na paróquia são os pilares da Igreja que Trento quer restaurar, devem se preocupar com a salvação das almas, com a função pastoral e a administração dos sacramentos; enfatizou o papel dos bispos na formação do clero; nasce aqui o seminário diocesano. O Concílio de Trento neutralizou o conciliarismo.

Passaram-se 324 anos para que um novo concílio fosse convocado. Chegou mesmo a causar surpresa ao ser anunciado em uma época tão turbulenta, quando as novas concepções modernas julgavam que a batalha estava praticamente ganha contra a tradicional Igreja Católica. Foi o intervalo mais longo na história dos concílios.

Mas quando adentramos neste período e nos séculos que se seguiram, entendemos que as forças absolutistas embora em alguns lugares tenham garantido certos privilégios a Igreja, ao mesmo tempo lhe cerceavam, pois era vista como extensão do Estado, atribuindo poderes espirituais a este e recebendo por sua vez poderes temporais. Em outras palavras, era uma Igreja submissa e particularizada em cada Estado, sem autonomia.

O Papa Pio IX convocou o Concílio Vaticano I⁷⁶ a 8 de dezembro de 1869, mas já iniciara os primeiros trabalhos das comissões em 1867. As comissões eram formadas em sua maioria por teólogos e canonistas, todos os membros eram exclusivamente ‘romanos’. Depois, devido às divergências, outros foram acrescentados de nacionalidades diferentes, mesmo assim a maioria era de concepção ultramontana.

⁷⁴ ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. 1995, p. 342.

⁷⁵ Concílio de Trento, sessão VI. Apud: ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. 1995, p. 343.

⁷⁶ Aberto em 8/12/1869 com a participação de 700 bispos concede ao Papa a Infalibilidade, mas não pode avançar em suas propostas, pois foi interrompido pela Guerra franco-prussiana iniciada a 19/7/1870 e pela Unificação da Itália, que ocupa a cidade de Roma em 29/9/1870, encerrando o Concílio. CECHINATO, Luiz., *Os 20 Séculos de Caminhada...* 1996, p. 358.

O Vaticano I inicia o processo de centralização na construção do dogma da Infalibilidade Papal (1871). Pio IX não convidou nenhuma autoridade política, era o primeiro concílio sem nenhum chefe de Estado; o que foi uma resposta à secularização. Dessa forma a própria Igreja se antecipa dando o primeiro passo para a separação.

Pio IX, se dirigindo aos não católicos, pediu que retornassem para a Igreja, assim, poderiam participar do concílio; obteve uma reação negativa. Agora a Romanização tomava uma forma mais efetiva, o que já mostrava sinais desde o pontificado anterior, agora se expressa de forma clara e combativa.

Antes da tomada de Roma, o Papa endureceu, numa atitude contrária do que muitos julgavam que teria; não podemos esquecer que o próprio clero se encontrava dividido, e mesmo que a maioria tenha ficado ao lado do Papa houve aqueles que chegaram a fazer oposição dentro do Vaticano I, chegando a formar, como afirma Luiz Cechinato⁷⁷, uma nova seita a partir de 1871, denominada ‘Velhos Católicos’ ou ‘Igreja Católica Antiga’, comandada por teólogos alemães.

O Concílio Vaticano I conseguiu garantir a representatividade dos bispos, levando adiante a romanização. Esse concílio fez uma ponte com Trento, resgatando e fortalecendo as suas determinações. O ponto mais difícil e mais delicado foi exatamente a questão da relação Papa e Igreja. Muita discussão foi travada para que no dia 18 de julho de 1870, com 533 votos favoráveis, fosse oficialmente declarada a Infalibilidade Papal.

No concílio estiveram presentes 744 bispos, mesmo sendo a maioria européia, todos os continentes estavam representados, incluindo uma boa participação de padres das missões. O Vaticano I recuperou a relação de erros, afirmadas por Trento, e se colocou também em base dupla: fé e razão, que se completam, portanto essa é sua postura diante da racionalidade.

Mas foi este mesmo concílio que garantiu que a Igreja obtivesse autonomia diante da modernidade. A Infalibilidade foi promulgada pouco antes da invasão de Roma, pois no dia 19 estourou a guerra franco-prussiana e o Vaticano ficou sem a proteção das tropas francesas. Esse último acontecimento levou a Itália a invadir o Vaticano a 20 de setembro, e exatamente um mês depois o concílio foi interrompido, inconcluso. Mas fortaleceu o sentimento de solidariedade entre os católicos e destes para com seu Papa.

⁷⁷ CECHINATO, Luiz. *Os 20 Séculos de Caminhada...* 1996, p.358-360.

20 de setembro de 1870, partindo do pressuposto da total extinção do Estado Pontifício, a lei concedida ao Papa, implicitamente considerado um súdito italiano, lhe dava, segundo Giacomo Martina, “*honras de soberano, uma dotação anual e o direito de delegação ativa e passiva, mas não garantia plena liberdade à Igreja...*”⁷⁸. O que obrigou a Igreja a ter que permanecer amarrada a velhas teias.

As circunstâncias históricas que não eram favoráveis na época de Trento fizeram com que o Vaticano I retomasse e colocasse em prática muitas de suas resoluções. De acordo com Paul Johnson, “*foi esse concílio que selou o triunfo da Santa Sé dentro da Igreja, ao declarar o Papa infalível em questão de fé e moral – repúdio definitivo de todas as formas de galicanismo, que tanto assombrara Roma por séculos*”.⁷⁹

Uma das principais estratégias da Romanização foi finalmente pôr em prática as diretrizes do Concílio de Trento, implantando a reforma do clero, ampliando-se o tempo e o tipo de formação, pois, segundo Giacomo Martina: “*procuram-se formar pastores ricos de vida interior e fiéis às diretrizes da hierarquia*”.⁸⁰

O Vaticano I também apresentou a preocupação de Pio IX com a transição para o novo papado. Na bula *Cum romanis* (4/12/1869) buscou proteger o Colégio dos Cardeais, retirando dos bispos a responsabilidade da escolha do Pontífice; em outra bula *In hac sublimi* (23/08/1871), fala do lugar onde o Papa morrer, ali se encontrando a maioria dos cardeais se fará o conclave, em Roma ou outro Estado católico.

Com o Vaticano agora sob a tutela do Estado Italiano, Pio IX com a bula *Licet per apostolicas* (08/09/1874) mostrou o temor da interferência italiana no conclave. Segundo Alberto Melloni, “*Pio IX não quer deixar dúvidas nem mesmo sobre o fato de que a coroa da Itália, como autoridade civil da urbe, possa pretender exercer qualquer papel na eleição do sucessor*”.⁸¹

Desde o ano de 1874 o nome do cardeal Gioacchino Pecci começa a ser apresentado como o possível sucessor de Pio IX. A maioria dos cardeais, italianos, desejavam ver um novo Papa de sua nacionalidade, vislumbrando a possibilidade de uma nova relação entre a Igreja e o Estado italiano. A candidatura de Pecci foi movimentada, sendo articulada com o apoio da imprensa.

⁷⁸ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p. 225.

⁷⁹ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003, p. 274.

⁸⁰ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p. 119-120.

⁸¹ MELLONI, Alberto. *Como se elege um Papa: a história do conclave*. 2002, p.82.

A agitação era grande devido a fraca saúde de Pio IX, segundo Melloni muitas notícias falsas ou deturpadas eram divulgadas, o que aumentou a necessidade de reforçar o segredo do conclave. A bula *Consulturi* (10/10/1877) negou qualquer direito dos italianos de intervenção, o que era especulado devido a morte do carmelengo, o cardeal De Angelis; a bula também encaminhou uma comissão de cardeais que auxiliando o novo carmelengo, o cardeal Gioacchino Pecci, cuidaria do ritual do conclave, como nos apresenta Melloni:

a verificação da morte do Papa, a comunicação do luto ao colégio e, mediante o cardeal vigário, à cidade de Roma. À comissão do carmelengo cabe a tarefa de selar os apartamentos papais, não mais para impedir que os familiares do falecido o despojem de objetos e valores, mas para evitar qualquer possível intromissão externa. *Consulturi* vai além: em caso de se tornar necessário constatar a impossibilidade de tutelar a escolha do novo pontífice após o início do conclave, Pio IX permite que este seja dissolvido, e reconvocato num lugar mais seguro, a fim de garantir a sua liberdade.⁸²

Quando os preparativos para o conclave foram iniciados, um dia após a morte de Pio IX, todas as atas desde de 1871 foram apresentadas para serem conferidas todas as normas estabelecidas para a eleição do novo Papa. Ainda foi preciso resolver onde a eleição aconteceria, os cardeais não pareciam estar de acordo, uns querendo permanecer em Roma outros querendo um outro lugar, chegando a ser indicado Mônaco, Malta e Espanha. Após argumentos venceu o que parecia no primeiro momento mais descartado, a permanência em Roma, pois a saída condenaria o papado ao exílio.

Como é perceptível foi um conclave bastante tenso pelo receio de uma intervenção direta do poder italiano, que se aproveitaria da morte do Papa para apoderar-se definitivamente do Vaticano. Ao recorrer aos Estados para uma possível proteção, nos faz refletir sobre a secularização, que não se deu nos mesmos moldes, pois a trajetória histórica das nações revela maior ou menor grau de relação com a Igreja.

Mesmo a França, a primeira em muitos aspectos a desencadear discussões e ações contra a Igreja, apresentou sua solidariedade e seus interesses na eleição do novo Papa. Sem contar com o direito de veto, a exclusiva, que continuava até o final do século XIX sendo requisitada pelos Estados, em caso de não concordância com o nome indicado para o Papado.

⁸² MELLONI, Alberto. *Como se elege um Papa...* 2002, p. 84-85.

O final do século XIX viu tentativas de criar novas relações ou manter as antigas em novos moldes, especialmente com a subida ao trono pontifício um Papa com um perfil romanizante, mantendo a diretriz de seu antecessor, mas extremamente diplomático, que procurou equilibrar e firmar os passos da Igreja Romana em tempos de modernidade; tarefa difícil alinhar concepções distanciadas e ao mesmo tempo manter-se em suas bases.

3. *Leão XIII (1878-1903)*⁸³

A maioria dos cardeais concordou que o novo Papa deveria ter mais de 65 anos, para agir com maturidade e prudência; dos 67 cardeais, 64 estavam presentes para o conclave. Foi um conclave sem muita pressão das potências, pois a realidade agora era outra, o novo Papa não mais teria os Estados Pontifícios para governar. O cardeal Pecci, com 68 anos foi eleito com 44 votos em 20 de fevereiro de 1878, com o nome de Leão XIII.

Os anos de 1870 a 1900 representavam, ainda, um momento de forte tensão. O posicionamento anticlerical foi agravado com o pensamento positivista, que colocou a ciência no lugar da fé. Este período mostra também um crescimento da liberdade religiosa, contribuindo para o advento de novas filosofias, seitas e as organizações secretas, como os maçons, que na segunda metade do século XIX ganharam mais expressão.

Os pontífices, que sucederam a Pio IX, foram tão conservadores quanto ele, com concepções consideradas ultrapassadas. Mas outros estudiosos consideram que não houve apenas continuidade, mas também um avanço doutrinal, o que particularmente

⁸³ Pecci nasceu em 1810 em Carpineto; aos 8 anos foi confiado aos Jesuítas; estudou na academia dos nobres eclesiásticos, de onde saiu preparado para a carreira de diplomacia e administração pontifícia; ordenado em 1837, dois meses depois foi nomeado delegado apostólico de Benevento; revelou-se hábil na administração e na política, o que lhe rendeu a indicação para núncio em Bruxelas em 1843; nomeado cardeal em 1853 foi enviado para Bélgica; em 1876 passou a ser Secretário do Estado do Vaticano; foi eleito com dois terços do colegiado. *Documentos da Igreja*. (2005, p. 9-10). Gioacchino Vincenzo de Pecci, nasceu em 2 de março de 1810, se tornou presbítero em 1837, núncio de Bruxelas em 1843, bispo de Perúgia desde 1846, mais tarde cardeal, carmelengo e Papa; possuía uma *brilhante formação intelectual e índole afável*, morreu aos 93 anos, com 25 anos de papado. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* (1991, p. 156). Gioacchino Pecci, se torna cardeal em 1853, eleito pelo próprio Papa em 1877 o carmelengo; ajudou a inspirar o Silabo. DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos Papas*. (1998, p. 236). Nasceu na pequena nobreza; faleceu em 7 de julho de 1903. JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* (2003 p.281): Leão XIII foi o autor da Bula *Ad Universas Orbis Eclésia* de 27/4/1892 que cria a Diocese de Manaus.

concordamos. Claramente, Leão XIII, procurou seguir seu pontificado como uma forma de complementação às disposições de Pio IX.

Quando assumiu o pontificado, continuou apoiando a doutrina do Concílio Vaticano I e do *Syllabus*, buscando aproximar a Igreja da sociedade, mantendo, segundo Eamon Duffy, a firmeza dos ultramontanos aliada a uma certa doçura, Leão XIII investiu “*na forma e no conteúdo*”⁸⁴. Soube ser brando e absoluto, tarefa difícil num momento onde a Igreja precisava aprender a caminhar separada do Estado.

O Papa continuava, confinado ao Vaticano, numa difícil tarefa de dirigir a Igreja frente aos tempos modernos. De acordo com Benimeli, Leão XIII, “*no seu desejo de evitar tudo o que pudesse parecer aprovação do novo regime instaurado nos seus domínios, o papa proíbe aos católicos italianos participarem nas eleições para o parlamento.*”⁸⁵. Benimeli considera essa decisão equivocada, pois os católicos perderam uma grande oportunidade de intervir na política, ficando o parlamento nas mãos de grupos anti-religiosos.

A atitude hostil do governo se prolongou ainda por longo tempo. Conventos e mosteiros foram declarados propriedade do estado; muitos deles foram transformados em casernas. Nas escolas foi suspenso o ensino religioso; tumultuosas manifestações de nítido matiz antipapal tiveram lugar, com a passiva cumplicidade do governo.⁸⁶

Esse quadro mostrava que os enfrentamentos continuavam intensos, uma grande prova disso foi a quantidade de documentos dirigidos contra maçons, carbonários e demais sociedades secretas, um total de 226 durante o pontificado de Leão XIII. Com maior destaque as proibições e advertências se dirigiam à Maçonaria, através de discursos, alocuções e escritos. Os documentos se dirigem aos italianos alertando sobre os malefícios que as sociedades secretas projetam nas sociedades. Melloni nos apresenta uma relação de alguns documentos:

encíclica *Spesse volte* (5-8-1898) sobre a maçonaria na Itália; a carta *Inimica vis* (8-12-1892) ao episcopado italiano; a carta *Custodi di quella fede* (8-12-

⁸⁴ DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores...* 1998, p. 236-237.

⁸⁵ J.A.F. BENIMELLI. *Maçonaria e Igreja Católica...* 2003, p.38.

⁸⁶ HERLING. Apud: J.A.F. BENIMELLI. *Maçonaria e Igreja Católica...* 2003, p. 38.

1892) ao povo italiano; e a encíclica *Etsi nos* (13-2-1882) e *Dall' Alto* (15-10-1890) aos bispos ao clero e ao povo da Itália.⁸⁷

A encíclica *Humanum Genus* (20/4/1884), mais direta e mais firme, condena a maçonaria como seu antecessor o fizera. A este grupo foi atribuído todos os males que caíram sobre a Igreja, principalmente dentro da Itália com as perdas e o aprisionamento do Papa. Por isso, esta encíclica apresentou um balanço das condenações anteriores para mostrar que a ação da maçonaria contra a Igreja já vinha acontecendo há muito tempo, sofrendo as condenações de vários Papas e até mesmo de governantes⁸⁸; depois Leão XIII reafirmou as condenações, dizendo:

Por isso vários príncipes e chefes de governo estiveram muito de acordo com os papas, tendo o cuidado, seja de denunciar a sociedade maçônica perante a Sé Apostólica, seja de condená-la eles mesmos, promulgando leis de proteção, como a Holanda, Áustria, Suíça, Espanha, Baviera, Sabóia e outras partes da Itália[...] o último e principal dos seus intentos é o de destruir desde seus fundamentos, toda a ordem religiosa e civil estabelecida pelo Cristianismo, promovendo à sua maneira outra ordem, com fundamento e leis tiradas das vísceras mesmas do naturalismo[...] a seita maçônica com relação á religião, especialmente onde ela tem seu empenho consiste em pôr em ato a teoria dos naturalistas. Desde muito tempo se trabalha tenazmente para aniquilar na sociedade todo influxo do magistério e da autoridade da Igreja, e para tal fim se exalta e se preconiza a separação da igreja do estado, excluindo, assim, das leis e da administração pública o tão salutar influxo da religião católica.⁸⁹

A encíclica teve boa repercussão entre os católicos, foram criadas várias revistas e realizados vários congressos antimaçônicos, e mais estudos para dar maior esclarecimento aos fiéis. O Papa demonstrava satisfação, estimulando e abençoando a todas as investidas. Importante ressaltar que muitos bispos, em resposta ao Pontífice, publicaram documentos contra a maçonaria e outras sociedades secretas.

⁸⁷ BENIMELLI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja Católica...*, 2003, p.24.

⁸⁸ As condenações pontificias foram iniciadas com Clemente XII na carta apostólica *In eminenti* (28/9/1738), depois elas reapareceram com Bento XIV na constituição apostólica *Providas* (18/5/1751). No século XIX elas aparecem com Pio VII na constituição *Ecclesiam a Jesus Christo* (12/9/1821), com Leão XII na constituição *Quo graviora* (13/3/1825). Mas foi com Pio IX que elas ganharam maior dimensão com as encíclicas *Qui pluribus* (9/11/1846) e *Quanta cura* (8/12/1864), ele também usou cartas, alocações e constituições ao longo de todo o seu pontificado. BENIMELLI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja Católica...*, 2003.

⁸⁹ Trecho da *Humanum Genus*. Apud: BENIMELLI, J. A. F. *Maçonaria e Igreja Católica...*, 2003, p. 38-39.

Leão XIII foi mais audacioso em suas encíclicas, tratando: da sociedade civil; da liberdade e condição dos operários; das questões da ciência teológica, onde aponta Tomás de Aquino como modelo para os estudos de teologia e filosofia⁹⁰. Nas encíclicas *Arcanum Divinae Sapientiae* (10/02/1880), *Diuturnum Illud* (29/06/1881), *Immortale Dei* (01/11/1885) e *Libertas* (20/06/1888), Leão XIII, trata de questões pertinentes à família, à soberania política, à liberdade humana e à constituição cristã dos Estados.

A *Arcanum* lembra o amor paternal de Deus, que se revelou com intensidade quando a religião cristã entrou no mundo e passou a providenciar tudo que fosse necessário para o bem estar de todos. Um dos elementos centrais da proposta cristã é a família que deve ser fortalecida com o matrimônio. O Papa apresenta com prova disso, a escolha para a realização do primeiro milagre de Cristo, as Bodas de Caná.

Foi Cristo Senhor quem elevou o matrimônio à dignidade de sacramento; e ao mesmo tempo, fez com que os cônjuges, revestidos e fortificados pela graça celeste merecida por Ele, conseguissem a santidade no mesmo; e nele, conformados admiravelmente sobre o exemplo de seu místico conúbio com a Igreja, se aperfeiçoasse o amor natural, e mais firmemente se firmasse a união do marido e da mulher com o vínculo da caridade divina, indissolúvel por sua natureza.⁹¹

A encíclica *Diuturnum* discute o poder civil, preocupa-se principalmente com sua origem, afirmando que todo poder provém de Deus; é Ele que distribui conforme a sua vontade o poder entre os principados. Apresenta suas críticas aos filósofos que dizem que o poder emana do povo com base em contratos, Leão XIII afirma que “os católicos discordam disso, pois para eles o direito de mandar deriva de Deus como de seu princípio natural e necessário”.⁹²

A *Immortale Dei* apresenta “a Igreja como obra imortal de Deus misericordioso”⁹³. Com a Igreja nasceu uma nova civilização, os povos que absorveram seus princípios se

⁹⁰ Com seu antecessor, Pio IX, o modelo Tomista já aparecia o ideal a ser seguido nas questões de fé e razão, como aparece registrado no Decreto da Santa Congregação do Índice (15/06/1855): “O método que têm usado o divino Tomás, o divino Boaventura e outros escolásticos depois deles não conduz ao racionalismo, nem foi a causa pela qual a filosofia, nas escolas de hoje, precipitou-se no naturalismo e no panteísmo. Por isso não é lícito imputar como crime àqueles doutores e mestres, o fato de ter lançado mão daquele método, tanto quanto que a Igreja deu sua aprovação ou quanto menos calou-se”. Apud: DEZINGER, Henrici e HÜNERMANN, Petrus. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2007, p. 616.

⁹¹ Leão XIII. *Arcanum Divinae Sapientiae*. 1880, n. 11 p. 104. In: *Documentos da Igreja*. 2005.

⁹² Leão XIII. *Diuturnum Illud*. 1881, n. 7. p. 151. In: *Documentos da Igreja*. 2005.

⁹³ Leão XIII. *Immortale Dei*. 1885, n. 1. p. 237. In: *Documentos da Igreja*. 2005.

distinguem diante dos outros. Todo soberano deve fixar seus olhos em Deus, de quem emana todo poder, e aprendendo com Ele deve “*assegurar o bem público*”⁹⁴, devem ter consciência de que deveram prestar contas de seus atos, portanto todo Estado tem deveres religiosos.

A *Libertas* trata da liberdade humana e dos ensinamentos da Igreja a esse respeito. A encíclica começa falando que a liberdade é um atributo de todos os seres providos de inteligência e razão; o uso dela pode conduzir a males ou a benefícios. Com Cristo a humanidade ganhou nova dignidade, a Igreja como sua continuadora se encarregou de promover a liberdade humana.

Depois de mostrar o desenvolvimento da liberdade, a *Libertas* critica o mau uso da liberdade, onde o Papa analisa bem o momento histórico onde está inserido. Ao mesmo tempo a encíclica defende o direito de escolha, clamando aos cidadãos que saibam fazer bom uso das liberdades instituídas em cada Estado:

A Igreja não condena forma alguma de governo, contanto que seja em si mesma apta para proporcionar o bem aos cidadãos, mas exige, de acordo com a natureza, que cada uma dessas formas seja constituída de tal modo que não viole o direito de ninguém e respeite particularmente os direitos da Igreja[...] aprova que todos unam os esforços para o bem comum, e que cada um, segundo a sua possibilidade trabalhe para a defesa, a conservação e a prosperidade do Estado.⁹⁵

Publicou também cartas que falam positivamente dos avanços da ciência e da sociedade no século XIX, argumentando a favor de uma reconciliação entre a Igreja e a modernidade, e da unidade da Igreja. Mas foi a encíclica das questões sociais que o tornou conhecido, publicada em 1891, a *Rerum Novarum* (15/5/1891), que aparece com uma proposta conciliadora entre patrões e empregados.

A atuação, como cardeal na Bélgica, aproximou o Papa da realidade da industrialização, portanto, ao escrever a *Rerum Novarum*, não falava de algo desconhecido, como também não era uma simples manifestação contra o socialismo. A *Rerum Novarum* faz uma análise da sociedade fruto do avanço industrial, criticando as condições dos trabalhadores, onde

⁹⁴ Leão XIII. *Immortale Dei*. n. 8. p. 239. In: *Documentos da Igreja*. 2005.

⁹⁵ Leão XIII. *Libertas*. 1888, n. 75-76. p. 340. *Documentos da Igreja*. 2005.

Leão XIII, segundo Paul Johnson, “*insistindo em que os operários recebessem salários justos e tivessem permissão para constituir ‘associações’ em defesa de seus direitos...*”.⁹⁶

O posicionamento do Papa diante do mundo moderno foi firme, mostrando que a Igreja permanecia sólida em seus princípios e assumindo a responsabilidade com as causas sociais como uma missão. Critica o socialismo como uma subversão da sociedade, que retira a liberdade não dando o direito de escolha, nem valorizando as potencialidades e talentos humanos, como está expresso no Compêndio da Doutrina Social da Igreja:

A *Rerum Novarum* enumera erros que provocam o mal social, exclui o socialismo como remédio e expõe, precisando-a e atualizando-a, a doutrina católica acerca do trabalho, do direito de propriedade, do princípio de colaboração contraposto à luta de classe como meio fundamental para a mudança social, sobre o direito dos fracos, sobre a dignidade dos pobres e sobre as obrigações dos ricos, sobre o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade, sobre o direito a ter associações profissionais.⁹⁷

A encíclica propõe orientações éticas, mostrando que o trabalho não é uma mercadoria e que a justiça é natural e superior às legalidades, portanto Leão XIII fala de justiça social, que somada à solidariedade se constitui o núcleo da Doutrina Social da Igreja. O Papa rejeitou o 'laissez faire' do liberalismo e também a solução apresentada pelo socialismo, para ele, explica Exequiel Gutierrez, “*não se trata de abolir a propriedade privada, mas de estendê-la, fazendo de cada homem um proprietário e alcançando, assim, a 'desproletarização' dos assalariados*”.⁹⁸

Ele argumenta em defesa da família como a “*sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda sociedade civil*”⁹⁹, que tem todo direito de propriedade para proteger e bem cuidar dos filhos através de um patrimônio que garanta seu futuro. A família tem direito de exigir que o Estado lhe proporcione o bem estar, por ter prioridade sendo esta anterior ao Estado. Como o Estado pode, por sua vez, interferir caso uma família apresente desestruturação, onde os direitos são violados mutuamente. A *Rerum*

⁹⁶ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...*, 2003, p. 279.

⁹⁷ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Pontifício Conselho “Justiça e Paz”. 2005, p. 60.

⁹⁸ GUTIERREZ, Exequiel R. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. 1995, p. 27.

⁹⁹ Leão XIII. *Rerum Novarum*. 1891, n. 23. p. 427. In: *Documentos da Igreja*. 2005.

Novarum, afirma Paul Johnson, “*costuma ser chamada de ‘estatuto dos trabalhadores’, muito embora o tom geral fosse conservador*”.¹⁰⁰

Mas o Estado não pode abolir a autoridade da família, pois é ela que ordena, que conduz e torna os filhos membros de uma sociedade mais ampla. “*Assim, substituindo a providência paterna pela providência do estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família*”.¹⁰¹

Leão XIII condena a luta de classes que estabelece um conflito perpétuo, gerando conflitos e violências. Essa visão, para ele, é equivocada, pois as classes necessitam umas das outras para produzir equilíbrio na sociedade, “*não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital*”.¹⁰²

A encíclica também se posiciona sobre as obrigações dos operários e dos patrões. Ao operário compete cumprir o contrato que assumiu com o patrão sem ofender ou usar de violência, respeitando-o e evitando cair em falsos discursos. Ao patrão cabe respeitar a dignidade do operário, também como cristão, lembrando que do trabalho provém a honra. O patrão precisa conceder condições de trabalho, com carga horária adequada para sexos e idades, e implantar um salário justo, como está expresso na ***Rerum Novarum***:

O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem de sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, que o operário, não seja entregue á sedução e ás solicitações corruptoras, que nada venham enfraquecer o espírito de família nem seus hábitos de economia.¹⁰³

Com a *Rerum Novarum* a Igreja revigora e põe em prática a doutrina social, compatível com o seu conjunto de dogmas, e se apresenta apta para enfrentar e marcar território nos tempos modernos. Ao longo de todo o século XX ao tratar de questões sociais é a esta encíclica que se recorre como modelo, como a que colocou a Igreja diante dos problemas modernos, respondendo e desafiando a todos que consideravam a Igreja ultrapassada.

¹⁰⁰ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouros dos Papas...* 2003, p. 279.

¹⁰¹ Leão XIII. *Rerum Novarum*. 1891, p. 18. Documento A Voz do Papa. 2002.

¹⁰² Leão XIII. *Rerum Novarum*. 1891, p. 22. Documento A Voz do Papa. 2002.

¹⁰³ Leão XIII. *Rerum Novarum*. 1891, p. 23. Documento A Voz do Papa. 2002.

A característica mais marcante do pontificado de Leão XIII foi sem dúvida a diplomacia, buscando preservar a liberdade dos católicos dentro dos Estados europeus, embora não tenha alcançado todos os resultados esperados. Conseguiu promover um diálogo com a Alemanha de Otto Bismarck, insistiu em manter uma relação com a Suíça, que apesar dos esforços manteve-se tensa por muito tempo.

Com a França, apesar dos esforços, foram poucos os avanços. Onde a batalha pelo controle da educação foi acirrada, Fischer-Wollpert fala que essa empreitada foi um verdadeiro fracasso, devido às várias leis anticristãs em vigor na França; na Itália a possibilidade de acordos foi nula:

O Estado Pontifício fora suprimido e o papa assim como seu antecessor vivia como um prisioneiro no Vaticano. (por várias décadas os papas não saíram, por isso, do Vaticano, para viagens maiores). Quando na noite de 13 de julho de 1881, os restos mortais de Pio IX deveriam ser levados da basílica de São Pedro para São Lourenço Extramuros, fanáticos nacionalistas atacaram o cortejo e tentaram jogar o cadáver do papa no rio Tibre. Leão esperava conseguir mais adiante uma conciliação com o Quirinal, recebendo, para tal fim, também o apoio de V. Bismarck. Mas foi baldada a iniciativa. Não se chegou a um entendimento. Ao contrário, a partir de 1890, o relacionamento se deteriorou ainda mais.¹⁰⁴

Exequiel Gutierrez diz que apesar dos esforços de Leão XIII não atingirem os objetivos esperados, não se deve deixar de perceber que seu pontificado obteve conquistas. Um aspecto bastante significativo foi o investimento nos eruditos católicos, resgatando o “*tomismo, propondo Santo Tomás de Aquino*”¹⁰⁵ como o autor mais qualificado da teologia e filosofia cristãs. O estudo renovado de Santo Tomás contribuiu positivamente para elevar o nível intelectual do clero e das elites leigas”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p.156.

¹⁰⁵ Santo Tomás de Aquino (1225-1274) é o teólogo da Inquisição, justificou a intolerância com base na lógica aristotélica na Suma Teológica, onde procurou também explicar os dogmas da fé, é um verdadeiro tratado sobre o Catolicismo “*frio, lícido, conciso, objetivo*” (p. 40). É com ele também que encontramos, com base na lógica, a explicação da condição do herege e o justo posicionamento da Igreja: “*uma vez aceita a Igreja por uma livre decisão do católico, este perdia o direito de contestá-la ou abandoná-la[...]. É justo castigar o herege pelos males que faz à Igreja, responsável pelas almas e pela vida eterna[...]. Se continuar no erro deve ser excomungado; Deus permite o surgimento das heresias a existência do mal é uma necessidade para se poder distinguir o bem, sendo que a extirpação do mal reforça o bem. O bem se nutre do mal como o leão do asno, daí a razão pela qual é impossível a Deus criar um homem sem pecado como é impossível existir um círculo quadrado*”. O herege quando necessário deve ser executado para não infectar os cristãos, a Igreja não pode relaxar. LOPEZ, Luiz Roberto. *História da Inquisição*. 1993, p. 40-41.

¹⁰⁶ GUTIERREZ, Exequiel R. *De Leão XIII...* 1995, p. 23.

Outra atitude foi ampliar os estudos da Bíblia, chegando a abrir os arquivos do Vaticano. O Papa, segundo Paul Johnson, “*a Igreja nada tem a temer da história, declarou*”.¹⁰⁷ Posteriormente, em 1902, criou a Comissão Bíblica para que os estudos tivessem continuidade de acordo com as normas exigidas.

Outro aspecto a destacar foi a tentativa de aproximação com a Igreja inglesa e com as Igrejas orientais, ampliando as relações com a Rússia e com os Balcãs. Esse novo cenário vinha do esforço diplomático de Leão XIII, na pessoa de seu secretário de Estado Mariano Rampolla. Essa política de aproximação desagradou o Império austríaco, que passou a considerar o cardeal secretário como inimigo de seu governo, pois se apresentava como favorável a outros Estados, especialmente o francês.

Leão XIII preocupado com a sucessão publicou 32 artigos como anexo à constituição, onde fala claramente sobre tentativas de intervenção italiana, na eleição papal, que devem ser denunciadas como atentado. É bom observarmos que se caso a previsão se concretizasse primeiro os cardeais tentariam impedir o Estado italiano, segundo recorreriam à Áustria e à França, e ainda a possibilidade de contar com outros Estados católicos para refúgio, caso necessário. Interessante ver em plena romanização que alguns Estados modernos permanecem católicos e em alerta para socorrer o Vaticano, mas também interessados em continuar intervindo na Igreja.

O Papa Leão XIII morreu a 20 de julho de 1903, deixando um cenário bem diferente daquele quando assumira o seu mandato, foi considerado um dos mais influentes chefes da Igreja, principalmente por ter criado o caminho para a reconciliação entre Igreja e o mundo moderno. Segundo Fischer-Wollpert, *Leão XIII*, “*elevou em todo o mundo o prestígio da Igreja, e pela sua índole afável, evitou e, por vezes, compôs desentendimentos entre a Igreja e países isolados*”.¹⁰⁸

O conclave foi aberto com a leitura das cartas de Leão XIII, clamando, segundo Alberto Melloni, pela defesa dos “*sacrossantos direitos da Santa Sé contra os usurpadores do poder temporal*”.¹⁰⁹ O conclave aconteceu e mais uma vez se verificou os Estados recorrendo ao veto, dessa vez utilizado, para proibir o cardeal Rampolla, o mais cotado, de assumir o pontificado.

¹⁰⁷ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...*, 2003, p. 281.

¹⁰⁸ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p.157.

¹⁰⁹ Estas são palavras do próprio Leão XIII deixadas em seu testamento para os cardeais. MELLONI, Alberto *Como se Elege um Papa...* 2002, p.95.

A exclusiva foi utilizada pelo imperador austro-húngaro, seguindo a regra de observar o primeiro e o segundo escrutínio para poder intervir, se caso o candidato a ser vetado realmente estivesse prestes a ser eleito. Portanto, a eleição de 1903 acabou tomando novos rumos, o cardeal Giuseppe Sarto que no começo do processo de eleição contava com poucos votos, acabou agregando, com o afastamento de Rampolla, apoio de vários cardeais e vencendo o conclave com 50 votos, entre 62 votantes.

4. Pio X (1903-1914)¹¹⁰

*Restaurar tudo em Cristo*¹¹¹

O cardeal Sarto, depois de uma eleição tensa e da tentativa de se esquivar do pontificado, acabou aceitando a decisão do conclave e se tornando o novo Papa com o nome de Pio X, eleito em 4 de agosto de 1903. Na primeira encíclica datada do dia 4 de outubro de 1903, apresenta seu programa e o lema com o qual vai conduzir a Igreja Restaurar tudo em Cristo.

Como cardeal e patriarca de Veneza desenvolveu reformas para renovar a Igreja, ficando conhecido como um bispo pastoral, considerava que era sua missão elevar a Igreja a ponto de ela não ser manchada pelas impurezas do tempo moderno. Tarefa que procurou levar adiante como Papa.

A partir de 1900 a situação começou a se tornar mais amena, prevalecendo como característica a luta por condições jurídicas que garantissem autonomia ao Papa, é uma continuidade da luta pela Romanização, como nos apresenta Giacomo Martina:

¹¹⁰ Giuseppe Sarto nasceu em 1835 em Riese (Treviso), era o segundo de dez irmãos; aos 15 anos foi para o seminário em Pádua, foi ordenado em 1858, realizou várias atividades pastorais; como bispo reorganizou a catequese, renovou o seminário e fez oposição ao socialismo; como Papa dedicou-se com profundidade à catequese e à liturgia. *Documentos da Igreja*. (2002, p. 9-10). Sarto nasceu em Veneza em 2 de junho de 1835, em 1875 se tornou cônego de Treviso, em 1884 bispo de Mântua, em 1893 cardeal e patriarca de Veneza; foi canonizado pelo Papa Pio XII em 1954, *sua memória é o dia 21 de agosto* (p.159). FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* (1991, p.157). Giuseppe Melchiorre Sarto filho de camponeses, carpinteiro e costureira, foi nomeado ao mesmo tempo patriarca de Veneza e cardeal em 1893. Paul JOHNSON. *O Livro de Ouro dos Papas...* (2003, p. 281). Giuseppe Sarto, um camponês que chegou a patriarca de Veneza; considerado caloroso e sincero, ganhou popularidade, chegando a ser canonizado em 1954. DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores...*, (1998, p.245-246).

¹¹¹ Esse é o Lema de Pio X. que já é manifestado em sua primeira encíclica *E Supremi Apostolatus* de 4 de outubro de 1903. *Documentos da Igreja*. 2002, p. 11.

O fim do poder temporal, no juízo unânime de historiadores e de homens da Igreja, foi uma grande vantagem para o papado e para a Igreja, que, libertada das estruturas anacrônicas, agora mais de peso que de ajuda, purificou-se e conquistou maior liberdade.¹¹²

O século XX começava a presenciar um pontificado, com Pio X. Segundo Eamon Duffy, o Papa buscou basear suas reformas na praticidade, primando pela educação do clero e pela catequese, chegando ele mesmo a dar aulas de catecismo e estimulando as crianças a fazerem a primeira comunhão; promoveu a reforma da oração eclesial através do breviário e do missal; realizou campanhas para estimular os fiéis a comungarem com regularidade através do decreto em 20 de dezembro de 1905, o que já era recomendado por Trento. Como o Vaticano I foi interrompido, Duffy diz que essas reformas “*frutificaram plenamente no Segundo Concílio Vaticano II*”.¹¹³

É possível perceber que há neste momento a tentativa de chamar para mais perto o laicato, chegando a atribuir-lhe um certo grau de responsabilidade sobre algumas obras como as de caridade e as sociais, mas sempre em condição subalterna, como está expresso no catecismo de Pio X, de 1913, “*os fiéis são os batizados que professam a verdadeira fé, participam dos sacramentos e obedecem a seus pastores*”.¹¹⁴

Pio X, afirma Paul Johnson, “*preocupava-se com o padrão de culto nas igrejas católicas, e, sobretudo com a música – o que o levou a tentar restaurar o canto congregacional*”.¹¹⁵ Ficou conhecido pela sua simplicidade de vida, pela dedicação às Escrituras e pastorais, pela caridade e por uma dose de impaciência em cerimônias públicas. Ainda em vida foi considerado por muitos um santo.

Johnson ainda afirma, que seu pontificado só perdeu um pouco do brilho devido à campanha contra o modernismo. Já em 1903 incluía no Índice obras de exegetas, depois se seguiram condenações aos erros modernistas que aparecem na encíclica *Lamentabili*, (4/7/1907) e na *Pascendi Domini Gregis* (8/9/1907), onde teólogos e historiadores são incluídos na lista do Santo Ofício.

A *Lamentabili* fala com tristeza de muitos escritos que circulam procurando fragilizar os dogmas católicos; ela quer impedir que esses erros continuem se difundindo entre os fiéis,

¹¹² MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p.231.

¹¹³ DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores...* 1998, p.246.

¹¹⁴ Pio X. Apud: MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* 1996, p. 130.

¹¹⁵ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 1996, p. 283.

“criem raízes em seus corações e corrompam a sinceridade de sua fé”¹¹⁶. Por isso cabe à sagrada Inquisição Romana e Universal registrar e condenar todos esses erros.

As condenações aparecem em seis blocos mostrando os erros contra a autoridade das decisões doutrinárias da Igreja, contra a nova teoria sobre a Sagrada Escritura, contra a filosofia religiosa da nova escola, contra a Cristologia de Loisy, contra a origem dos sacramentos, contra a nova teoria sobre a Igreja e contra o evolucionismo absoluto e ilimitado. O papa assinou condenando e tornando todas proscritas. Suas três últimas proposições mostram bem o pensamento da época contra o qual, Pio X, estava travando seus embates:

A Igreja mostra-se incapaz de defender eficazmente a moral evangélica, porque adere obstinadamente a doutrinas imutáveis, que podem conciliar-se com o progresso moderno. O progresso das ciências exige que se reformem os conceitos da doutrina cristã sobre Deus, a Criação, à Revelação, a Pessoa do Verbo Encarnado e a redenção. O catolicismo atual não pode harmonizar-se com a verdadeira ciência a não ser que se transforme num cristianismo sem dogmas, isto é: num protestantismo largo e liberal.¹¹⁷

A encíclica *Pascendi*, portadora de 65 proposições, que se referiam à teologia e à exegese, aponta os erros modernos, observa que o número de inimigos da Igreja cresceu e que eles até se revestem de católicos para melhor seduzir os verdadeiros fiéis, afirma Pio X, “fazem promiscuamente o papel ora de racionalistas, ora de católicos; e isto com tal dissimulação que arrastam sem dificuldade ao erro qualquer incauto”¹¹⁸. Para Pio X, seu dever é não ficar calado.

A encíclica aponta detalhadamente os tipos de modernistas que insistem em minar a fé católica: o modernista filósofo que tem por base o agnosticismo e que professa constantemente anátemas, já apontados pelo Vaticano I; o modernista crente que se baseia especificamente na experiência individual, levando a considerar que todas as religiões são iguais; o modernista teólogo que busca conciliar fé e ciência, colocando esta última como a mais importante, trabalhando com a idéia de imanência teológica; o modernista historiador e crítico que cai no mesmo erro do agnosticismo promovendo a desfiguração das coisas religiosas.

¹¹⁶ Pio X. *Lamentabili*. 1907, n. 3, p. 97. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

¹¹⁷ Pio X. *Lamentabili*. 1907, n. 63, 64 e 65, p. 106. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

¹¹⁸ Pio X. *Pascendi Dominici Gregis*. 1907, n. 4, p. 109. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

A *Pascendi* descreveu e condenou a concepção modernista da Bíblia e do conjunto doutrinal. A partir de agora as decisões tomadas pela Comissão Pontifícia Bíblica deveriam ser aceitas por todo o corpo católico. O Papa chegou a ponto de acatar a existência de uma rede de informação para averiguar professores e pregadores, montada por seu secretário de Estado o cardeal Merry Del Val.

A Ação Católica, uma das forças da Igreja, incentivada dentro das várias nações deveria estar submetida ao crivo e orientação dos bispos. Paul Johnson diz que a severidade surtiu um grande efeito, reduzindo bastante as influências modernas. A encíclica *Fin Dalla Prima* (18/12/1903), apresenta proposições que devem constituir a base da ação popular cristã.

Fazendo alusão ao seu predecessor, Pio X, lembra as encíclicas de caráter popular que buscavam instruir a comunidade católica para desenvolver ações equilibradas. A *Fin Dalla Prima* lembra que a sociedade humana é composta de elementos desiguais, mas que formam um só corpo, com objetivos comuns. Nesse princípio deve estar baseada a Ação Cristã.

A Ação Cristã ou Democracia Cristã não deve ser confundida com a Democracia Social, pois sua base é a fé e a moral católica, portanto, deve estar limpa de qualquer ação partidária, voltada para uma ação benéfica em favor do povo. É de responsabilidade da *Opera dei Congressi e dei Comiati Cattolici* (Obra dos Congressos e dos Comitês Católicos) dirigir o movimento geral católico, obedecendo aos bispos:

Os escritores católicos, por tudo o que diz respeito aos interesses religiosos e à ação da Igreja na sociedade, devem submeter-se completamente, com o intelecto e a vontade, como todos os outros fiéis, aos bispos, e ao romano pontífice[...] devem submeter-se à prévia censura do ordinário todos os escritos que dizem respeito à religião, a moral cristã e a ética natural[...] devem também fazer todo esforço e sacrifício para que reine entre eles a caridade e a concórdia[...] obedeçam prontamente, sem tergiversar e sem manifestações públicas de discordância.¹¹⁹

A encíclica *Ad Diem Illum* (2/2/1904) apresenta o ano de 1904 como abençoado pelo cinqüentenário do dogma da Imaculada Conceição. O Papa deseja que uma santa alegria envolva a todos e que o amor para com a Mãe de Deus seja renovado, expresso em verdadeira devoção para com a Virgem. Através dela, afirme ele, muitas graças foram derramadas sobre a Igreja.

¹¹⁹ Pio X. *Fin Dalla Prima*. 1903, n. 3, p. 30. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

Nessa encíclica Pio X fala da definição também da Infallibilidade, que ocorreu em momento oportuno, fazendo desabrochar a piedade. Tudo isso, segundo ele, fruto da obra de Deus intervindo nas necessidades da Igreja. “*Não teria sido por atuação admirável da divina providência que os nossos dois predecessores, Pio IX e Leão XIII, tenham podido em tempos tão sombrios governar santamente a Igreja, por um período tão longo que antes não havia sido concedido a nenhum outro pontífice?*”.¹²⁰

A encíclica *Vehementer nos* (11/2/1906) foi direcionada à França em resposta à sua lei de separação da Igreja do Estado promulgada a 9 de dezembro de 1905. Essa lei, segundo Paul Johnson, também determinou que parte das propriedades “*igrejas, presbitérios, seminários fosse investido em ‘associações religiosas’, solução aceita pelas comunidades protestantes e judaicas da França, mas repudiada por Pio*”¹²¹. A encíclica faz menção à ação de ‘seitas’ que trabalharam contra o Catolicismo dentro da nação francesa.

Outra medida tomada por Pio X foi a de criar uma comissão para reformular o Código de Direito Canônico (1904), substituindo o *Corpus Iuris Canonici*. O anúncio surpreendeu e incomodou a muitos que chegaram a dizer que essa atitude lembrava o código napoleônico, trazendo a lembrança de tempos que queriam esquecer. Em 1907, o Papa convocou os beneditinos para procederem na revisão da Vulgata. A partir de 1908, Pio X passou a reformular a Cúria, diminuindo o número de Congregações e redistribuindo tarefas.

Com Pio X nasce o movimento litúrgico, antes apenas esboçado, no século XIX. A liturgia, para ele, era fruto do espírito contemplativo dos mosteiros renovados. A liturgia, então, se torna ou retorna ao centro da vida cristã. Em seu moto-próprio *Tra le sollecitudini* (20/10/1903), Pio X afirma que:

Sendo nosso vivíssimo desejo que o verdadeiro espírito cristão refloresça totalmente se mantenha em todos os fiéis, é necessário prover, antes de tudo, a santidade e a dignidade do templo, onde precisamente os fiéis se reúnem para beber este espírito de sua primeira e indispensável fonte, que é a participação ativa nos sacrossantos mistérios e na oração pública e solene da Igreja.¹²²

A primeira etapa do movimento litúrgico se estende de 1909 a 1959, se estendendo até o papado de Pio XII, quando se processou a reforma na liturgia. A primeira parte desta etapa,

¹²⁰ Pio X. *Ad Diem Illum*. 1904, n. 4. p. 34. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

¹²¹ Cf: JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003.

¹²² Pio X. *Tra le sollecitudini*. Apud: FLORES, Juan Javier. *Introdução à Teologia Litúrgica*. 2006, p. 81.

1909-1914, corresponde à mudança que provém dos mosteiros, com o grande objetivo de voltar às fontes e cuidar do problema espiritual.

Pio X coloca Cristo de volta ao centro da vida litúrgica, acompanhado de seus mistérios. A movimentação passou a ser grande em torno da liturgia, especialmente a partir de 1912 com o aparecimento da Biblioteca Litúrgica, que começou a publicar missais dominicais, o ritual dos fiéis e a liturgia dos defuntos. Infelizmente, diz Juan Flores, “*a guerra interromperá esse início cheio de esperança*”.¹²³

Com a *Acta Apostolicae Sedis* (1/1/1909), Pio X criou um boletim administrativo com a finalidade de divulgar todos os decretos papais. Nesse mesmo ano reordenou o tribunal eclesiástico e estabeleceu as visitas dos bispos de cinco em cinco anos. Outro aspecto reforçado foram os estudos bíblicos com a fundação de um Instituto Bíblico de Roma. Os seminários também foram reformados em seus estudos teológicos e o ensino religioso aprimorado com o novo catecismo que ganhou outra dimensão. Sobre as reformas de Pio X, Fischer-Wollpert afirma:

Profundamente significativas foram, nesse pontificado, as divergências sobre O Catolicismo reformista e o modernismo. Alguns professores de teologia da Alemanha desejavam uma renovação do catolicismo adaptado à época (pelo que foram erroneamente denominados ‘modernistas’). Entraram com isso em conflito com o magistério da Igreja. Os verdadeiros ‘modernistas’ declaravam os dogmas da Igreja símbolos mutáveis da verdade religiosa. Seus representantes se encontravam, sobretudo, na França, na Inglaterra e na Itália. Pio X condenou tal interpretação, através de um decreto de 3 de julho de 1907. Pela encíclica *Pascendi dominici gregis*, de 8 de setembro de 1907, o modernismo foi designado como cloaca de todas as heresias. A partir de 1º de setembro de 1910, todos os candidatos a ordens religiosas e todos os curas de alma deviam prestar juramento antimodernista.¹²⁴

Outro problema a ser resolvido era a questão da exclusiva, que havia explodido na primeira eleição do século XX, o que deixou Pio X com a difícil tarefa de defender o conclave das intervenções políticas. Para ele sua missão era clarificar a ação eclesiástica, apesar de restrito ao Vaticano, principalmente em tempos de prisão, o Papa não deixou de ser uma figura internacional, por isso ele acreditava que deveria primar pelo conclave.

¹²³ FLORES, Juan Javier. *Introdução à Teologia Litúrgica*. 2006, p.86.

¹²⁴ O juramento permaneceu em vigor até 1967. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p.158.

Sem contar que a luta pela romanização era uma realidade concreta no dia a dia de Roma, e permitir abertamente intervenções era deixar a Igreja em fraca posição. Os tempos mudaram, mas a sua autonomia religiosa devia ser mantida na nova configuração do poder republicano, agora vigorando na maioria dos Estados.

Segundo a *Vacante sede apostólica* (dezembro de 1904), o conclave devia manter a necessidade da reclusão, como forma de proteção aos eleitores e a necessidade da maioria dos cardeais estarem enclausurados, podendo delegar representantes, sob tutela, para tomada de decisões rápidas, quando necessárias.

Os cardeais não podiam legislar durante o intervalo entre um Papa e outro, no período de vacância. O lugar da eleição não foi mencionado, preocupação do XIX, mas a clausura foi respeitada, pois o segredo é fundamental bem como sua defesa, o que garantiria a proteção do cardeal dentro do seu Estado de origem, ao mesmo tempo garantindo sua obediência a Roma.

A exclusiva, então, caiu na ilegalidade, sendo proibida qualquer possibilidade de intervenção, quebrando os laços seculares com Portugal, Espanha, Áustria e França. O Papa ainda acrescentou o escrutínio duplo, em vez de dois votos ao dia passam a ser dois votos pela manhã e dois pela tarde.

É a Igreja Romana se impondo ao mundo moderno. Segundo Alberto Melloni, “*Pio X condena severamente as negociações prévias em favor de um candidato, as manobras para organizar capitulações eleitorais e a simonia – a antiga tentação de mercantilizar as responsabilidades eclesíásticas*”.¹²⁵

Entre suas preocupações não estava a relação internacional, não deu muita importância para o Oriente, como fizera seu antecessor, mas apesar de estar mais preocupado com a reforma interna, demonstrou um certo apoio ao Império Austro-Húngaro, pois para ele este representava uma barreira católica contra o avanço russo, ortodoxo.

Os últimos dias de seu pontificado foram tensos pela aproximação da guerra. Em 2 de agosto de 1914, o Papa convocou os povos à paz e à oração pela paz, deixando escrito as seguintes palavras: “*Daria de bom grado a minha vida, se com isso pudesse resgatar a paz na Europa*”.¹²⁶ Morre em 20 de agosto de 1914, quando a guerra já havia iniciado. De

¹²⁵ MELLONI, Alberto. *Como se elege um Papa...* 2002, p. 104.

¹²⁶ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p. 159.

acordo com Fischer-Wollpert, “*seu pontificado ficou marcado pela sua personalidade impressionante. Ingressou na história como o Papa da liturgia e o papa da eucaristia*”.¹²⁷

Num mundo tão turbulento os cardeais precisavam escolher o novo Papa. Ao morrer Pio X, via-se no Vaticano, um clima de divisão entre um candidato que manteria a linha antecessora e os opositores, insatisfeitos com os rigores de Pio X, apostando em uma descontinuidade. Não foi um conclave fácil de resolver, após votações incertas e apertadas, o cardeal Della Chiesa venceu:

5. Bento XV (1914-1922)¹²⁸

Queremos oferecer de bom grado nossa vida pela paz no mundo¹²⁹

Della Chiesa a 3 de setembro de 1914 foi eleito, passando a denominar-se Benedito XV. Ficou evidente que a linha oposta venceu, o novo Papa era declaradamente rampolliano, foi uma espécie de virada no jogo já que na eleição anterior esse grupo ficou com a minoria dos votos. Sua primeira medida foi substituir o secretário de Estado, representante da linha radical que queria deixar de lado.

Assumi na turbulência da Primeira Guerra Mundial e já em seu primeiro discurso, a 8 de setembro, descreveu a guerra como um “*espetáculo monstruoso e flagelo da ira de Deus*”¹³⁰. De tendência diplomática, era contra a guerra, procurou cercar-se de auxiliares que garantissem as novas concordatas, entre eles os dois futuros Papas. Conseguiu amenizar o antagonismo entre Igreja e nação italiana, especialmente com a presença de

¹²⁷ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Idem. 1991, p. 159.

¹²⁸ Giacomo Marchese Della Chiesa nasceu em 21 de novembro de 1854 em Gênova; se tornou presbítero em 1878, passando a prestar serviço diplomático a partir de 1882; em 1907 se torna arcebispo de Bolonha; em 1914 passa a ser cardeal; ficou conhecido como o Papa da justiça e da paz. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* (1991, p.159). Giacomo Della Chiesa nasceu em 1854, de família tradicional, fez os estudos em sua cidade, Gênova e doutorou-se em Teologia no Colégio Caprânica em Roma; quando concluiu os estudos passou a auxiliar Mariano Rampolla na nunciatura de Madri, acompanhando-o quando se tornou secretário de Leão XIII; em 1901 tornou-se substituto da Secretaria de Estado e passou a lecionar diplomacia na Academia dos nobres; 1907 arcebispo de Bolonha, cardeal em 3 de setembro de 1914. *Documentos da Igreja*. (2002, p. 291-292). Giacomo della Chiesa, foi assessor do pontificado de Leão XIII, arcebispo de Bolonha em 1907, passa a ser cardeal três meses antes do conclave que o elege em 1914. DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores...* (1998, p.253). Morreu rapidamente em 22 de janeiro de 1922. JOHNSON, Paul.. *O Livro de Ouro dos Papas...* (2003, p. 289).

¹²⁹ Estas foram as últimas palavras de Bento XV no leito de morte. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p. 160.

¹³⁰ Bento XV. *Ubi Primum In Beati*. In: *Documentos da Igreja*. 2002, p. 292.

capelães nas trincheiras para diminuir o sofrimento dos soldados. Além de promover a aproximação com a França, através da canonização de Joana D'Arc em 1920.

Bento XV estabeleceu diálogo entre católicos e anglicanos, se aproximou do Oriente principalmente através da criação, em 1917, da Congregação para as Igrejas orientais e o Pontifício Instituto para os Estudos Orientais dirigidos pelos jesuítas, que foi encarregado de estudar as igrejas orientais: sua história, teologia, espiritualidade e o direito. Este foi considerado o primeiro passo para o ecumenismo.

O Papa concluiu a organização dos códigos, iniciada no pontificado anterior, que foi publicada com o nome de *Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico), em 1917 no dia de Pentecostes; permanecendo em vigor até 1983. Também diminuiu o número de livros proibidos.

Procurou também intervir na guerra através de um plano de paz com sete pontos, propondo o desarmamento e uma intervenção internacional. Enviou o plano, para todos os países envolvidos no conflito, mas a resposta não foi positiva, pois os países desconfiaram que o Papa estava ao lado dos opositores, outros ainda o consideraram ingênuo. Segundo Fischer-Wollpert:

Diante disso, procurou Bento pelo menos mitigar os mais terríveis sofrimentos da guerra, com o auxílio a feridos, ajuda aos prisioneiros de guerra, fornecimento de alimentos, etc. Do mesmo modo, empenhou-se pelo alívio dos desajustes do após-guerra. Em 1917, o Papa enviara o jovem Eugênio Pacelli, mais tarde Pio XII, como núncio, para a cidade de Munique.¹³¹

Durante a guerra criou um escritório de desaparecidos, para a família entrar em contato com o prisioneiro, instruindo o clero para visitas que confortassem os prisioneiros de guerra, além de ajudar os países que sofriam com a guerra. Johnson diz que “*deu tanto deu tanto da riqueza do vaticano que foi preciso levantar um empréstimo para o seu enterro*”.¹³²

Nas encíclicas *Allorché Fummo Chiamati* (28/7/1915) e *Dès le Début* (1/8/1917), o Papa se direciona às potências beligerantes, fazendo apelo para o desfecho da guerra. Nelas, ele fala do horror da guerra, da situação em que a Europa se encontra, lembrando aos chefes

¹³¹ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p.159.

¹³² JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003, p. 288.

dos Estados que deverão prestar contas diante de Deus. “*Elevamos novamente o grito de paz, e renovamos um caloroso apelo a quem tem na mão a história das nações*”.¹³³

A guerra abalou o andamento das missões, por isso o Papa rendeu-lhe especial atenção. Chocando-se com os países imperialistas, a encíclica *Maximum Illud* (30/11/1919) solicitava maior preparo do “*clero indígena nos territórios missionários e instruindo a congregação encarregada das atividades missionárias da Igreja a estabelecer seminários regionais para o treinamento de padres locais*”.¹³⁴

Bento XV clamou por maior incremento e desenvolvimento das missões, pois a fé deve ser propagada sem medir esforços, inclusive estimulando o aparecimento e enraizamento de um clero nativo “*que seja instruído e educado como convém... não se deve formar um clero local de classe inferior, para ocupar apenas funções secundárias, mas que, estando à altura do seu sagrado ministério, possa um dia assumir ele próprio o governo de uma cristandade*”.¹³⁵

Em sua encíclica *Humani Generis Redemptionem* (15/6/1917), o Papa mostra sua preocupação com a pregação da Palavra de Deus, falando como é bela a missão do escolhido para desempenhar essa tarefa. Mas, lembra acima de tudo, que este ofício foi dado aos bispos, já afirmado por Trento, portanto, só os enviados podem exercê-lo.

Os bispos, pede Bento XV, devem ser sempre vigilantes para que não permitirem que outros se arvorem da pregação; mas o bispo também pode escolher seus auxiliares, avaliando-os e selecionando-os adequadamente de acordo com a necessidade de cada diocese.

Em caso de escolha errada ou negligência, o Papa lembra que o bispo prestará contas diante de Deus e da Igreja. “*Não permitais que ninguém se introduza no rebanho sem autorização vossa, e apascente a seu arbítrio as ovelhas de Cristo. Ninguém, portanto, doravante exerça pregações sagradas nas vossas dioceses, se vós não tiverdes antes chamado e aprovado*”.¹³⁶

Na *Pacem, Dei Munus* (23/5/1920), Bento XV clama pela paz, que embora firmada está longe de ser uma realidade, pois era evidente entre os povos a hostilidade e a chama das antigas rivalidades. O Papa considerou que tudo isso é fruto de uma civilização que se

¹³³ Bento XV. *Dès le Début*. 1917, n. 4. p. 337. *Documentos da Igreja*. 2002.

¹³⁴ JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003, p. 289.

¹³⁵ Bento XV. *Maximum Illud*. 1919, n. 9. p. 351. *Documentos da Igreja*. 2002.

¹³⁶ Bento XV. *Humani Generis Redemptionem*. 1919, n. 7. p. 323. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

voltou para o progresso, que golpeou o Cristianismo; portanto, afirma ele, é preciso resgatar a caridade cristã que pede que se ame a inimigos e irmãos, e, sobretudo fazer-lhes o bem.

Em outra encíclica, a *Annus Iam Plenus Est* (1/12/1920), Bento XV, continua falando das conseqüências da guerra. O quadro de miséria se alastrou, a calamidade atingiu as famílias separando os entes queridos. O apelo que esta encíclica fez foi pela solidariedade e caridade, especialmente pela aproximação do Natal. O apelo vai aos povos cristãos para que “*dêem alguma coisa que traga algum alívio às crianças doentes e enfraquecidas, onde quer que se encontrem*”.¹³⁷

Outro passo importante foi a reunião que o secretário de Estado do Vaticano, Gasparri, realizou com Benito Mussolini, apesar de não obter muitos avanços representou uma preparação para o Tratado de Latrão, que foi efetivado pelo seu sucessor. O Papa também se preocupou com a fome na Rússia, mas não encontrou apoio para esse projeto. Não se opôs à criação de escolas de política e à organizações sindicais, chegando mesmo a estimular a presença de católicos nos sindicatos.

Bento XV primou pela infalibilidade. Continuou sendo realizada a eleição só por cardeais, mas aberto para suspensos, interditos e excomungados; o eleito devia aceitar automaticamente “*o poder de jurisdição e todos os poderes de vigário de Cristo e usufruir as prerrogativas do romano pontífice, dentre as quais as de poder livremente renunciar ao cargo sem que ninguém possa contestar sua decisão*”.¹³⁸

A eleição de 1922 permaneceu exclusivamente européia, com a impossibilidade de um deslocamento rápido, por barco, para chegar no tempo estipulado. Apesar de Merry Del Val ser o mais cotado e o secretário Gasparri também estar concorrendo, o cardeal Achille Ratti foi o eleito. No final de seu pontificado de Bento XV, o Vaticano havia melhorado sensivelmente as suas relações diplomáticas, podendo contar naquele momento com 27 países em seu território.

¹³⁷ Bento XV. *Annus Iam Plenus Est*. 1920, n. 5. p. 427. In: *Documentos da Igreja*. 2002.

¹³⁸ MELLONI, Alberto. *Como se Elege um Papa...* 2002, p. 114-115. O Codex mantém o número de 70 para os cardeais, distribuídos entre 6 cardeais bispos para as funções de decano, cardeal Ostiense e o carmelengo, 50 cardeais padres e 14 cardeais diáconos. p. 115.

6. Pio XI (1922-1939)¹³⁹

“A Paz de Cristo no Reino de Cristo”¹⁴⁰

Achille Ratti foi confirmado, em 6 de fevereiro de 1922, como o novo Papa com o nome de Pio XI. Paul Johnson diz que apesar do nome que escolheu, nutria profunda admiração pela linha diplomática de seu antecessor, tanto que uma de suas primeiras medidas foi confirmar o cardeal Gasparri no cargo de Secretário de Estado, que também fora secretário de seu antecessor, Bento XV.¹⁴¹

Um de seus primeiros atos foi abrir a janela do Vaticano que estava fechada a 52 anos, para dar a benção *Urbi et Orbi*, surpreendendo a todos e mostrando com esse gesto, seu interesse e disposição de reconciliação com o mundo italiano. Cercou de gentilezas a todos os visitantes, com uma postura diplomática, mas deixando claro que a palavra de ordem agora era obediência.

Avançou na direção da aproximação com a Itália. Gasparri que já havia iniciado o diálogo com Mussolini, no pontificado anterior, deu continuidade às negociações com o Estado italiano. E em 1929, foi possível, através do Tratado de Latrão (11/02), uma concordata com a Itália. O documento tinha três direcionamentos.

Em primeiro lugar, estabelecia que: o Vaticano se tornava independente com total soberania em seus domínios; permitia linhas abertas de comunicação entre o Vaticano e o mundo e a neutralidade em conflitos internacionais. Em segundo lugar aparecia a definição das relações entre Igreja e Itália. E por último a Itália se comprometia a indenizar a Igreja pela perda dos Estados Pontifícios.

¹³⁹ Ambrogio Damiano Achille Ratti, nasceu próximo a Milão em 31 de maio de 1857; especializou-se em teologia, direito canônico e filosofia; em 1879 foi ordenado presbítero; como encarregado geral da Biblioteca Ambrosiana entrou em contato com grandes expoentes da cultura européia; como núncio da Polônia manteve relações diplomáticas com Viena e Berlim; em 1921 foi nomeado cardeal; seu pontificado se localiza entre as duas guerras mundiais. *Documentos da Igreja*. (2004). Achille Ratti nasceu em 31 de maio de 1857 em Desio (junto a Monza). FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* (1991, p. 161). Nasceu em 1857, filho de um dono de fábrica, estudou em Roma e foi professor do grande seminário em Milão, depois funcionário da Biblioteca Ambrosiana, depois foi para a própria Biblioteca do Vaticano, onde foi diretor em 1914; foi visitador e Núncio na Polônia em 1918; tornou-se cardeal e arcebispo de Milão seis meses antes de se tornar Papa. Morreu em 10 de fevereiro de 1939. JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003, p. 290. Achille Ratti, durante o pontificado de Benedito XV foi o bibliotecário do Vaticano, estudava paleografia medieval; arcebispo de Lepanto em 1919 e Núncio na Polônia, onde foi prisioneiro do comunismo, com o qual travou ferrenho combate em seu pontificado. DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores...* (1998, p. 255).

¹⁴⁰ Programa de governo de Pio XI. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...* 1991, p. 161.

¹⁴¹ Cf: JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas...* 2003.

Os dois lados pareciam satisfeitos. Mas com o passar dos anos ficava claro que Mussolini havia se enganado ao querer silenciar a Igreja com as concessões feitas a ela. Pois, a Igreja passou a exercer sua autonomia não permanecendo dependente do Estado Totalitário, o que fica evidente quando a Igreja não apoiou a Itália em suas investidas em direção a outros Estados.

O embate se mostrou principalmente pela defesa de Pio XI à Ação Católica, que era a menina dos olhos do Papa. Em 1931, Mussolini proibiu a organização da juventude da Ação Católica, o Papa retribuiu atacando o fascismo através de uma encíclica. Mesmo com retaliações a juventude católica continuou atuante.

Em sua encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (29/6/1931), onde denuncia a perseguição às organizações católicas, posicionando contra o fascismo que tentou, segundo o Papa, “*ferir de morte tudo o que era e que será sempre mais querido ao nosso coração de pai e pastor das almas*”¹⁴². Pio XI, exaltou a solidariedade da Ação Católica e agradeceu pelo trabalho que realizava.

O Papa denunciou a dissolução das associações universitárias e juvenis da Ação Católica, que foi realizada com tal ímpeto, que parecia uma perseguição a um grupo maléfico. A polícia cumpriu tão a risca as ordens do Estado, que chegou a usar de violência contra associações fora de sua lista, como os oratórios e a Congregação das Filhas de Maria. Para Pio XI, foi um atentado contra “*a verdade e a justiça*”.¹⁴³

Sua encíclica *Quadragesimo Anno* (15/5/1931), mostra a preocupação com a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, resgatando o princípio da *Rerum Novarum* e mostrando a distância entre Catolicismo e socialismo. Na data de comemoração dos quarenta anos da encíclica social, uma violenta crise econômica pairava sobre a Europa. Nesse contexto Pio XI fala aos trabalhadores pela garantia da dignidade do trabalho e a defesa de seus interesses.

Com a *Rerum Novarum*, diz Pio XI, “*nasceu uma verdadeira ciência social católica... impôs-se mesmo à atenção daqueles mesmos que, separados da unidade católica, não reconhecem a autoridade da Igreja*”¹⁴⁴. A repercussão da encíclica foi grande e proporcionou o advento de muitas associações para prestar auxílio entre diversos grupos de

¹⁴² Pio XI. *Non Abbiamo Bisogno*. 1931, n. 1. p. 336. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁴³ Pio XI. *Non Abbiamo Bisogno*. 1931, n. 12. p. 341. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁴⁴ Pio XI. *Quadragesimo Anno*. 1931, n. 20-21. p. 279. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

trabalhadores: operários, agricultores, jornalheiros e artistas entre outras; todas elas passando a seguir as diretrizes da Igreja e a liderança do clero.

Na encíclica *Quas Primas* (11/12/1925), aparece a instituição da Festa de Jesus Cristo Rei, contra a secularização. O Papa começa falando do afastamento dos homens em relação a Jesus, o que causa grandes problemas em sua vida. Portanto, para ele, era vital que todos compreendessem que só de Cristo vem a paz e a esperança, para que se acredite em tempos melhores.

Cristo é chamado de Rei desde o Antigo Testamento e com sua vinda esse valor se exaltou, como já afirmara o Concílio Trento, “*Jesus Cristo foi dado aos homens como Redentor no qual devem pôr a sua confiança, e ao mesmo tempo como legislador ao qual devem obedecer*”¹⁴⁵. Como o Reino é proposto a todo o gênero humano, afirma Pio XI deve ser reconhecido por todos, mesmo os que não professam a fé católica.

A encíclica *Divini Illius Magistri* (31/12/1929), trata da educação da juventude cristã. Começa falando do crescimento na área pedagógica, o que mostra a preocupação com as gerações futuras. A educação se apresentada como uma missão. Não se deve errar na educação, ela deve seguir o modelo divino, pois, segundo Pio XI, quando Deus conduziu seu Filho mostrou que “*não se pode dar-se educação adequada e perfeita se não a cristã*”.¹⁴⁶

A *Rerum Ecclesiae* (28/2/1926), aborda as missões como dever da Igreja, afirma Pio XI, de “*tornar participante dos frutos da redenção todo gênero humano, dilatando por toda a terra o Reino de Jesus Cristo*”¹⁴⁷. O trabalho missionário continuava crescente e o Papa relembra os esforços, que sempre estiveram presentes em seu pontificado, para a diminuição do paganismo.

A encíclica também apresenta a defesa de um clero nativo, confirmando as diretrizes de Leão XIII, com formação adequada à dignidade sacerdotal. Pio XI, clama a todos os fiéis que durante as missas rezem a Deus para que a fé cresça e com ela o número de missionários para que nunca falem “*operários para a Messe*”.¹⁴⁸

Em *Mortalium Animos* (6/1/1928), aparece a preocupação com a unidade religiosa. Pio XI, enfatiza o erro do ecumenismo que leva à idéia crescente de ‘pancristãos’ que “*uniram-*

¹⁴⁵ Pio XI. *Quas Primas*. 1925, n. 9. p. 53. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁴⁶ Pio XI. *Divini Illius Magistri*. 1929, n. 5. p.164. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁴⁷ Pio XI. *Rerum Ecclesiae*. 1926, n. 1. p 68. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁴⁸ Pio XI. *Idem*. 1926, n. 5. p. 72. cf. Mt 9,38.

se em sociedades largamente difundidas, as quais, embora sobre coisas de fé cada um esteja imbuído de uma doutrina diferente, são, mais das vezes, dirigidas por acatólicos”¹⁴⁹

Nenhum católico, diz o Papa, deve concordar com isso, pois só existe uma Igreja criada por Cristo, e “*a mística Esposa de Cristo jamais se contaminou com o decurso dos séculos nem, em época alguma, poderá ser contaminada*”¹⁵⁰. Muitos filhos se afastaram da casa paterna e só poderão recuperar a paz e encontrar o verdadeiro culto na Igreja Católica, afirma Pio XI.

Com esse mesmo rigor o Papa apresentou a encíclica *Casti Connubii* (31/12/1930), sobre o matrimônio cristão. Ele vem combatendo todos os erros daqueles que tentam romper os laços sagrados do grande sacramento. O seu objetivo é “*provar a divina instituição do matrimônio, a sua dignidade de sacramento e a sua inquebrantável perpetuidade*”¹⁵¹. Trento já confirmara a indissolubilidade do matrimônio, afirmando que ele provém de Deus.

Pio XI, lembra ainda que a vontade é tanto divina como humana, pois o matrimônio é um “*dom generoso que uma criatura humana faz a outra da sua própria pessoa, por todo o tempo da sua vida*”¹⁵², e que os frutos são os filhos, a fidelidade e o próprio sacramento. Insere o divórcio entre as liberdades perversas, bem como a emancipação da mulher.

O sacerdócio católico aparece, como destaque, na encíclica *Ad Catholici Sacerdotii* (20/12/35). Pio XI, diz ter escrito para que os sacerdotes sejam reconhecidos por sua missão e estimados pelos fiéis. O Papa lembra que a humanidade recorre aos sacerdotes desde seus primórdios, sua dignidade foi ampliada pela revelação divina, Cristo.

Pio XI, afirma que, “*seu ofício, com efeito, não tem por objeto as coisas humanas e transitórias, mesmo quando pareçam dignas de estima e louvor, senão as coisas divinas e eternas*”¹⁵³. O novo sacerdote é superior ao antigo, especialmente no que corresponde à pureza do corpo e da alma. Segundo o Papa:

Não basta ao sacerdote e à sua dignidade purificar a alma e limpar a língua e lavar as mãos e ter limpo o corpo inteiro, enquanto oferece o corpo vivo de Cristo, mas, em todo o tempo, deve ser puro, porque foi posto como mediador entre Deus e o gênero humano[...] espetáculo digno de ardente admiração e tão

¹⁴⁹ Pio XI. *Mortalium Animos*. 1928, n. 5. p. 107. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁵⁰ Pio XI. *Idem*. 1928, n. 16. p. 117.

¹⁵¹ Pio XI. *Casti Connubii*. 1930, n. 5. p. 209. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁵² Pio XI. *Casti Connubii*. 1930, n. 10. p. 211. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁵³ Pio XI. *Ad Catholici Sacerdotii*. 1935, n. 11. p. 456. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

freqüente na Igreja Católica é ver jovens levitas antes de receberem ordem sagrada do subdiaconato, isto é, antes de se consagrarem inteiramente ao serviço e ao culto de Deus livremente renunciarem aos gozos e às satisfações que poderiam fruir honestamente em outro gênero de vida. Dizemos 'livremente', pois que, se depois da ordenação já não são livres de contrair núpcias terrenas, chegam entretanto à mesma ordenação, não constringidos por nenhuma lei ou pessoa, senão por sua própria e espontânea vontade.¹⁵⁴

A *Caritate Christi* (3/5/1932), apresenta a preocupação com a caridade, solicita aos fiéis orações e expiações ao Sagrado Coração de Jesus. Pio XI, fala dos males que assolaram a humanidade, “*deplorável condição de coisas, que faz gemer o nosso coração paterno e nos faz sentir cada vez mais intimamente a necessidade de imitar, na medida da nossa insignificância, o sublime sentimento do Coração Santíssimo de Jesus*”.¹⁵⁵

Esta encíclica quer sensibilizar as sociedades a refletir sobre os valores divinos e a caridade ao próximo, ambos precisam estar conectados, afirma o Papa, pois, só assim, se cumpre a vontade de Deus e se revela um bom cristão. Acrescenta falando do imenso desejo pela paz, implorando em especial aos governantes para que façam as escolhas certas pensando no bem comum.

Na década de 1930 assumiu o cargo de Secretário do Vaticano, Eugênio Pacelli. Pio XI o enviara para ser Núncio na Alemanha e agora parecia ser o mais indicado para o cargo, já que o grande problema que a Igreja enfrentava vinha de lá. Através dele muitas concordatas foram assinadas entre Vaticano e Alemanha. Pacelli teve que se esforçar para que pelo menos alguns itens fossem cumpridos por Adolf Hitler.

Foi justamente contra o descaso da Alemanha que a encíclica *Mit Brennender Sorge* (14/3/1937) foi escrita. Contrabandeada e lida na Alemanha, tornou ainda mais tensa a relação entre o Reich e o Vaticano. A encíclica condenava o racismo e o poder totalitário, onde o Papa analisava a concordata de 1933, que os alemães não cumpriram, apesar de todos os esforços da Igreja.

As idéias que circulavam na Alemanha mostravam um certo desprezo pelo Cristianismo, especialmente por ter sua origem no Oriente e uma íntima relação como o Judaísmo. Entre os alemães, passou a circular uma literatura de caráter pagão, reduzindo Deus ecomparando-o com outros deuses. Pio XI, então, afirma:

¹⁵⁴ Pio XI. Idem. 1935, n.49 e 51. p.477-479.

¹⁵⁵ Pio XI. *Caritate Christi*. 1932, n.3. p. 406. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

Vigiai, veneráveis irmãos, contra o abuso crescente, que se manifesta na Palavra e na escrita, de empregar o nome três vezes santo de Deus, como uma “legenda que se inscreve, vazia de sentido, sobre qualquer produto, mais ou menos arbitrário, da especulação ou do sentimento humano; e procurai que tal aberração encontre entre os vossos fiéis a vigilante repulsa que merece. O nosso Deus é um Deus pessoal, transcendente, onipotente, infinitamente perfeito, único na trindade das pessoas e trino na unidade da essência divina, criador do universo, Senhor, Rei e último fim da história do mundo, que não admite, nem pode admitir, outras divindades junto de si.¹⁵⁶

A *Divini Redemptoris* (19/3/1937) trata do comunismo bolchevista e ateu, que se apresentava como o maior perigo de todos os tempos. Pio XI recorda os seus antecessores que já haviam condenado o comunismo, e quer por meio desta encíclica renovar a advertência contra essa ideologia, que se coloca como redentora de todos os desprovidos.

A concepção bolchevista vinha do materialismo evolucionista de Karl Marx, que colocava corpo e alma como iguais, retirando a crença na vida depois da morte. Segundo Pio XI, “*além disso, os comunistas, insistindo no método dialético do seu materialismo, pretendem que o conflito... levará a natureza `a síntese final, pode ser acelerado pelos homens*”.¹⁵⁷

Pio XI segue apontando os malefícios causados pelo comunismo ao homem, à família e à sociedade, com promessas falsas. O liberalismo tem sua parcela de culpa, pois abriu caminho para o comunismo e para todas as atrocidades cometidas contra os católicos nos países que adotaram tal concepção, que lutava contra tudo que é divino. O remédio, afirma o Papa, para esse mal é a renovação da vida cristã, através da caridade e da justiça social.

Durante seu pontificado além das perseguições religiosas desencadeadas pelo nazismo, de certa forma amenizadas pela própria guerra, pois as forças foram direcionadas para outros grupos; a Igreja também sofreu perseguições no México e na Rússia, onde o socialismo tomou o poder e se consolidou nos moldes totalitários.

Pio XI ficou conhecido com o Papa das missões. Pois, segundo Fischer-Wollpert, “*efetivamente, seu empenho pela formação de um clero indígena e de uma hierarquia*

¹⁵⁶ Pio XI. *Mit Brennender Sorge*. 1937, n. 13. p. 528. In: *Documentos da Igreja*. 2004.

¹⁵⁷ Pio XI. *Divini Redemptoris*. 1937, 9. p. 559. *Documentos da Igreja*. 2004.

*nativa refletiram-se, entre outras iniciativas, na ordenação episcopal por ele conferida a numerosos presbíteros das terras de Missão”.*¹⁵⁸

Outros elementos que marcaram seu pontificado foram: a tentativa de estabelecer diálogos com ortodoxos e anglicanos, sem muito sucesso; criou em 1937 a Pontifícia Academia de Ciências; inaugurou a Rádio Vaticana; reintroduziu o crucifixo nas escolas, hospitais e nos tribunais; realizou 500 beatificações e 33 canonizações, entre elas de Dom Bosco, Teresa do Menino Jesus, Alberto Magno e Tomas Morus. De acordo com Fischer-Wollpert:

O pontificado de Pio XI representa um ponto alto na história da Igreja e dos últimos Papas. A solução da Questão Romana, a conclusão de numerosas concordatas, a promoção do apostolado dos leigos e do clero indígena nos países de missão, constituíram em marcos referenciais para os tempos vindouros.¹⁵⁹

Quanto ao conclave, para evitar o que ocorreu em sua eleição, problema de ausências, poucos meses após assumir tratou de convocar o primeiro consistório nomeando os novos cardeais, publicando-os com rapidez. Durante seu pontificado vários consistórios foram realizados. O conclave de 1939 pôde inclusive, esperar pelos cardeais americanos. A transição foi tranqüila, pois Eugênio Pacelli já era visto como vencedor, e se tornou o novo Papa, com a denominação de Pio XII.

¹⁵⁸ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas...*,1991, p.161.

¹⁵⁹ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Idem. 1991, p. 162.

“Acabamos de assistir a um espetáculo que assombrou o universo; a um desses acontecimentos, pelos quais dá o Altíssimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis; um trono afundado de repente no abismo que princípios dissolventes, medrados à sombra, em poucos anos lhe cavaram! Desapareceu o trono... E o altar? O altar está em pé!...”

Dom Antônio de Macedo Costa

Segundo Capítulo

Bispos Reformadores: a Romanização no Brasil do século XIX

Paralelo às transformações européias, no século XIX, que exigiram um posicionamento firme da Igreja Católica diante da modernidade, levando-a a efetivar as diretrizes tridentinas, que já havia implantado as sementes do ultramontanismo; vemos no Brasil um clero problemático e sedento de reformas e ao mesmo tempo grandes embates entre o poder temporal e o poder espiritual que culminaram na Questão Religiosa.

Os Bispos reformadores, respondendo aos apelos da Santa Sé, queriam romanizar o Brasil. Para os Bispos os grandes problemas a serem solucionados pelo Catolicismo eram: romper com os limites impostos pelo Padroado à Igreja no Brasil; e combater o catolicismo tradicional, disciplinando clero e leigos. Nas palavras de Heraldo Maués eles desejavam

aproximar a Igreja do Brasil com Roma, “*numa espécie de europeização do catolicismo brasileiro*”.¹⁶⁰

Veremos a seguir os conflitos da Igreja no Brasil durante o período imperial e o esforço de reforma empreendido pelos Bispos Reformadores, enfatizando a ação eclesiástica na Amazônia até os primeiros passos para a criação do Bispado do Amazonas.

1. A Diocese no Brasil: dos primeiros passos ao início da romanização

No Brasil o sistema de Padroado só veio dar continuidade a uma prática que Portugal já vinha exercendo desde o início do século XVI, com D. Manuel I. Segundo Ney de Souza, o Padroado foi resultado de sucessivas concessões; no caso de Portugal, essa relação começou com Eugênio IV (1431-1447), sendo continuada com Nicolau V (1447-1455), com Calixto III (1455-1458) e com Alexandre VI (1492-1503)¹⁶¹. A Bula *Inter Coetera* (1493) já apresentara as idéias de redução, submissão e conversão à fé verdadeira, como nos apresenta José Murilo de Carvalho:

Para recompensar os reis portugueses por sua luta contra os mouros e por espalhar o catolicismo pelo mundo, Roma lhes concedeu o padroado, isto é, o direito de indicar bispos, e outros privilégios menores referentes à administração eclesiástica. Dois desses privilégios assumiram grande importância no Segundo Reinado, o direito de recurso ao governo em questões de disciplina eclesiástica e o direito do placet, isto é de censurar todos os documentos provenientes de Roma, inclusive encíclicas. O padroado português foi estendido ao Brasil, cuja Constituição declarou a Igreja Católica religião do Estado e a única com direito a culto público. Padres e bispos eram funcionários públicos pagos pelo Estado. Em certo sentido, a Igreja no Brasil era mais dependente do Estado que de Roma.¹⁶²

O Papa Leão X (1513-1521), segundo Ney de Souza, concedeu direitos a Portugal em documento de 09 de janeiro de 1514, e pela Bula *Por Excellenti Præceminentia*, 12 de junho de 1514, cria a Diocese de Funchal, na Ilha da Madeira, que englobava as terras

¹⁶⁰ MAUÉS, Raymundo Herald. Uma outra invenção da Amazônia: religiões, histórias, identidades. 1999, p. 120.

¹⁶¹ SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo*. 2005.

¹⁶² CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. 2007, p 150.

brasileiras¹⁶³. É importante observar que todas as concessões, durante a existência do Padroado, são feitas por vontade do Papado.

Por força do Padroado o Estado Português sempre predominou sobre a Igreja, em terras brasileiras. Para Augustin Wernet a “*crislianização e evangelização das terras descobertas tornaram-se parte integrante da própria expansão colonial portuguesa*”¹⁶⁴. Aos reis então cabia estabelecer missões, fundar paróquias e nomear padres e bispos para a administração eclesiástica das diversas localidades.

Mesmo submetidos à Coroa portuguesa, os eclesiásticos constituíam uma das elites coloniais, e, portanto, são portadores de poderes e privilégios especiais. Ao ser implantada uma administração mais central, o Governo Geral no Brasil, e criada a vila de Salvador, surgiu a necessidade de instalar no Brasil uma Diocese. E assim ficava firmado o compromisso entre D. João III e o Papa Júlio III (1503-1513), através da Bula *Super Epecula Militantis Ecclesiae*, de 25 de fevereiro de 1551, nascia a Diocese em Salvador.

Para assumir o Bispado foi escolhido Dom Pedro Fernandes Sardinha, com a responsabilidade de fazer cumprir a determinação da Bula de criação, que declarava que tudo deve ser feito mediante a deliberação da realeza. Assim, a existência do Padroado estava fixada, onde o rei passava a ser, como afirma Riolando Azzi, o “*verdadeiro chefe da Igreja no Brasil*”.¹⁶⁵ Ao Papa competiria a confirmação dos atos do rei, que deveria se encarregar da catequese e evangelização, como também do culto, e da nomeação e sustento dos sacerdotes. Segundo Azzi:

Por efeito do padroado, a Igreja não gozou nunca no Brasil, de independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da colônia estiveram inteiramente nas mãos da Coroa, que deles se ocupava através de um departamento de sua administração, a Mesa da Consciência e Ordens. A implantação da Igreja no Brasil, portanto, foi feita numa dependência direta da Coroa lusitana através do padroado.¹⁶⁶

Apesar das limitações da Igreja no Brasil, devemos observar que um Bispo corresponde a alguém que possui poder, tanto pela referência da religião que o põe na liderança de muitos,

¹⁶³ SOUZA, Ney de. *Catolicismo...* 2005.

¹⁶⁴ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. 1987, p. 19.

¹⁶⁵ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador*. 2001, p. 109.

¹⁶⁶ Essa afirmação corresponde ao tempo que durou o período do Padroado, após a separação Igreja/Estado, as relações se deram de outra forma. AZZI, Riolando. *A Sé Primacial...* 2001, p. 110.

quanto pela educação; e sem deixar esquecer que muitos vinham de famílias influentes, destacando também a boa formação que recebiam. Pedro Paiva chama atenção para “o reforço da autoridade dos preladados no interior do campo dos poderes da Igreja”.¹⁶⁷

Após a implantação da primeira Diocese, outras foram sendo criadas de acordo com a necessidade do Padroado. O Rio de Janeiro, que se tornou Prelazia em 1576 na administração do Papa Gregório XIII (1572-1585), e passou à condição de Diocese em 1676 pelo Papa Inocêncio XI (1676-1689), tendo como seu primeiro Bispo Dom Manuel Pereira. Logo em seguida o Maranhão passou a ser Diocese em 1677 também por autorização de Inocêncio XI, pela Bula *Super Universas*, seu primeiro Bispo foi Dom Gregório dos Anjos.¹⁶⁸

A Diocese de Olinda foi criada no mesmo ano e pela mesma Bula, seu primeiro Bispo foi Dom Estevão Brioso de Figueiredo. A Diocese do Pará foi criada em 04 de março de 1719 pelo Papa Clemente XI (1700-1721), mas só foi efetivada em 13 de julho de 1721, tendo como primeiro Bispo Dom Frei Bartolomeu do Pilar. A Diocese de São Paulo foi criada em 22 de abril de 1745, pela Bula *Condor Lucis Aeternae* do Papa Bento XIV (1740-1750), tendo como primeiro Bispo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira.¹⁶⁹

Assim, o número de Diocese no Brasil até o final do século XVIII era muito reduzido, para um território extenso. Para cada Diocese criada havia uma imensa responsabilidade. A Diocese do Pará, englobando praticamente toda a Amazônia, vai permanecer com essa dimensão até o nascimento da Diocese de Manaus, em 1892.

Dom Romualdo Antônio de Seixas: um Bispo reformador

Na transição do século XVIII para o XIX, muitas mudanças ocorreram em terras brasileiras. Destacamos o aparecimento de uma elite brasileira intelectual, que se une aos ideais da metrópole para a implantação do Estado luso-brasileiro. Essa nova intelectualidade se desenvolveu longe da influência jesuítica; suas bases passaram a ser os

¹⁶⁷ PAIVA, José Pedro. Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777). In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro & SOARES, Mafalda (org.). *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Ipm. De Ciências Sociais, 2005, p. 47.

¹⁶⁸ Cf: AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador*. 2001.

¹⁶⁹ Cf: AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador*. 2001.

ideais pombalinos, que expressavam a nova concepção que exigia padres iluministas. De acordo com Augustin Wernet:

A Igreja não deveria ser mais do que um instituto de educação moral. Os seus sacerdotes seriam moralizadores, educadores e professores do povo. O próprio sermão devia perder o seu caráter dogmático e reduzir-se a uma espécie de magistério. O pregador iluminista seria, sobretudo um instrutor.¹⁷⁰

Para Carlos Villaça, as relações do Estado com a Igreja no século XIX, estavam “*longe de haverem constituído segundo a doutrina católica, se instauraram na base da heresia galicana e pombalina, que, derivada do jansenismo*¹⁷¹, *constitui forma de protestantismo*”¹⁷². Portanto, caminhava para uma nacionalização gradativa desde que o placet fora reavivado em 1765, renovando os laços do Padroado.

A religião passou a ser simplificada, agora sem o obstáculo jesuíta; a base continuaria sendo o Catolicismo desde que se adequasse aos novos direcionamentos. Com o elemento religioso minimizado, observa-se, segundo Wernet, “*uma laicização da cultura religiosa e clerical*”.¹⁷³

¹⁷⁰ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista...* 1987, p.28.

¹⁷¹ Jansenismo: corrente rigorista do catolicismo. Seu nome vem de Cornélio Jansen ou Jansenius, bispo de Yprés (1585-1638) e autor de *Augustinus* (edição póstuma, 1640). Persuadido da corrupção absoluta da natureza humana, salva somente pela graça de Deus que predestina à salvação, ele recusava qualquer interpretação otimista do mundo. Opunha em particular à interpretação dos Jesuítas, que procuravam afastar os católicos das posições protestantes atenuando as proposições sobre a graça (agostinianismo). O *Augustinus* foi condenado por heresia pelo Papa em 1653. Sofreu condenações pontifícias em 1705 (Bula *Vineam Domini*) e 1713 (Bula *Unigenitus*). *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 167-168.

¹⁷² VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. 2006, p.89.

¹⁷³ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista...* 1987, p. 29.

Para Dilermando Vieira, o Estado permitia, assim, a existência de “*irmandades*”¹⁷⁴ *comandas pelas elites brancas, em sintonia com a mentalidade regalista, não apenas se sobrepunham à autoridade episcopal, como também intervinham em assuntos meramente religiosos*”.¹⁷⁵

A relação de Padroado, submetendo o padre ao poder temporal foi gradativamente lhe criando outros hábitos, ou reforçando certos vícios, por isso era comum ver padres envolvidos com a política, distantes de uma vida celibatária e com uma “*relação amistosa com a maçonaria*”¹⁷⁶, como afirma Murilo de Carvalho. Sem cair em generalizações, verificamos que o clero estava distante do projeto romano. Dilermando Vieira apresenta um diagnóstico do clero brasileiro:

No tocante aos padres, além do esvaziamento do sentido profundo do ministério sacerdotal, as limitações impostas pelas imensas distâncias geográficas, aliadas às dificuldades econômicas do país, foram um motivo a mais para que a fé do povo, onde negros e mestiços eram maioria, seguisse livremente seu curso.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Irmandades: exemplo de catolicismo herdado do período colonial, as confrarias eram associações corporativas organizadas por leigos e sediadas nas igrejas. Denominavam-se irmandades ou ordem terceiras, sendo que as últimas se diferenciavam das primeiras por estarem ligadas às ordens religiosas. Podiam reunir membros de diferentes origens sociais, estabelecendo solidariedades verticais, mas também servir como associação de classe, profissão, grupo étnico ou cor. Após a Constituição de 1824, que estabelecia princípios liberais para a distinção social entre cidadãos e não-cidadãos, o governo imperial procurou proibir distinções de cor e origem étnica – típicas do período colonial – nos textos dos compromissos das irmandades que lhe eram encaminhados para a aprovação. Entretanto, como essa diretriz dificilmente foi seguida, pois era quase impossível supervisionar seu cumprimento, as irmandades tendiam a reproduzir as hierarquias sociais tradicionais, apresentando distinções econômicas, ocupacionais ou de cor. Assim, ao longo do século XIX, ainda existiam irmandades preponderantemente ligadas a comerciantes ou negociantes e seus dependentes, como também irmandades de ‘pardos’ e ‘pretos’... O motivo primeiro dos compromissos das irmandades era manter o incentivo à devoção ao santo (ou Nossa Senhora), protetor, mas incluía o recebimento de benefícios por parte dos membros, tais como proteção à miséria, auxílio na doença, invalidez e morte... As festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros, ou a outros, eram o momento máximo na vida dessas associações. Nesses momentos, afirmava-se a força daquela devoção, e a de seus próprios membros, criando-se uma oportunidade de arrecadação dos fundos necessários para a assistência, pois se aproveitava a ocasião para a cobrança das mensalidades atrasadas. O dia da festa, além de ser o momento solene de distribuição dos benefícios e da caridade, representava o melhor caminho para a ostentação da riqueza e prestígio da irmandade... A historiografia tem registrado o gradativo declínio das irmandades, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, muito em função do surgimento de novas sociabilidades, como as sociedades literárias, os teatros e as festas de Carnaval, por exemplo, além da crítica sistemática da Igreja às práticas religiosas dessas associações. Segundo as lideranças da Igreja católica, a maior parte das irmandades se preocupava somente com o luxo das festas e com a ostentação de seus membros, distanciando-se das determinações do papa, em especial, por abrigarem maçons e anticlericais exaltados. Aliás, esta última crítica foi o grande estopim da chamada Questão Religiosa em 1872. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. 2002, p. 190-191.

¹⁷⁵ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil*. 2007, p. 42.

¹⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. 2007, p. 151.

¹⁷⁷ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. 2007, p. 42.

Havia, portanto, segundo Dilermando Vieira, “*um contínuo descrédito para com o clero da Colônia e do Império que a sucederia*”¹⁷⁸. Os que ocupavam cargos no Estado olhavam para os padres como se fossem seus subalternos, “*não titubeando em submeter sacerdotes e até bispos a constrangimentos e humilhações*”¹⁷⁹, afirma ainda Vieira. Pela Constituição Imperial, artigo 5, o Catolicismo era a religião oficial “*a proteção do Padroado, reconhecido pela Santa Sé, transformara-se em tutela*”.¹⁸⁰

Os padres eram poucos e separados por enormes distâncias, com dificuldades de comunicação e com poucos recursos, recebendo uma cômputa insuficiente. Em várias regiões eram encontrados padres empobrecidos que recorriam a outras atividades de onde poderiam tirar seu sustento, como também aqueles conseguiram uma vida mais confortável. De acordo com Cristiano Matos, “*havia padres negociantes, taverneiros, fazendeiros, advogados, proprietários de movimentados postos de ferrar cavalos*”.¹⁸¹

Outro aspecto marcante na relação Estado/Igreja era o tímido crescimento das Dioceses, ficando evidente o controle exercido pelo Estado sobre a vida eclesiástica no Brasil, reforçando seu caráter pombalino, que restringia a atuação da Igreja para melhor fiscalizar os seus passos, no sentido de conduzi-la a um ajuste com o projeto nacional. Carlos Villaça nos apresenta o quadro das Dioceses:

Ao começar o segundo Reinado, somos uma só Província eclesiástica, a Sé metropolitana em Salvador. Oito bispados. Belém, Mariana, Olinda, São Luís, São Paulo, Rio, Cuiabá, Goiás. Dioceses criadas no período colonial, exceto Cuiabá e Goiás, de 1826. Porto Alegre, em 1846. Fortaleza e Diamantina, em 1854. Durante trinta e seis anos, até 1890, não se criaram novas dioceses.¹⁸²

O século XIX despontava como porta-voz da modernidade, o que significava que tudo o mais que não fizesse parte desse novo projeto de sociedade era considerado ultrapassado. Dois momentos marcaram a tensão entre Igreja e Estado no Brasil. O primeiro de 1826 a 1842, encabeçado pelo grupo dos regalistas¹⁸³, ao qual pertencia o padre Diogo Feijó, que

¹⁷⁸ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O Processo de Reforma...* 2007. p.33.

¹⁷⁹ VIEIRA, Dilermando Ramos. *Idem*, 2007, p.33.

¹⁸⁰ Constituição Brasileira de 1824. Apud: VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento...* 2006, p.88.

¹⁸¹ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. 2002, p. 44.

¹⁸² VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento...* 2006, p.89.

¹⁸³ Os regalistas têm como propósito a construção de uma igreja nacional, que em primeira instância atenda aos interesses do Estado. “A introdução do regalismo, com suas variantes de ‘frebonianismo’, ‘josephismo’ e

propunha uma ‘igreja brasileira’, ligada formalmente a Santa Sé, mas em perfeita sintonia com a realidade nacional.

Os regalistas eram a favor da dispensa do celibato, mas sem abandonar a elevação moral. O celibato era, talvez, o ponto mais polêmico de discordância, chegando a gerar até o medo de um cisma na Igreja. Nessa primeira fase, em contraposição, já se apresenta em organização o grupo ultramontano ou conservador.

O segundo momento mostrou uma luta mais acirrada, foi conduzido pelo grupo ultramontano¹⁸⁴, passou de moderado a reformista, e se apresentou endurecido e consciente da necessidade de uma reforma católica. Os responsáveis pela implantação dessa nova fase foram os Bispos brasileiros, propunham, segundo Cristiano Matos, “*uma Igreja mais centralizada, com nítidas preocupações doutrinárias e disciplinares*”.¹⁸⁵

O escolhido para ser o líder da Igreja no Brasil em sua nova fase, a imperial, veio da ala ultramontana, Dom Romualdo Antônio de Seixas¹⁸⁶. Com ele verificamos os primeiros passos da reforma eclesiástica no Brasil, através dos acontecimentos que se seguiram, alterou a relação entre Estado e Igreja no Brasil, durante o século XIX.

A Igreja só reconheceu a independência brasileira em 1827, por isso o Arcebispado da Bahia ficou vacante até esta data. Dom Romualdo de Seixas assume como Primaz do Brasil, em 1828, pela Bula *Romanorum Pontificum Vigilantia*, de Leão XII (1825-1829), é considerado um dos grandes nomes da história da Igreja no Brasil, foi um homem de grande influência no catolicismo brasileiro.

‘galicanismo’, oriundo, portanto, não apenas da França, mas também de outros países europeus católicos como a Bélgica, os Países Baixos, a Áustria e os pequenos Estados da Alemanha do Sul, foi facilitada pela tradição portuguesa do padroado”. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista...* 1987, p.31.

¹⁸⁴ Destacam-se: Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia; Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1875); Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo (1852-1861), e no fim do período imperial. Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará (1861-1890). MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 48.

¹⁸⁵ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 47.

¹⁸⁶ Dom Romualdo Antônio de Seixas (Marquês de Santa Cruz): nasceu em Camutá, província do Pará, a 7 de fevereiro de 1787. Foi educado pelo tio, padre Romualdo de Souza Coelho, e prosseguiu os estudos em Lisboa, na Congregação do Oratório. Aos 18 anos já era excelente orador sacro, aos 19 recebeu a primeira tonsura e passou a lecionar latim, retórica e filosofia no seminário episcopal. Aos 21 anos como subdiácono passou a ser o porta voz do Bispo do Pará no Rio de Janeiro, resolvendo assuntos com a Família Real, de quem recebeu o posto de Cônego e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Aos 23 anos como presbítero, assumiu como pároco em Camutá e em seguida como Vigário Geral da província. Em 12 de outubro de 1826 foi nomeado o primeiro cardeal primaz do Brasil imperial, confirmado pelo Papa em 20 de maio de 1827, sendo sagrado no Rio de Janeiro a 28 de outubro. Tomou posse da Bahia em 31 de janeiro de 1828. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil...* 2002, p.203.

Segundo Riolando Azzi, o governo episcopal de Dom Romualdo (1827-1860), foi dividido em duas fases: a primeira se estende até 1839, onde se destaca como deputado ativo pela Província do Pará; e a segunda de 1840 até o final de seu mandato, onde desenvolve atividades intensamente pastorais. Em sua atuação já percebemos claramente a transição de uma Igreja envolvida diretamente com as coisas do Estado e a necessidade da reforma interna, do Catolicismo no Brasil.

Dom Romualdo encontrou o clero em situação precária, longe de uma vivência espiritual e influenciado pelo espírito liberal, que carecia de uma urgente reforma; essa foi uma de suas principais bandeiras. O celibato representava um dos grandes desafios, muitos padres não o cumpriam, essa era uma realidade que se apresentava nas várias localidades do Brasil. Os bispos reformadores encontraram muitos obstáculos para colocar em prática seus projetos.

Sua defesa do celibato foi reconhecida pelo Papa Gregório XVI, e Dom Romualdo agradeceu através de uma epístola, onde expressa sua fidelidade ao Sumo Pontífice e ao celibato. Ao mesmo tempo o documento do Arcebispo é também uma resposta ao grupo dos regalistas que tinham como uma de suas metas a quebra do celibato.

[...] (O Bispo) que revogasse ou dispensasse o celibato arrostaria abertamente as terminantíssimas decisões da Igreja Universal e se erigira em Juiz Supremo, para conceder o que nem os Concílios Gerais, nem os Supremos Pontífices têm julgado conveniente conceder, e o que a mesma Comissão confessa não ser possível obter do papa reinante. Então o bispo que assim procedesse não se colocaria fora da comunhão da Igreja Romana, e daquele centro, donde se deriva, segundo a expressão de São Cipriano, a unidade do Sacerdócio? [...] São os cânones e não eu quem infligiria semelhantes penas ao Bispo que, a despeito de tantos oráculos e do uso constante da Igreja e contradição com seu chefe, ab-rogasse a lei disciplinar do celibato [...]¹⁸⁷

Como o governo de Dom Romualdo foi o mais demorado na Bahia e num período crucial, coube a ele empreender a reforma moral do clero; sua luta foi por um clero sem função civil e afastado das contaminações do mundo, chegando mesmo a suspender o padre que não usasse o hábito. A Bahia experimentava, afirma Riolando Azzi, “o primeiro

¹⁸⁷ SEIXAS, Dom Romualdo Antônio de. Apud: MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 63.

esforço da hierarquia eclesiástica para segregar o clero do ‘mundo profano’, conforme o espírito do Concílio tridentino”.¹⁸⁸

O Arcebispo exigia do clero retidão moral e espiritual, promovendo forte campanha contra os padres que eram negligentes, segundo Ronaldo Vainfas os “*chamava de ‘indignos mercenários’, por negarem os sacramentos aos pobres que não podiam pagá-los*”¹⁸⁹. Buscou também reforçar a hierarquia eclesiástica diante da crescente influência das Irmandades.

Dom Romualdo introduziu no Brasil, a 3 de junho de 1830, a prática das Conferências Eclesiásticas, que foram iniciadas no século XVI em Milão e difundidas após o Concílio de Trento; com o intuito de melhorar o nível cultural dos padres. Observa-se em Dom Romualdo a preocupação de seguir os princípios de Trento, que, aliás, passou a ser prática constante da Igreja no XIX, especialmente no que diz respeito à formação do clero e às diretrizes devocionais.

A criação do Seminário foi o primeiro passo para a realização desse projeto. O Seminário que encontrou em 1828, quando tomou posse, encontrava-se em situação precária tanto financeiramente quanto moralmente. Por isso, precisou ser reestruturado e só em 12 de março de 1834, estava pronto para funcionar.

Em 1852, em carta pastoral de 12 de janeiro, Dom Romualdo comunicava também a criação de um seminário menor. Um passo importante foi colocar os Lazaristas¹⁹⁰, ou Padres das Missões, para dirigirem o seminário. Sobre os missionários lazaristas, Riolando Azzi nos informa que eram dedicados:

à catequese de crianças e adultos; divulgação de catecismos; insistência na prática da confissão e da comunhão freqüente; restauração da paz e da harmonia entre as pessoas e grupos sociais; prioridade ao povo pobre e simples do campo; ação promocional entre pobres e camponeses; linguagem simples e prática em suas pregações; promoção das primeiras comunhões.¹⁹¹

¹⁸⁸ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador*. 2001, vol 2, p. 101.

¹⁸⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil*... 2002, p.203.

¹⁹⁰ Um dos principais instrumentos dos Bispos reformadores foi a Congregação das Missões ou ‘Lazaristas’, fundados por São Vicente de Paulo, em 1625.

¹⁹¹ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial*... 2001, vol 2, p. 48.

Nas décadas que se seguiram, outro grupo de religiosos passaram a ser os mais expressivos nas missões, os Capuchinhos, passando também a atuar nas cidades, com eloqüência e divulgando cantos e corais. Em suas atividades, praticavam um apelo forte ao emocional.

Em relação às irmandades, foi firme nas exortações àquelas que tinham caráter de superstição; procurava conter os abusos cometidos por essas irmandades. Dom Romualdo considerava-as uma imoralidade e um atraso, que impedia a ‘civilização’. Ao mesmo tempo aprovou o compromisso de algumas irmandades, obedientes à hierarquia, como a do Bom Jesus da Lapa, encarregada do zelo da igreja, do patrimônio e da festa de 06 de agosto.¹⁹²

O Arcebispo deu sua permissão para a Conferência de São Vicente de Paulo, que foi implantada em Salvador e depois foi levada a outras províncias. Os Vicentinos atendiam aos órfãos e arrecadavam fundos para a vinda das Filhas da Caridade, que assumiriam a educação dos pobres e o atendimento aos doentes.

Dom Romualdo ficou entre o Padroado e Romanização, sendo o representante maior da Igreja no Brasil estabeleceu uma relação amistosa com o Império, sagrando D. Pedro II e recebendo dele o título de Marquês de Santa Cruz, ficou ao lado do Império no posicionamento contra a Cabanagem, e foi membro da Academia Real das Ciências de Munique e do IHGB.

Mas acima de tudo foi um grande defensor da Igreja Católica procedendo a pequenas reformas que foram fortalecendo-a nas terras brasileiras, preparando assim, o terreno para a grande reforma do Catolicismo empreendida pelos Bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX. Segundo Ronaldo Vainfas:

D. Romualdo foi um dos pioneiros, no seio do alto clero brasileiro, a adotar uma política romanizadora, ciosa da formação de um clero melhor preparado, menos subserviente ao Estado e mais ligado às diretrizes do papado, embora, na verdade, o movimento mais intenso de romanização da Igreja no Brasil tenha ocorrido na segunda metade do século XIX.¹⁹³

¹⁹² Cf: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. 2002.

¹⁹³ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil...* 2002, p.203.

Dom Romualdo governou o Arcebispado da Bahia por 32 anos, deixando muitas sementes que floresceram ao longo da segunda metade do século XIX. Contribuiu para que a Igreja no segundo Reinado se tornasse, de acordo com Hugo Fragoso, “*mais católica romana e menos nacional*”¹⁹⁴. Faleceu em Salvador a 29 de dezembro de 1860, aos 73 anos.

2. Os Bispos Reformadores: romanizando a Amazônia

No século XVIII, quando a Diocese do Pará¹⁹⁵ foi criada é perceptível que as relações se davam de forma conflituosa. A Coroa portuguesa criou a Junta das Missões neste local em 1701, e desde o começo se deu a disputa pelo poder, acentuando-se com a posse do primeiro Bispo do Pará, Dom Frei Bartolomeu do Pilar, que, segundo Márcia Mello, “*buscava dividir a presidência da Junta com o Governador e não apenas auxiliá-lo nas demandas a ela pertinente*”¹⁹⁶.

Apesar dos esforços em fazer valer o que acreditava, que a Junta tinha um caráter eclesiástico, Dom Bartolomeu não se saiu vitorioso, o poder continuou nas mãos do Governador. A única manifestação em reconhecimento do Bispo era quanto ao lugar de seu assento, para evitar mais atritos e pelo sentimento religioso, lhe conferiam o lugar de honra nas reuniões da Junta; há aqui uma clara disputa de poder. Foi um conflito que se fez sentir também com o segundo Bispo Dom Guilherme de São José. Márcia Mello diz que a Junta configurou um instrumento de poder e de controle do Estado Português na Amazônia.¹⁹⁷

Os primeiros tempos do Bispado paraense começaram agitados, pareciam anunciar que nesta Província muitos conflitos se desenrolariam no século que se iniciava, o XIX. A partir daqui adentramos os momentos de tensão com os Bispos reformadores no Pará. De 1721

¹⁹⁴ FRAGOSO, Hugo. A Igreja na Formação do estado Liberal (1840-1875). In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. 1992, p. 144.

¹⁹⁵ A Diocese do Grão-Pará foi criada pela bula Copiosus in Misericórdia do Papa Clemente XI de 13 de novembro de 1720, e pela Carta Regia de 24 de maio de 1724 e Decreto de 26 do mesmo mês e ano instituída, sendo sufragânea do patriarcado de Lisboa. SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de. *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*. 1988.

¹⁹⁶ MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Conflitos e Jurisdição na Constituição das Juntas das Missões no Atlântico Português (séculos XVII e XVIII)*. Comunicação feita no Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005.

¹⁹⁷ MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Conflitos e Jurisdição...* 2005.

até 1841 oito Bispos passaram pela Diocese do Pará, cuja administração também incluía o Amazonas.

Dom Afonso de Moraes Torres: caminhando para a Romanização da Amazônia

O início do século XIX apresenta a crescente influência do liberalismo que também chega à Amazônia, mas ao mesmo tempo se verifica, de acordo com Arthur Reis, “*um retorno consciente à velha fórmula da catequese intensiva e da ação penetrante dos religiosos na obra de civilização do extremo-norte*”¹⁹⁸. Dom Romualdo de Souza Coelho¹⁹⁹ percebendo que seu clero “*estava, na sua quase totalidade, contaminado pelas novidades liberais*”²⁰⁰, diz Reis, buscou redirecionar o clero para a vida espiritual.

A Diocese do Pará se encontrava em precárias condições, sem recursos financeiros, com um vasto território para administrar, e o maior de todos os problemas era a carência de sacerdotes para atuar na região. Em 1838 um relatório apresentado ao presidente da Província fazia um balanço das necessidades da Diocese.

Havia três vigararias gerais: a da capital, a do Baixo Amazonas e do Alto Amazonas. A primeira, com trinta e sete paróquias, das quais sete não tinham párocos; a segunda, com vinte e quatro paróquias, sendo sete desservidas de párocos; a terceira, com vinte e nove paróquias e uma missão, das quais desenove estavam sem párocos.²⁰¹

Dom Romualdo Coelho, diante do movimento da cabanagem que eclodiu na região, considerou segundo Reis, que “*era uma consequência do abandono espiritual em que viviam as populações do vale*”²⁰²; e inclusive alguns dos poucos padres acabaram por se envolver com os cabanos. O Bispo denunciava o abandono da região, culpando a má administração das diretorias de índios, que tinham sido entregues a civis.

¹⁹⁸ REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p.72.

¹⁹⁹ Dom Romualdo de Souza Coelho foi o primeiro Bispo paraense, educado por Mercedários e seu Bispo teve a duração de 20 anos. REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p. 72-74.

²⁰⁰ REIS, Arthur Cezar. *A Conquista Espiritual...* 1942, p. 72.

²⁰¹ O relatório foi apresentado pelo Cônego Raimundo Severino de Matos ao presidente Soares de Andréia em 12 de janeiro de 1838. REIS, Artur Cezar. *A Conquista...* 1942, p. 73.

²⁰² REIS, Arthur Cezar. Idem. 1942, p.74.

Foi esse o quadro encontrado pelo novo Bispo da Diocese do Pará. Dom José Afonso de Moraes Torres²⁰³, o nono Bispo, assumiu em de 1844, foi considerado um dos pioneiros na luta por uma relação mais estreita com Roma. O novo Bispo era de formação lazarista, optando depois por ser diocesano, mas parece nunca ter abandonado o espírito missionário. De acordo com João Santos, Dom Afonso “*vinculava-se à linha ‘romanista’ e dentro dessa linha promoveu toda a sua ação episcopal em sua Diocese*”.²⁰⁴

Dom Afonso Torres encontrou a Diocese ainda mais precária, empobrecida depois dos abalos da cabanagem, por isso seus esforços foram na direção, segundo Arthur Reis, de uma “*ação educativa e civilisadora*”²⁰⁵. Suas metas eclesiais primaram também pela formação do clero e pelas visitas pastorais.

Enquanto governava a Diocese paraense, ocorreu o ato governamental de 1845²⁰⁶ que tinha por objetivo a reorganização das atividades de pacificação dos indígenas. A nova diretoria de índios passava a contar com diretores civis e, em número menor, com os missionários católicos.

O clero da Diocese era considerado despreparado para as exigências sacerdotais, e muitas vezes envolvido com as disputas políticas. Por isso, a luta de Dom Afonso, foi para regenerar o clero. Além da questão moral e espiritual, os padres estavam submetidos à cônica com a qual viviam precariamente, o os levava muitas vezes a realizar outros ofícios, passando muito tempo longe das paróquias. Era comum também ver padres envolvidos com as questões políticas.²⁰⁷

Essa dependência incomodava Dom Afonso, pois para ele o clero ficava vulnerável à mercê da vontade dos poderosos, que acabavam por interferir na vida paroquial. Segundo João Santos, “*muitos padres, sob o calor desse protecionismo, prosperavam financeiramente, tornando-se senhores de terras e de escravos*”.²⁰⁸

²⁰³ Dom Afonso Torres nasceu no Rio de Janeiro em 1805. VILLAÇA. 2006, p.71. Era pároco da freguesia de Engenho Velho, no Rio de Janeiro quando seu nome foi aceito pelo Papa Gregório XVI para assumir a Diocese do Pará, depois de três anos de vacância. SANTOS, João. A Romanização a Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. 1992, p. 298.

²⁰⁴ SANTOS, João. A Romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja...* 1992, p. 298.

²⁰⁵ REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p. 74.

²⁰⁶ O ato governamental é de 24 de junho de 1845, a diretoria contava agora com a presença de 6 missionários que foram mandados para localidades diferentes, para atender as necessidades da região. REIS. Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual...* 1942, p.75.

²⁰⁷ Em 1838, quando se instalou a primeira assembléia legislativa provincial, no Pará, dos 28 deputados, 10 eram padres. REIS. Arthur Cezar Ferreira. Idem. 1942, p.76.

²⁰⁸ SANTOS. João. *A Romanização da Igreja...* 1992, p. 301.

Colocando em prática suas idéias, renovou a formação no antigo seminário e criou novos centros de formação. Colocou à frente do seminário os lazaristas, e o próprio Bispo chegou a lecionar algumas disciplinas. Considerava que um único centro de formação não era o ideal, por isso, durante o seu bispado criou em 1846, em Óbidos, o Colégio São Luiz Gonzaga; e em 1848, o seminário São José, no mesmo ano em que houve a elevação à Cidade de Nossa Senhora da Barra do Rio Negro. Fazendo menção a esse acontecimento, o jornal *A Reação* descreve:

Compreendendo a necessidade urgente de uma base religiosa que estruturasse o Amazonas do futuro, grande espiritual como geograficamente, aqui estabeleceu uma Casa de formação religiosa – o Seminário S. José, longe da sua sede episcopal, a Cidade de Belém, 924 milhas. É seu 1º Reitor o Pe. Torquato Antonio de Sousa. Era, aquela época, o Seminário S. José um motivo de glória para a Igreja do Amazonas. Pioneira da civilização, aqui se mostrava também a Igreja pioneira da causa da instrução – o Seminário é o 1º estabelecimento de ensino secundário do Amazonas.²⁰⁹

Dom Afonso encontrou muitos obstáculos para manter os seminários, mas não abriu mão da exigência da formação dos sacerdotes. Assim, os padres também contribuíam para o aprimoramento da educação, pois sendo instruído, era o mais indicado para educar, por isso, boa parte dos professores eram sacerdotes, e os que eram civis tinham recebido sua instrução nos seminários.²¹⁰

Em suas visitas pastorais, atendendo ao Concílio de Trento, mas também solicitas por D. Pedro II, pretendia além de levar a civilidade, advertir o clero em seu relaxamento para com a religião; aproveitava para aconselhar os padres a se envolverem na renovação sacerdotal. Suas visitas eram sempre atenciosas, passando em média 3 dias em cada paróquia, onde ouvia os fiéis, que se queixavam, principalmente, da existência de poucos padres. Aproveitava também, segundo João Santos, para realizar os serviços eclesiais:

crismando, celebrando casamentos, ouvindo confissões e pregando. Celebrava as missas de primeira comunhão de crianças, e fazia visitas protocolares à Câmara Municipal, onde era recebido solenemente, pelos líderes da

²⁰⁹ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p. 75.

²¹⁰ Em 1851 dos 34 professores, 11 eram padres; em 1860 dos 19 professores da Província, 11 eram padres. REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual...* 1942, p.76.

localidade. Toda a pastoral da época estava voltada para a sacramentalização.²¹¹

Dom Afonso, escreveu em 1852 um Compendio de filosofia moral e cristã onde, de acordo com Carlos Villaça, “*fala de lógica, ontologia, cosmologia, psicologia e teologia natural*”²¹², sendo sua escolástica foi considerada decadente, superficial para as exigências intelectuais do XIX. Mas, olhando por outro ângulo há um esforço de resgate do pensamento cristão.

O tempo de Dom Afonso já despontava com uma necessidade de renovação em vários aspectos. Os seminários não eram mais os únicos centros de cultura superior, já disputam esse espaço com as faculdades, percebe-se, afirma Villaça, “*uma importante mudança na orientação filosófica*”²¹³. Ao longo do Império, a vida intelectual vai se intensificando, incluindo aqueles que estarão conectados com os ideais ultramontanos que tem por base o tomismo renovado na segunda metade do XIX.

Dom Afonso Torres, renunciou após 15 anos de Bispado combatendo, segundo Joaquim Manoel de Macedo, “*padres políticos ímpios e, depois de sofrer toda sorte de indignidades, privações e até fome, renunciou ao episcopado, com a idade de 52 anos, sentindo-se velho doente e fraco*”²¹⁴. Assim, a Diocese entrou em vacância em 1859, durando três anos. Ao renunciar foi eleito deputado pela Província do Amazonas. Na Corte passou a denunciar a situação do clero.

Dom Antônio de Macedo Costa: implantando a Romanização

Antônio de Macedo Costa²¹⁵ nasceu na Bahia em 1830. Boa parte de sua formação como seminarista foi concluída na França, depois como sacerdote optou em ir para Roma ampliar

²¹¹ SANTOS, João. *A Romanização da Igreja...* 1992, p. 303.

²¹² VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento...* 2006, p. 71.

²¹³ VILLAÇA, Carlos. *Idem.* 2006, p. 72.

²¹⁴ Discurso de Joaquim Manoel de Macedo na Sessão do IHGB de 15 de dezembro de 1866. Apud: VIEIRA. David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.* 1980, p. 172.

²¹⁵ Nasceu em Moragogipe na Bahia a 7 de agosto de 1830. Foi desde cedo encaminhado para o estado sacerdotal. Entrou no seminário de Santa Teresa em 1848, Bahia. Foi concluir seus estudos na França, em Saint Suplice em 1852. Ali recebeu as ordens sacras, em 19 de dezembro de 1855. Transferindo-se para Roma, recebeu o grau de doutor em direito canônico, fazendo grande amizade com diversos cardeais que muito admiravam suas virtudes religiosas e erudição teológica. De volta ao Brasil, foi nomeado bispo do Pará; VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* 2002, p.184.

seus estudos, onde recebeu em 1859 o título de bacharel em cânones. Sua permanência na Europa reforçou o que aprendera com seu mentor, Dom Romualdo de Seixas, cultivar o espírito ultramontano.

O recém padre, como reconhecimento por uma trajetória brilhante na formação clerical, e por seu grande carisma, que causava sempre um bom efeito sobre quem o ouvia, teve suas qualidades logo reconhecidas; foi sagrado Bispo a 21 de abril de 1861. De acordo com Dom Lustosa, “*D. Pedro II ficou vivamente impressionado ao ouvir pregar o P. Antônio de Macedo Costa – que realmente impressionava pela sua eloquência e saber o jovem sacerdote*”.²¹⁶

Dom Antônio Macedo Costa, aos 30 anos, se tornou o 10º Bispo da Diocese do Pará sua posse foi por procuração em maio de 1861, e só a 24 de julho entrou no Pará; a 10 de agosto fez a entrada solene na catedral, e a 15 de agosto celebrou sua primeira missa. Permaneceu à frente desta Diocese de 1861 até 1890.

O jovem Bispo assumiu num período em que a Amazônia começava a passar por bruscas transformações com o crescente investimento na economia gomífera, gerando um grande aumento populacional. Era um momento tenso em que os bispos brasileiros respondiam e experimentavam as mudanças exigidas pelo Pontífice Pio IX, direcionados pelos ventos que sopraram do Concílio Vaticano I. As relações foram ficando cada vez mais difíceis entre os Bispos romanizantes e o Império brasileiro.

Os Bispos brasileiros lutavam pela fidelidade a Roma, não concordavam que a Igreja estivesse submetida ao Estado, o que não significava que desejassem a separação. Queriam sim que o Estado reconhece a soberania da Igreja e que continuasse defendendo sua ação sobre um país cristão. Dom Macedo seguia a linha reformadora, como Dom Afonso, inspirado principalmente na ação de Dom Romualdo Seixas que lhe serviu de modelo durante sua formação. Na condição de Bispo assumiu a liderança do Episcopado Brasileira na luta por reformas.

Apesar de seu antecessor, Dom Afonso Torres, ter iniciado a reforma romanizante, seus passos foram apenas iniciais. Dom Macedo desde quando assumiu o Pará, passou a empreender reformas, que primavam pela moralização do clero e formação de novos padres, para modificar a conduta desviante e a ausência de uma verdadeira espiritualidade.

²¹⁶ LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo*: Bispo do Pará. 1992, p. 24.

A proposta era diferenciar o padre do leigo. Recomendavam-se visitas pastorais, para conhecer a realidade das várias comunidades e instruí-los na fé verdadeira e na moral. Pela primeira vez o clero da Diocese paraense foi levado a um retiro espiritual. Dom Macedo convidava o clero a sempre ser vigilante.

Merece destaque também sua luta por um seminário que desse ao sacerdote base espiritual e intelectual; para ele a formação deveria ser completa e no meio da Amazônia não poderia faltar o estudo da língua indígena, por isso outra luta foi contra o decreto nº 3.037, de 22 de abril de 1863 que retirava do currículo dos seminários a língua indígena, ao qual rebateu: “*a funesta tendência do governo a ingerir-se na economia da Igreja como se se procurasse reduzi-la pouco a pouco à condição de um estabelecimento humano, um mero ramo da administração civil*”²¹⁷. Além da luta pela permanência da língua, Dom Macedo também denunciava as condições em que viviam os índios, falando contra sua utilização e exploração pelos comerciantes.

A luta pela integridade e formação do clero, constitui o ponto chave do projeto reformador dos Bispos brasileiros: um clero virtuoso, ilustrado e portador de intensa espiritualidade; eis o clero desejado. Quando os Jesuítas foram expulsos, o clero ficou sob a influência de jansenistas e liberais, envolvendo-se com a política partidária, sem se preocupar com a formação intelectual, sem respeito pelo celibato, se comportando como funcionários públicos apenas em busca de renda. Segundo Heraldo Maués, foi esse o clero que Dom Macedo encontrou, dividido entre liberais e conservadores, alguns ainda vinculados à maçonaria; e um laicato de tendências diversas, mas se dizendo católico, era um grande sincretismo.²¹⁸

Já em sua primeira Carta Pastoral censura os padres envolvidos com a política, que deveriam ter como preocupação salvar almas. Para combater o mal pela raiz, passou a enviar novos seminaristas promissores para uma formação mais adequada ao projeto de renovação clerical que estabelecera em sua Diocese. Dom Macedo recebera formação romanizante, e estando à frente de uma diocese buscava também transmitir ao seu clero o tipo de instrução que considerava adequado para o exercício da intelectualidade e do

²¹⁷ Dom Macedo. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992.

²¹⁸ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma Outra “Invenção da Amazônia”*: religiões, história, identidades. 1999, p. 121.

magistério sacerdotal. Maurílio Lima expressa a seguir a preocupação dos bispos brasileiros:

Antes de tudo, bispos e sacerdotes concluíram que a melhor forma da doutrina e da disciplina da Igreja Católica no Brasil deveria ser articulada às normas do Concílio de Trento. Depois os bispos se interessaram em enviar para a Europa seus alunos mais aptos, a fim de se aperfeiçoarem nos estudos eclesiásticos e de se afeiçoarem à Igreja Universal. Assim, explica-se o acontecimento que se chamou Romanização da Igreja no Brasil.²¹⁹

Dom Macedo encontrou muitos obstáculos, até mesmo em meio ao clero, talvez tenha sido esse o maior desafio. Lutar no plano exterior exigia esforços e estratégias, mas lutar internamente era desgastante e muitas vezes doloroso, pois não era fácil dizer para um sacerdote habituado a certas práticas que ele precisava se reformular, principalmente vindo de um Bispo tão novo em idade e em experiência.

Seus adversários, no clero, foram principalmente os padres Eutíquio Ferreira Rocha e Ismael Ribeiro Nery, em Belém, e Manoel Inácio da Silva Espíndola, em Manaus. Esses padres de Belém se colocaram publicamente ao lado dos protestantes, passando a atacar Dom Macedo. De todos eles o padre Eutíquio era o mais agressivo, e era reconhecidamente maçom. Ficara furioso quando o Bispo suspendera suas funções, por não estar devidamente adequado ao cumprimento da vida eclesiástica. Segundo Maurílio Lima:

A maçonaria grangeou grande reputação pela atuação desenvolvida em prol da Independência em meio à sociedade brasileira. Por essa razão, inúmeras personalidades da política, das forças armadas, das classes produtoras, da cultura e do clero filiaram-se às suas lojas, com maior ou menor convicção pelo seu ideário, no mínimo para angariar status.²²⁰

Quanto à religiosidade popular eram vistas, por Dom Macedo, como supersticiosas e nocivas deturpando o culto oficial, a proposta era incentivar um catolicismo sacramental. O combate às Irmandades se dava pelo seu caráter, já que eram mais civis, por isso Dom Macedo as queria subordinadas à autoridade eclesiástica, chegou mesmo a suspender algumas delas. De acordo com João Santos:

²¹⁹ LIMA, Mons. Maurílio César de. *Breve História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro: 2001. p. 126.

²²⁰ LIMA, Mons. Maurílio César de. Idem. 2001, p. 127.

As irmandades, na sua maioria, eram expressões classistas, reunindo elementos ligados ao poder dominante, dispondo de grande poder econômico, representado em fazendas, prédios e outros imóveis. Poucas eram as irmandades identificadas com o povo, despojadas de poder, com certa solidariedade fraterna entre seus membros. As irmandades de cunho popular, geralmente, eram dedicadas a São Benedito e, em muitos lugares, eram constituídas por negros escravos e seus descendentes, porém, sem exclusividade.²²¹

Em muitas localidades as irmandades eram os veículos para os fiéis participarem das atividades da paróquia; onde o padre era um coadjutor, apenas cumprindo um programa já traçado pelas irmandades. Uma das soluções para este problema era o incentivo às novas devoções, por isso implantou novos hábitos devocionais, como o Mês de Maria dedicado a Nossa Senhora, respondia, assim, a Roma abraçando o dogma católico recém instituído. As irmandades vão sendo aos poucos substituídas ou passando a serem dirigidas por religiosos.

A presença de religiosos na Amazônia era uma necessidade devido a escassez de padres para atuar num território tão vasto. Era uma época em que poucas ordens estavam na região, por decisão do Império; essa constituía outra luta. Para Dom Macedo era preciso ir aos poucos modificando essa realidade, que considerava precária e desviante. Ao se tornar mais romanizada a Igreja ficava menos nacional. De acordo com Hans-Jürgen Prien:

[...] toda a renovação eclesiástica no grande Brasil aconteceu pelos esforços de religiosos preponderantemente italianos e franceses, que, especialmente depois da Proclamação da República, portanto a partir de 1889, afluíam livremente ao país. Enquanto jesuítas alemães vieram ao Brasil em maior número a partir de 1872, em virtude do Kulturkampf, religiosos franceses e portugueses haviam sido em muitos casos, expulsos pelas autoridades de seus países. A Atividade de auxiliares do exterior, no entanto, deve ser vista no contexto da atuação dos bispos reformistas[...]²²²

Com grande esforço as ordens foram voltando, além dos Lazaristas e dos Capuchinhos, os ultramontanos contaram também com o apoio do retorno dos Jesuítas. Dom Macedo chegou ainda a solicitar do próprio Dom Bosco que enviasse salesianos para o auxílio na Amazônia, o que só se concretizou depois de seu mandato. Na segunda metade do século

²²¹ SANTOS, João. *A Romanização da Igreja...* 1992, p. 317.

²²² PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.* 2001, p. 90.

XIX, a Amazônia via de novo uma presença crescente de vários grupos religiosos, como destaca João Santos:

Os Franciscanos retornaram ao Amazonas em 1870. Depois, as religiosas do Instituto Santa Dorotéia, 1877, e as Filhas de Sant'Ana, 1884, ambas em Belém. Em 1886, chegaram os Missionários da Congregação do Espírito Santo, que depois tomaram conta do Seminário de Belém.²²³

A Igreja no Brasil, além de enfrentar liberais e maçons, choca-se também com o protestantismo, o que contribuía para o agravamento da tensão no Império, pois ao abrir as portas para os migrantes, concedia-lhes uma relativa liberdade religiosa. Os protestantes encontram no país condições semelhantes às da Europa no século XVI: autonomia para igrejas nacionais, um clero sem prestígio, inúmeras devoções populares e interesse pela leitura da Bíblia.

Dom Macedo chegou a partir para confrontos diretos proibindo a compra de Bíblias protestantes, argumentando sobre a diferença que elas apresentavam, acusando-as de falsas; e afirmando que a Bíblia não é o único instrumento de fé. Seu primeiro grande conflito foi com Richard Holden²²⁴, missionário escocês, que com o apoio da maçonaria, passou a difundir as novas idéias religiosas no Pará. Essa aliança foi consolidada através de jornais que atacavam o Catolicismo. Por meio de jornal, também o Bispo respondia aos ataques se posicionando duramente contra maçons e protestantes.

Um dos argumentos no combate aos protestantes era a sua origem, dizia que eram em sua maioria norte-americanos que vinham com o intuito de disseminar a discórdia entre os católicos. Apontava-os como instrumentos do interesse pela abertura do Rio Amazonas aos estrangeiros, e a entrada pelo Pará mostrava tal intenção, já que era uma área estratégica.

A elite brasileira ao se colocar contra o poder secular da Igreja entrava em contradição com a própria Constituição Imperial, que confirmava, em nome da Santíssima Trindade, a religião romana como a religião do Império, ficando às outras “*permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo*”.²²⁵

²²³ SANTOS, João. *A Romanização da Igreja...* 1992, p.313.

²²⁴ Para Vieira o combate ferrenho de Dom Macedo contra maçons e protestantes, demonstra bem a formação ultramontana recebida por Dom Macedo. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 1980, p. 181.

²²⁵ Artigo 5. *Constituição Política do Império do Brasil*. 1924.

O crescimento da presença protestante foi favorecido pela política regalista, fazendo um contrapeso à religião oficial. O Estado aceitava a doutrina, mas não a intervenção da Igreja. Segundo Hans-Jürgen Prien, “*o desinteresse das elites no catolicismo e numa educação católica privou a Igreja da camada intelectual dominante do país*”.²²⁶

A entrada de ordens religiosas chegou a ser proibida pelo Império, mas ao favorecer as imigrações, estimulava-se também a entrada de outras crenças: luteranismo, anglicanismo, metodismo, congregacionalismo e presbiterianismo, sem contar a crescente presença espírita.²²⁷ Os protestantes passaram a ser tratados, pelos bispos em terras brasileiras, com o rigor e as justificativas nos moldes tridentinos. Estes por sua vez chegavam no Brasil, de acordo com Prien:

não apenas com certa presunção cultural, mas também com a convicção de que a religião dominante no Brasil não merecia, a rigor, o nome de cristianismo. O protestantismo de orientação anti-romana chegou ao cúmulo de negar à Igreja Católica Romana qualquer forma de eclesialidade.²²⁸

Em um aspecto Dom Macedo concordava com os protestantes, que nos católicos brasileiros não havia profundidade espiritual. Para ele, havia muito a fazer para que chegassem ao amadurecimento da fé católica. Foi considerado, pelos protestantes, um adversário admirável, pois apesar da radicalidade, nos diz David Vieira, nunca desceu de sua dignidade apostólica.²²⁹

Dom Macedo levantou sua voz também contra a imprensa, que difundia os preceitos da modernidade atacando os dogmas da Igreja. Dom Macedo, diz que, como Pastor da Diocese deve cuidar bem do rebanho que recebeu de Jesus, a quem deverá prestar contas, portanto, como Bispo se coloca vigilante para que a pureza da fé não fosse abalada.

Considerando que a Religião católica, apostólica, romana, é a Religião deste povo, que a recebeu, como herança preciosa, de seus pais, e a consagrou na sua mesma Constituição política, e que por conseguinte a ninguém é lícito atacar, insultar e desonrar essa mesma Religião; considerando que a folha intitulada ‘Liberal do Pará’ que se publica nesta capital, tem-se tornado, de

²²⁶ PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2001, p. 84.

²²⁷ Cf: MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002.

²²⁸ PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica...* 2001, p. 92.

²²⁹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria...* 1980, p. 203.

algum tempo a esta parte, órgão perseverante da propaganda anti-católica nesta Diocese[...]Considerando que estas doutrinas publicadas nesse jornal e por ele aprovadas são errôneas, escandalosas, heréticas e ímpias; depois de invocado o nome de Deus, e usado da autoridade, que temos como Bispo católico, pelas presentes nossas letras, condenamos tais doutrinas e proibimos aos nossos caros diocesanos a leitura desse jornal, assim como de dois outros intitulados ‘Tribuna’ e ‘Santo Ofício’, que professam e ensinam, mais ou menos, os mesmos erros, e declaramos que cometem pecado grave os que derem assentimento a tais doutrinas já condenadas pela Igreja[...]²³⁰

Com sua firmeza, Dom Macedo se coloca claramente contra o Padroado, devido às amarras políticas e administrativas sobre as questões eclesiásticas. Não se deixava intimidar pelo Estado, e chegou a solicitar a divisão de seu episcopado para uma maior atuação da Igreja em um território tão vasto. Nos anos de seu Bispado as relações com o Estado foram ficando cada vez mais tensas. Segundo David Vieira, “*pouco a pouco se ia cerceando a liberdade da Igreja no Brasil. Dom Antônio não deixava de erguer sua voz a cada novo golpe fatal à emancipação da Igreja*”.²³¹

Dom Macedo se posicionava a favor de uma Igreja que fosse respeitada, e não ficasse submissa a um Império que parecia ter esquecido seu compromisso com a religião que professava em sua própria Constituição. Na luta pela autonomia espiritual posiciona-se contra a forma como clero era tratado no Brasil, de acordo com Hugo Fragoso, chamava de escravidão ignominiosa a condição em que se encontravam e como o Estado submetia os serviços religiosos a uma mera extensão, regulando a ação da Igreja.²³²

Dom Macedo também se posicionou contra o costume de fazer eleições dentro das igrejas, considerando essa lei funesta, clama para o clero a união em torno do respeito ao Altar. O Bispo dá as diretrizes para a utilização da igreja no momento da eleição: primeiro manter o zelo pelo Templo; depois transferir o Santíssimo para uma capela, se não houver capela levá-lo para a Sacristia; ao término da eleição retornar o Santíssimo para o Altar; e por três dias devem se fazer preces públicas, mostrando o repúdio por uma lei que precisava ser modificada.

²³⁰ COSTA, Dom Macedo. Portaria de 2 de dezembro de 1871. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 41.

²³¹ LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo*. 1992, p. 41.

²³² FRAGOSO Hugo. *A Igreja na Formação...* 1992, p.185.

Clamem e tornem a clamar que um país não se torne grande e policiado senão com a condição de respeitar a Deus e a Religião, base fundamental de todo edifício social! Que todos procurem por sua parte atenuar os inconvenientes dessa lei, procedendo no templo com o maior acatamento, não perturbando o silêncio que aí deve reinar com falas descompostas e alterações indecentes.²³³

A religião popular, outro aspecto com o qual Dom Macedo demonstrou muita preocupação, apresentava um caráter mais supersticioso do que ligada à oficialidade católica; restringia-se muitas vezes à adoração de santos, procissões organizadas por irmandades e missa em latim. A adoração fugia do que era prescrito pela Igreja, a *dulia*²³⁴, e se aproximava mais da *latria*²³⁵, que deve ser dedicada somente a Deus.

Os protestantes atacavam duramente a religiosidade popular, olhando-a como uma aberração, pois em sua ignorância estabeleciam uma intimidade com os santos rendendo-lhes adoração. Segundo Heraldo Maués, não podemos tomar as impressões protestantes tão ao pé da letra, pois o santo possui várias representações na mentalidade popular, onde o “*próprio Deus é feito Santo: o Menino Deus, o Sagrado Coração de Jesus, o Espírito Santo, a Santíssima Trindade (que surgem como ‘santos’ padroeiros de diferentes localidades)*”.²³⁶

Dom Macedo passou a reorganizar as irmandades, para que elas correspondessem ao que era determinado pela Igreja. As festividades seguiam um curso livre, deturpando por vezes a essência religiosa, foi assim que o Bispo do Pará se chocou com a irmandade de Nossa Senhora de Nazaré, acusando-a de cometer abusos. A irmandade recusava-se a obedecer a autoridade do Bispo, chegando a invadir a ermida de Nazaré. Diante do acontecido Dom Macedo escreve a seus padres:

É isto que se fez, e é isto o que se ensina publicamente dever fazer-se. O direito firmado ao lado do fato. Um direito absurdo ao lado de um fato grotesco. O direito do povo de invadir violentamente os templos sacrossantos e de aí fazer festas sem Padres, contra as prescrições da Igreja! Protestamos em nome deste povo católico, deste povo profundamente religioso [...] no Cristianismo há um vínculo de nobre subordinação, de filial obediência, de

²³³ COSTA, Dom Macedo. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 45.

²³⁴ Do grego ‘servidão’; culto de honra prestado aos anjos, aos santos e aos bem-aventurados. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 118.

²³⁵ Do grego ‘serviço do Senhor’; culto de adoração prestado somente a Deus. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 180.

²³⁶ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. 1999, p.125.

dependência afetuosa dos fiéis para seu Bispo, das ovelhas para com seu Pastor, dos filhos espirituais para com seu Pai em Jesus Cristo. Nas coisas da religião o Bispo ordena, os fiéis obedecem. O Bispo, posto pelo Espírito Santo para reger a Igreja de Deus, como diz S. Paulo, tem uma autoridade, um poder, poder de regime, autoridade verdadeira de governo, jurisdição e competência incontestáveis nas coisas do culto e da religião. Autoridade necessária. Se o culto não tivesse uma direção oficial por parte da Igreja, se fosse deixado ao arbítrio da devoção particular dos fiéis, macular-se-ia para logo de feias superstições, e não seria mesmo mais culto público [...]²³⁷

As diretrizes propostas pela romanização se efetivaram no Concílio Vaticano I, que, segundo, Arthur Neves, “*tinha perpetrado um modelo único de catolicismo e não se concentrava em dispor de uma aparente assimilação deste projeto por parte dos leigos, o Brasil de 1870 respirava ainda aquele modus vivendi de um catolicismo afeito as crenças populares e politicamente afeito a subordinação da Igreja ao Estado*”.²³⁸

Com os Bispos Reformadores, especialmente com Dom Macedo, vemos as principais bandeiras na luta pela romanização sendo erguidas. A Igreja no Brasil passava a ser mais militante e ao mesmo tempo mais conservadora; combatendo os avanços liberais. Em Roma a luta já se instalara, o governo de Pio IX enfrentava severas retaliações e respondia com dureza ao mundo que passara a configurar-se com a modernidade.

Os grandes embates da Europa atingiram o clímax com o Syllabus e com o Vaticano I. Essas diretrizes transferidas para Brasil somam-se à luta dos Bispos Reformadores pela romanização contra a subordinação do Padroado. Richard Graham diz que, “*de Roma escrevia então D. Macedo Costa: ‘A tese ultramontana daqui a pouco se chamará simplesmente católica’*”²³⁹. No Brasil, as tensões cresciam entre o corpo eclesiástico e o Império.

Sua luta pela romanização o levou, junto com Dom Vital Oliveira, a travar um verdadeiro duelo com o Império brasileiro, que ficou conhecido como a Questão Religiosa, que culminou com a prisão dos dois Bispos e o agravamento das relações entre Igreja e

²³⁷ COSTA, Dom Macedo. Carta ao clero, e de novembro de 1877. Apud: LUSTOSA. Dom Antonio. **Dom Macedo...** 1992, p.404.

²³⁸ NEVES, Fernando Athur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs). Faces da História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 84.

²³⁹ Richard Graham. A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. SP, 1973. Apud: FRAGOSO, Hugo. **A Igreja na Formação...** 1992, p. 144.

Estado. Depois de solto, diz Ronaldo Vainfas, “*D. Macedo afirmou, então, que a Questão Religiosa abalara o trono, mas deixara o altar de pé*”.²⁴⁰

Quando chegou a República no Brasil, Dom Macedo foi elevado, pelo Papa Leão XIII, à dignidade de Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil. Sua nomeação ocorreu no mesmo ano em que passou a vigorar a nova Constituição brasileira, onde ele deixara visivelmente registrada sua influência e sua luta, amenizando assim, os seus efeitos sobre o Catolicismo na nova fase republicana.

Em 21 de março de 1891²⁴¹ morre Dom Macedo, ocupando o cargo eclesiástico mais alto em terras brasileiras. Morreu o grande Bispo Reformador da Igreja no Brasil, aquele que participou ativamente do Concílio Vaticano I, ajudando a Igreja a se posicionar diante do mundo moderno lutando por sua autonomia.²⁴²

3. A Questão Religiosa no Brasil

Na década de 1870 a situação, entre os Bispos Reformadores e o Império, se agravou e o Brasil presenciou a Questão Religiosa. Esse era o segundo momento de tensão, onde o confronto se estabeleceu de forma mais direta²⁴³. Depois da *Quanta Cura*, do *Silabo* e da *Infalibilidade Papal*, não basta ser católico, pois é preciso ser católico romano.

No Segundo Reinado, o movimento de reforma do clero é conscientemente romanizante. Os bispos agora não se sentem mais como funcionários do Estado, pois lutam contra as amarras do Padroado. Eles se consideram portadores de uma missão especial, que os unem num sentimento de solidariedade.

Esse é o momento do grande embate entre o ultramontanismo e a filosofia do ecletismo, pela qual optara D. Pedro II, embora, segundo Heloísa Costa, “*mantivesse relações*

²⁴⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil...* 2006, p.184.

²⁴¹ RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

²⁴² Dom Macedo morreu em Barbacena, mas seu corpo foi transferido para a Bahia “*e lá na catedral repousam os restos mortais de Dom Antônio de Macedo Costa – um dos maiores, senão o maior homem do Brasil, do século passado*”. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 580.

²⁴³ Os anos de 1859 a 1861 caracterizam a primeira fase da Questão Romana, que coincide com os passos dos Bispos Reformadores na luta pela romanização no Brasil, culminando com o cerco de Roma em 1870 e com enfrentamento, de Dom Macedo e Dom Vital, na Questão Religiosa no Brasil. Cf: MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002.

*amigáveis com os bispos, enquanto aliados do poder*²⁴⁴. Para os bispos e para a grande maioria da população, afirma Costa, a tradição católica constituía a verdade “*onde Deus é visto como autoridade suprema e a Igreja mediadora entre o homem e Deus, no processo de salvação e revelação*”.²⁴⁵

Dom Macedo e Dom Vital estudaram na Europa²⁴⁶, e segundo José Murilo de Carvalho, “*impregnaram-se do espírito de Pio IX, que se condessa na Quanta Cura*”²⁴⁷; é a reação à modernidade e a luta pela liberdade da Igreja. Carvalho diz que, “*os bispos representam o pensamento do Syllabus, a doutrina antiliberal, o antimaçonismo (da Igreja de sempre e, sobretudo, da Igreja de Pio IX). Ao mesmo tempo, lutam pela causa da liberdade eclesial diante do Estado*”²⁴⁸.

Os bispos brasileiros se apresentavam armados com a firmeza das palavras de Pio IX. Alimentados pelo ultramontanismo, procuravam mostrar que os Estados deveriam se curvar à grande representante dos céus, e que a Igreja não deveriam mais aceitar nenhuma forma de submissão e nem as imposições da modernidade. João Dornas Filho, comenta que:

Era assim o homem. Inteiro. Combativo. Autoritário. Fundido numa só peça de metal indócil e frio. Autor desabuzado da Infalibilidade, do Syllabus e da Immaculada Conceição, três desafios lançados audaciosamente ao século do liberalismo e do livre exame.²⁴⁹

Pelo Syllabus, nos diz Murilo de Carvalho, Pio IX “*declarava ilegal o placet, rejeitava a supremacia da lei civil sobre o direito eclesiástico e condenava duramente os maçons*”²⁵⁰. O documento papal causou um forte impacto no Brasil e logo se deu a resposta de D. Pedro II, que recorreu ao placet para evitar que a lei romana vigorasse no seu Império. Segundo Dornas Filho, “*o Império foi sempre o almoz da Igreja, com a pretensão de protegê-la*”.²⁵¹

Dez anos antes de estourar o confronto oficial entre Igreja e Estado, os bispos do Pará e de Olinda, Dom Antônio de Macedo Costa e Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira

²⁴⁴ COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As Mulheres e o poder na Amazônia*. 2005, p. 117.

²⁴⁵ COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As Mulheres e o poder na Amazônia*. 2005, p. 117.

²⁴⁶ Dom Pedro procurava escolher bispos bem preparados intelectualmente e que apresentassem bons hábitos, preocupação que por ironia, virou-se contra ele. CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. 2007, p.151.

²⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. 2007, p.85

²⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Idem*. 2007, p.91.

²⁴⁹ FILHO, João Dornas. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. 1938, p. 32.

²⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. 2007, p.151.

²⁵¹ FILHO, João Dornas. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. 1938, p.19.

iniciam uma luta aberta contra os maçons, afastando-os das irmandades e associações e dando um interdito aos padres que insistiam em manter laços com os maçons. Os Bispos estavam obedecendo, segundo Ronaldo Vainfas, ao breve papal “*que ordenava aos bispos do Brasil a dissolução das irmandades infestadas pela Maçonaria*”.²⁵²

O Império optou por não conceder o beneplácito às encíclicas papais, o que permitia que maçons ocupassem cargos e gozassem de autonomia em terras brasileiras. A. L. Blackford, missionário presbiteriano, reconhecendo o poder da maçonaria no Brasil afirma que ela é “*um dos importantes meios que Deus (tinha) usado e (estava) usando para quebrar o domínio do catolicismo no Brasil*”.²⁵³

O sentimento anticatólico se tornara a cada dia mais exaltado, expresso na unidade dos grupos menores que lutavam pela autodefesa. David Vieira diz que, “*na opinião de Blackford e de outros missionários protestantes, os maçons fizeram frente comum com eles contra a Igreja Católica, como fizeram os espíritas e os judeus que se encontravam com os missionários*”.²⁵⁴ Nessa parceria, os protestantes forneciam livros anticatólicos aos maçons para a construção de seus argumentos.

Os jornais maçônicos proliferavam-se nas diversas províncias brasileiras, apresentando nos seus textos insultos e provocações. Segundo Lustosa, “*a seita queria porque queria suscitar o conflito*”.²⁵⁵ No Pará, nos diz Lustosa, “*as provocações da seita atingiram a altíssimo grau de imprudência*”²⁵⁶, onde o jornal ‘Pelicano’ em detrimento da Igreja apresentava a maçonaria como:

um grande templo, como outrora foi o de Roma[...]A questão é de tempo: a aniquilação da velha Igreja (a Católica) far-se-á quando for completa a transformação do Cristianismo[...]Que ninguém ignore, porém, que é sobre as ruínas da velha Igreja (a Católica) que a nova igreja (a Maçônica) se construirá.²⁵⁷

Os bispos defendiam, segundo Carlos Villaça, “*a liberdade da Igreja, contra a concepção galicana e regalista do Conselho de Estado. Os liberais curiosamente julgam*

²⁵² VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. 2002, p. 610.

²⁵³ A. L. Blackford. 1872. Apud: VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 1980, p. 278.

²⁵⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria...* 1980, p. 279.

²⁵⁵ LUSTOSA. Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 139.

²⁵⁶ LUSTOSA. Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p.140.

²⁵⁷ LUSTOSA. Dom Antônio. Idem. 1992, p. 140.

defender a liberdade em face do ultramontanismo”²⁵⁸. É com a Questão Religiosa que inicia o processo de reação da Igreja no Brasil, colocando as insatisfações com o Padroado no centro das discussões. Villaça diz que “a colônia foi escolástica. O Império é eclético. A República não será positivista, como pretenderam alguns”.²⁵⁹

Joaquim Nabuco, se referindo aos acontecimentos envolvendo assuntos de religião, chamou D. Pedro II de católico limitado, ao querer estabelecer conciliação entre catolicismo e as idéias de ciência e evolução crescente naquele momento. Afirma Nabuco, que, o Imperador queria uma estranha síntese.²⁶⁰

A Questão Religiosa é o ponto de confluência de várias desavenças que já vinham se arrastando há algum tempo, e representou não o ataque a dois bispos, mas a oposição à Igreja e à sua doutrina. Também, como observa Hugo Fragoso, foi uma espécie de transplantação do confronto que se desencadeou na Europa entre ultramontanos e liberais²⁶¹.

Para Carlos Villaça, houve “*intransigência de parte a parte. O regalismo não admitia o Concílio Vaticano. Os bispos fechavam-se no seu antiliberalismo polêmico*”²⁶². A Igreja Católica se apresentava com sua inflexibilidade doutrinal, afirmando que só havia salvação na Igreja. Sobre esse embate, Villaça diz que:

o caráter institucional da Igreja aparece de forma clara, nesse debate em que intolerância, coragem, caridade, espírito apologético se unem. Do lado maçônico, houve destempero de linguagem, agressividade excessiva, tom de provocação, nos panfletos que por todo o Brasil se publicavam contra o clericalismo. Dom Vital e Dom Macedo Costa nunca abandonaram uma atitude de elegância moral ou caridade, na linha do seu espírito apostólico. Limitam-se a defender a doutrina da Igreja, isto é, os textos pontifícios, especialmente de Pio IX, contra o maçonismo e o regalismo. Liberais, maçons e regalistas se associavam contra o espírito clerical. A polêmica se torna dramática.²⁶³

²⁵⁸ VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico...* 2006, p.80

²⁵⁹ VILLAÇA, Carlos. Idem. 2006, p. 85.

²⁶⁰ VILLAÇA, Carlos. Idem. 2006, p.88.

²⁶¹ FRAGOSO Hugo. *A Igreja-Instituição...* 1992, p. 188.

²⁶² VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico...* 2006, p.92.

²⁶³ VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico...* 2006, p.92.

De 1872 a 1873 a situação ficou dramática, toda a tensão dos anos anteriores eclodiu quando os Bispos passaram a interditar as Irmandades²⁶⁴ que continuavam permitindo a presença de maçons. Dom Macedo recebeu a ordem do Império para suspender os interditos, em resposta “*declara ao ministro que não reconhece no governo o poder de se imiscuir nos negócios eclesiásticos*”.²⁶⁵

A recusa em obedecer às ordens do Imperador levou Dom Macedo e Dom Vital a condenação pelo Supremo Tribunal de Justiça em 1874²⁶⁶. Mas os anos que se seguiram mostraram que a prisão dos bispos não foi uma vitória liberal, a perda do apoio dos católicos a D. Pedro II, aumentou a crise que já se abatia sobre o Império brasileiro.

Maçons e protestantes ficaram exultantes com a prisão dos bispos. Para os protestantes esse acontecimento era um sinal tanto da força maçônica como também um sinal de que estava chegando o momento da grande separação entre Estado e Igreja²⁶⁷, para que livres da influência do Catolicismo pudessem realizar o seu projeto de converter esse país aos seus princípios religiosos.

Outro missionário presbiteriano, J. B. Howell, afirmou que “*desde que a Igreja seja separada do Estado, metade daqueles que agora são nominalmente católicos... abandonarão qualquer conexão com aquela Igreja*”²⁶⁸. O missionário se mostrava ansioso para lançar suas redes sobre os dissidentes do papado, mas para David Vieira “*o otimismo do americano, naturalmente, era bem prematuro e incorreto*”.²⁶⁹

²⁶⁴ Em janeiro de 1873, Dom Vital suspendeu a Irmandade de N. S. da Soledade por não excluir os maçons; em março do mesmo ano Dom Macedo publica uma Instrução Pastoral contra a maçonaria. O Império concede às Irmandades o direito de recorrer contra os interditos dos Bispos. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 134.

²⁶⁵ Dom Macedo. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 134.

²⁶⁶ Dom Vital foi condenado em 21 de fevereiro de 1874, Dom Macedo segue na luta contra a maçonaria e tem sua condenação decretada em 7 de junho de 1874. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 135-136.

²⁶⁷ Após a prisão de Dom Vital, maçons e protestantes querendo antecipar a separação entre estado e Igreja, organizaram uma comissão para redigir uma petição que tinha as seguintes solicitações: “*A plena liberdade de todos os cultos; a abolição da igreja oficial e sua emancipação do Estado, com a supressão dos privilégios (especiais) outorgados aos sectários dessa igreja; o ensino da escola pública separada do ensino religioso, que aos pais incumbe no seio da família, e na igreja aos ministros de cada seita particular; a instituição do casamento civil obrigatório, sem prejuízo das cerimônias religiosas conforme o rito de cada cônjuge; a secularização dos cemitérios, e sua administração pela municipalidade*”. A Imprensa Evangélica, 7 de janeiro de 1874. Apud: VIEIRA, David Gueiros. 1980, p. 285.

²⁶⁸ J. Beaty Howell. 1873. Apud: VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria...* 1980, p. 283.

²⁶⁹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria...* 1980, p. 283.

De Roma o Pontífice, Pio IX, expressou, pela carta *Quam Dolores*²⁷⁰, sua satisfação com a atuação de seus bispos no Brasil. A carta louvou os bispos e os incentivou-os a combater ainda mais as sociedades secretas disseminadas nas terras brasileiras. Esse era o reforço necessário para que Dom Macedo se colocasse pronto para levar adiante seus posicionamentos e enfrentar a luta que já se iniciara.

A posição do Papa em sua carta mostra o contrário do que afirmara o Barão de Penedo, que enviado a Roma para uma ação diplomática com o intuito de conseguir o desfecho do problema com os bispos junto a Pio IX, afirmara que conseguira o apoio do Papa. O Barão chegou inclusive a deturpar o documento romano, para que assim os bispos abrissem mão da luta quando julgassem que seu Pontífice não concordava com o ocorrido no Brasil.²⁷¹

Um fato agravante, segundo Murilo de Carvalho, é que além do posicionamento regalista do Imperador e de boa parte do Conselho de Estado, acrescentou-se a condição maçônica do primeiro-ministro, o visconde do Rio Branco²⁷², que não aceitava a violação das leis em desrespeito ao Estado. Segundo Carvalho:

Estava em jogo a defesa do poder civil contra os avanços de Pio IX, do mesmo modo que para os dois bispos se tratava de libertar a Igreja do padroado, que mais amarrava do que protegia. Com tal postura, o Imperador comprava briga com as duas mais poderosas corporações do Império, a senhora da força física e a senhora da força espiritual. A primeira derrubou-o, a segunda não o defendeu.²⁷³

Os dois bispos foram condenados pelo código criminal a 4 anos de prisão com trabalhos forçados, em 1874, a pena foi posteriormente modificada para prisão simples. Dom Macedo apresentou sua carta de defesa, onde se posiciona com firmeza diante da acusação de crime que lhe imputavam, de ter desobedecido a legislação do Brasil. Dom Macedo aproveitou, então, para contestar a situação da Igreja no Brasil, confirmando a obediência dos Bispos ao Sumo Pontífice Romano.

²⁷⁰ A carta de Pio IX é de 29 de maio de 1873. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 134.

²⁷¹ Quando veio a anistia o Cardeal Antonelli enviou cópia da carta do Papa, que mostrava que o Papa os apoiara na luta contra a maçonaria, pois a luta dos bispos constituía a própria luta pela sobrevivência da Igreja. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 229-232.

²⁷² No Rio, 16 de abril de 1874, as lojas maçônicas, sob a presidência do Grão Mestre Visconde do Rio Branco, deliberaram abrir luta contra a Igreja no Brasil. LUSTOSA, Dom Antônio. Idem. 1992, p. 136.

²⁷³ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. 2007, p. 153.

Não, Snr. Senador, não somos, graças a Deus, nenhuns rebeldes. Não é nas nossas fileiras que se encontram esses homens de que falia a Sagrada Escripura, que desprezam a autoridade constituída, e blasphemam a majestade. Ninguém n'este, mundo, ainda menos a Santa Sé Apostólica, nos pode levar a commeter crime de rebeldia. A Igreja Santa, de que somos Ministros, inspira-nos, pelo contrário, o maior horror a esse crime igualmente condenado por toas as leis divinas e humanas [...] Reconhecemos e respeitamos a legitima autoridade civil da nação Brasileira a que pertencemos, o sumettemo-nos docilmente a tudo o que essa autoridade determina dentro da esphera de suas atribuições. Damos todos os dias a nossa pátria nossos suores, os esforços do nosso zelo, as solitudes, fadigas sacrificios mais penosos de nosso Apostolado, a palavra santa que conforta e moralisa o povo, os Sacramentos que regeneram e santificaram os costumes. Damos-lhes todos os dias as orações e as lagrimas que prorompem de nosso coração magoado, vendo as injustiças que a opprimem, a desmoralisação que a corrompe, os perigos que a ameaçam, e sobretudo esse esforço supremo, e desesperado que agora se está fazendo para arrancar-lhe do coração a fé Catholica, a fé que ungiu este Brazil no berço, que o baptisou com o nome glorioso de Terra da Santa Cruz e, única lhe assegura ainda todas as condições de vitalidade, todas as garantias de futuro. Este somos, Snr. Senador. Se é isto o que se entende por cidadãos rebeldes [...] o Governo civil não pode obrigar os Bispos a apostar de sua fé, fazendo-sos admitir que deve desobedecer ao Papa, quando é de fé Catholica que todos os Christãos devem obediência ao Vigário de Jesus Christo[...]²⁷⁴

Os padres do Pará ficaram ao lado de seu Bispo negando-se a reconhecer a vacância, chegando a fazer uma Assembléia do clero paraense para protestar contra a prisão²⁷⁵. Manifestações populares também aconteceram em várias localidades da Diocese do Pará. O Papa Pio IX se posicionou sobre a Questão Religiosa, se colocando de forma solidária ao lado de Dom Macedo, o que expressou em carta dirigida ao cabido do Pará de 25 de maio de 1875²⁷⁶. E Dom Macedo em um Breve conforta também o seu clero.

²⁷⁴ COSTA, Dom Antônio de Macedo. Carta do Excelentíssimo Bispo do Pará ao Excelentíssimo Senador Ambrósio Leitão da Cunha. 31 de julho de 1873, p. 4-6.

²⁷⁵ A Assembléia do Cabido declarou que continuava a reconhecer Dom Macedo como seu bispo ordinário. “*O Clero paraense protesta contra esse ato de violência preponderante e audaz usurpação da autonomia e independência da Igreja, e declara alto e bom som que não se manchará com o crime de apostasia, desrespeito os interditos e suspensões canonicamente impostas pelo digno e ilustrado Bispo desta Diocese*”. Belém, 8 de setembro de 1875. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 257. Queremos deixar registrado que entre esses padres estavam os do Amazonas que se colocaram ao lado de Dom Macedo, entre eles Raimundo Amâncio e Félix da Cruz Dácia.

²⁷⁶ Resumo do Breve de Pio IX: 1º Chefe da cristandade, tendo a solicitude de todas as Igrejas, sente os males de todos, porque vê quase por toda parte a guerra feita pelos ímpios à religião; 2º declara ainda uma vez o Sumo Pontífice que a seita maçônica é infensíssima inimiga da fé católica, é filha de Satanaz, tendo assoberbado os governos, é a causa da perdição das almas e da horrível perseguição que sofremos; 3º Pio IX alegra-se com a firmeza de seus amados Filhos, assegura-nos a vitória da fé, louva o clero paraense por seu zelo na defesa dos direitos da Igreja, exorta-o a ficar firme no seu posto de honra e aconselha a oração por intercessão da Imaculada Mãe de Deus; 4º O Pastor universal declara que a maçoneria reúne em si a malícia de todas as seitas antigas, não podendo haver ordem, paz e tranqüilidade, enquanto ela subsistir no mundo e dominar os governos; 5º Precisamos do auxílio sobrenatural para vencer esta malvada seita, compêndio de todos os erros, heresias e impiedades, a qual será aniquilada pela Santíssima Virgem, a Imaculada Maria, Mãe de Deus. LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 318.

O clero do Pará não podia ter neste mundo mais doce e preciosa recompensa do zelo, constância e coragem admiráveis, em que tem permanecido fiel aos seus deveres na presente conjuntura. Esta palavra e esta benção do Vigário de Jesus Cristo devem encher a todos de alegria e conforto. Quanto a mim, não podia ter glória maior de que ver o meu clero receber tamanho favor do grande e imortal Pio IX.²⁷⁷

O resultado da prisão dos bispos não foi o esperado pelo Imperador, que buscava dar um basta na desobediência dos mesmos. O efeito foi justamente o inverso. Manifestações populares passaram a ocorrer nas dioceses, que estavam agora em vacância. No Pará e também em várias localidades a população demonstrou sua insatisfação com a prisão de Dom Macedo.

Várias províncias dirigiram abaixo-assinados, que totalizaram 100 mil assinaturas, à Câmara dos Deputados, protestando contra o processo. No interior do nordeste e no Pará, no Maranhão, em Minas Gerais e em Santa Catarina, eclodiram movimentos populares, motivados por problemas sociais locais, mas que se revestiam de um forte apelo religioso.²⁷⁸

D. Pedro, ao mandar prender os bispos reforçou os laços com a maçonaria, que em jornal passou a expressar a admiração pelo ocorrido. Murilo de Carvalho diz que essa lua-de-mel durou pouco, pois o novo primeiro-ministro era muito católico e se mostrou decidido pela anistia. E essa foi a primeira ação de Duque de Caxias, apoiado pelos ministros defensores, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Cândido Mendes, anistiar os dois bispos, que ainda passaram 1 ano, 4 meses e 20 dias antes de serem libertos em 1875, a 17 de setembro. Segundo Carvalho:

Apesar da anistia, as relações entre Igreja e Estado ficaram para sempre arranhadas. Jamais se vira, e não se veria, na história do país, nem mesmo durante os governos militares, coisa semelhante, a prisão de bispos. Para os setores romanizados, a separação de Igreja e Estado passara a ser um mal menor diante da união.²⁷⁹

²⁷⁷ COSTA, Dom Macedo. *Ilha das Cobras (minha prisão)*, 9 de abril de 1875. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 317.

²⁷⁸ Um exemplo desse tipo de manifestação foi o Quebra Quilos, que se alastrou pelo nordeste, atingindo o apogeu no início de 1875. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil...* 2002, p.610.

²⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. 2006, p.156.

Dom Macedo voltou a dirigir a Diocese do Pará em 17 de janeiro de 1876. Pio IX que durante toda a Questão Religiosa colocara-se ao lado de seus bispos, pela encíclica *Exortae in Ista Regione*, de abril de 1876 “aprova mais uma vez o procedimento de Dom Macedo Costa”²⁸⁰. O Papa pede no mesmo documento que se reformem os estatutos das Irmandades “conforme convenientemente às leis da Igreja e à disciplina canônica”.²⁸¹

No regresso, Dom Macedo encontrou sua Diocese eufórica. O Bispo foi recebido com banda de música, com guarda de honra, pelas associações católicas, pelo seu clero e por um povo aglomerado que queria tocar o Bispo e “lhe beijar o anel e a quem S. Excia. Ia deitando a benção... Era um espetáculo imponente e comovedor!... Na catedral formava em alas à porta o cabido, caíam flores do coro e soava a música instrumental e vocal...”²⁸²

Depois desse episódio a relação entre Igreja e Estado no Brasil não mais foi a mesma. A repercussão tanto nacional quanto internacional abalara o prestígio do Império em todas as comunidades católicas. Somando-se a outros problemas, o abalo da Questão Religiosa acelerou a derrocada do Império, que não mais contava com o apoio da Igreja. Sobre o desfecho do conflito, Lustosa faz a seguinte observação:

É certo que a separação da Igreja do Estado, em si, é uma aberração; mas acabou, incontestavelmente, com a ridícula e opressora intromissão do poder civil no terreno espiritual. Entretanto, notemos esta coincidência (?): o Imperador partiu para o exílio na mesma fragata que conduzira os bispos presos.²⁸³

A Separação entre Igreja Católica e o Estado brasileiro

Na última fase do Império, o líder episcopal é Dom Macedo Costa, que orienta os clérigos para seguirem as diretrizes romanas. A Igreja, na chegada da República, estava assustada com os rumos do país, pois via com reservas e desconfiança o novo regime, temerosa do lugar que lhe seria destinado nesse novo sistema.

²⁸⁰ Pio IX 29 de abril de 1876. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 137.

²⁸¹ Pio IX. 29 de abril de 1876. Idem. 1992, p. 335.

²⁸² Diário de Notícias. Apud: LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 338.

²⁸³ LUSTOSA, Dom Antônio. *Dom Macedo...* 1992, p. 570-71.

Dom Macedo, em carta a Rui Barbosa, seu ex-aluno, defende a união Igreja-Estado, mas admite uma separação se esta não levar a uma secularização da Igreja. Com essa atitude evita um conflito entre republicanos e eclesiásticos, como demonstra Cristiano Matos ao transcrever sua carta, de 22 de dezembro de 1889.

Não desejo a separação, não dou um passo, não faço um aceno para que se decrete no nosso Brasil o divórcio entre o Estado e a Igreja [...] Em tese, só a verdadeira religião tem direitos de ser professada por todos os povos e por todos os governos. O erro, como a mentira, como o mal, não pode ter direito algum.

Todavia, tais podem ser as circunstâncias desse ou daquele país, que essa tese geral não possa mais ter aí aplicação prática sem graves inconvenientes, até para a mesma Igreja[...]

Se o Governo Provisório está resoluto a promulgar o decreto. Se é inevitável e intransferível, ao menos, atenda-se o mais possível aos direitos da Igreja, mantenha-se e respeite-se a sua situação adquirida entre nós há cerca de três séculos[...]

Meu Deus! Eu não quisera separação, divórcio, mas união, isto é: em vez do ideal hoje tão preconizado de um Estado que pretende organizar-se, desenvolver-se e prosperar, divorciado do Cristianismo, alheio a todo influxo religioso, secularizado, como se diz, eu afago outro ideal.

É o Evangelho dominando tudo, é o espírito do Cristianismo infiltrando-se, como o primeiro elemento regenerador, na alma dos povos e na consciência dos governos[...]

Parece-me que se poderia muito bem dar liberdade à Igreja Católica e aos outros cultos, sem chegar ao divórcio, a separação com essa Igreja a que pertence quase todo o povo brasileiro.

O que é certo, porém, é que se querem ter uma república, devem fazê-la cristã. Sem isso não se edifica cousa alguma; amontoam-se ruínas. Sem religião é impossível assegurar às sociedades humanas um porvir de paz, de ordem, de prosperidade; prepara-se um encadeamento de baixezas, de opressões, de vergonhas e de catástrofes[...]²⁸⁴

Esse documento expressa a negociação entre Dom Macedo e Rui Barbosa. A influência de Dom Macedo sobre a Constituição de 1891 não pode ser esquecida, pois ele conseguiu, segundo Ivan Manoel, “*garantir à Igreja a propriedade dos bens imóveis eclesiásticos e a vida das instituições e do clero católico, afastando qualquer possibilidade de perseguição anticlerical*”.²⁸⁵

O Episcopado Nacional, ainda sob a liderança de Dom Macedo, apresenta a Carta Pastoral Coletiva de 1890. Pela primeira vez na história do país houve uma manifestação

²⁸⁴ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 254.

²⁸⁵ MANOEL, Ivan Ap. e FREITAS, Naionora M. B. *História das Religiões: desafios. Problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos.* 2006. p. 8.

coletiva dos bispos, no documento eles sintetizam a doutrina oficial da Igreja. Segundo Riolando Azzi, “*embora lamentando a perda dos antigos privilégios, pouco a pouco a Igreja soube aproveitar-se das condições de liberdade oferecidas pelo governo republicano para melhorar de forma significativa a sua organização institucional*”.²⁸⁶

Com a Questão Religiosa terminou a fase pombalina no Brasil, esse embate representou a reação e a renovação interior do Catolicismo no Brasil. De acordo com Carlos Villaça, “*com a queda do Império, cessa o Padroado, que oprimira a Igreja. A República foi, assim, a liberdade para o catolicismo*”²⁸⁷. A Pastoral Coletiva de 1890 declarou “*O decreto de separação assegura à Igreja Católica no Brasil certa soma de liberdade que nunca logrou no tempo da monarquia*”.²⁸⁸

A Igreja Católica apesar de receosa experimentava autonomia e buscava estrategicamente a expansão de seus domínios territoriais e de sua ação sobre a cristandade, bem como afastar todos os perigos desviantes que nesse momento apresentam-se na forma de outras crenças permitidas pela Constituição de 1891. Especialmente quanto à ação maçônica e liberal que obtiveram conquistas significativas com a implantação da República no Brasil.

A Igreja Católica vivenciava novos ares. Precisava aprender a caminhar separada do Estado. Os primeiros passos de uma Igreja mais romana foram decididos ainda no confronto com Império, agora era aproveitar a liberdade religiosa como uma aliada para expandir-se pelo território brasileiro, aprofundando o Catolicismo.

4. A Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas

Em 1852 a capital da recém Província do Amazonas era, segundo Otoni Mesquita, toda recortada por igarapés que separavam os poucos bairros existentes com suas “*ruas irregulares e esburacadas, cujos limites eram muitas vezes definidos por acidentes*

²⁸⁶ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador*. p. 161.

²⁸⁷ VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico...* 2006, p. 91.

²⁸⁸ Carta pastoral de 19 de março de 1890. Apud VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico...* 2006, p. 91.

naturais”²⁸⁹. Sobre os igarapés eram colocadas frágeis pontes que ligavam alguns pontos da pequena cidade de Manaus.

Mesquita diz que a arquitetura da cidade era bem simples com “*edificações em sua maioria de um só piso, muitas construídas no sistema de pau-a-pique e algumas, ainda, cobertas de palha; mas já era possível destacar uns poucos prédios públicos e particulares*”²⁹⁰ no cenário da cidade.

A Província, a 13 de abril de 1855, adquiriu o *status* de Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas, vinculada ao Bispado do Pará, sob a administração de Dom Afonso Torres. Antes da criação da Comarca já existiam na região 17 freguesias. O crescimento da vida eclesiástica da Comarca foi lento. O Cônego Bernardino em 1873 registrou 22 freguesias, e segundo ele quase a metade encontrava-se sem párocos²⁹¹. Durante o período em que vigorou a Comarca Eclesiástica foram criadas 10 novas paróquias.

Na capital da Província, por ocasião da criação da Comarca, existia apenas uma paróquia com duas igrejas: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Remédios que a auxiliava nos serviços eclesiásticos da cidade de Manaus. Nas últimas décadas da vida da Comarca ela passou a abrigar mais uma capela na cidade de Manaus: São Sebastião.²⁹²

Nossa Senhora da Conceição

Os missionários Carmelitas assumiram a missão do Rio Negro em 26 de novembro de 1694 e no ano seguinte construíram a primeira igreja, no lugar onde mais tarde seria a cidade de Manaus. A pequena igreja foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Na segunda metade do século XVIII foi modificada e ampliada durante o governo de Lobo d’Almada.

²⁸⁹ MESQUITA, Otoni. *Manaus: História e Arquitetura. (1852-1910)*. 2006, p.54.

²⁹⁰ MESQUITA, Otoni. Idem. 2006, p. 54.

²⁹¹ SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. 1873. p 268.

²⁹² Apresentaremos a igreja de São Sebastião no 3º capítulo, pois esta só adquiriu o status de paróquia quando Manaus já era a sede da Diocese.

Em 1850 um incêndio destruiu a igreja, esse acontecimento foi considerado um mistério por gerar dúvidas sobre sua origem, mas foi considerado acidental, como a maioria afirmou na ocasião. O sacrário foi salvo por um estudante que entregou ao seminário e a imagem de Nossa Senhora da Conceição não sofreu danos com o fogo que tomou conta da igreja.²⁹³

Segundo Ypiranga Monteiro, o incêndio da Matriz afetou a todos, pois esta era o espaço das festas, dos divertidos arraiais, de danças e folguedos populares²⁹⁴, além de ser a sede oficial de todos os acontecimentos importantes como homenagens e solenidades oficiais, que requeriam um espaço mais adequado para receber autoridades locais e convidados. Portanto, Monteiro deixa bem claro que, a Matriz era o símbolo das relações entre o poder temporal e o espiritual.²⁹⁵

Após o incêndio iniciou-se uma longa batalha para a construção da nova igreja. Monteiro diz que, a mobilização foi conduzida pelos vereadores e o próprio presidente Tenreiro Aranha que nomeou uma comissão na capital com agentes espalhados pelas vilas e freguesias “*para promoverem uma subscrição de meios, com que ao menos dê começo a tão útil e necessária obra*”.²⁹⁶

O presidente obteve pouca resposta aos seus apelos, pois muitos desses lugares estavam envolvidos com suas próprias igrejas igualmente necessitadas de obras. Tenreiro Aranha apelou também para o Império, de onde recebeu um certo recurso para a edificação da nova Matriz. Procedeu-se, assim, a partir de 1852 toda a discussão orçamentária da construção da Matriz sendo, segundo Monteiro, “*nas administrações seguintes, um ponto de honra*”.²⁹⁷

Através da Lei nº 50 de 22 de junho de 1855 a construção da nova Matriz foi contemplada. O artigo 1º diz que o Governo da Província está “*autorizado a dispender com a edificação da Igreja Matriz desta Capital, até que seja concluída, a quantia de quatro contos de réis anuais*”²⁹⁸. E o segundo artigo diz:

²⁹³ A Imagem de Nossa Senhora da Conceição era de pequeno porte e feita “em gesso e massa de papelão”, e é considerada uma das relíquias mais antigas de Manaus, teria sido trazido pelos próprios carmelitas fundadores da igreja. Cf: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958, p. 19.

²⁹⁴ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 33.

²⁹⁵ Havia toda uma expectativa para a acolhida do Presidente da Província, Tenreiro Aranha, e a cerimônia de posse ocorreria na Matriz, onde os laços seriam confirmados nos moldes do Padroado. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958, p.26.

²⁹⁶ ARANHA, Tenreiro. RPPAM de 1855 a 1857. Apud: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958, p. 25.

²⁹⁷ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.34

²⁹⁸ Coleção das leis da Província do Amazonas de 1852 a 1868. Apud: Monteiro Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958, p. 36.

A Igreja será levantada em local que o mesmo Governo designar, procedendo plano e orçamento dela na forma das leis em vigor: será de sólida construção e terá as acomodações que forem indicadas pela autoridade Eclesiástica competente, que sobre isso será previamente ouvida²⁹⁹.

A resolução nº 52 de 22 de junho de 1855 acrescenta benefícios à Igreja Matriz, ao Seminário Episcopal, à capela dos Remédios e à Casa de Caridade. O artigo primeiro concede às obras pias valores diferenciados segundo as necessidades de cada uma: para a Matriz o auxílio na construção; para o Seminário reparos e aumento no seu espaço; para a Irmandade dos Remédios o valor para os reparos na capela; o último pacote é destinado à construção de uma Casa de Caridade.³⁰⁰

A Manaus da Província, ou da Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas, possuía um ritmo próprio, mas começava a viver tempos agitados que lhe exigiam mudanças para abraçar a modernidade que chegava de forma um tanto quanto abrupta, passando a conectá-la com o cenário internacional, e ao mesmo tempo proporcionava novas relações com os outros espaços brasileiros.

A reconstrução da Matriz parecia ser uma medida fundamental para elevar a capital da Província ao status que ela necessitava. Já em 1858, a 23 de julho, a pedra fundamental da nova Matriz foi colocada no espaço, agora designado para sua construção, que foi segundo Monteiro, “*no lugar d’antiga Olaria na rua Brasileira entre as travessas da Olaria e do Equador*”³⁰¹. E a partir daí a construção se arrastou por dezenove anos.

Monteiro ao resgatar a história da Catedral, também comenta a precariedade das igrejas e a necessidade de reformas, observando a da demorada reconstrução da Matriz devido aos poucos recursos de que dispunha a população e a Província que tinha inúmeros gastos com reformas de prédios públicos, modificações e fortalecimentos de trechos da cidade, bem como o investimento nas igrejas.

Uma das dificuldades apontadas por Monteiro para o andamento das obras da Matriz, além da discussão em torno dos recursos da Província, era a falta de material que “*iria se*

²⁹⁹ Coleção das leis da Província do Amazonas de 1852 a 1868. Idem. 1958, p. 36.

³⁰⁰ O Pe José Manoel dos Santos Pereira fundou o asilo de Nossa Senhora da Conceição em 26 de julho de 1869. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁰¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral metropolitana...* 1958, p. 40.

ajuntar um outro problema não menos grave: a falta de pessoal competente e braços para os trabalhos mais rudes”³⁰². Monteiro diz que a cidade estava crescendo e os poucos profissionais especializados eram alvo de disputa pelas obras particulares.

Uma opção foi a utilização da mão-de-obra indígena; ainda acrescenta que os “*sacerdotes não costumavam tomar a peito as questões atinentes à Igreja, deixando aos profanos deliberações dessa ordem*”³⁰³. Afirma ainda, que além dos indígenas, o negro, em menor escala, também foi utilizado na construção da Matriz.

Avé-Lallemant diz ter encontrado em Manaus fervorosos católicos, com riqueza de culto divino, variedade de vestes sacras, mas com “*ecos da floresta*”³⁰⁴, que os faz ao mesmo tempo guardar dias santos e permanecer com costumes pagãos. Fala dos festejos aos santos com procissões e com rituais diferentes. Para exemplificar, utiliza a comemoração de São Pedro e São Paulo que é acompanhada de batucada de bumba.

O viajante ainda nos informa que a educação estava associada à religião com instrução elementar, trabalho e música, o que pôde constatar em sua visita aos Educandos Artífices, instituto que recebia meninos, em sua maioria índios, recolhidos das ruas para serem transformados em trabalhadores³⁰⁵. Em 1861 o presidente Carneiro da Cunha anunciava que “*as oficinas de marceneiro, ferreiro, sapateiro e alfaiate*”³⁰⁶ estavam prontas. Sobre esse instituto Otoni Mesquita afirma que:

Essa escola que, a princípio, estava voltada para a educação de meninos índios desamparados, alguns dos quais eram retirados à força de seu habitat, pretendia dotar a cidade com um contingente de profissionais em várias oficinas, capazes de suprir as carências que afetavam estas áreas.³⁰⁷

Devemos observar, chama atenção Ave-lallemant, que o chefe da Igreja na Província era também, ao mesmo tempo, o diretor de índios; que naquela ocasião era o Vigário Geral, Cônego Joaquim de Azevedo³⁰⁸, responsável pela organização desse projeto que visava a

³⁰² MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 30.

³⁰³ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958. p.34.

³⁰⁴ AVE-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. 1980, p. 105.

³⁰⁵ AVE-LALLEMANT, Robert. Idem. 1980, p. 118.

³⁰⁶ Carneiro da Cunha. Relatório de 1861. Apud: MESQUITA, Otoni. Manaus: *História e Arquitetura*. 2006. p. 117.

³⁰⁷ MESQUITA, Otoni. *Manaus: História e Arquitetura...* 2006, p. 119.

³⁰⁸ AVE-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. 1980, p. 102.

preparação de jovens indígenas para a realização dos vários serviços que a Província necessitava.

Antônio Loureiro afirma que o culto público estava em precárias condições, com poucos sacerdotes, e igrejas em ruínas³⁰⁹. Apesar dessas observações a vida religiosa da Comarca seguia seu curso com suas festividades regulares: procissão do Corpo de Deus, Semana Santa, aniversário natalício ou de governo do Imperador, exéquias solenes e ofícios rotineiros promovidos pela unidade do Estado com a Igreja, como afirma Ypiranga Monteiro.³¹⁰

O presidente da Província Domingos Jacy Monteiro fala de má conservação das igrejas e construções pouco dignas para o culto, critica também padres envolvidos com a política. Um detalhe importante deve ser observado, registra Loureiro: os colégios eleitorais correspondiam à divisão das áreas em paróquias; automaticamente o atrelamento entre religião e política havia se estabelecido³¹¹.

As dificuldades financeiras continuavam, e a obra da Matriz seguia lentamente. Os quatro contos de réis destinados à ela a partir de 1852, foram reavaliados e em 1865 a nova lei orçamentária, nº 144 de 4 de agosto, baixou a verba para 3 contos de réis. Nessas grandes oscilações financeiras pelas quais passava a Província, a reforma da Matriz contava com grandes e importantes doações dos fiéis.

A obra estava saindo muito cara para os cofres da Província, sendo alvo de intensa discussão entre as lideranças. Em junho de 1868, de acordo com a nova lei nº 173 o presidente autoriza “*a mandar concluir as obras de edificação da nova matriz desta cidade*”³¹² e acrescenta que “*em cada ano se poderá dispender a quantia de 30:000\$000 para pagamento das prestações*”.³¹³

Percebemos aqui, a preocupação em acelerar e encerrar a obra, buscando calcular todas as despesas para concluir o grande projeto da nova Matriz. Sobre essa questão, Ypiranga Monteiro declara: “*Se pensarmos no sacrifício com que a província arrecadava, é de*

³⁰⁹ LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na época Imperial*. 1989. p. 139.

³¹⁰ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.28.

³¹¹ LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas...* 1989, p. 139-140.

³¹² Artigo 1º da Lei nº 173 de 18 de junho de 1868. Apud: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 74.

³¹³ Artigo 4º da Lei nº 173 de 18 de junho de 1868. Apud: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 74.

levar-se em consideração a persistência com que os homens de ontem lutaram para conseguir a conclusão do templo".³¹⁴

A quantia de trinta contos de réis se repetiu nos orçamentos dos anos de 1868-1869, de 1869-1870 e 1870-1871. Mas para o ano de 1871-1872 o valor orçado para a obra da Matriz teve um grande crescimento, foi para cem contos de réis, mas, segundo Monteiro, este valor também deveria cobrir despesas de outras obras³¹⁵.

Em 1873 o orçamento vai para 120 contos de réis, a partir daí verifica-se uma queda brusca no valor destinado à obra, chegando entre 1875-77 a dez contos de réis. Monteiro afirma que: "*anulados os saldos nominais que existiam em favor da obra, estava esta ameaçada de completa paralisação*".³¹⁶

Mas de qualquer forma as inúmeras dificuldades não impediram que a Matriz fosse erguida. Para Monteiro era lógico que ela "*se tornasse ela a menina dos olhos de alguns administradores, sendo como era, o monumento de maior projeção de uma cidade que aos poucos saía, ou tentava sair, da confusão urbanística imposta pela anarquia ou pela tristeza econômica do povo*"³¹⁷. Monteiro também apresenta as outras necessidades da cidade, para que houvesse tantos atrasos na construção da Matriz:

Conclusão de aterros, feitura de boeiros, para obras do palacete provincial, para o hospital da caridade, para a alfândega, para os prédios da Câmara, etc... A cidade crescia e com ela as atividades normais, os melhoramentos, as necessidades de aparelhamentos da máquina administrativa que funcionava em carcomidos cochicholos de taipa e palha.³¹⁸

Monteiro fala de um certo relaxamento, o que fazia com que as expectativas em relação à entrega da obra, ficassem abaladas, pois durante toda a construção da igreja o material destinado à ela constantemente ia parar em outra obra. Parece, de acordo com Monteiro, que muitas obras foram beneficiadas em nome da Matriz.³¹⁹

³¹⁴ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 75.

³¹⁵ A Província precisava também investir na construção e reparos de outras obras, lembra Ypiranga, de grande relevância como escolas, o quartel, a cadeia, pontes, o hospital militar, aterros, praças, ruas, e o edifício dos Educandos Artífices. MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.92.

³¹⁶ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.77.

³¹⁷ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 56.

³¹⁸ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 100.

³¹⁹ Uma das obras que foram beneficiadas pelo material proveniente da Matriz foi a igreja de São Sebastião, que recebeu as sobras do ladrilho da construção da Matriz. MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 122.

A partir de 1873 não se fala mais da presença de negros trabalhando na obra da igreja, Monteiro diz que, não é por causa da preferência pelos indígenas, mas provavelmente por que não estava mais sendo repassada a remessa de negros para o Amazonas³²⁰. De qualquer forma a mão-de-obra mais utilizada foi a dos indígenas através das articulações feitas pela Diretoria de Índios.

Segundo Monteiro, nos dois últimos anos houve uma aceleração na obra. Em 1876 deu-se a benção dos sinos pelo Vigário Geral José Manuel dos Santos Pereira “*todas as autoridades e grande concurso de povo, teve lugar a solenidade da benção dos sinos pelo vigário geral desta comarca, que depôs celebrou uma missa, a primeira, no interior da igreja*”³²¹. A vida na Província agitava-se com as várias obras, afirma Monteiro:

Por essa altura pensava-se já na edificação de outros prédios que viessem concorrer com os edifícios dos Educandos Artífices, as igrejas de São Sebastião e dos Remédios e outros melhoramentos como pontes e pontilhões, cais de embarque na rampa da Imperatriz, palacetes, aterros para a constituição de praças, jardins, ruas e arborização a tamarindos, calçamento, um Passeio Público, iluminação da capital, melhoria no fornecimento d'água potável, um rol de benefícios de que a população necessitava ao lado do conforto espiritual.³²²

Foi somente a 15 de agosto de 1877 que a nova Matriz foi finalmente inaugurada e recebeu as bênçãos; saiu cara a obra da igreja de Nossa Senhora da Conceição. A igreja estava pronta embora faltassem alguns acessórios como foi registrado pelo relatório de 1874-77, onde se fez o levantamento de todos os gastos com a obra (752:231\$836 réis). O relatório diz haver alguns defeitos arquitetônicos quando se refere às várias modificações durante a construção, mas conclui dizendo que “*enfim é um bom edifício; é o principal da província e mostra ser de sólida construção*”.³²³ E de acordo com Otoni Mesquita:

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi a primeira grande obra arquitetônica construída em Manaus e a mais importante do período provincial. Apesar do crescimento da cidade nas últimas décadas, o edifício conseguiu manter uma posição de destaque na visualidade da paisagem. A

³²⁰ MONTEIRO Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p 104.

³²¹ A cerimônia realizou-se em 29 de junho de 1876. MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 115-116.

³²² MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958. p.117.

³²³ Relatório da Presidência da Província do Amazonas (1874-1877). Apud: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p. 121.

igreja está localizada sobre uma pequena elevação em frente ao porto da cidade.³²⁴

Ao ficar pronta a Matriz de Nossa Senhora da Conceição passou novamente a ser o lugar central da cidade. Em 1 de outubro de 1877 a Matriz já servia novamente para a mesa eleitoral, com base no Decreto³²⁵ do mesmo ano que estabelecia o número de eleitores. Em 1883 a Matriz também cedia espaço provisório para a Biblioteca Pública Provincial no Consistório da Catedral.³²⁶

Nossa Senhora dos Remédios

A igreja dos Remédios foi construída em 1818 pelo governador da Capitania de São José, que promoveu reformas no Lugar da Barra. Joaquim do Paço, segundo J.B., “*creou um imposto, em dinheiro, a que ficaram obrigados todos os moradores, como esmola para a ermida de N. S. dos Remédios que começou a levantar*”.³²⁷

A igreja ainda não estava terminada em 1821 quando foi incendiada. Com a notícia das manifestações pela independência, a população local saiu destruindo parte das obras recém erguidas, atingindo a igreja dos Remédios. O incêndio foi “*ateado pelo povo revoltado contra a administração do governador Manuel Joaquim do Paço*”³²⁸.

Com esforço a igreja foi reerguida e pela obra do paraense Antônio Baena de 1839³²⁹ temos a informação que a pequena igreja dos Remédios já estava funcionando naquela década. Nessa mesma ocasião foi criada a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios³³⁰,

³²⁴ MESQUITA, Otoni. *Manaus: História e Arquitetura...* 2006, p.69-70.

³²⁵ O Decreto nº 6.241, de 5 de julho de 1877, estabelecia o número de eleitores por paróquia. Nossa Senhora da Conceição de Manaus tinha o maior número de eleitores, 43; no total as 21 paróquias perfaziam um total de 138 eleitores. Apud: LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na época Imperial*. 2007, p. 163.

³²⁶ A Biblioteca Pública foi inaugurada na Catedral em 25 de março de 1883. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³²⁷ J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios: uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós, 1927. p. 5.

³²⁸ Francisco Carioca Benfica. *Ligeiro Histórico da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1932. Apud: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.21.

³²⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corographico*. 1839. Apud: J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927, p. 5.

³³⁰ Em 1854 o presidente da Província Herculano Ferreira Penna confirmou as emendas ao compromisso de 24 de junho de 1831 no estatuto que regia a Irmandade dos Remédios: artigo 1º - o número dos Irmãos que devem compor à Irmandade é ilimitado. Todo o Catholico Romano pode ser admitido Irmão comtanto que

que passava a ser um forte auxílio na promoção da vida da capela, não deixando de prestar contas ao presidente.

Em 1845 circula na Câmara Municipal a discussão sobre a necessidade de uma nova igreja e onde ela deveria ser erguida. Segundo Ypiranga Monteiro, “*a população crescia e bairro dos remédios exigia um templo*”³³¹. A preocupação aumentou quando em 1851 a igreja dos Remédios passou a abrigar os serviços da Matriz, enquanto esta entrou em reforma depois do incêndio.

No centro de Manaus encontravam-se apenas dois bairros São Vicente e Remédios. A igreja dos Remédios ficava distante do centro da cidade, para aumentar as complicações existiam os igarapés da Ribeira e Olaria, do Espírito Santo e do Aterro que deixavam a capela em posição geográfica de difícil acesso. O que dificultava o deslocamento dos fiéis para a igreja que só podia ser de canoa nas grandes cheias, por isso as reclamações eram constantes, principalmente quando esta passou a ocupar o lugar de sede da Igreja nesta cidade e os fiéis precisam se dirigir a ela com mais frequência.³³²

Tenreiro Aranha após se instalar na Província, apresentou um relatório falando das ruínas da Matriz após o incêndio, e apresenta as dificuldades para chegar até a capela dos Remédios que passara a ser a matriz provisória. O presidente mostrou-se sensibilizado com povo religioso que ficou privado de participar ativamente das festividades.

Antigamente havia uma ponte fixa, que dava passagem para esse bairro; mas com o tempo, se não por descuido da câmara municipal e de outras autoridades, ou, o que é mais provável, por falta de meios, demolio-se, e já hoje não existe. Não sendo possível, por causa do tempo da cheia, tratar-se da reconstrução, aliás reclamada como uma das mais palpitantes necessidades, fiz preparar, á expensas do cofre provincial uma ponte-barca que já se acha servindo, com capacidade de transportar, de um para outro bairro, trinta á

seja de nascimento livre, e de bons costumes. Artigo 2º - A Irmandade será representada por huma Junta sob a denominação de Meza Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios composta dos quatro Officiaes, e de mais dez Vogaes intitulados Mezarios. Todos os negócios da Irmandade, assim econômicos, como de culto, devem ser tratados, discutidos e decididos por esta Meza. Para haver sessão é necessário que estejam reunidos oito de seus Membros. Artigo 3º - O numero dos Membros ou Mezarios fica elevado á dez, assim como o dos Mordomos. Artigo 4º - Ficão isentos de pagar as jóias os Irmãos, Tehesoureiro, Secretário e procurador. Artigo 5º - A jóia do Juiz será de cincoenta mil réis, quando este não queira fazer á festa, que passará então a ser feita á expensas do cofre, conforme o artigo 2º do Capitulo 10 do Compromisso, e a da Juíza de vinte e cinco mil réis. Artigo 6º - A festividade annual de Nossa Senhora dos Remédios terá lugar no 1º de janeiro, dia da Circumcisão do Senhor. Artigo 7º - Ficão supprimidos o Capitulo 7º e seus artigos, assim como os artigos 3º e 4º do Capitulo 13 do actual compromisso. Ferreira Penna. Provisão de 1854. Apud: J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p. 8-9.

³³¹ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Catedral Metropolitana...* 1958, p.12.

³³² MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Idem*. 1958, p. 21-22.

quarenta pessoas por cada vez. Assim por este lado, enquanto outras medidas se não tomão, tenho feito o que estava no circulo das minhas atribuições.³³³

O viajante naturalista Robert Avé-Lallemant, ao passar em Manaus em 1859, diz que não havia uma igreja regular, a que existia tinha sido em parte incendiada, todos os bens espirituais estavam sendo ministrados na capela de Nossa Senhora dos Remédios. O viajante registra também a precariedade da “*ponte de madeira, prestes a cair*”³³⁴, que conduzia a todos que desejassem chegar até a igreja dos Remédios.

A praça dos Remédios, segundo ele, era o lugar mais agradável de todo o Rio Amazonas. Foi exatamente nesse lugar que ele registrou suas impressões sobre o aspecto religioso da cidade, ao observar a saída da Missa, diz ver poucos brancos puros, descreve os vestidos transparentes das índias, mestiças e mamelucas, que aparentavam tranqüilidade.

Na década de 1850 começou a ser construída a torre da igreja e em 1863 aparecem registros de recursos destinados aos Remédios para reformas necessárias, com a preocupação para ampliação do templo para que pudesse receber o maior número de fiéis. Remédios não era mais a pequena igreja do início do século XIX.

Em 1864, Dom Antônio de Macedo Costa passava pela primeira vez em Manaus, em visita pastoral, e realizou na capela dos Remédios a cerimônia de ordenação do padre Augusto Collére, que era o reitor do Seminário São José.

Em 1869, por ocasião da festa de Nossa Senhora da Conceição foram colocados os sinos na capela dos Remédios e procedeu-se a solenidade de benção³³⁵. No ano seguinte foi instalado o Internato Nossa Senhora dos Remédios.³³⁶

Mas tudo indica que ao longo desses anos foram feitas apenas pequenas modificações no templo, pois na metade da década de 1870 a igreja já precisava de reparos. Otoni Mesquita diz que um dos maiores problemas das obras públicas era a necessidade de manutenção, que oneravam ainda mais a Província.³³⁷

³³³ Tenreiro Aranha. Relatório de 30 de abril de 1852. Apud: J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p. 6-7.

³³⁴ AVE-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. 1980, p. 102.

³³⁵ A benção dos sinos foi em 12 de dezembro de 1869. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³³⁶ O Internato foi instalado a 2 de fevereiro de 1870. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³³⁷ MESQUITA, Otoni. *Manaus...* 2006, p.73.

Em 1871 o Vigário Geral padre José Manoel dos Santos Pereira programou a festa de Corpus Christi. As Irmandades foram encarregadas de auxiliarem nos preparativos e na distribuição dos convites para os Irmãos, para as repartições públicas, para os militares e os civis. Para esse evento o Tesouro da Província entregou à Irmandade do Santíssimo Sacramento uma verba para a festividade. De acordo com J. B.:

[...] a procissão seguiu por varias ruas, todas já enfeitadas com folhagem, vendo-se das janellas pendentes colchas de damasco. Na rua dos Remédios, hoje Miranda Leão, as casas do capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, respectivamente, 1º e 2º vice-presidente da Província, ostentavam a melhor decoração. Todo o mundo official compareceu e o presidente general dr. José de Miranda da Silva Reis (mais tarde Barão de Miranda Reis, conselheiro e grande do Império) com a farda estrellejada de condecorações e medalhas militares, pegava uma das varas do pallio onde ia o Santissimo, levado pelo vigário geral Padre dr. Santos Pereira. Todas as Irmandades, com as suas opas de cores variadas, lá se achavam incorporadas. O 3º batalhão e uma multidão de povo de todas as classes da sociedade fechavam o cortejo, imponente sob todos os aspectos. Recolhida a procissão o 3º batalhão deu uma salva de vinte e um tiros.³³⁸

Depois de mais de duas décadas em que a igreja de Nossa Senhora dos Remédios serviu de matriz, ela foi reconhecidamente instituída paróquia em 1873. Seu templo ainda não estava pronto, pois as constantes dificuldades financeiras do período provincial adiaram a sua construção. O jornal *A Reação* informa que na ocasião “*havia apenas uma humilde capelinha com as honras e direitos de Igreja Paroquial, provida, no entanto, de ricas alfaias e objetos sacros, próprios para a grandeza do Culto Litúrgico da Santa Religião Cristã*”³³⁹.

O padre e deputado Daniel Pedro Marques de Oliveira apresentou à Assembléia Legislativa da Província o projeto³⁴⁰ para a criação da nova paróquia, onde justificava sua

³³⁸ J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p. 21.

³³⁹ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 87.

³⁴⁰ Artigo 1º - A Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Manaós fica dividida em duas com as denominações de freguezia de Nossa Senhora da Conceição e freguezia de Nossa Senhora dos Remédios. Artigo 2º - Os limites da 1ª destas freguezias serão no que toca á capital, desde o igarapé do Espírito santo até o igarapé da Cachoeira grande e fora delle todo o rio Negro até onde encontrar os limites da freguezia de Tauapessassú. Artigo 3º - Os limites da 2ª serão no que concorre á cidade, todo o bairro denominado do Espírito Santo e dos Remédios, começando do igarapé do Espírito Santo, pertencendo-lhe fora da capital os lugares denominados January, Puraquequara, Curupira, dos Reis, o rio Autaz, Puru's e Solimões até onde encontrar os limites da freguezia de Codajás. Artigo 4º - O presidente da Província dará as providencias necessárias para que quanto antes se effectue a instituição civil e canônica da nova freguezia. Artigo 5º -

necessidade pelo crescimento da população e o vasto território para um só vigário ser responsável. O projeto foi discutido, recebeu emendas³⁴¹ e a 15 de maio a lei nº 564 dividia a freguezia de Nossa Senhora da Conceição em duas.

Dom Macedo Costa negou-se a instituir canonicamente a nova paróquia, pelo ofício de 7 de julho, esse ato expressa sua insatisfação pela decisão da Assembléia sem que ele fosse consultado. Não podemos esquecer que este é o Bispo que vinha travando um duelo pela não interferência da política nas questões eclesiais. Somente cinco anos depois Dom Macedo reconheceu a lei e instituiu canonicamente, a 22 de outubro de 1878, a paróquia de Nossa Senhora dos Remédios.

Nas duas últimas décadas do século XIX não faltaram esforços para que a igreja dos Remédios recebesse as reformas necessárias. Em 1892 o Bispo Diocesano, Dom Jeronymo Thomé da Silva, chegou a nomear uma comissão para angariar os recursos que as obras da igreja careciam.

Considerando que é de toda a necessidade concluir as obras da igreja matriz da parochia de N. S. dos remédios, afim de, com mais decência, celebrar-se os actos de Manãos; Considerando que o clero não poderá, sem o auxílio de todo o povo desta immensa região do Amazonas, levar a effeito tão grande empreza; Considerando que o povo catholico do Amazoans deve trabalhar para que Nossa Santa Religião tenha templos dignos e vastos como são vastos e grandiosos os seus rios. Nomeamos uma Commissão composta dos illustre cavalheiros e Senhoras tão conhecidos nesta capital pela sua fé viva e seu amor ardente á Nossa Santa Religião, afim de angariarem donativos para a conclusão da igreja matriz de N. S. dos Remédios.³⁴²

Revogam-se as disposições em contrário. Paço da Assembléia, em 18 de abril de 1873. O deputado, Padre Daniel. J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p.22.

³⁴¹ O artigo 1º foi aprovado; no 2º depois da palavra capital, acrescente-se: o igarapé do espírito Santo, compreendendo ao sul o lado direito do rio Negro desde os limites da freguezia de Tauapessassú até a foz do mesmo rio, e o lado esquerdo do Solimões a encontrar os da freguezia de Codajás, ao norte das vertentes do dito igarapé uma linha recta a encontrar o rio Negro os limites de Tauapessassú. Elimine-se o resto. (deputado Miranda Leão, 6 de maio); artigo 3º “depois da palavra serão, acrescente-se: do igarapé do Espírito Santo, todo o território que fica a leste até encontrar os limites da villa de Serpa; ao sul destes limites, até encontrar os da freguezia de Codajás no Solimões. Elimine-se o resto. (deputado Miranda Leão, 6 de maio). O projeto foi aprovado. J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p. 23.

³⁴² A comissão era formada pelo Comendador José Teixeira de Souza, José Cláudio de Mesquita, Aureliano Antonio Fernandes, Antonio de Miranda Araújo, comendador José Gonçalves de Araújo Rosas, Caetano Monteiro da Silva, capitão Hilário F. Álvares, Francisco das Chagas Gadelha e as Excelentíssimas Senhoras D. Catharina Ferreira Lemos, Maria geminiana de Souza, Helena de Barros Barbosa, Maria Telles da Rocha Monteiro, Maria Leopoldina de Mello Pompeu, Ângela Pucú, Maria Lemos de Aguiar, Maria Braga Alves, Alcina Rosa Mavignier e Maria Lessa. Jeronymo, Bispo do Pará, 26 de maio de 1892. Apud: J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927, p. 30-31.

A pedra de reconstrução da igreja foi colocada em 1901, quando o Monsenhor Antero José de Lima já era o vigário dos Remédios; ele não media esforços para que o templo fosse tomando forma. Dom Lourenço Aguiar também se mostrou preocupado com o andamento da segunda paróquia de sua Diocese, apressando a reforma, pôde finalmente dar a benção solene da capela em 1903.

Anos depois, já com Dom Irineu Joffily, foi feita uma grande campanha de arrecadação junto aos fiéis para as obras dos Remédios. Quando o Bispo deixou a Diocese em 1924 a igreja estava bem encaminhada. Dom Basílio Olímpio assumiu os trabalhos iniciados por seu antecessor, levando adiante a obra e procedendo a inauguração solene da igreja dos Remédios em 1933.³⁴³

A Paróquia dos Remédios durante a fase da Diocese, investiu para o florescimento da vida espiritual de seus fiéis; para tanto contava com os serviços de vários grupos: Apostolado da Oração, Congregação de Nossa Senhora do Líbano, Conferência Vicentina, Obras das Vocações Sacerdotais, Grupo de Moços, Cruzada Eucarística Infantil, Círculos de estudos das F.M. e da C.E.I., Centro Catequético Pio XII, Pia União das Filhas de Maria, Doutrina Cristã, Pia Obra de Santa Dorotéia.³⁴⁴

E a romanização caminha no Amazonas...

Desde o rigorismo de Marquês de Pombal a Amazônia não dispunha de muitos sacerdotes para zelar pelo andamento espiritual, possibilitando assim um campo fértil para sincretismos e fanatismos. O resultado disso, segundo Arthur Reis, foi “*é a realização de certos atos, tidos na conta da boa cepa católica, mas que no fim de contas não passam de deturpações da religião, verdadeira mestiçagem de crença...*”.³⁴⁵

Os Bispos tiveram que empreender um duro trabalho ao longo do XIX para organizar e aprofundar a fé católica. Dom Afonso Torres ao assumir o Bispado do Pará, procurou conhecer e animar espiritualmente a vida de sua Diocese, com muito esforço percorreu por

³⁴³ A Inauguração foi em 14 de maio de 1933. *Suplemento de A Reação*. 1946, p. 88.

³⁴⁴ Dentre esses movimentos, As Filhas de Maria se destacavam, assumindo nessa paróquia uma obra assistencial social “Natal das Crianças Pobres”. *Suplemento de A Reação*. 1946, p. 89.

³⁴⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 1997, p. 274.

oito vezes, segundo A Reação, toda “*a sua extensíssima Diocese, vencendo todos os óbices e chegando até o Alto Amazonas, após uma viagem demorada e penosíssima, é digna de registro*”.³⁴⁶

Analisando o problema da falta de sacerdotes na Amazônia, Reis aponta as dificuldades religiosas nos seringais, onde não havia padres e nem capelas, acredita que “*a ausência de mulher sirva para explicar o fato*”³⁴⁷, e acrescenta ainda o caráter de seminomadismo. Mesmo não desfrutando de um ambiente espiritual propício, os seringueiros não esqueciam as tradições religiosas, comenta.

E nas grandes datas da cristandade, celebraram-nas festivamente no barracão central. As reuniões no Natal, no São João, Santo Antônio e São Pedro consagravam toda a população do seringal, mesmo os que distavam dias e dias do barracão central. Rezavam-se ladainhas. Ao ato religioso, seguiam-se os profanos: as danças, os comes e bebes realizados com os recursos existentes.³⁴⁸

Dom Macedo Costa preocupado com o pouco clero e as conseqüências provenientes dessa ausência planejou e pôs em prática a experiência do Cristóforo, um barco a vapor que passou a percorrer os rios. Os sacerdotes, envolvidos nessa missão, visitaram seringais passando a denunciar as condições de exploração e os vazios espirituais sofridos por aquela população. O Cristóforo também nasceu com o objetivo de despertar novas vocações³⁴⁹. O navio Cristóforo apresenta, de acordo com Reis, “*uma Igreja em movimento, subindo e descendo o rio gigante...*”.³⁵⁰

A ausência de padres na Província do Amazonas foi compensada com a entrada de religiosos para o trabalho pastoral. Assim, enquanto a Matriz de Nossa Senhora da Conceição ia sendo erguida, os novos missionários, tão solicitados por Dom Macedo para atuarem na catequese começavam a ter sua presença intensificada na Amazônia. Em 1870 chegam os Capuchinhos italianos.³⁵¹

³⁴⁶ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p.20.

³⁴⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 1997, p. 275.

³⁴⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 1997, p. 276.

³⁴⁹ O Cristoforo contava com 12 sacerdotes com a missão de “*derramar a palavra divina por entre as gentes do vale*”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p. 81.

³⁵⁰ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p. 21.

³⁵¹ Nesse grupo veio frei Gesualdo Machetti, que batalhou pela construção da igreja de São Sebastião. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista...* 1942, p. 79.

Entrando a trabalhar no vale do Madeira, esses missionários ocuparam-se também do vale do Rio Negro. No Madeira tomaram contacto com os Parintintins, que alias não conseguiram amansar. No Rio Negro, montaram aldeamentos, inclusive no Içana e rio Uaupés.³⁵²

Com Dom Macedo a situação eclesiástica da Amazônia, até então precária, começa a ser modificada especialmente com a chegada das ordens religiosas que possibilitaram uma presença mais efetiva do clero junto às diversas localidades. As desobrigas agora, diz Reis, “*são constantes, erguem-se capelas, oratórios. A paisagem espiritual toma novas cores*”.³⁵³

Dom Antônio de Macedo estabeleceu comunicação com os vigários da Comarca do Amazonas, dando sempre assistência e mostrando preocupação com a vida sacerdotal. Em 1864, Dom Macedo saindo em visita pastoral, passou em várias localidades do Amazonas, chegando a Manaus, quando concedeu a ordem de presbítero ao Reitor do Seminário.³⁵⁴

Em 1873, Dom Macedo passava novamente por Manaus, esta foi uma visita memorável onde concedeu a ordem a três novos sacerdotes para a Comarca: Raimundo Amâncio de Miranda³⁵⁵, José Henrique Félix da Cruz Dácia³⁵⁶ e João Rodrigues de Assunção³⁵⁷. Os novos padres representavam um sinal de esperança para a Igreja no Amazonas.

Dez anos depois, aproveitando sua passagem por Manaus, Dom Macedo ordenou mais um padre para a Comarca, que foi destinado a auxiliar a localidade de Silves, João Coelho de Miranda.³⁵⁸ Dom Macedo proferiu discurso em Manaus com a conferência ‘A Amazônia. Meio de desenvolver sua civilização’.³⁵⁹

Athur Reis diz que Dom Macedo em seu discurso analisou a realidade regional, onde abordou os problemas sociais e econômicos, além dos problemas pertinentes às questões

³⁵² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista...* 1942, p. 79.

³⁵³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 1997, p. 277.

³⁵⁴ Dom Macedo passou por Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tocantins, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Manaus onde permaneceu por mais tempo. O ordenado presbítero foi Augusto João Maria Culerre, esse fato mostra a necessidade de mais sacerdotes, pois mesmo antes de sua ordenação já teve que assumir a direção do Seminário. LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. *Dom Macedo...* 1992, p. 111-112.

³⁵⁵ O Cônego Raimundo Amâncio assumiu em 1878 os cargos de Vigário Geral do Alto Amazonas e de vigário interino da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, nomeado por Dom Macedo. J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927. p. 26.

³⁵⁶ O Cônego Félix da Cruz Dácia era o vigário dos Remédios na ocasião da elevação do Amazonas a Bispado. J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*. 1927, p. 30

³⁵⁷ A ordenação foi em 7 de junho de 1873. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁵⁸ A ordenação dos padres foi em 26 de março de 1883. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

³⁵⁹ O discurso foi em Manaus em 21 de março de 1883. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

morais e espirituais. As denúncias de Dom Macedo apontavam para uma população entregue a excessos “*sem nenhuma instrução nem civil nem religiosa*”.³⁶⁰

Dom Antônio de Macedo escreve em 1876 uma nova carta solicitando a criação do Bispado do Amazonas³⁶¹. Dez anos depois, o deputado cônego José Félix da Cruz Dácia, paraense, mas exercendo suas funções eclesiásticas no Amazonas, propõe na Assembléia Provincial, uma solicitação para a ereção do Bispado no Amazonas.³⁶²

Crescia assim, a expectativa, segundo A Reação, “*clero e leigos se reuniam para tratar do assunto*”³⁶³ e comissões foram montadas para edificar o patrimônio do futuro Bispado³⁶⁴. O Papa Leão XIII compreendendo as necessidades espirituais do Brasil criou, antes da virada do século, a primeiras novas dioceses. A 5 de maio de 1892 nascia finalmente a Diocese do Amazonas.

³⁶⁰ COSTA, Dom Antônio de Macedo. A Amazônia. Meio de desenvolver sua civilização. 21 de março de 1883. Apud: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p. 81.

³⁶¹ O documento é de 07 de dezembro de 1876. Cf: RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁶² A solicitação foi dirigida à Assembléia Provincial do Amazonas em 26 de abril de 1886. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁶³ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p. 24.

³⁶⁴ O Monsenhor Raimundo Amâncio de Miranda estava à frete do movimento. *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p.23.

Amados Filhos!

Preencheu-se o vosso mais ardente e justo anelo: o Amazonas é Bispado!

Profusas graças a Deus, mil parabéns vos sejam dados.

Querendo o Altíssimo que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade, dispõe, entretanto, as cousas suave e fortemente, de modo que sempre attinge por completo o seu fim, em tempo próprio e exactamente na medida, numero e peso, que mais convém.

Eis porque, só agora Aquelle que de vós tem cuidado conduziu-vos ao almejado escopo...

A impaciência humana, que não percebe a sabedoria da providência, quiçá parecêra tarda e vagorosa a cathedralidade do Amazonas. Tudo, entretanto, n'este mundo vem a tempo. Deus não se engana!

(Dom Lourenço da Costa Aguiar - Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas)

Terceiro Capítulo

A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização

No Brasil as transformações da Modernidade se apresentam concretamente na segunda metade do século XIX, ganhando impulso em suas últimas décadas e nas primeiras do século XX. A Modernidade traz suas regras sobre a urbanização e organização social e cultural, além de propor uma nova configuração social e religiosa.

O século XX não se inicia menos tenso. O Estado brasileiro, agora liberal, precisava ajustar uma religião que teima em existir da mesma forma como no passado. A Igreja, por sua vez, não aceita os princípios liberais e quer que o Estado abra espaço para que ela permaneça como a grande guardiã da moral e da espiritualidade.

Por ocasião da proclamação da República, existiam no Brasil apenas uma arquidiocese e onze dioceses. A liberdade religiosa, garantida pela constituição de 1891, deu possibilidade para criar novas áreas eclesiásticas. Com a Bula *Ad universas orbis*, de 27 de abril de 1892, Leão XIII iniciou a reorganização da Igreja no Brasil. Assim, antes de terminar o século XIX, cinco novas dioceses surgiram: Manaus, Paraíba, Niterói, Curitiba e Espírito Santo. Até 1910, as dioceses chegam ao número de 30, em 1920, chegam a 58, e em 1930 chegam a 85, foi um rápido crescimento para uma Igreja outrora ameaçada.

Reformar o clero, o culto e a devoção era agora a meta a ser atingida, bem expressa nas preocupações apresentadas pelo padre Júlio Maria em sua *Memória Histórica*, mostrando a sintonia com a proposta de Leão XIII, em combate a um Catolicismo superficial e festeiro: “*Os novenários, as devoções, as festas, feitas com os devidos requisitos, são uma coisa boa; mas de todas as obras da caridade paroquial a maior é ensinar os ignorantes. A ignorância da religião, eis o inimigo. A doutrinação, eis a grande arma apostólica*”.³⁶⁵

Em 6 de janeiro de 1900, os bispos brasileiros publicaram sua Segunda Pastoral Coletiva, na qual solicitam um tratamento privilegiado para a Igreja Católica. O Estado é acusado de tentar negar a maior herança que os brasileiros poderiam receber: o Catolicismo. Afirmavam que a religião Católica poderia ter deixado de ser oficial, mas continuaria a ser

³⁶⁵ Padre Júlio Maria é o primeiro redentorista do Brasil, 1903, escreveu sua *Memória Histórica* em 1890. VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. 2006, p. 124.

nacional: “... *Estamos diante de uma anomalia que deve ser extirpada o quanto antes. O regime laicista foi imposto ao país à revelia da vontade do povo, portanto, é essencialmente antidemocrático!*”³⁶⁶

Pio X satisfeito com os rumos da Igreja no Brasil, concede a Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti³⁶⁷, em 1905, o privilégio de se tornar o primeiro cardeal de toda a América Latina. O processo de Romanização estava a todo vapor, com o crescimento da imprensa católica, a entrada de vários grupos religiosos vindos da Europa; aliás, romanizar passou a ser sinônimo de europeizar, com a organização de Congressos Católicos, e um crescente investimento na educação, que constitui uma das maiores preocupações dessa fase de romanização.

Dom Sebastião Leme³⁶⁸, sucessor de Dom Arcoverde chamava atenção para um país tradicionalmente católico, mas com pouca influência pública; para ele, a solução era a educação para instruir na doutrina católica, nas normas morais e na fé. Pede união entre os católicos, já propõe discussão sobre uma Universidade Católica.³⁶⁹

Dom Leme também clama por renovação e por reação, em sua Carta Pastoral de 1916, diz “*todos ou quase todos se dizem católicos*”³⁷⁰, mas é um catolicismo por vezes não-praticante, com ausência de sacramentos, faltando viver a vida católica de fato “*somos uma maioria asfixiada*”³⁷¹, com tradição familiar, mas sem base doutrinal.

Com Dom Leme vemos também a preocupação com a renovação dos “*laços entre Igreja e a vida política e social, de maneira participante*”³⁷². Para Carlos Villaça ele impulsiona a Ação Católica no Brasil “*e deseja a perfeita concordância entre ciência e religião. Critica o cientificismo e o positivismo. E fala em cinco páginas, das superstições populares, inclusive o espiritismo*”³⁷³.

³⁶⁶ Cf: MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença católica no Brasil*. 2002, p. 29. Tomo 3.

³⁶⁷ Dom Joaquim Arcoverde era Arcebispo do Rio de Janeiro quando foi elevado à condição de primeiro cardeal da América Latina em 1905.

³⁶⁸ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra se tornou bispo-auxiliar do Rio de Janeiro em 1911, a partir de 1916 se tornou Arcebispo de Olinda; em 1921 passou a ser bispo coadjutor de Dom Arcoverde, sucedendo-o em 1930. MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 45.

³⁶⁹ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História...* 2002, p. 47.

³⁷⁰ Dom Sebastião Leme. Carta Pastoral de Olinda 16 de julho de 1916. Apud: VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento...* 2006, p. 134.

³⁷¹ Dom Sebastião Leme. Apud: VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento...* 2006, p. 136.

³⁷² Dom Sebastião Leme. Apud: VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento...* 2006, p. 136.

³⁷³ VILLAÇA, Carlos. *O Pensamento...* 2006, p. 139.

A partir dos anos de 1920 em diante, o Brasil enfrenta vários abalos políticos e sociais. Este clima de crise trouxe as condições adequadas para uma reaproximação da Igreja com o Estado. O próprio Governo solicita a colaboração da Igreja, pois a reconhece como um instrumento moralizante e ordenador. O Estado carece de uma legitimação moral. A Igreja acolhe o convite. Dom Leme foi a figura responsável por estreitar os laços, fazendo o Estado perceber que esta relação garantia a sua própria tranquilidade.

A Igreja ponderava que um governo forte lhe traria mais segurança e êxito, o que é uma característica marcante em sua trajetória. Como funciona conscientemente como uma hierarquia, identifica-se com regimes fortes e autoritários; por isso vamos verificar uma aproximação, a partir dos anos 30, entre Getúlio Vargas e Dom Leme.

O Catolicismo procurava mostrar sua força. Em 16 de julho de 1930, o papa Pio XI declara Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil. Em maio de 1931, muitas manifestações ocorreram para homenagear a Virgem Aparecida. No mesmo ano foi inaugurado o Cristo Redentor, para que todos o reconhecessem sempre como Rei e Senhor. O acontecimento contou com a presença do próprio Presidente da República na cerimônia, deixando claro os laços que estavam sendo estreitados.

Em 1932, Dom Leme fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores que, mais tarde, dará origem à Universidade Católica Brasileira. Em 1933, foi realizado o Primeiro Congresso Eucarístico Nacional em Salvador. Em 1935, foi oficializada a Ação Católica, um organismo de militância católica; entre suas preocupações esteve a criação de Círculos Operários Católicos.

Na primeira metade do século XX a Igreja Católica caminha a passos largos reestruturando-se e ganhando novos espaços de atuação no Brasil. A implantação da República constituiu um grande abalo, mas proporcionou a grande liberdade tão almejada pelos Bispos romanizantes do século anterior.

Com a separação entre Igreja e Estado, houve um rápido crescimento das dioceses e das atividades das novas associações católicas, que auxiliaram o Episcopado e o clero brasileiro no grande processo de romanização. Ao se livrar do Padroado e com a tão temida República, a Igreja respirou ares de liberdade, deixando claro que para ser católico era preciso ser romano.

Foi em meio a esses estremecimentos e a essas novas perspectivas que se erigiu a Diocese de Manaus, que enfrentou inúmeros desafios para se erguer e realizar os serviços eclesiais de que necessitavam o Amazonas. Aqui verificaremos sua implantação e a fase da sementeira dos projetos romanizantes em uma Diocese recém criada em uma região que passava por bruscas transformações com o advento da economia da borracha e um rápido crescimento da cidade de Manaus.

1. Manaus: uma Diocese Romanizada

Na década de 1870 a redefinição da cidade de Manaus parecia ser uma prioridade, o que é perceptível através do código de postura que procura afastar os elementos culturais locais e implantar um novo modelo a ser seguido. A utilização da palha, por exemplo, estava proibida na parte central da cidade, também se inicia um processo que vai se intensificando, que é o afastamento de parte da população que não combina com o visual que se quer adquirir. Segundo Otoni Mesquita; “*essa medida, adotada também em outras cidades brasileiras, pretendia estabelecer um centro urbano de aparência européia*”.³⁷⁴

O início da década de 1890 registra a separação entre a Igreja e o Estado, trazendo novos sentimentos e atitudes que marcam a reação da Igreja no Brasil. Havia, por parte da Igreja, um grande receio quanto ao novo regime implantado no Brasil e do espaço que este lhe reservaria, ao mesmo tempo, era o momento do Catolicismo experimentar autonomia e buscar posicionar-se estrategicamente: a expansão de seus domínios territoriais e de sua ação sobre os fiéis católicos; afastar todos os perigos desviantes que nesse momento apresentam-se na forma de outras crenças permitidas pela Constituição de 1891; combater a ação maçônica e liberal que obtiveram conquistas significativas com a implantação da República no Brasil.

Nesse contexto, foi criada a Diocese de Manaus, a 27 de abril de 1892, pela Bula *Ad Universas Orbis* do Papa Leão XIII, que mostrou grande preocupação com a extensão gigantesca da Arquidiocese de Belém e também com a necessidade de atingir todos os cantos da Amazônia, para que outras idéias e crenças não proliferassem em seu interior.

³⁷⁴ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine*: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900). Tese de Doutorado: Niterói, 2005, p. 147.

Manaus parecia pronta para receber uma grande responsabilidade, isto é, a de abrigar uma das quatro novas Dioceses brasileiras. Possidônio da Mata registra este acontecimento:

A diocese de Manaus foi criada pelo papa Leão XIII, em 27 de abril de 1892, desmembrando-a da diocese de Belém. O território da nova diocese correspondia então a todo o Estado do Amazonas, isto é, 1.941.680 km, com uma população estimada em 250 mil habitantes, sem relacionar a população indígena. Manaus tornou-se, assim, um outro centro importante de irradiação da missão evangelizadora da Igreja. A fundação da nova diocese correspondia não só aos anseios de lideranças eclesiásticas e políticas do Estado, mas a uma urgente necessidade pastoral...³⁷⁵

Na virada do século XIX para o século XX, Manaus experimentava um crescimento extraordinário. Mudava o cenário urbano: com uma arquitetura que se espelhava na Europa e ao mesmo tempo promovia exclusões; as rivalidades oligárquicas intensificavam-se, associadas ao advento econômico oriundo do boom da borracha; ampliavam-se e alteravam-se as relações étnicas, pessoais, de trabalho e religiosas.

Pensar a cidade de Manaus nos primeiros anos da República é pensar ao mesmo tempo nos primeiros anos da Diocese de Manaus. O aspecto religioso faz parte do emaranhado de relações, e é tão relevante compreendê-lo quanto os demais elementos constitutivos da cidade daquele momento. O espaço geográfico, as pessoas em suas variadas funções e caracteres correspondem também ao espaço administrativo eclesiástico: a Diocese.³⁷⁶

Manaus revela contornos de uma cidade em processo de crescimento modernizante, detectando o projeto de embelezamento e o afloramento de contrastes, conflitos e paralelamente um projeto de exclusão social. Luiza Pinheiro diz que a chegada do grande capital a Manaus, começa a ditar as regras para que esta cidade atenda às qualificações necessárias à modernidade.

A prosperidade começaria a mostrar-se em Manaus na última década do século XIX. A renovação dos prédios públicos, as construções monumentais, os aterros e desaterros, a abertura de ruas e avenidas... sistema de bondes, a iluminação elétrica, a comunicação telefônica, sistema de galerias para

³⁷⁵ MATOS, Possidônio. A Igreja Católica na Amazônia da atualidade. In: HOORNAERT, Eduardo (org.) *História da Igreja na Amazônia*. 1992, p. 348.

³⁷⁶ Diocese é um território definido em sua extensão e composto com clero e povo, governado por um bispo com poder ordinário, segundo as normas do direito canônico. (cf: can 215 e 359). No *CERES* a definição é de circunscrição territorial sujeita à administração eclesiástica de um bispo ou, por vezes arcebispo, ou dum patriarca.

drenagem de águas e esgotos, além de abertura de espaços destinados ao lazer refinado...³⁷⁷

O Estado assumia agora o papel de levar adiante o projeto de urbanização iniciado lentamente durante o período da Província, ampliando o número de obras. Otoni Mesquita fala de uma crescente europeização da elite que abre espaço para o estilo civilizado da vida moderna, introduzindo em Manaus os ares da *belle époque*: “A realização de grande parte das obras era requisitada como necessidade essencial, para estabelecer o novo padrão de civilização que se pretendia adotar”.³⁷⁸

Adentrando a República vemos um gradativo esforço nos novos códigos para erradicar os aspectos considerados não civilizados. Na década de 1890 a modificação já era perceptível através do novo cenário que se apresentava e que vai sendo acelerado no governo de Eduardo Ribeiro, com pontes, novas ruas, praças, novos aterros, prédios públicos, o Teatro Amazonas.

Coincidentemente, a Igreja Universal concedia a Manaus o status de Diocese, o que coroava o seu crescimento na direção de uma grande cidade. A elite passa a se sentir igualmente agraciada, pois não basta ser liderança e acumular bens, o reconhecimento religioso concede um *status* diferente, é como um presente divino. Para os membros da elite se inserir nas atividades ou associações da Igreja lhes concedia um algo a mais, é se sentir divinamente recompensado e reconhecido como eleito de Deus. Como veremos mais à frente na relação entre os fiéis e a igreja.

A crescente influência da modernidade confrontava-se com a Igreja Católica; era o choque entre a tradição e o novo. Com a chegada da República, o Catolicismo deixou de ser a religião oficial do Brasil. Mas a liberdade de culto promulgada pela nova Constituição, de 1891, não alterou substancialmente a religiosidade manauara. Não significa dizer que os reflexos da Europa ou de outras regiões do Brasil não chegassem; aqui se sentiam as mudanças de uma cidade que crescia e passava a comportar novas relações de onde brotam novos valores ou reforçam antigos.

³⁷⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os Ombros*: Trabalho e conflito no porto de Manaus 1889-1925. 1990, p. 30.

³⁷⁸ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine*: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900). Niterói: Tese de Doutorado, 2005.

Manaus se expandia. Não podemos esquecer da celeridade da vida nesta cidade é impulsionada devido à economia da borracha, que concedeu financeiramente o que os ideais modernos projetavam. Mas o crescimento é também desordenado já que os bairros que vão surgindo, distantes do centro embelezado, não recebem a estrutura adequada, já que lá se encontram aqueles que a cidade precisava para os inúmeros trabalhos, mas que prefere mantê-los afastados por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos. Como nos mostra Deusa Costa:

Esses bairros povoaram-se em função das constantes levadas de imigrantes que, ou não tinham recursos para se manter em cortiços e estâncias centrais, ou não conseguiam mais vagas nesses espaços e eram obrigados a ir para os subúrbios viver em casebres com paredes de papelão ou nos chamados hotéis de 3ª ordem, que se pode qualificar como cortiços.³⁷⁹

Manaus cresceu de forma extraordinária na última década do XIX e na primeira do XX, trazendo novos desafios para os Bispos desta Diocese, que se viram diante de uma realidade bem mais complexa. A expansão da cidade é ao mesmo tempo a expansão da administração episcopal.

O projeto romanizante deseja também transformações profundas. Sem dúvida, os bispos queriam o desenvolvimento de uma civilização, mas que fosse essencialmente cristã, afastando os desvios e os vícios trazidos pela modernidade, que buscava afastar os valores religiosos como se não combinassem ou fossem obstáculos para a organização da nova sociedade que se quer estabelecer.

Em 1910, Manaus desponta como uma cidade próspera. É a capital da borracha, tão diferente das décadas anteriores devido aos constantes ajustes no projeto urbanístico. Agora fazia parte do cenário do mundo capitalista e estava pronta para receber os visitantes e os imigrantes provenientes de todos os cantos do Brasil e do estrangeiro, conforme bem observou Bradford Burns:

Situada (ou como pensavam muitos ‘aprisionada’) no meio de vasta e sedutora floresta, Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade européia de seu tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade,

³⁷⁹ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1910). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997. p. 93.

serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis, atestam o estado de modernidade da cidade³⁸⁰.

Durante os 60 anos da Diocese de Manaus, seis Bispos e um administrador apostólico a dirigiram: Dom Lourenço da Costa Aguiar; Dom Frederico Benício de Souza Costa; Dom Santino Coutinho, Dom Irineu Joffily, Dom Basílio Manuel Olímpio Pereira; Dom João da Mata de Andrade e Amaral; e Dom Alberto Gaudêncio Ramos, este que se tornou o 1º Arcebispo Metropolitano da nova Arquidiocese.³⁸¹

Em meio a esses avanços e recuos, que marcam a transição do XIX para o XX, preocupa-nos as rupturas e permanências do poder da Igreja local, que precisa estar ligada às diretrizes da Santa Sé e ao mesmo tempo responder aos desafios locais. Queremos perceber quais as estratégias e as ações desta Igreja para se confirmar como soberana, e suas reais contribuições para a sociedade manauara, que naquele período estava, ainda, em consolidação no que diz respeito à sua religiosidade cristã.

Dom Lourenço da Costa Aguiar (1894-1905)³⁸²

A nova Diocese erigida no Amazonas, em 1892, era fruto da ação de lideranças eclesiais e políticas do Estado e também atendia às necessidades pastorais. Da criação à implantação passaram-se dois anos, e durante a espera do bispo que assumiria a Diocese os padres Francisco Benedito Coutinho e Casimiro Norberto Dupuy³⁸³ foram encarregados da administração.

O escolhido para a nova Diocese foi quem conhecia bem o Amazonas, pois fora Vigário Geral³⁸⁴. Dom Lourenço da Costa Aguiar foi recebido pelos fiéis católicos e por uma comitiva presidida pelo governador, dado interessante uma vez que os tempos já eram de

³⁸⁰ BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910*: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

³⁸¹ Verificar o quadro 2 em anexo.

³⁸² Nascido em Sobral, Ceará, a 9 de agosto de 1847; foi sagrado bispo em 11 de março de 1894 em Petrópolis; assume a Diocese dois anos após sua criação em 16 de janeiro de 1894 como o primeiro bispo do Amazonas; deixa a Diocese em maio de 1905, falecendo um mês depois. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus* (sua longa história). 1958, p.131.

³⁸³ Dom Jeronimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia, os coloca à frente do governo do Bispado do Amazonas até a posse do novo Bispo. *Documento de 27 de novembro de 1893*.

República; isso mostra a euforia de um modo geral diante da criação da Diocese que dava a Manaus o *status* de uma grande cidade. Dom Lourenço Aguiar dando ciência de sua posse, registrou:

Com amaior satisfação, levamos ao conhecimento de V. Ecia Revma que n'esta data fizemos a nossa entrada solenne n'esta Episcopal cidade de manaós, inauguramos e tomamos posse pessoal e jurisdição da Dioceze do Amazonas, na forma do stylo, e com todas as solennidades prescriptas pelos Cânones.³⁸⁵

Ao inaugurar a Diocese em 1894³⁸⁶, a primeira medida tomada por Dom Lourenço foi apresentar ao clero e aos fiéis uma Carta Pastoral, onde expôs seu programa de governo, deixando claro quais as suas principais preocupações e quais os direcionamentos que estava propondo para estruturar esta Diocese nos moldes desejados pela Santa Sé.

É importante aqui analisar sua proposta, que nos permite perceber que ao mesmo tempo há uma preocupação com a localidade e suas necessidades espirituais, mas que esta não deve estar dissociada das diretrizes romanizantes da Igreja. Dom Lourenço inicia falando da realização de um ardente desejo, que agora por ação suave e forte de Deus transformou o Amazonas em Bispado. Esta foi uma espera longa: “*Tudo, entretanto, n'este mundo vem a tempo*”.³⁸⁷

Fazendo um rápido balanço da história civil-eclésiástica do Amazonas, Dom Lourenço diz que só tardiamente se tornou Capitania; que ao despontar sua autonomia política, não perceberam seu fulgor e sua vastidão e classificaram-no apenas de Comarca, e que somente 30 anos após a Independência, foi transformada em Província; muitas regiões menores haviam sido elevadas à Prelazia e depois a Bispado, e o Amazonas ainda esquecido. Dom Lourenço diz que não havia chegado o tempo “*no relógio da Providência*”³⁸⁸. Somando-se aos esforços e desejos locais, o Chefe da Crisandade, Leão XIII, decretou:

³⁸⁴ Em 09 de janeiro de 1877 o padre José Lourenço foi nomeado Vigário Geral; no ano de 1894, o então Cônego recebe a nomeação para ser o primeiro Bispo do Amazonas. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁸⁵ Documento enviado ao Bispo de Fortaleza Dom Joaquim Vieira, que era o visitador encarregado de efetivar o Bispado em Manaus. *O documento de posse, 18 de junho de 1894*.

³⁸⁶ Em 18 de junho de 1894, Dom Lourenço chega a Manaus e instala a Diocese, toma posse como o 1º Bispo. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

³⁸⁷ AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas*. p. 6.

³⁸⁸ AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral...* p. 7.

Para a formação da nova Diocese do Amazonas, desmembramos para sempre, por auctoridade Apostolica, o território do Estado deste nome, da Diocese de Belém, ao qual pertencia, e o damos perpetuamente à Igreja do Amazonas por Diocese. Fundamos perpetuamente a Sé e a Cadeira Episcopales de Manaós e elevamos á dignidade de Igreja Cathedral a Igreja dedicada a Mãe de Deus Imaculada.³⁸⁹

Dom Lourenço, lembrando Santo Agostinho, fala da autoridade infalível da Igreja Romana “... *sem cuja auctoridade, nem o proprio Evangelho é crível*”³⁹⁰. Na obediência à missão apostólica, cabe preservar “*a intereisa da Fé Cathólica*”³⁹¹; completando a missão está o ensino, o Bispo deve ser o Mestre, a Diocese uma escola.

Por isso seu programa segue três diretrizes: A primeira corresponde à Instrução dos padres, que é a escola apostólica: onde se deve associar ciência e piedade na formação sacerdotal, pois “*um sacerdote sem livros, sem estudo, sem leitura, é como o soldado sem armas, o escriptor sem penna, o cego sem guia*”³⁹²; o padre deve saber usar a sabedoria, não esquecendo que a ciência não pode caminhar sem virtude, e manter a graça sacerdotal. A base aqui é buscar manter uma constante troca de idéias, uma formação permanente.

A segunda diretriz é a escola eclesiástica: que nasceu da combinação entre experiência e necessidade; seguindo os passos de Trento, o seminário deve ser a expressão da renovação da terra, semeando entre a mocidade. Leão XIII reafirma na Bula de criação da Diocese que a mocidade “... *é como a oliveira fructifera nos campos do Senhor*”³⁹³. Portanto, o seminário é a base, e se for próspero, diz Dom Lourenço “*Tudo florecerá na Diocese...*”³⁹⁴; e conclui “*façamos seminario digno de nós, dos alevantados intuitos do Amazonas, da grande fé do nosso povo, das necessidades da Sancta Igreja de Deus*”³⁹⁵; deve, portanto, resplandecer em ciência e em moral.

A terceira diretriz é a de maior amplitude, pois, diz respeito à família, que é a base da sociedade e deve ter por fundamento a religião. Dom Lourenço reafirma que pelo batismo todos fazem parte de um só corpo místico. Aqui o Bispo lembra que Deus não pode ser apagado e que tudo deve ser revestido a Ele.

³⁸⁹ AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral...* p. 8.

³⁹⁰ Idem. *Carta Pastoral* p. 12.

³⁹¹ Idem. *Carta Pastoral*. p. 12.

³⁹² Idem. *Carta Pastoral* p. 19.

³⁹³ Idem. *Carta Pastoral* p. 27.

³⁹⁴ Idem. *Carta Pastoral* p. 28.

³⁹⁵ AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral...* p. 29.

O Brasil, diz Dom Lourenço, é uma grande nação, deve obedecer à sua vocação, mas não deve se iludir com o mundo; os grandes reinos caem, mas quando tudo esmorece, deve-se lembrar que a fé católica estava desde o começo da nação. Sua voz aqui se irmana à de Dom Macedo ao se posicionar diante dos novos tempos. O Bispo afirma que a Igreja é uma Arca Santa que salva de todos os dilúvios.

Dom Lourenço fala que “*a vocação á fé católica não é só para os indivíduos em separado, senão conjuntamente para as colletividades*”³⁹⁶; esta fé é alimentada pela família, que para ele é o alicerce, onde religião e pátria devem estar juntas, pois, é o viveiro do povo cristão.

O Bispo de Manaus conclui que a família é a escola, e que a educação é amor: “*Educar é obra complexa: é instruir o espírito e formar o coração*”³⁹⁷. Não basta, portanto saber decoreta a doutrina, é preciso que ela se faça presente conscientemente. A educação deve formar o homem, levando-o a “*temer a Deus e observar os seus mandamentos*”³⁹⁸. Ao encerrar sua Carta Pastoral, Dom Lourenço convida o povo a unir-se ao Bispo numa fusão, como o Rio-Mar no Oceano.

Assim nascia a Diocese com um projeto bem estruturado e com enormes desafios pela frente. Pautado na sua própria experiência de que uma família estruturada no Catolicismo, Dom Lourenço apresenta os alicerces necessários para fazer escolhas coerentes e especialmente não se desviar da fé católica, por isso “*a filosofia do grande diocesano une Religião à Moral, como duas irmãs inseparáveis*”.³⁹⁹

Dom Lourenço foi o organizador do patrimônio da Diocese, passando a nomear padres para arrecadar recursos nos municípios, ao mesmo tempo em que os enviava também para realizarem a desobriga⁴⁰⁰. Também recebeu doações de terrenos para a construção de

³⁹⁶ AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral...* p. 43.

³⁹⁷ Idem. Carta Pastoral p. 55.

³⁹⁸ Idem. Carta Pastoral p. 57.

³⁹⁹ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 304.

⁴⁰⁰ O Cônego Dácia foi enviado para percorrer o Solimões e seus afluentes para angariar donativos para sanar as despesas da inauguração da Diocese, concedendo também jurisdição paroquial nas freguesias por onde passar. O Bispo termina enviando suas bênçãos episcopais. . *Dom Lourenço, 9 de julho de 1894*. Em 1896 o padre Manuel Furtado de Figueiredo enviado ao Juruá para recolher esmolas para a organização da Diocese.

capelas⁴⁰¹ ou muitas vezes uma obra já bem encaminhada⁴⁰². Todo auxílio com que a Diocese pudesse contar era importante e bem recebido.

As dificuldades eram muitas, boa parte dos recursos vinha da população, mas não havia uma regularidade nos dízimos e os padres acabavam dependendo de doações das suas paróquias. O Bispado se empenhava para conceder aos padres as vestes e os paramentos. As festas religiosas eram também uma boa ocasião para a realização de grande mobilização para angariar fundos necessários à vida paroquiana, como nos esclarece Francisco Silva:

A maior arrecadação provinha dos leilões criativos realizados nas festas anuais da padroeira. Os custos de maior vulto – o conserto ou ampliação das igrejas, comemoração de grandes festividades, homenagens a autoridades leigas e eclesiais – eram rateados entre comerciantes. Exceções aqueles poucos oriundos de famílias de posses, os párocos faziam suas refeições em casas previamente escaladas e as despesas de suas viagens, vestuário, saúde e higiene eram custeadas pelos próprios comunitários.⁴⁰³

Durante seu Bispado, Dom Lourenço ordenou doze sacerdotes, dos quais dois em Manaus, e criou antes da virada do século duas novas paróquias para a Diocese, em 1896: a de Manacapuru, dedicada a Nossa Senhora de Nazaré; e a do Juruá, que teve por orago São Felipe.

Dom Lourenço também pôs em prática as viagens pastorais tão aconselhadas pelo Concílio Trento e exigidas pelo Concílio Vaticano I; os documentos revelam que muitas vezes ele se ausentou nomeando alguns padres para assumirem temporariamente o governo do Bispado⁴⁰⁴. Importante ressaltar que era uma grande responsabilidade concedida e que os padres que eram indicados não podiam legislar sobre assuntos de competência somente do Bispo.

⁴⁰¹ O Cônego Antônio Fernandes da Silva recebeu poderes do Bispo para assinar a escritura pública e aceitar a doação de Agostinho Alves e Francisca Maria de 50 metros de frente com 100 de fundo do sítio de Humaitá para a construção do patrimônio da igreja a ser edificada com o nome de Sagrado Coração de Jesus. *Dom Lourenço, 9 de setembro de 1896*. Em outro documento aparece a doação de Severino Freitas que deu um terreno no rio Tarauacá à Diocese para um templo a São Sebastião. *Documento de 21 de abril de 1900*.

⁴⁰² Doação de Cordalina de Rosa Viterbo, de uma capela na praça Floriano Peixoto, na paróquia dos Remédios, de devoção a Santo Antônio, que foi aceito e assinado pelo comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (tesoureiro e depositário das obras diocesanas). *Dom Lourenço, 31 de agosto de 1897*.

⁴⁰³ SILVA, Francisco Gomes da. *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara (1759-1999)*. 1999, p. 136.

⁴⁰⁴ Em 1896, Dom Lourenço nomeou o cônego Dácia e o padre Carloto Fernandes da Silva para em sua ausência e do Vigário Geral, na ordem escrita assinarem o expediente do Bispado. *Documento de 25 de janeiro de 1896*.

Quando precisava se ausentar, Dom Lourenço tinha todo o cuidado em escolher e deixar claro quais eram as incumbências de seus representantes. Não podemos esquecer que a Diocese era recém inaugurada e era preciso um cuidado especial para que esta, nascida romanizada, não permitisse que os vícios ou problemas do tempo do Padroado reaparecessem impedindo o seu crescimento. A Diocese precisa estar sólida para se impor aos tempos da República.

As visitas pastorais, como revelam os documentos, eram prioridades, pois assistência dada pela presença do Bispo nas diversas localidades se mostrava mais eficaz. Em setembro de 1896, Dom Lourenço iria se ausentar novamente e deixou uma Portaria, onde colocava o Cônego e Vigário Geral Francisco Benedito Coutinho, o Cônego José Félix da Cruz Dácia, e o padre José Laurindo dos Santos⁴⁰⁵ para administrarem a Diocese. Encontramos também duas visitas pastorais em 1898⁴⁰⁶ e uma em 1900.⁴⁰⁷

Quando não podia se ausentar o Bispo revestia de autoridade um ou mais padres para o cumprimento dos deveres religiosos na localidade necessária⁴⁰⁸. Dom Lourenço estabeleceu com os seus padres uma rede de comunicações, ao mesmo tempo mostrando sua autoridade e concedendo responsabilidades, para que todos percebessem que a boa caminhada da Diocese dependia da unidade e do cumprimento das diretrizes do Bispado e, conseqüentemente de Roma.

Destacando que havia um número reduzido de padres, logo havia sobrecarga de trabalho para o Bispo e para eles. Ao mesmo tempo em que centrava forças nas atividades da

⁴⁰⁵ Dom Lourenço além de colocar os padres à frente da Diocese, pede que no mês de outubro na Matriz e nas demais igrejas se reze o terço, como manda o Papa Leão XIII; concede 40 dias de indulgências para todos que rezarem pelo sucesso de sua visita pastoral e pelo bem da Igreja (igual para os que assistirem a Missa). **Portaria de 20 de setembro de 1896.**

⁴⁰⁶ Em abril de 1898, quem substituiu o Bispo em Manaus foi o Cônego Hyppolito Costa, verificado no documento do Cônego Dácia que solicitava permissão para a desobriga em Janauacá. Em agosto de 1898 o Bispo foi substituído pelo Cônego Laurindo dos Santos,;verificamos através de um documento enviado que o apresenta como governador do Bispado. **Documentos de 23 de abril e 18 de agosto de 1898**, respectivamente.

⁴⁰⁷ Em 1900, a visita pastoral foi a Silves, concedendo os costumeiros 40 dias de indulgências, dessa vez apreze para todos os que visitarem a igreja Matriz no aniversário de sua benção. **Dom Lourenço, 26 de janeiro de 1900.**

⁴⁰⁸ Os padres Manuel Furtado de Figueiredo e Carloto Fernandes da Silva foram enviados para visitarem o Curato do Juruá com a faculdade de ministrarem a Confirmação. **Dom Lourenço, 15 de setembro de 1896.** Em 1897 o padre João Baptista Parissier foi, em desobriga, ao Juruá. Em 1901, Cônego Laurindo em comissão paroquial visita o rio Purus.

Matriz, acompanhava de perto também a paróquia dos Remédios⁴⁰⁹, mantendo um estreito vínculo com os vigários.

Percebemos o cuidado de Dom Lourenço ao indicar os procedimentos corretos e ao exigir o cumprimento dos deveres eclesiásticos, e também por parte dos padres que se empenhavam por atender ao que lhes era solicitado, sendo obedientes às solicitações do Bispado. Nos documentos, percebemos as solicitações para a renovação das faculdades dos padres, como também permissão para se ausentarem ou, como era mais comum, os padres acatando às ordens do Bispo, quando até os indicava para o representá-lo na capital e nos municípios.

Dom Lourenço também se destacava pela sua formação, o que também foi um dos requisitos para ser nomeado Bispo; portanto, estava inserido nos padrões exigidos pela romanização: cultivar o espiritual e a moral, bem como a busca pela aprimoração do conhecimento. Dom Lourenço atendia ao perfil que Leão XIII desejava ver em seus bispos, isto é, o entrelaçamento entre Fé e Razão.

Em 1898 utilizou sua erudição para escrever o *‘Christu Muhençáua’*, que apresenta a Doutrina Cristã com seus principais credos em neengatu, verificamos os seus esforço como um *“artifício didático, um duplo sistema de ensinar a língua e a doutrina”*⁴¹⁰. Outra obra foi um opúsculo intitulado *‘Memoriale Confessorium’*, que continha 24 sentenças para sacerdotes, estabelecendo assim, um código ético para direcionar a vida eclesiástica.

Dom Lourenço faleceu em 1905, em Lisboa, sendo seu corpo trasladado para Manaus onde foi depositado em cripta no interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Bittencourt conclui a biografia de Dom Lourenço com estas comoventes expressões: *“Repousa, assim, no Templo em que, por tantas vezes, sua voz, do altar e do púlpito, ecoou, pedindo a Deus, mercês para o Amazonas, para o Brasil e para a Humanidade”*.⁴¹¹

⁴⁰⁹ Em 16 de dezembro de 1901 ocorreu a colocação da pedra de reconstrução da igreja dos Remédios, em 15 de agosto Dom Lourenço deu a benção à capela mor da igreja dos Remédios. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

⁴¹⁰ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias...* p. 304.

⁴¹¹ BITTENCOURT. Agnello. *Dicionário...* p. 305.

Dom Frederico Benício de Souza Costa (1907-1913)⁴¹²

A Diocese de Manaus teve que esperar um pouco para que fosse indicado o novo Bispo para administrá-la. Enquanto esta se encontrava em período de vacância, a Diocese do Pará passou à condição de Arcebispado em 1906, ficando a Diocese de Manaus como sua Sufragânea.⁴¹³

O novo Bispo assumiu, em 1907, a administração da Diocese. À sua chegada houve uma bela recepção, “*o cortejo, partindo da igreja de São Sebastião, dirigiu-se a Catedral*”⁴¹⁴. Dom Frederico Costa governou o Bispado do Amazonas por seis anos, que correspondem a tempos de intensa transformação da cidade de Manaus. Passou poucos anos à frente da Diocese, mas se mostrou bastante ativo procurando conhecer e integrar a região que cabia à sua autoridade administrativa.

Dom Frederico era um eclesiástico muito culto, estudou filosofia na França e Teologia em Roma, ao ser ordenado ingressou na Pontifícia Universidade Gregoriana onde recebeu o título de doutor em Teologia⁴¹⁵. O jovem sacerdote foi logo reconhecido, em 1904 já como monsenhor, aos 29 anos foi escolhido para ser o primeiro Prelado de Santarém e “*o mais novo prelado da Igreja, como depois, ao ser nomeado segundo bispo do Amazonas, seria o mais jovem bispo do mundo*”⁴¹⁶.

Demonstrou ter clareza dos desafios a enfrentar; importante destacar que o fato de ter nascido na Região Norte parece ter lhe dado a força para: ousar, ao investir de forma mais contundente nas visitas pastorais, que o levaram a lugares onde outros bispos não haviam pisado; e a denunciar tudo o que contrariava os princípios da Igreja e a condição de vida dos povos da Amazônia. Dois traços marcantes em seu Bispado.

⁴¹² Nasceu em Boim, Pará em 18 de outubro de 1875. Ordenou-se em Roma no dia 1 de abril de 1899. A 31 de março de 1904 foi nomeado primeiro Prelado de Santarém. A 8 de janeiro de 1907 é nomeado Bispo do Amazonas, tendo sido sagrado em Roma a 19 de março do mesmo ano, juntamente com Dom Santino, Arcebispo do Pará. Tomou posse da Diocese amazonense a 2 de junho de 1907; Por ter renunciado à Diocese em junho de 1913, foi nomeado Bispo titular de Tubuna. Entrou na ordem Camaldulense e faleceu em Barcelona na Sexta-feira Santa 26 de março de 1948, já na qualidade de frade Carmelita. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. O Cinqüentenário da Prelazia de Santarém, 1903-1953. Apud: Vitor Hugo. *Desbravadores*. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá. 1959. P. 235

⁴¹³ A elevação do Pará a Arcebispado e sua administração extensiva sobre o Amazonas ocorreu em 1º de maio de 1906. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

⁴¹⁴ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p.27.

⁴¹⁵ Sua Tese foi defendida em sessão presidida pelo próprio Papa, Leão XIII. SANTOS, João. *Monsenhor Frederico Costa*: 1º Prelado de Santarém. 1978, p. 36.

⁴¹⁶ SANTOS, João. *Monsenhor Frederico Costa*: 1º Prelado de Santarém. 1978, p. 46.

Dom Frederico era um bispo jovem e de vitalidade; despertou em muitos a admiração e em outros a antipatia, pois a sua firmeza e a defesa da Igreja o levava a chocar-se, às vezes forma dura, com aqueles que se colocavam como seus opositores. Demonstrou a mesma firmeza e autoridade ao dirigir o clero de sua Diocese.

O ano de 1908 foi caracterizado por um grande esforço de Dom Frederico, quando fez a opção de conhecer e detectar os problemas de sua Diocese. Empreendeu, então, duas longas visitas pastorais, que foram devidamente registradas e transformadas em livro, para que os conhecimentos e experiências vivenciadas pelo bispo ficassem na memória desta Diocese.

A Carta Pastoral de Dom Frederico, publicada em 1909, nos deixou bastante impressionados, ao relatar uma realidade que já vinha sendo denunciada ao longo do XIX e que ele pôde constatar pessoalmente, ou seja, que as sementes do catolicismo lançadas nos séculos anteriores, não tiveram grande desenvolvimento. Estava diante um imenso desafio, para o bispo só através de uma ação mais próxima é que a fé católica seria alicerçada.

Esta realidade do Cristianismo católico na Amazônia, constatada por Dom Frederico Costa, apresenta similaridades com as experiências da Igreja na Baixa Idade Média européia, quando se consolidou e passou a cristianizar de forma mais disciplinada e intensa áreas onde antes o Cristianismo fora semeado, mas se verificava uma forte permanência de traços das culturas anteriores, portanto era um Cristianismo que necessitava de aprofundamento e de diretrizes mais pontuais para a cristandade, era preciso varrer as influências das culturas pagãs e evitar os desvios das crescentes heresias.⁴¹⁷

O tempo do IV Concílio de Latrão (1215) levou a Igreja a perceber a necessidade de romanizar, ou seja, reforçar o Cristianismo nos fiéis nos aspectos vitais: a exigência da disciplina e a prática sacramental. E onde a presença herética se mostrou mais insistente, a Igreja passou a exigir a total conversão ao Cristianismo.

O Concílio de Trento, já no século XVI, ao mesmo tempo em que resgata a doutrina e a disciplina exigida por Latrão IV, em defesa da Igreja, reconhece também a superficialidade da cristianização. Por isso as diretrizes de Trento direcionaram-se para a tradição romana, para a vida sacramental e para a autoridade eclesiástica. Para Vainfas, Trento “*foi, antes, a reforma de uma Igreja inquieta, sobretudo após o século XIV, com a distância que a*

⁴¹⁷ Cf: LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 2006.

separava dos fiéis, para o que muito contribuíam o despreparo, o absenteísmo e a ineficácia do clero”.⁴¹⁸

Por isso, uma grande reforma que ao mesmo tempo questionasse e romanizasse era a pedra angular, como nos diz Vainfas, foi “*a reordenação dos bispados*”⁴¹⁹. A defesa de Trento primava pela unidade, por uma Igreja mais moralizada, mais espiritualizada e mais bem preparada, estando ligada ao conhecimento circundante daquele momento e ao mesmo tempo mais romana. Foi dessa grande inquietação da Igreja e do humanismo cristão, diz Vainfas, que “*resultou um vasto e ambicioso programa de evangelização de massas em todos os domínios da vida social e religiosa*”.⁴²⁰

Essa foi a realidade que a Igreja encontrou ao se transplantar para a América, e ao vivenciar novas experiências no Brasil, uma região que precisava ser transformada para, então, abraçar o Cristianismo. Era preciso que os vícios, práticas religiosas e de sexualidade desviante fossem gradativamente superados pela ação dos missionários, que com o espírito tridentino, chegaram para semear e aprofundar a romanização no Novo Mundo.

Já em pleno século XIX, a Igreja em sua fase de romanização mais efetiva, precisava trazer à tona os rigores e a defesa empreendida pelo Concílio de Trento, através de Pio IX e do Concílio Vaticano I. A Igreja se via mais uma vez em combate, ao qual consideramos o mais difícil de sua história, abraçando o ultramontanismo para se defender de filosofias e doutrinas contrárias e tornar os fiéis católicos mais romanos, o que implicava como afirma Vainfas “*numa profunda reforma dos costumes e das moralidades vigentes*”.⁴²¹

Na Amazônia houve algo parecido ao que identificou Jacques Le Goff como uma longa Idade Média: a sensação, aqui, é a de que ocorreu uma cristianização com enfrentamentos e preocupações semelhantes no que diz respeito à expansão e consolidação, proteção e combate aos desvios doutrinários, pois na Amazônia as sementes foram lançadas ao longo da fase de colonização, mas nos moldes do Padroado, o que limitava a ação da Igreja; havia somente uma diocese, a do Pará, e a presença dos sacerdotes era inconstante⁴²². Como no tempo medieval, se fazia necessário romanizar, estender a ação da Igreja e tornar a todos cristãos de fato.

⁴¹⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.. 1997, p. 20.

⁴¹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico*... 1997, p.20.

⁴²⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico*... 1997, p. 21.

⁴²¹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico*... 1997, p.22.

⁴²² Verificar o segundo capítulo desta Dissertação.

Num lugar que ainda não era brasileiro, e aqui Dom Frederico denuncia o isolamento e o descaso do Estado brasileiro, e apresenta outro indício forte dessa não brasilidade nas várias localidades predominava a língua neengatu. Em seus registros relata a imensa dificuldade de comunicação nos municípios por onde passou em sua viagem pastoral.

Não se era brasileiro, mas já se era cristão; o que faltava era a compreensão da religião e a prática do cristão. Dom Frederico argumenta, diante da República estabelecida com seus ideais de unidade nacional, que esta era uma região isolada e esquecida pelo Estado, possuindo seus códigos e língua própria, mas estavam sedentos de religião, o que ele percebeu através da expectativa e receptividade com que foi recebido pelas comunidades que visitou.

Na visita pastoral ao longo do rio Solimões, Dom Frederico registra suas impressões sobre as várias localidades por onde passou.⁴²³ Na Boca do Tefé fala do bom trabalho da Missão dos padres do Espírito Santo, onde já se via as famílias enviando seus filhos à catequese. Em São Joaquim do Caiçara, conclui que o povo brasileiro é essencialmente religioso, pois, apesar de inculto, não possui os vícios da civilização, abraçando em sua simplicidade os preceitos da fé.

Manacapuru foi, para Dom Frederico, sua consolação espiritual; lá realizou a primeira comunhão e várias confissões. Nas palavras do Bispo esta visita “*foi a chave de diamante com que encerramos esta nossa primeira viagem pastoral ao Solimões*”⁴²⁴. Retornou a Manaus satisfeito com as sementes que iniciavam seu florescimento.

Ao iniciar os relatos sobre a visita ao rio Negro, Dom Frederico se apresenta como “*o representante de Deus e o Ministro Supremo da religião aqui nesta Diocese, da religião que prega a verdade e detesta a mentira*”⁴²⁵. Colocou-se na condição de denunciante, considerando que a missão da religião católica é dizer a verdade; e de protetor dos mais necessitados. Dom Frederico clama por “*justiça, em favor dos que soffrem! Justiça em favor dos nossos pobres índios*”.⁴²⁶

⁴²³ Dom Frederico escolheu para lhe acompanhar o Monsenhor Fernandes Távora e o Cônego Israel Freitas. COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral de Dom Frederico Costa*, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos (1909). Ed. Fac-similada, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, Imprensa Oficial, 1994.

⁴²⁴ A visita se estendeu de 10 de janeiro a 11 de março. COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral...* 1909, P 18-28.

⁴²⁵ COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral...* 1909, P 28.

⁴²⁶ Seus acompanhantes foram Frei José, irmão Acácio e o menor Theophilo, a viagem foi iniciada em 1 de julho de 1908 e teve a duração de 5 meses. COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral...* 1909, p. 29-30.

Dom Frederico se mostrou mais temeroso diante do desconhecido rio Negro, e seus registros mostram angustia diante do imenso desafio que se apresentava no combate aos vícios com os quais se deparava em inúmeras localidades, ressaltando o mais grave que era a bebedeira, seguida da concubinação e das crenças pagãs. Verificou que se fazia urgente o estabelecimento da devoção sacramental.⁴²⁷

Somava-se à sua postura firme uma grande sensibilidade para perceber as diferenças no tempo de assimilação de cada comunidade por onde passou. Isso é perceptível quando demonstra profunda frustração por algumas desconhecerem o sacramento do Crisma, e ao mesmo tempo pondera, realizando nesses lugares os serviços religiosos somente até a Comunhão, já que, não estavam preparados para um maior aprofundamento nos ritos católicos.

Na viagem ao Rio Negro, Dom Frederico utilizou bastante o resumo da doutrina cristã que Dom Lourenço elaborou, exercitando-se na língua geral, chegando a traduzir para esta língua o canto ‘Bendito Rosário da Virgem Maria’, buscando, assim, melhor envolver os fiéis na celebração da Missa. Preocupava-se em estabelecer o mínimo de comunicação com as comunidades, para que compreendessem os sacramentos que recebiam: “*Com uma cultura não comum chegou a conhecer tão bem a língua geral, que pode compor orações, hinos e até um catecismo*”.⁴²⁸

Depois das visitas pastorais, passou a ser mais combativo, publicando artigos que segundo Vitor Hugo, são admiráveis tanto pela inteligência quanto por mostrar a realidade crua⁴²⁹. Dom Frederico fez questão de publicar os registros de suas visitas pastorais como uma forma de alertar a todos sobre a situação religiosa, que o frustrara, mas também o encantava ao ver o desejo ardente das comunidades prontas a receber, ou melhor, a aprofundar, o que outrora fora semeado. Sua Carta também é uma oportunidade para fazer denúncias abertamente sobre a exploração dos índios no processo de extração da borracha, e sobre o descaso do Governo com as populações da Amazônia:

⁴²⁷ Dom Frederico, apesar dos horrores que presenciou (vício e descaso para com as populações indígenas), se mostrou satisfeito ao final da viagem ao fazer o balanço dos serviços religiosos prestados às diversas comunidades por onde passou, “*Implantamos a moralidade em uma região, onde raríssimas eram as famílias; prégamos o respeito e obediência às leis tanto do paiz como da Igreja*”. COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral...* 1909, P. 145.

⁴²⁸ Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p. 236.

⁴²⁹ Idem. 1959, p. 237.

Sentimos verdadeiramente a triste e miserável condição de tantas almas que aí estão abandonadas! Sentimos como sacerdote e como brasileiros!... Como sacerdotes porque amamos as almas resgatadas pelo sangue preciosíssimo de Jesus Cristo e por elas temos de responder! Como brasileiro porque isso é um opróbrio, uma ignomínia, uma aviltção, uma vergonha para nossa pátria!... Quanto há por aí homens que arrotam civilização, progresso e ciência, e ludibriam, em nome de tudo isso, aquilo que temos de mais sacro, dir-se-ia que nesse país já todos são sábios, não existem mais analfabetos, todos andam em delícias, em puro ideal de uma sociedade perfeita... Esses Homens repelentes, inchados de orgulhos, soprando por todos os poros palavrões com que enganam os palpavos... Infames! Malditos de Deus e dos homens e dos séculos por vir! Esses homens são os genuínos brasileiros! Raça forte e inteligente, cujo sangue corre talvez nas vossas veias... e tendes coragem de aconselhar a sangues a frio e sem remorsos esse meio infame para arrancar-lhes as terras que legitimamente possuem? Mas, nós não acreditamos que vosso conselho triunphe! Não, para honra e glóriad'este paiz a que pertencemos, pensamos que os homens que nos governam, ensinados pela experiência do passado e guiados pela honestidade natural, preferirão antes voltar ao systema antigo.... abrirão as portas aos missionários e dir-lhes-ão: “Ide levar aos centros do Amazonas as luzes da fé e da civilização; ensinai aos livres filhos das nossas florestas o amor de Deus e do Brazil”. E os nossos missionários irão e novos Anchietas surgirão e esses nossos irmãos abandonados virão finalmente assentar-se comnosco no banquete da civilização!⁴³⁰

A Diocese encontrava-se assolada de dívidas, apesar de que, “*externamente aparentava estar nadando em um ar de delícias*”⁴³¹. Durante o período de vacância, a Diocese de Manaus ficou onerada, a ponto de Dom Frederico não ter óbulo da caridade para auxiliar os pobres que batiam à sua porta: “*Sim! nós que, como simples padre, pobre e carregado de família, nunca repelimos um mendigo, hoje, depois de bispo, temos sido obrigados a fazê-lo da porta do belo e encantador palácio em moramos*”.⁴³²

Dom Frederico foi firme em sua avaliação sobre a situação financeira da Diocese, encarregando o Monsenhor Antero de Lima e o doutor Rodrigo Costa; para procederem ao levantamento orçamentário. Depois, apresenta os responsáveis por onerar a Diocese, sendo o principal aquele encarregado da Administração Apostólica⁴³³, que mesmo com boa

⁴³⁰ Dom Frederico parece, com suas observações e conselhos, é bem verdade que desde os tempos de Dom Macedo a presença missionária vem sendo pedida insistentemente, mas as palavras de Dom Frederico antecedem a efetivação da nova ação missionária. Um resultado imediato veio da Igreja, criando as Prefeituras Apostólicas do Alto Solimões e do Rio Negro, em 1910. COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral*. .. P.87-88.

⁴³¹ COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral*... 1909, p. 150.

⁴³² COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral*... 1909, p.152.

⁴³³ O Administrador Apostólico era Monsenhor Hypolito Costa, que junto com o Monsenhor Leite Barboza, João Gonçalves Martins, José Antonio Gomes e Licínio Perdigão foram os responsáveis por onerar a Diocese. A dívida era de cento e vinte cinco contos oitocentos e noventa e cinco mil trezentos e quarenta e sete réis (depois subiu para 177:423\$940). COSTA, Dom Frederico. Idem. 1909, p.150.

intenção, passou dos limites, pois sua função era “*conservar a Diocese no status quo, procurando salvar o que seja possível, melhorar a situação sem nada comprometer, afim de transmitil-a sem ônus ao legítimo pastor, a quem de direito exclusivamente compete tratar dos interesses vitaes da Diocese*”.⁴³⁴

Uma grave conseqüência das dívidas da Diocese foi a suspensão das atividades do Seminário São José, que com muito esforço realizou valiosos trabalhos no Amazonas, como observou o jornal A Reação: “*Em 1909, após 61 anos de existência dedicada a causa da Instrução, não podendo, por mais tempo, opor a série de óbices que se apresentava, cerrou o Seminário as suas portas*”.⁴³⁵

Uma alternativa encontrada por Dom Frederico para equilibrar o problema financeiro da Diocese foi arrecadar fundo através da venda de terrenos da Igreja na área de São Raimundo⁴³⁶, além de continuar enviando seus padres para percorrem as localidades em busca de auxílio para a manutenção da Diocese.

Provavelmente, a grande marca de seu Bispado foram suas visitas pastorais, que levaram um Bispo a paragens tão distantes, ultrapassando, nesse sentido, os feitos de Dom Macedo Costa; chegou até Santo Antônio das Cachoeiras, como registra Vitor Hugo⁴³⁷, batizando e crismando. Dom Frederico tinha a grande preocupação de conhecer a região e seus fiéis, buscando promover o encontro destes com as verdades da fé católica.

Dom Frederico em sua luta pela edificação da alma humana, através da defesa das verdades divinas, se choca com os defensores dos princípios modernos como a maçonaria que passa a tentar minar a influência do Bispo, atacando a sua imagem de pastor, chamando a todos os bispos brasileiros de hipócritas.⁴³⁸

O embate foi tomando maiores proporções. Os opositores aproveitavam especialmente os momentos em que Dom Frederico se ausentava do Bispado, como ocorreu em 1910⁴³⁹,

⁴³⁴ COSTA, Dom Frederico. Idem.1909, p.151.

⁴³⁵ *Suplemento de A Reação*. Manaus, março de 1946. p.76.

⁴³⁶ A venda dos lotes foi iniciativa de Dom Frederico em 1909. O valor do lote se adequava ao tamanho do terreno adquirido, e a venda era realizada em inúmeras parcelas, o que garantia uma renda durante um tempo determinado, que seria somada às outras formas de arrecadação para organizar o patrimônio diocesano.

⁴³⁷ Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p. 236.

⁴³⁸ Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p. 235.

⁴³⁹ A 7 de dezembro do ano de 1910 pelo decreto nº 2771 a Santa Sé nomeia Dom Francisco de Paula e Silva Visitador Apostólico da Diocese de Manaus. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

quando foi ao Acre em visita pastoral. No jornal *O Amazonas* apareceu a seguinte informação: “*Sua Excelência, se casara civilmente na localidade Boca do Acre*”.⁴⁴⁰

Sendo procurado pelo Vigário Geral, o jornal se defendeu dizendo que queria só despertar curiosidade. Dom Frederico em nota à imprensa de Belém, diz que tal notícia circulou em jornais protestantes e maçônicos de outras regiões, e que ele via toda essa calúnia como uma grande provação, solicitava a publicação de sua nota e que fossem enviadas cópias para circularem na Diocese de Manaus e enviadas para os demais Bispos do Brasil. Mais tarde, ficou esclarecido pelo próprio inventor o episódio.⁴⁴¹

A partir desse episódio, parece ter ficado mais atento ao que a imprensa divulgava. Diante de uma cidade em expansão, onde a informação circulava cada vez com mais intensidade e com a liberdade promulgada pela República, Dom Frederico firmemente convocou seus três vigários Monsenhor Antero de Lima, Cônego João Dias Bento da Cunha e Frei José de Lionissa a arregaçarem as mangas e movimentarem toda a comunidade diocesana para a criação de um jornal que fizesse frente aos avanços de tantas idéias avessas à doutrina católica:

Nos esforçamos para que os bons princípios prevaleçam, vemos que de dia para dia os nossos inimigos vão ganhando terreno. Nem mesmo resta-nos o recurso que existe em outros logares: a imprensa indiferente oferecer com gentileza as suas colunas para defesa da Igreja e anunciar aos fiéis as festividades dos nossos templos. Entre nós esmaga-nos o silêncio profundo e conturbado dos nossos inimigos. Atacados nem sequer temos o direito de defeza. Urge, pois, romper este circulo de ferro e sahir de uma situação insustentável e, digamos, até mesmo vergonhosa. Quanto jornaes nesta terra e todos se sustentam! Quantaos periódicos em logares muito mais pobres, e vão vivendo! Resolvamos o problema, mesmo com sacrificio, digo, com algum sacrificio. Sob minha responsabilidade pessoal começará a sahir no dia um de janeiro de mil novecentos e treze o nosso jornal cathólico quinzenal.⁴⁴²

Para tal empreitada, os vigários formariam a comissão que se encarregaria de solicitar dos padres e de seus respectivos fiéis, pelo menos 20 assinaturas, e junto às organizações católicas, angariando assim, os recursos necessários, além de contar com o apoio das prefeituras apostólicas de Tefé e Alto Solimões. O Bispo esperava contar, também, com a

⁴⁴⁰ Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p. 239.

⁴⁴¹ O tabelião da rua Henrique Martins e venerável da Loja Maçônica de Manaus, João Reis, adoeceu e mandou chamar o Cônego João Bento para esclarecer o acontecido, confessando a trama. Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p.241.

⁴⁴² *Carta Circular* aos Reverendíssimos Vigários da cidade de Manos. Monsenhor Antero de Lima, Cônego João Bento da Cunha e frei José de Lionissa, respectivos dos Remédios, Cathedral e São Sebastião. Dom Frederico da Costa, 29 de setembro de 1912.

boa vontade de seculares e com ofertas generosas dos demais sacerdotes presentes na cidade.

Os vigários seriam respectivamente presidente, secretário e tesoureiro da *Boa Imprensa*. O Bispo diz contar com a cooperação eficaz para que se plante esta pedra inaugural na Diocese, para no futuro existir um: “*jornal diário consagrado aos grandes interesses da Religião e da Sociedade*”⁴⁴³. E encerra pedindo para não esmorecerem diante dos obstáculos.⁴⁴⁴

Em 1912, aproximando-se da festa do Sagrado Coração, Dom Frederico encontrava-se em visita pastoral e adoeceu gravemente na floresta. Mesmo doente insistiu em celebrar a Missa, pois era devoto do Sagrado Coração de Jesus, após a celebração havia ficado curado e continuou sua visita pastoral, como afirma Vitor Hugo.⁴⁴⁵

Mais tarde confidenciara que fizera uma promessa: se ficasse curado deixaria a Mitra e seria religioso enclausurado. De fato, em 1913 renunciou ao Bispado para entrar na ordem Camaldulense. Dom Frederico, renunciando à Diocese de Manaus, deixou o seguinte documento:

Attendendo às necessidades da Nossa Diocese, às qualidades de caracter e de espírito que concorrem na Pessoa do Reverendíssimo Cônego João Dias Bento da Cunha e aos bons serviços por elle prestados neste Bispado, de accordo com o Direito Canônico e as Praxes Eclesiásticas; havemos por bem nomeá-lo nosso Vigário Geral, e, na nossa ausência, Administrador Diocesano, com todas as honras e regalias inferentes ao mesmo cargo, até que mandemos o contrário, ou seja pela Santa Sé, determinado differentemente, isto é que seja entregue à Administração da Diocese ao Excelentíssimo Sr Arcebispo do Pará.⁴⁴⁶

Dom Frederico ficou conhecido pelo título de Bispo-Catequista, o que o coloca em sintonia com o Papa Pio X, ambos dedicados ao zelo pastoral. Sua preocupação com a difusão e o fortalecimento da Doutrina Cristã, está assinalada nas três cartas pastorais

⁴⁴³ Por esse documento também ficamos sabendo que em 1912 Manaus contava com 16 sacerdotes. Dom Frederico, 29 de setembro de 1912.

⁴⁴⁴ Não conseguimos encontrar indícios que mostrem que o projeto da Boa Imprensa foi efetivado, mas encontramos a circular da Comissão da Boa Imprensa, aqui apresentada pelo Cônego João Dias Bento da Cunha, solicitando da Irmandade do Santíssimo Sacramento que auxiliassem através de assinaturas do jornal previsto para janeiro de 1913. *Ata da Irmandade do Santíssimo* de 24 de novembro de 1912.

⁴⁴⁵ Segundo Agnello Bittencourt o Bispo fora convidado a uma caçada e se perdeu na floresta por 3 dias, depois desse acontecimento teria regressado a Manaus sem concluir sua visita pastoral, deixando imediatamente a Diocese. Vitor Hugo já fala que o Bispo adoeceu, mas ao se recuperar teria concluído sua visita pastoral, e ao retornar cumpriu a promessa ao Sagrado Coração, indo para o Mosteiro.

⁴⁴⁶ Com este documento Dom Frederico se afasta da Diocese, sem nenhuma outra consideração a respeito de sua saída. Os detalhes de sua renúncia são desconhecidos, nós encontramos somente o que foi exposto, seu afastamento continua envolto em mistério. *Dom Frederico, 5 de agosto de 1913*.

deixadas por ele: a 1ª é de saudação aos diocesanos de Manaus e ao mesmo tempo de despedida de Santarém; a 2ª é de saudação ao Papa Pio X, em seu jubileu sacerdotal; e a 3ª é a que ele escreve aos seus amados diocesanos.⁴⁴⁷

Dom João Irineu Joffily (1916-1924)⁴⁴⁸

Com a renúncia de Dom Frederico, a Diocese entrou em um longo período de vacância, que se estendeu de 1913 a 1916. Pelo Decreto Apostólico de 1º de julho de 1913⁴⁴⁹, ficou estabelecido que a Administração Apostólica seria conferida a Dom Santino Coutinho, Arcebispo do Pará. O governador do Bispado passou a ser Cônego João Dias Bento da Cunha, que ficava submetido a Dom Santino, ambos gozando de todos os direitos, honras e faculdades de Bispo Diocesano para governarem até a nomeação de um novo Bispo para esta Diocese.

O Decreto vinha oficializar o que na prática já ocorria desde a saída de Dom Frederico, isto é, o Vigário Geral ficava à frente das principais necessidades da Diocese. Bento da Cunha permaneceu apenas por alguns meses ocupando o cargo; a partir de 1914⁴⁵⁰, o Monsenhor Antero José de Lima assume a direção do Bispado até a posse do novo Bispo, que só ocorreu em 1916.

Dom Santino manteve uma estreita conexão com o Vigário Geral e com o Governador da Diocese de Manaus, procurando manter a vida do Bispado em andamento com suas

⁴⁴⁷ A 1ª Carta é de 19 de março de 1907 e a 2ª é de 18 de setembro de 1908. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 28.

⁴⁴⁸ Nasceu em Capina Grande, Paraíba, a 24 de maio de 1878. Foi ordenado sacerdote a 17 de fevereiro de 1901 por Dom Aduino Aurélio de Miranda Henrique, em Paraíba. Vigário-cooperador da Guarabira, até 1902. Pároco do Ingá em 1902. Diretor do Colégio Santo Antônio, de Natal, em 1903. Cônego honorário da Paraíba, em 8/VIII/1905, e efetivo em 18/II/1910. Em 4/VI/1908 foi feito Diretor do Colégio Diocesano Pio X (Paraíba). A 18/VIII/1914 foi eleito bispo de titular de Sufétula e auxiliar de Olinda. Sagrou-se a 13/VI/1915, no Recife. No dia 16/II/1916 foi eleito Bispo de Manaus, onde tomou posse a 2 de dezembro. A 25/III/1924 foi transferido para a sede de Belém e tomou posse a 23/I/1925. Renunciou a 1º de julho de 1931, retirando-se para o Rio de Janeiro, onde ficou muito tempo como capelão do Mosteiro da Ajuda. Faleceu em 25/IV/1950 no Asilo de São Luis. Arquivo Particular de Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Apud, Vitor Hugo. 1959.

⁴⁴⁹ O *Decreto Apostólico de Pio X* se deu a 1 de julho de 1913 e no Ofício de Dom Santino ao cônego João Bento de 19 de março de 1914, ele registra a responsabilidade que foi dada aos dois para dirigirem a Diocese de Manaus durante a vacância.

⁴⁵⁰ Essa informação foi extraída da Ata da Irmandade do Santíssimo, que agradece ao Governador do Bispado Monsenhor Antero de Lima pelo auxílio que receberam para a organização dos festejos de Corpus Christus. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 21 de junho de 1914*.

atividades. Além da regularidade da vida litúrgica, também mantiveram o acompanhamento das associações religiosas, que deveriam comunicar sobre suas atividades, submetendo suas programações para a autorização de seus vigários, ou do governador da Diocese, quando necessário.⁴⁵¹

Em 1916, o Cônego Bento da Cunha convocou a Irmandade do Santíssimo para presidir os atos de recepção, com toda a solenidade necessária, para a chegada do novo Bispo de Manaus Dom João Irineu Joffily. Entre os preparativos que a Irmandade deveria providenciar para a recepção estavam: a ornamentação da praça, a escolha do repertório a ser tocado pela banda de música e a distribuição dos convites.⁴⁵²

O terceiro Bispo do Amazonas tomou posse em 2 de dezembro de 1916. Assumia com a grande responsabilidade de dar andamento à organização de uma Diocese em pleno processo de expansão. Dom Joffily chegou a Manaus sete meses depois de sua sagração, recebendo suas novas funções das mãos de Dom Santino.

Ao tomar posse confirmou o Monsenhor Antero de Lima como Vigário Geral da Diocese. Uma das primeiras medidas foi cuidar das dívidas, procurando resguardar o patrimônio da Diocese. Ao mesmo tempo o novo Bispo cuidava da renovação “*do espírito religioso da Diocese*”⁴⁵³, com muito empenho e uma “*oratória persuasiva*”.⁴⁵⁴

Para saudar o Bispado escreveu uma Carta Pastoral de Saudação aos Diocesanos, onde fala de sua missão: “*Somos hoje vosso Bispo e isso vale dizer que iremos exercer as nobilíssimas funções de Pastor, pai, Juiz e Doutor nessa circunscrição que constitui a nossa Diocese amada*”.⁴⁵⁵

A Carta analisa “*as chagas sociais, a que os ricos de boa vontade tanto alívio podem trazer*”⁴⁵⁶. No documento, o Bispo, se refere também às preocupações do Sumo Pontífice ao mostrar incessantemente que o mundo precisava de paz. E lembra, ainda, de Leão XIII com a questão social e a responsabilidade da família cristã.

⁴⁵¹ Monsenhor Antero de Lima solicita a presença dos irmãos do Santíssimo na procissão de São Sebastião; o mesmo documento revela também a irmandade consultando o governador do Bispado sobre os preparativos da semana Santa. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 12 de março de 1916.*

⁴⁵² *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 24 de agosto de 1916.*

⁴⁵³ *Suplemento de A Reação.* Março de 1946. p.31.

⁴⁵⁴ *Idem.* 1946, p.31.

⁴⁵⁵ A Carta foi escrita ainda na Paraíba em 1º de novembro de 1916. *Suplemento A Reação.* 1946, p. 32.

⁴⁵⁶ *Suplemento de A Reação.* Março de 1946. p. 32.

Empreendeu também as visitas pastorais. Esteve em Lábrea, bem como nos rios Solimões e Madeira, buscando compreender a realidade espiritual das localidades que recebera para administrar. Foi o primeiro Bispo a pisar em Porto Velho⁴⁵⁷; escolheu como acompanhante Frei Domingos Anderlini.⁴⁵⁸

Depois de percorrer outras áreas, retornou para Porto Velho e abençoou a pedra da igreja, prometendo dar uma imagem do Sagrado Coração quando a igreja estivesse pronta. Na ocasião da solenidade, realizou confissões e celebrou a Missa. Vitor Hugo descreve que sua presença soou como um grande sinal da prosperidade espiritual que se anunciava.⁴⁵⁹

Em 1919, criou o Boletim Paroquial⁴⁶⁰, que colocou sob a administração dos seus vigários, com o objetivo de envolver mais os fiéis levando-os a uma maior participação nas celebrações. O Boletim era distribuído todos os domingos, gratuitamente, servindo também de instrumento de comunicação entre a Diocese e os fiéis. Este foi um projeto que deu certo, pois sua presença nas décadas seguintes como colaborador para a motivação da vida cristã.

Provavelmente, o aspecto que mais marcou a administração de Dom Joffily, durante os oito anos em que esteve à frente da Diocese de Manaus, foi sua preocupação com os rumos da educação, ficando conhecido como o Bispo-Educador. Para o Bispo a educação, concordando com seus predecessores e com as diretrizes papais, era a base da sociedade e começa na família.⁴⁶¹

Foi com Dom Joffily que a Diocese ganhou mais uma instituição religiosa, com o perfil que se afinava ainda mais com o espírito da romanização. Foram os salesianos imbuídos da missão de implantar nos corações jovens a mensagem de doação de Dom Bosco para a construção de uma sociedade mais cristã. Assim, com o empenho do Bispo, foi criado o Colégio Dom Bosco, cedendo inclusive sua própria residência episcopal para que abrigasse a escola e a capela.⁴⁶²

⁴⁵⁷ Chegou em Porto Velho em 24 de abril de 1917.

⁴⁵⁸ Frei Domingos ficou para preparar uma turma de crianças para a Primeira Comunhão, e quem seguiu acompanhando Dom Joffily foi o padre Paulino Nogueira. Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p. 243.

⁴⁵⁹ O terreno para a construção da igreja foi doado pela Lei Municipal nº 20 de 24 de julho de 1916. Vitor Hugo. *Desbravadores...* 1959, p.243.

⁴⁶⁰ O Boletim foi criado em 12 de outubro de 1919. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946, p. 32.

⁴⁶¹ Segundo o jornal A Reação “*não lhe faltava energia, não conhecia o desânimo*”. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946, p.31.

⁴⁶² *Suplemento de A Reação...* 1946, p. 32.

O Colégio Dom Bosco passou a funcionar em 1921, com o oratório festivo e aulas noturnas para filhos de operários. Em 1922 se deu a fundação do Grêmio Dom Bosco em Manaus. E em 1923, com as instalações prontas, passou a funcionar também como internato.⁴⁶³

Dom Joffily mostrou preocupação com as obras da igreja dos Remédios, solicitando uma colaboração mensal das famílias para que a tão demorada construção fosse finalmente acabada⁴⁶⁴. Durante o seu Bispado foram criadas as prelazias de Porto Velho, Rio Negro e Lábrea.

O Papa Pio XI reconhecendo o grande empenho de Dom Joffily para bem conduzir a Diocese de Manaus, consolidando-a, concedeu a ele a autoridade de Arcebispo. Dessa forma Manaus vira seu Bispo partir para assumir a direção do Arcebispado do Pará, em 1924⁴⁶⁵. Manaus só receberia seu novo Bispo em 1926⁴⁶⁶, entrando em novo período de vacância.⁴⁶⁷

2. As Prelazias e as Ordens na Diocese de Manaus

A atuação das ordens foi indispensável ao projeto romanizante, primeiramente porque deveriam ser um braço a auxiliar os inúmeros trabalhos que a manutenção de uma vasta área, como a de uma Diocese, exigia. Em segundo lugar as ordens estrangeiras foram incumbidas de conectar as diversas localidades, para onde foram enviadas, a Roma. O Papa Leão XIII promoveu uma grande expansão catequética para a América, a África e Oceania, espalhando as Congregações Religiosas como uma nova cruzada.

⁴⁶³ A implantação do colégio e do oratório foi em 8 de setembro de 1921, as aulas noturnas foram implantadas em 14 de setembro de 1921, e o internato em 15 de agosto de 1923. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

⁴⁶⁴ Em 11 de setembro de 1927, Dom Basílio benze a nova igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em 16 de março de 1928 a igreja recebeu a doação, de dona Lilá Amaral, da imagem Nossa Senhora dos Remédios em tamanho natural. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

⁴⁶⁵ Sua partida se deu a 30 de setembro de 1924, Monsenhor Raimundo de Oliveira foi eleito vigário capitular. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

⁴⁶⁶ Dom Frei Basílio Olímpio Pereira, OFM, tomou posse do Bispado do Amazonas a 16 de fevereiro de 1926. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p.38.

⁴⁶⁷ Dom José Maria parreira Lara foi eleito Bispo de Manaus em 18 de setembro de 1925, mas não chegou a assumir, pois foi imediatamente transferido para a Diocese de Santos. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

Para contribuir com o processo de Romanização assumido oficialmente no Concílio Vaticano I, e aqui passando a concretizar-se com a fundação da Diocese de Manaus, foram trazidos religiosos estrangeiros com o intuito de fortalecer a religiosidade nos moldes romanizados, o que significa que outros elementos foram incorporados ao culto do catolicismo no Brasil.

Ao organizar os primeiros anos da Diocese de Manaus, Dom Lourenço da Costa percebeu a necessidade de contar com as ordens. Em 1897, introduziu os missionários do Espírito Santo em Tefé⁴⁶⁸. Os Agostinianos da província do Santíssimo nome de Jesus receberam a função de assumir a direção do Seminário Diocesano em Manaus.⁴⁶⁹

Foi Dom Lourenço que solicitou junto à Sé a presença dos Capuchinhos da Lombardia para permanecerem à frente da igreja de São Sebastião, o que só foi oficializado no ano seguinte à sua morte⁴⁷⁰. Foi no período de vacância episcopal que a igreja de São Sebastião passou a ser confiada aos frades menores.

Dom Frederico deu continuidade aos laços estabelecidos com as Congregações Religiosas. Após suas visitas pastorais, com as observações sobre a realidade das diversas paróquias e regiões da Diocese, se irmana aos ideais de Dom Macedo e de Dom Lourenço, que era ver a Amazônia permeada pela ação missionária.

Além da criação de uma Diocese em Manaus, a Santa Sé optou em estabelecer na Amazônia Prefeituras Apostólicas e Prelazias⁴⁷¹, que foram desmembradas por Bulas ou Decretos. O que mostra a preocupação em ocupar os espaços para melhor efetivar a romanização, pois se percebe que só a Diocese não é suficiente para abarcar uma vasta região, que além de estar sendo alvo da modernidade, tem agudas necessidades espirituais. A partir de 1903, depois da criação da prelazia de Santarém, o estabelecimento de Prefeituras Apostólicas e Prelazias passou a ser uma opção para a Amazônia.

A Prelazia Nullius possui autonomia em relação à Diocese e estando subordinada diretamente a Roma. Eduardo Hoornaerte aponta dois pré-requisitos para esta decisão: a) a

⁴⁶⁸ Assumiram Tefé em 10 de junho de 1897. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁴⁶⁹ Assumiram o Seminário em 1º de fevereiro de 1900. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

⁴⁷⁰ Assumiram a igreja de São Sebastião em 15 de agosto de 1906. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

⁴⁷¹ Prelazia Nullius é uma circunscrição eclesiástica inferior à Diocese, é um território particular, com clero e povo próprio, distinto e separado de qualquer diocese, governado por um Prelado, denominado, por isso, 'Nullius Dioceseos', o qual é investido de dignidade prelática. CERES.

superação definitiva da “tradição do padroado e da lusitanização do sistema eclesiástico na Amazônia...”⁴⁷²; b) o histórico da Amazônia, levava Roma a vê-la sempre como uma área tipicamente missionária:

Ora, Roma sempre considerou a Amazônia como ‘terra de missão’ e foi só por pressão do governo e da hierarquia do Brasil que ela encontrou essa fórmula intermediária entre a organização missionária, articulada em vicariatos apostólicos ou prefeituras apostólicas e a diocese propriamente dita.⁴⁷³

Na administração de Dom Frederico foi criada a primeira Prelazia, a do Rio Branco (Roraima) em 1907, que foi entregue aos missionários Beneditinos⁴⁷⁴. Esta missão depois foi entregue aos missionários da Consolata⁴⁷⁵. Em 1910 foi criada a segunda Prelazia, a de Tefé, colocada aos cuidados dos padres do Espírito Santo, que vinham realizando um grande trabalho naquela região.⁴⁷⁶

Ainda em 1910, também com base nas análises feitas por Dom Frederico, foram criadas duas Prefeituras Apostólicas, ambas confiadas aos missionários Capuchinhos Lombardos, chegados no ano anterior. A primeira foi a do Alto Solimões⁴⁷⁷ que passou a ser Prelazia somente em 1950, permanecendo com os Capuchinhos. A segunda foi a do Rio Negro⁴⁷⁸ que passou a ser Prelazia em 1925. Desde de 1915, o Rio Negro passou a ser confiado aos missionários Salesianos.⁴⁷⁹

Em 1919, foi criada a Prelazia do Alto Acre e Alto Purus, entregue aos Servos de Maria. Em 1925, foi criada a Prelazia do Purus (Lábrea), confiada aos Agostinianos Recoletos. No mesmo ano, foi criada a Prelazia de Porto Velho, entregue aos cuidados dos Salesianos. Em 1929 foi criada a de Guajará-Mirim (RO) entregue à Terceira Ordem Regular, Em 1931, foi criada a Prelazia de Juruá, confiada aos padres do Espírito Santo. Em 1949, foi criada a Prelazia de Macapá, ficando sob a responsabilidade do PIME.

⁴⁷² HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. 1992, p. 396.

⁴⁷³ HOORNAERT, Eduardo. Idem. 1992, p. 396.

⁴⁷⁴ Assumiram o Rio Branco em 21 de março de 1909.

⁴⁷⁵ Os Missionários da Consolata passaram a dirigir a Prelazia em 7 de agosto de 1948. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, 1952.

⁴⁷⁶ O próprio Dom Frederico elogia seus valiosos serviços dos irmãos Espiritanos, quando passou por Tefé em 1908.

⁴⁷⁷ Criada em maio de 1910. HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. 1992, p. 253.

⁴⁷⁸ Criada em outubro de 1910. HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja...* 1992, p. 253.

⁴⁷⁹ A Prefeitura Apostólica foi confiada aos Salesianos em 18 de junho de 1914. RAMOS, Dom Alberto. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

A presença das ordens religiosas também foi solicitada para auxiliar a Diocese de Manaus. Os Capuchinhos já atuavam em Manaus desde a segunda metade do século XIX, chegaram em 1843, mas com Dom Lourenço e Dom Frederico eles foram efetivados no serviço da igreja de São Sebastião.

A Congregação Salesiana chegou a Manaus em 1921⁴⁸⁰, para atuar em um campo que constituía uma grande preocupação da romanização, a educação dos jovens. Ao se referir à chegada desses religiosos, Arthur Reis enfatiza que o trabalho dos Salesianos devem ser considerandos como os novos Jesuítas:

A Congregação Salesiana tem as glórias, no século XX, que no período colonial se atribuíram aos jesuítas. Como os continuadores do pensamento de Inácio de Loiola, os Filhos de D. Bosco seguem o programa do santo amigo das crianças, ampliando-os na conversão dos primitivos da Amazônia e na irradiação da fé e da civilização. São assim, na atualidade, sem nenhum favor, os mais legítimos realizadores da grande jornada de conquista espiritual⁴⁸¹.

Os Salesianos logo se puseram a trabalhar, estabelecendo o Oratório Festivo, “*para a educação dos pobres filhos da rua*”⁴⁸². Logo em seguida foi criado o Grêmio Dom Bosco, para formar uma associação de alunos para cultivar “*elementos sadiamente católicos, para promover a formação cultural-religiosa dos jovens e homens de Manaus*”⁴⁸³. Foram abertas no mesmo ano as aulas noturnas gratuitas⁴⁸⁴. Em 1923 abriu-se o internato, com curso primário diurno, e em 1925 foi acrescentado o curso ginasial.

Os padres de Dom Bosco também passaram a contribuir com as Filhas de Santana, auxiliando nos serviços eclesiais do Instituto Benjamin Constant. Os registros também revelam que eles passaram a ser os responsáveis pela capela militar⁴⁸⁵. Além de cuidarem da capela de Nossa Senhora Auxiliadora.

Nos anos que se seguiram, a Diocese também passou a contar com os Agostinianos Recoletos para atuar em Manaus a partir de 1938⁴⁸⁶, esses missionários se estabeleceram na

⁴⁸⁰ Chegaram em Manaus a 4 de julho de 1921. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia...* 1952.

⁴⁸¹ REIS, Artur César Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, p. 111.

⁴⁸² O Oratório Festivo de Dom Bosco abriu as portas em 7 de agosto de 1921, em um ano já contava com 500 meninos, e ao completar 25 anos, em 1946, contavam nos registros de matrículas mais de 17.450 meninos. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p.181.

⁴⁸³ Em 1946 os registros mostravam que 3.700 sócios passaram pelo Grêmio Dom Bosco desde quando fora criado em 28 de agosto de 1921. *Suplemento de A Reação...*, p. 182.

⁴⁸⁴ Em 1930 passou a contar com um anexo de um curso comercial. *Suplemento de A Reação...*, p.182.

⁴⁸⁵ *Suplemento de A Reação...*, p. 183.

⁴⁸⁶ Chegaram em 28 de outubro de 1928. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

rua 24 de maio, e em um de seus salões foi instalada uma pequena capela. Em 1941 assumiram a recém criada paróquia de Santa Rita.

Em 1939 os padres do Espírito Santo recebem a responsabilidade de cuidar das localidades dos Educandos, Colônia Oliveira Machado e Cachoeirinha⁴⁸⁷. No mesmo ano os Espiritanos receberam a responsabilidade de cuidar do Curato de São Raimundo, que logo foi elevado à paróquia.⁴⁸⁸

Em 1943⁴⁸⁹, foram os Redentoristas que chegaram para colaborar com uma Diocese que se expandira e precisava de mais braços, eles assumiram uma das novas paróquias, a de Nossa Senhora Aparecida. Os padres foram bem acolhidos e enquanto suas instalações se organizavam, ficaram provisoriamente usando a capela de ao Vicente de Paulo como sede.

As primeiras décadas do século XX assistiram ao crescimento da presença de inúmeras Congregações Religiosas em terras da Amazônia. Segundo Hoornaert: “*é uma nova fase missionária na Amazônia, e expressa a preocupação da Igreja com o imenso território ‘a ser evangelizado para Cristo’*”.⁴⁹⁰

Essa fase também apresenta o crescimento da presença das religiosas, como veremos mais adiante. Estamos diante de uma imensa renovação da vida religiosa, com o florescimento de novas Congregações, que vão unir seus carismas aos esforços da Diocese para romanizar seu território, conforme expressou Arthur Reis:

Empresa de titans, a nova conquista espiritual da Amazônia, sonhada por D. Antônio de Macedo Costa, incentivada por Leão XIII e Pio X. Empresa de titans, a conquista espiritual da Amazônia, empreendida pelos Franciscanos de Santo Antônio, Salesianos, Beneditinos, Padres do Espírito Santo, Agostinianos, Dominicanos, Padres Servos de Maria, Capuchinhos, Barnabitas, Padres do Preciosíssimo Sangue...⁴⁹¹.

Mata considera que a chegada das ordens religiosas masculinas e femininas constituiu de fato “*uma verdadeira reconquista espiritual da Amazônia, ou seja, ocupando os espaços,*

⁴⁸⁷ Essas localidades foram separadas da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios em 30 de novembro de 1939. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁴⁸⁸ A paróquia de São Raimundo foi criada em 1941, por Dom João da Matta. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 96.

⁴⁸⁹ Os Redentoristas além de Manaus se dirigiram também para Itacoatiara e Madeira. HOORNAERT, Eduardo. *A História da Igreja na Amazônia*. 1992, p. 354.

⁴⁹⁰ HOORNAERT, Eduardo. Idem. 1992, p. 355.

⁴⁹¹ REIS, Artur César Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942, P. 88-89.

*mantendo e fortalecendo a instituição*⁴⁹², formando um novo cenário eclesiológico na Amazônia.

3. Maria, Virgem Imaculada e Mãe, estende seu olhar sobre a romanização

*“Tudo o que ela realizara fora uma lição, pois ela cuidava de tudo como se tivesse sido instruída por muitos, e cumprira todas as obrigações da virtude como se estivesse instruindo, e não aprendendo”*⁴⁹³

Como boa parte das doutrinas cristãs, a da Imaculada Conceição tem suas raízes no Oriente, mas seu desenvolvimento se deu no Ocidente. A doutrina sobre Maria foi desenvolvida ao longo dos séculos como complementar à doutrina sobre Cristo. Aqui nos interessa focar a doutrina da Imaculada Conceição, tão controversa quanto fundamental, pois Maria se tornou essencial para a estruturação da fé cristã como modelo e mediadora.

O Concílio de Éfeso (431), já preocupado com os embates sobre Maria, decretou o dogma da theotokos. Desde a antiguidade tardia, Maria fora invocada como modelo de resignação e castidade, sendo exaltada por sua virgindade. Jerônimo (340-420) falava de Maria como Mãe e Virgem, demonstrando ser a castidade superior ao casamento.

Para Ambrósio (340-397), havia relação direta entre a virgindade e a pureza de Cristo. Agostinho (354-430), ao consolidar a doutrina do pecado original, apresenta Maria como a grande exceção, mas não respondeu a todas as questões. Foram os séculos seguintes os responsáveis por buscar uma explicação para o privilégio concedido a Maria. Ela passou a ser o modelo de equilíbrio cristão. O historiador Jaroslav Pelikan aborda essas tensões doutrinais:

No entanto, apesar de o retrato de Maria como Virgem combater os aparentes excessos da sexualidade do final da Antiguidade, seu retrato como Mãe também contestava o aparente excesso de ascetismo. E considerou-se que a verdade estava presente no paradoxo.⁴⁹⁴

⁴⁹² MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA, Cecília (organizadores). *Amazônia*, desafios e perspectivas para a Missão. 2005, p. 43.

⁴⁹³ Ambrósio, *Doctor Marianus*. Apud: PELIKAN, Jaroslav. *Maria: através dos séculos*. p. 165

⁴⁹⁴ PELIKAN, Jaroslav. *Maria: através dos séculos*. 2000, p. 167.

No século XII, reforçando a doutrina de mediadora, Maria surge como a *mater dolorosa*: “*Maria lamentou a morte de Cristo porque ele era seu Filho e simultaneamente se alegrou com ela porque ele era seu Salvador e o Salvador do mundo*”⁴⁹⁵. Maria como Virgem e Mãe foi alvo de ardorosas discussões teológicas especialmente sobre a Imaculada Conceção, ao mesmo tempo em que crescia a *devoção* por meio de “*sermões, cânticos, liturgias, obras de artes, humildes imagens, redação da Ave Maria, narrações de milagres, teatro...*”⁴⁹⁶.

Na Baixa Idade Média, através de cruzadas, peregrinações e do carisma das ordens mendicantes, a humanidade e o esplendor da divindade de Cristo passaram a ser intensamente resgatados; era a cristandade buscando revestir-se da verdadeira espiritualidade advinda do mistério de Jesus Cristo.

Maria foi igualmente resgatada, e por sua vez as discussões teológicas sobre a concepção de Cristo. Anselmo (1033-1109) afirmara que ela fora salva por seu Filho, o que Pelikan diz ser consenso e “*decisivo na formulação final da doutrina no Ocidente*”⁴⁹⁷. A Mãe de Cristo passara a ser, também, a Mãe de toda a humanidade, papel essencial na redenção, pois ela era a nova Eva, a nova mãe, o instrumento na renovação da obra da criação.

Outro elemento importante para a composição da doutrina foi anunciado pelos franciscanos em suas pregações “*Maria como a Filha de seu Filho*”, também decantado no *Paraíso* do poeta Dante Alighieri, ou seja, a grandeza e a humildade de Maria: “*ó Virgem Mãe, filha do Filho teu humilde e mais sublime criatura, pedra angular do desígnio do Céu*”⁴⁹⁸.

Bernard de Clairvaux (1090-1153) rejeitava a doutrina da imaculada Conceção. Para ele, perfeitos na criação só Cristo e Adão, mas aceitava a doutrina da ascensão por merecimento. Dizia que Maria concebeu por meio do Espírito Santo, era virgem ao conceber, mas ela não nasceu de uma virgem. Para ele, o importante era como ela concebera e não como fora concebida. A grande questão agora era que “*se ela fora concebida sem pecado não teria necessidade de redenção*”⁴⁹⁹, então como ficava a afirmação de Agostinho sobre a redenção como elemento necessário à humanidade? O

⁴⁹⁵ PELIKAN, Jaroslav. Idem p.172.

⁴⁹⁶ LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 2006, p.203.

⁴⁹⁷ PELIKAN, Jaroslav. *Maria*: através dos séculos. 2000, p. 180.

⁴⁹⁸ ALIGHIERI, Dante. *Paraíso*. Canto XXIII, p. 229.

⁴⁹⁹ PELIKAN, Jaroslav. *Maria...* 2000, p.263.

filósofo franciscano Duns Scotus (1266-1308), usando os argumentos teológicos, apresentara três opções.

Afirmava que Deus poderia: 1) tê-la preservado do pecado original; 2) tê-la resgatado desse pecado um instante após a sua concepção (pensamento compartilhado por Tomás de Aquino) para que, apesar de concebida em pecado, ela nascesse livre de toda iniquidade, ou 3) tê-la tornado absolutamente pura depois de algum tempo⁵⁰⁰.

A segunda opção prevalecera, adotada por Tomás de Aquino (1225-1274), entre outros. Por ela, concluía-se que Maria fora protegida pela graça de Deus, que não anulava, mas prevenia do pecado original. Para Duns Scotus: “*ela teria sido imaculada, não pelo que a natureza lhe dera, mas sim em virtude do que a especial graça de Deus nela realizara*”⁵⁰¹. Pelikan diz que todos eram obrigados a aceitar que diferentemente do restante da humanidade, ela não possuía pecado real.⁵⁰²

O Concílio da Basileia (1439), na 36ª sessão, se posicionara sobre a Imaculada Conceição. Mas devido ao problema da autoridade papal ser questionada pelo Concílio, este não foi incluído entre os concílios ecumênicos e suas últimas sessões foram consideradas inválidas. Quanto ao problema dogmático mariano, registramos aqui o que foi decretado por este Concílio:

a Imaculada Conceição era uma ‘santa doutrina em conformidade com o culto da Igreja, a fé católica, o raciocínio correto e as Escrituras Sagradas’. Foi recomendado que essa doutrina ‘fosse aprovada, defendida e professada por todos os católicos’, proibindo-se qualquer pregação ou ensinamento contrário.⁵⁰³

O Concílio de Trento, em sua sétima sessão afirmou que toda a humanidade é portadora do pecado original, mas na 14ª sessão enfatizou: “*que a universalidade do pecado original não incluía Maria*”⁵⁰⁴, mesmo não definindo o dogma. Somente a 8 de dezembro de 1854, o papa Pio IX, através da bula *Ineffabilis Deus* decretou o dogma da Imaculada Conceição.

⁵⁰⁰ PELIKAN. Jaroslav. *Maria...* 2000, p. 264.

⁵⁰¹ PELIKAN. Jaroslav. Idem, 2000, p. 265.

⁵⁰² PELIKAN. Jaroslav. Idem, 2000, p. 265.

⁵⁰³ Concílio da Basileia. Apud: PELIKAN. Idem, 2000, p. 266.

⁵⁰⁴ Concílio de Trento. Apud: PELIKAN, Jaroslav. *Maria...* 2000, p.267.

Anteriormente o papa Gregório XVI já havia se inclinado na direção da efetivação do dogma da Imaculada Conceição, e recebera pedidos dos vários cantos do mundo, que continuaram a chegar no papado de Pio IX. Para a promulgação do dogma, o novo papa escolheu os membros, preparados teologicamente, para a composição de uma comissão com a finalidade de verificar junto a bispos, padres e fiéis todas as considerações e devoções em relação à Imaculada Conceição.

Assim na encíclica *Ubi Primum Nullis*, Pio IX fala da bem-aventurada Virgem Maria e de sua Imaculada Conceição e anuncia a comissão e os trabalhos a serem realizados para a promulgação do dogma, conclamando todos a colaborarem com essa missão. Usando as palavras do grande opositor dessa doutrina, mas grande defensor da devoção a Maria, São Bernard, o papa afirmava que todos os argumentos repousavam na confiança depositada na Santíssima Virgem, pois Deus “*pôs em Maria a plenitude de cada bem, para que soubéssemos que dela nos vêm a esperança, a graça, e a salvação... Porque essa é a vontade daquele que quis que tudo tivéssemos por meio de Maria*”.⁵⁰⁵

Pio IX inicia a bula falando que Deus já havia escolhido desde o início dos tempos a mãe de seu Filho, dedicou-lhe grande amor e a fez “*absolutamente livre de qualquer mancha do pecado, toda bela e perfeita, possui tal plenitude de inocência e de santidade, que, depois de Deus, não é possível pensar maior, e de quem, excetuando Deus, nenhuma mente consegue compreender a profundidade*”.⁵⁰⁶

A bula *Ineffabilis Deus* faculta a todas as províncias e reinos a escolha da Imaculada Conceição como padroeira e a criação de confrarias e congregações devotadas a ela, assim como outros tipos de tributos em sua honra. Ao mesmo tempo determina punições aos que não sigam os preceitos do dogma e não cumpram os festejos adequados em seu dia. Para entendermos a profundidade e a força do dogma segue todo o trecho referente ao seu decreto:

“Nossa boca está repleta de alegria e nossos lábios exultantes. Rendemos e renderemos sempre os mais humildes e vivos agradecimentos a nosso Senhor Jesus Cristo, por nos ter concedido a graça singular de poder, ainda que sem o merecer, oferecer e decretar esta honra, esta glória e este louvor à Santíssima Mãe. Reafirmamos nossa viva esperança na beatíssima Mãe, que, toda bela e

⁵⁰⁵ São Bernard, In Nativitate S. Mariae Aquaeductu. Apud: Pio IX. *Ubi Primum Nullis*. N.1, p. 126. 2/2/1849.

⁵⁰⁶ Pio IX. *Ubi Primum Nullis*. 1849, n. 1, p. 168.

imaculada, esmagou a cabeça venenosa da crudelíssima serpente, e trouxe a salvação ao mundo; naquela que é a glória dos profetas e dos apóstolos, honra dos mártires, alegria e coroa de todos os santos; seguríssimo refúgio e fidelíssima ajuda contra todos os perigos; potentíssima mediadora e reconciliadora de todo o mundo junto a seu Filho unigênito; fulgidíssima beleza e ornamento da Igreja e sua segura defesa. Reafirmamos nossa esperança naquela que sempre destruiu todas as heresias, salvou os povos fiéis de gravíssimos males de todo gênero, e nos libertou de tantos perigos que nos ameaçavam. Confiamos que ela queira, com sua validíssima proteção, fazer com que nossa santa mãe, a Igreja católica, superadas todas as dificuldades e erradicados todos os erros, prospere e floresça cada dia mais junto a todos os povos e em todos os lugares, de um mar a outro, e de um rio até os confins da terra, havendo paz, tranquilidade e liberdade completa. Que os reis obtenham o perdão, os doentes a saúde, os tímidos a força, os aflitos a consolação, os que correm perigo a ajuda. Que todos os errantes, desfeita a névoa de suas mentes, retornem ao caminho da verdade e da justiça, e haja um só rebanho sob um único pastor⁵⁰⁷. (grifos nossos)

A Bula papal é concluída com o pedido para que todos “*continuem a venerar, invocar e suplicar a beatíssima virgem Mãe de Deus, concebida sem pecado original*”⁵⁰⁸, que recorram com fé “*pois ela tem para conosco um coração materno*”⁵⁰⁹ sempre intercedendo pela salvação de todos. E como que anunciando o dogma, promulgado somente em 1950, recuperando afirmações teológicas diz que Maria foi:

Constituída por Deus Rainha do céu e da terra, e exaltada acima de todos os coros de anjos e dos santos, encontra-se à direita de seu Filho unigênito, nosso Senhor Jesus Cristo, e suplica com as suas potentíssimas orações de mãe; encontra o que procura, e não pode permanecer sem ser ouvida.⁵¹⁰

Retomando os grifos gostaríamos de enfatizar a importância do dogma da Imaculada Conceição para a romanização. Neste processo, Maria aparece como a grande protetora da Igreja diante das vicissitudes pelas quais passava; fica visível a confiança depositada nela para afastar todos os erros e fazer com que a Igreja prospere diante de todos os povos. Vê-se também o desejo de paz e liberdade em tempos de grandes perseguições e combates que o século XIX apresentava.

Como símbolo, Maria sempre desempenhou um papel primordial na vida da Igreja e não deixou de desempenhá-lo durante o processo de romanização. Seu o dogma parece ter sido providencial em um século tão turbulento, mas também vem do amadurecimento da

⁵⁰⁷ Pio IX *Ineffabilis Deus*. N.24, 1854, p.187.

⁵⁰⁸ Pio IX. Idem p. 1854,186.

⁵⁰⁹ Pio IX. Idem p. 1854, 187.

⁵¹⁰ Pio IX. *Ineffabilis Deus*. N.25, 1854, p.187.

doutrina e do reconhecimento eclesiástico da força vital de Maria como Mãe de Deus e que estende seu amor materno a todos que a ela recorrem. Portanto, a Imaculada Conceição passa a ser um dos principais pilares da romanização, como expressa Pelikan:

Há boas razões para se acreditar que nem a defesa intelectual da relação cristã pela iniciativa da teologia católica romana do século XIX, inclusive o renascimento da filosofia tomística, nem a defesa política da Igreja institucional e de suas prerrogativas contra o anticlericalismo da época tenham se mostrado tão eficazes, particularmente entre as pessoas comuns, como a campanha empreendida em favor da Virgem Maria.⁵¹¹

O século XIX assistiu também ao fenômeno das “aparições” e invocações marianas em vários cantos do mundo, mostrando que, como nos séculos anteriores, Maria continuava sendo a grande mediadora; seu símbolo ganhou mais força com o dogma, enfim, promulgado e confirmado. Com a “aparição” na cidade de Lourdes, a própria Virgem se anunciou “*Eu sou a Imaculada Conceição*”⁵¹², segundo foi registrado pelos fiéis. A devoção adquire uma nova dimensão sob a fiscalização de Roma, que estimula, mas procurando direcionar para a maneira correta de expressar a devoção.

Jaroslav Pelikan ressalta, ainda, que “*pela doutrina da encarnação, de modo ainda mais efetivo, pelo modo como considerava a Virgem Maria, a cristandade católica havia suavizado a austeridade dessa transcendência tornando a Divindade mais branda e acessível*”.⁵¹³

Maria se tornou sem dúvida o grande meio de difusão e consolidação do Catolicismo, assumindo as feições culturais das diversas localidades onde a fé católica foi disseminada. No Brasil a pluralidade cultural passou a apresentar uma diversidade de devoções que criaram ao mesmo tempo respeito e uma imensa necessidade da intercessão da Mãe, Maria, levando a buscá-la com intensidade e com uma intimidade peculiar que os povos da América arvoram ter com Nossa Senhora. Como observa o historiador Dilermando Vieira:

O culto à Virgem Maria sintetizou, de certa forma, a piedade negra e parda, pois foi a partir das Nossas Senhoras madrinhas dos meninos que se criaram as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas desta com a família e a cultura circundante, o que se estendia por outras etapas da vida.⁵¹⁴

⁵¹¹ PELIKAN, Jaroslav. *Maria...* 2000, p.248.

⁵¹² PELIKAN, Jaroslav. *Maria...* 2000, p. 268.

⁵¹³ PELIKAN, Jaroslav. *Maria...* 2000, p. 278.

⁵¹⁴ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil*. 2007, p. 43.

4. As Paróquias em Manaus

Observando a administração eclesiástica no Amazonas, verificamos as etapas pelas quais passou até ser elevada à Diocese. A criação da Vigararia Geral do Rio Negro foi a 18 de junho de 1760, passando a ser Comarca Eclesiástica somente em 1857, já no período provincial. Em 1873, pela lei provincial nº 264, Manaus fica dividida em duas freguesias: *Nossa Senhora da Conceição* e *Nossa Senhora dos Remédios*⁵¹⁵. Portanto, ao ser criada a Diocese em 1892 já existiam estas duas paróquias em Manaus, e ambas devotadas a Maria.

A terceira paróquia erigida foi a de *São Sebastião*, em 1912, a primeira da Diocese em Manaus. Em 1914, a Diocese possuía 30 paróquias, sendo: 17 dedicadas a Maria, das quais 5 são para Nossa Senhora da Conceição e 4 dedicadas a outras santas. Essas informações nos fornecem um quadro interessante do conjunto das devoções, porque mais da metade é diretamente vinculada a Nossa Senhora, acompanhado de 3 santas, o que nos dá uma composição devocional mais feminina em nossa diocese, como veremos a seguir.⁵¹⁶

Depois da terceira paróquia criada em Manaus, houve uma longa espera para que novas paróquias surgissem. Somente nos anos de 1940 surgem as outras seis paróquias, que compõem a administração da Diocese em Manaus: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Raimundo, Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora Aparecida, São José Operário e Nossa Senhora de Nazaré.⁵¹⁷

Ao longo do período em que permaneceu como Diocese, que foram exatos 60 anos, o crescimento da Igreja no Amazonas pode ser verificado pela expansão de sua estrutura, com a implantação das paróquias, que perfizeram um total de nove até 1952, e antes de serem efetivadas houve a expansão através criação de capelas; parte destas adquiriram o status de paróquia ainda sob a Diocese; as demais, somente com a Administração Arquidiocesana.

⁵¹⁵ A lei foi promulgada em 15 de maio de 1873. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵¹⁶ O documento de 1914 apresenta apenas 29 paróquias, não havia inserido a nova paróquia de São Sebastião, nós a incluímos e apresentamos o conjunto das 30 paróquias no quadro 3 em anexo.

⁵¹⁷ Todas as paróquias da Diocese são apresentadas no quadro 4 em anexo.

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

Quando ocorreu a promulgação do dogma da Imaculada Conceição, a igreja Matriz de Manaus, já há muito era dedicada à Virgem Imaculada. A Igreja de Manaus estava, conectada com as novas diretrizes devocionais, mostrando intensa afinidade com o projeto romanizante, que colocava Nossa Senhora Imaculada como a base para sustentar a caminhada da Igreja neste mundo.

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que fora a menina dos olhos da Província, a partir de 1892, passava a ser o coração da nova Diocese. No século XIX para ela é que convergiam as relações estabelecidas pela sociedade local. Com implantação da Diocese, ela continua sendo a referência de Manaus.

A Diocese de Manaus já tinha entrado em pleno processo de seus trabalhos eclesiais, quando os deputados estaduais do Amazonas, finalmente reconheceram a autonomia da Igreja concedida pela constituição de 1891. A lei, de 23 de maio de 1896, promulgava: art 1º “*Fica o Poder Executivo autorizado a entregar ao Bispado do Amazonas, os próprios estaduais e municipais, destinados aos ofícios da religião católica*”.⁵¹⁸

A Diocese entrou no século XX com o imenso desafio de se estruturar em tempos de República, tendo que conformar o projeto romanizante com os elementos característicos dessa cidade, que se inseria de forma acelerada nos rumos da modernidade, buscando um equilíbrio que permitisse um diálogo com esse mundo, mas ao mesmo tempo firmar cada vez mais os princípios católicos.

Assim, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição intensificava suas atividades e suas associações para atender às necessidades dos fiéis, estimulando uma maior participação que fosse, ao mesmo tempo, acolhedora de todos que quisessem usufruir as benesses divinas e atentos defensores sempre em alerta para afastar os malefícios da modernidade.

A cada ano via-se a vida religiosa se intensificar, através do trabalho dos Bispos que iam colocando os tijolos para solidificar esse Bispado. Assim, crescia em número e em espiritualidade, as atividades que eram abraçadas e levadas adiante pelo laicato. O

⁵¹⁸ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Manaus: Planície, 1958, p. 130.

calendário litúrgico era seguido à risca, e a cada ano os festejos se ampliavam para celebrar adequadamente e com intensidade os dias santos.

O ano de 1916 é bastante ilustrativo de como se encontrava a religiosidade da Diocese e sua expectativa diante de um novo Bispo que assumiria, depois de uma longa espera no período de vacância. O Cônego João Dias Bento da Cunha organizou uma *Polyanthéa Mariana* para celebrar a festa da Imaculada Conceição; enquanto a programação era realizada, chegou a Manaus Dom Irineu Joffily.

Foi organizada uma grande festa que se estendeu de 29 de novembro até o dia da grande comemoração, 8 de dezembro. Coube às associações a responsabilidade de se revearem, durante os 10 dias de festejos, do cumprimento da extensa programação, que incluía: Missas com cânticos em honra à Maria Santíssima; novenas; Primeira Comunhão; renovação das promessas do Batismo; quermesse. Tudo para consagrar o “*Amazonas à Imaculada Mãe de Deus*”.⁵¹⁹

O Governador do Bispado, Monsenhor Antero José de Lima, ao conceder sua aprovação para a realização do grande evento, pedia que todos se colocassem como filhos para bem expressar a devoção à Imaculada Conceição, padroeira da Diocese, e de sua parte dirige a Maria sua oração:

A Ella dirijo uma fervorosa supplica, fazendo ardentes votos, para que consiga do Espírito Santo, seu Divino Esposo, as luzes de que necessitarem os dois chefes da Collectividade Amazonense aqui esperados: - o novo Bispo e o futuro Governador, para que na mais perfeita harmonia, entre si, dirijam os destinos da população d’esta pujante parte da União brasileira: aquelle em ordem ao bem espiritual e este ao bem temporal; e ambos visando a felicidade de todos os seus jurisdicionados.⁵²⁰

O Cônego Bento da Cunha fez questão de falar sobre o grande privilégio concedido a Maria, apresentando os três argumentos que corroboram para a efetivação do dogma: a revelação divina; a razão humana e a história. Maria “*cheia de graça, ella o foi desde o primeiro instante do seu ser, e o foi tanto quanto lhe era necessário para preservar-se, na sua conceição, de todo o labeu original*”⁵²¹. Essa Mãe passou a ser admirada pelas gerações que se seguiram:

⁵¹⁹ *Polyanthéa Mariana*. Homenagem a Imaculada Conceição. Manaus, 8 de dezembro de 1916. p.2.

⁵²⁰ *Polyanthéa Mariana*. 1916, P. 4.

⁵²¹ Palavras de Cônego Bento da Cunha. *Polyanthéa Mariana*. 1916, p. 8.

Jamais mulher alguma foi tão cantada. Em tempo algum, rainha ou princesa, apostola ou heroína, foi mais celebrada, recebeu mais justos títulos, conquistou mais adorações, teve mais triunfos, possuiu mais thronos. Nenhuma há vivido mais nos espíritos, nenhuma há possuído mais corações. É que Maria será para todas as gerações, eternamente bemaventurada.⁵²²

Muitas homenagens foram prestadas à Imaculada, através de orações, cantos e poemas como o do padre Thiago Vaz, que procurou bem expressar o sentimento de devoção e gratidão pela Imaculada ter acolhido o Amazonas em sua proteção: *“Aqui na terra desiludido, tonto, perdido, saio das cinzas deste vulcão, para ouvir missa na Capelinha, lá onde mora minha Madrinha, Nossa Senhora da Conceição!”*.⁵²³

A Diocese assim seguia seu curso, procurando estender suas ações às diversas localidades, estimulando o fervor devocional, se expandindo geograficamente, e gradativamente se estruturando atendendo às diretrizes propostas pela Santa Sé. Através dos seus Bispos iam acrescentado cada um, conforme o seu carisma e sempre em sintonia com o Papa, àquilo de que necessitava a Igreja no Amazonas. Assim seguiram plantando Dom Joffily, Dom Basílio (1926-1940) e Dom João da Mata (1941-1948).

Em 1942, foi realizado o 1º Congresso Eucarístico em Manaus, nessa ocasião a cidade ganhou o monumento em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, erguido na Praça do Congresso onde as celebrações aconteceram, com a presença das autoridades eclesiásticas e civis, as associações religiosas e um grande público. O monumento possui quatro faces, expressando os motivos pelo qual foi erguido.

Face norte – “para lembrar pósteros o 1º Congresso Eucarístico Diocesano de Manaus – comemoração do cinquentenário da criação do Bispado – A prefeitura Municipal ergueu, sob as bênçãos do povo, este marco a Nossa Senhora da Conceição, padro do Amazonas” (5-5-1892/4-6-1942)

Face sul: “Em preito de gratidão – a dom Francisco Orellana e aos seus companheiros – no quarto centenário do descobrimento do Rio Negro – as administrações do Estado do Amazonas e da prefeitura de Manaus mandaram construir este monumento” (3-6-1542/4-6-1942)

Face leste: “Manaus – agradecida – ao seu 1º Bispo – Dom José Lourenço de Aguiar – organizador da Diocese”

Face oeste: “Manaus – de joelhos – Diante de leão XIII – Papa dos operários e criador da Diocese”.⁵²⁴

⁵²² Palavras de Cônego Bento da Cunha. Idem. 1916, p. 8.

⁵²³ *Polyanthéia Mariana*. Idem. 1916, p. 6.

⁵²⁴ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. vol. 1. Manaus: EDUA, 1998. p. 171.

E finalmente em 2 de junho de 1945 a Diocese de Manaus foi consagrada ao coração Imaculado de Maria pelo Papa Pio XII. O jornal *A Reação* ao descrever a Sagração do templo, diz ser este o reflexo da alma dos fiéis; é no templo que o sobrenatural se manifesta, envolvendo e levando os leigos a experimentarem uma vida mais voltada à espiritualidade cristã.⁵²⁵

A Sagração do templo é um ritual litúrgico que tem por finalidade expressar grandes as verdades da fé para os fiéis, aqui intimamente ligada à devoção, do Amazonas, a Nossa Senhora da Conceição. O ritual segue assim, os seguintes passos: “1º, *um lugar santo – domínio inalienável de Deus – Dominus mea – a minha casa*; 2º, *a sua finalidade – Dominus orationis et porta coeli – casa de oração, porta do céu*; 3º, *símbolo das Núpcias Místicas entre Deus e o lugar*”.⁵²⁶

O templo passa a ser a nova sarça ardente, o lugar santo. Por isso, como expressa *A Reação*, deve-se entrar com “*todo o respeito e recolhimento, deixando toda a mundanidade para pensar nos augustos mistérios divinos que nele se realizam, em benefício das almas, transpondo-nos, com o pensamento à Jerusalém Celeste. Este é o lugar onde as almas devem sentir-se mais perto do seu Criador e Pai Celestial*”.⁵²⁷

A década de 1950 continuava sendo próspera para a caminhada eclesiástica de Manaus. Em 1952, em reconhecimento aos frutos advindos do esforço dos Bispos, clérigos e do laicato nas primeiras décadas do século XX, Manaus foi elevada à Arquidiocese, a 2 de julho pela Bula *Ob Illud* do Papa Pio XII. E em 4 de junho de 1954, o mesmo Pio XII, pelo breve “*Primae Labis*” proclama Nossa Senhora da Conceição padroeira do Amazonas. Pio XII estava apenas oficializando o que na prática já ocorria.

Paróquia de São Sebastião

A devoção a São Sebastião em Manaus remonta à segunda metade do século XIX. A primeira ermida foi criada pela Irmandade de São Sebastião em 1859 que tinha a frente voltada para a atual rua Monsenhor Coutinho (antiga Conde D’Eu) devotada a São

⁵²⁵ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 82.

⁵²⁶ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p.80.

⁵²⁷ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 85.

Sebastião e São Fabiano e “*era apenas uma meia água de telhas vãs*”⁵²⁸. Na década de 1860 a igreja dos Remédios já recebia auxílio dos devotos dessa irmandade.

Mario Ypiranga Monteiro nos apresenta um dado interessante, sobre a devoção e escolha do orago que teria se dado por influência ou em homenagem ao Presidente da Província, tenente coronel de engenheiros dr. Sebastião José Basílio Pyrrho, que se empenhou como diretor de Obras na construção da Praça e na construção da ermida. Ao se referir à lentidão na reforma dos templos em Manaus, Monteiro chega a mencionar que provavelmente a devoção e o empenho do presidente tenha proporcionado a construção da nova capela em detrimento a demorada obra na igreja dos Remédios.⁵²⁹

Existem especulações de que com o dr. José Pyrrho em 1850 também tenha chegada a Manaus a devoção que deu origem à Irmandade. Em 02 de agosto de 1862, Dom Macedo Costa aprova os estatutos da Irmandade de São Sebastião, o que demonstra que em pouco tempo o santo mártir já era popular em Manaus. Monteiro apresenta como:

o segundo grande movimento religioso de Manaus, pois abrangeu igualmente a distante paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, no albor do século atual. O círculo de veneração do legionário romano sacrificado pela vitória do Cristianismo epopéico antecede de pelo menos quatro anos à construção da capela (primeira) e os rituais exteriores limitam-se a procissões, novenas, rezas avulsas, utilizando-se pequeno ícone de pedra que está na mínsula do frontão principal.⁵³⁰

Na década de 1860, poucas e bastante humildes casas existiam no largo, mas a irmandade estava ativa. Consta na lei orçamentária de 1868 um valor destinado à Irmandade para a construção da ermida com previsão para seis meses. Um ano depois a igreja não estava pronta, pois o projeto ainda estava sendo aprovado.

A transformação lenta da capela em igreja foi justificada pela escassez de recursos da Província. Mas, apesar disso, em 1871 e 1873 aparecem novamente na pauta da Assembléia os recursos para a construção da igreja. Em 1879, a discussão foi acirrada em torno das verbas para reformar igrejas tanto da capital como de algumas capelas do interior.⁵³¹

⁵²⁸ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p.15.

⁵²⁹ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p.16.

⁵³⁰ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *História da Igreja...* 1999. p. 17. O autor refere-se à paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, mas essa só foi criada em 1949, na época referida ela era uma capela sob a administração da Paróquia de São Sebastião.

⁵³¹ Aqui, Monteiro apresenta informações, trechos de debates na Assembléia, sobre os recursos da Província, destacando as reivindicações dos deputados e frades para a construção da igreja de São Sebastião.

E em 1880, outra vez à Assembléia é solicitado o envio do recurso, e aqui aparece uma insistência e uma certa preferência pela construção de São Sebastião com a solicitação de aumento do dinheiro para tal fim, em detrimento da reforma que a igreja dos Remédios, na ocasião servindo a matriz, precisava⁵³². A discussão segue década adentro.

Outro aspecto que parece ter contribuído para a demora na construção e transformação da primeira capela foram as sucessivas modificações no projeto da obra, sendo a primeira vez na capelinha na rua Monsenhor Coutinho (antiga Conde D'Eu). A segunda vez foi em 1870, quando frei Gesualdo Macchetti deu início à construção da nova capela, de madeira e coberta de palha, nos fundos da primeira, agora voltada para a rua do Progresso (atual 10 de Julho) com os fundos para a rua Tapajós.

O novo templo em construção também não pareceu suficiente para atender às necessidades dos fiéis, mas a nova planta da igreja só ficou pronta em 1900, e para sua efetivação, muitas doações passaram ser feitas à igreja⁵³³. Esses eventos aparecem como um indício da popularidade do santo, mostrando a necessidade de um espaço mais amplo, especialmente por ocasião dos festejos dedicados a ele.

Ainda comentando a demora na efetivação da construção da igreja, Monteiro argumenta “*que a sua transformação lenta seja produto do desamor com que o espírito contista-liberalista olhava as coisas do Céu, muito mais do que o sempre falado e sempre injusto litúgio entre pedreiros-livres e clero*”.⁵³⁴

Foi também o frei Macchetti que deu a benção em setembro de 1888, mesmo antes de estar pronta, e abriu a capela ao culto⁵³⁵. Na década de 1890, a torre da igreja começa a ser construída com as mesmas dificuldades que se apresentaram anteriormente. Evidencia-se o esforço dos fiéis, e “*armam-se os clássicos arraiais e prendas*”.⁵³⁶

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus*. 1958, p. 70s.

⁵³² Monteiro comenta que o dinheiro deveria ficar só no papel, já que a obra se arrastava, como frades se queixavam, até mesmo insinua haver desvios dos recursos que aparecem nesses vários anos destinados à igreja de São Sebastião. MONTEIRO, Mario Ypiranga. 1958, p.45s.

⁵³³ Aqui percebemos o envolvimento de senhores e senhores da elite manauara com a construção da igreja. Ypiranga cita Elza Perdigão doando a imagem de Nossa Senhora de Lourdes para a gruta, e a esposa do governador Silvério Nery que em 1904 doou o presépio em tamanho natural vindo de Paris. MONTEIRO, M. Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 47.

⁵³⁴ Aqui, Monteiro fala do grande embate entre ciência e fé no século XIX, e apresenta uma defesa em relação aos maçons, um indício para reflexão, que foram durante a Província grandes colaboradores nos trabalhos de reforma e conservação das igrejas. p.14

⁵³⁵ RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵³⁶ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 44.

No final do século XIX, o então presidente da Província, coronel José de Miranda da Silva Reis, mandou construir, no mesmo lugar onde funcionara a primeira capela, o Hospício dos Franciscanos Observantes com o objetivo de abrigar os que chegavam a Manaus.

Monteiro, ao se referir aos estilos diferentes que a igreja apresenta diz ser devido às três fases que correspondem à construção, especialmente com os franciscanos assumindo à direção da igreja de São Sebastião. A igreja não era destinada a São Francisco, mas precisava ter as marcas, os sinais da presença franciscana, que passa a ser cada vez mais intensa a partir de 1870 e a se efetiva como parte da igreja de Manaus quando da criação da paróquia mais tarde.

Desde a virada do século XIX para o XX, intensificando-se a partir de 1920, cresce o fluxo de capuchinhos, sejam os que eram enviados para o trabalho nas missões ou aqueles que ficavam na cidade para o trabalho que a Diocese requeria. Segundo Monteiro: *“Uma nova mentalidade geria então esse constante abastecimento de servidores de cristo vindos na maior parte da Lombardia e da Úmbria. Passaram a ser chamados sacerdotes já experimentados do Brasil, no Sul e no Norte...”*⁵³⁷

Os frades enfrentavam uma difícil adaptação em região tão distante, em aprender uma nova língua para a realização dos trabalhos solicitados pela Diocese, com os desafios de viver em uma cidade em intensa transformação como era a Manaus dos tempos da borracha. A esse respeito, declarou Monteiro:

A situação climática na Amazônia daqueles idos pode oferecer um quadro epidêmico real, se considerarmos o número de obras públicas e particulares eclodindo em todos os quadrantes, transformando a cidade num imenso canteiro de obras. O calor sazonal de julho a janeiro, a água poluída dos igarapés centrais, carência de higiene pessoal e de profilaxia oficial, com a agravante da péssima alimentação (principalmente enlatados) concorriam para a expansão de endemias do tipo beribéri, febre amarela, sezões, gripe crônica, endemias que acabavam tornando-se transepidêmicas, e outras trazidas de fora pelos imigrantes do nordeste e da Europa.⁵³⁸

Os obstáculos não afetaram a dedicação dos frades para a grande responsabilidade que a Diocese depositava em suas mãos. A igreja foi reinaugurada no dia 1º de maio de 1904. Em 1907, frei José de Leonissa lança a capela de São José na colônia de Campos Sales, que

⁵³⁷ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História...* 1999, p. 25.

⁵³⁸ MONTEIRO. Idem. 1999, p. 24

ficou sob a administração da igreja de São Sebastião. Em 30 de setembro de 1909, Dom Frederico confiou a igreja aos Capuchinhos da Úmbria.

No Decreto Episcopal que cria a paróquia de São Sebastião, Dom Frederico inicia falando de sua boa vontade para com os diocesanos que vinham dirigindo preces e pedidos para a criação de uma terceira paróquia em Manaus. O Bispo prossegue falando de sua longa reflexão e de ter se aconselhado com o Prelado de Santarém e os Prefeitos Apostólicos de Tefé e do Alto Solimões.

Era o encerramento do retiro do clero de Manaus e Dom Frederico aproveitou para falar dos desafios diante do número reduzido de sacerdotes e das “*crescentes necessidades espirituais da população católica*”⁵³⁹, apresentando como um grande desfecho desse momento a criação da nova paróquia:

querendo também deixar uma recordação perenne do retiro espiritual do clero; retiro que hoje se encerra com toda a solenidade; depois de invocar as luzes do céu; havemos por bem crear uma Terceira Parochia nesta cidade de Manaós, sob a invocação do glorioso martyr São Sebastião, com sede na egreja do mesmo santo martyr, d’esta cidade.⁵⁴⁰

Atendendo aos apelos dos fiéis e também percebendo o crescimento da cidade, e conseqüentemente, o crescimento da responsabilidade com a Diocese, Dom Frederico criou a nova paróquia em 8 de setembro, dia da natividade de Nossa Senhora, de 1912, procedendo a inauguração para o dia 15 do mesmo mês.

A nova paróquia foi consagrada ao Sagrado Coração de Jesus e dedicada a São Sebastião e São Fabiano⁵⁴¹. Segundo Monteiro, os franciscanos procuraram “*transferir para Manaus uma tradição eclesiástica*”⁵⁴², por isso a igreja foi ganhando contornos que a aproximasse à humildade e à grandeza de São Francisco de Assis.

A terceira paróquia recebia a responsabilidade de dividir a administração eclesiástica em Manaus, por isso o Decreto também vem apontando os limites entre as três paróquias,

⁵³⁹ Livro Tombo p. 1

⁵⁴⁰ Livro Tombo p.2

⁵⁴¹ O papa Fabiano foi martirizado em 250, depois de grandes embates com o poder imperial romano. Cinquenta anos após sua morte seus despojos foram transferidos para a mesma catacumba onde se encontrava o despojo de São Sebastião. Até o ano de 1969 no calendário litúrgico os dois santos eram comemorados juntos, a partir de então a comemoração dá-se separadamente. Sgarbossa, Mario. *Santos e Beatos*: da Igreja do ocidente e do oriente. 2003, p. 47. Talvez isso explique o fato de aos dois santos a igreja de São Sebastião ter sido dedicada.

⁵⁴² MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 35.

deixando claro que poderiam ser modificados mais tarde. Portanto, a administração de São Sebastião ficava assim definida:

Rua dez de julho desde a Travessa Ferreira Penna até Avenida Joaquim Nabuco até se encontrarem com o Boulevard Amazonas. Da Ferreira Penna pertencerá á nova parochia somente o lado direito de quem vai para o Boulevard; da Avenida Joaquim Nabuco encontra-se com a Doutor Moereira pertencerão os dous lados. Do encontro da rua Doutor Moreira com o Boulevard seguirá a nova parochia costeando o cemitério, os dous lados até tomar a Villa Municipal, que ela ficará pertencendo. A ella pertencerão também as colônias João Alfredo e Campos Salles, bem como toda a margem direita do Rio Negro desde a foz do Rio Branco em linha reta até o encontro com o Rio Solimões, e na margem esquerda até a foz do Taruman Grande.⁵⁴³

O Decreto termina falando que a paróquia ficava a encargo da regência dos padres Capuchinhos, concedendo ao Superior o direito de apresentar “*o sacerdote que deverá ser nomeado vigário com todas as regalias e direitos dos demais vigários, porem inteiramente sujeito á Nossa autoridade diocesana e a todas as demais frases e leis estabelecidas pelos nossos antecessores e por nós*”⁵⁴⁴. Frei José de Leonissa foi o escolhido como o primeiro Vigário da nova paróquia.

Em um rápido apêndice ao Decreto Episcopal, Dom Frederico, parecendo esclarecer dúvidas, observava que “*toda a praça de São Sebastião fica também pertencendo á parochia, podendo todos os seus habitantes, para todos os effeitos de direito, recorrer á igreja e vigário de São Sebastião como sendo sua igreja e vigários próprios*”.⁵⁴⁵

Com esse documento, Dom Frederico confirma a imensa responsabilidade que a ordem dos Capuchinhos recebia no momento da efetivação da paróquia, e os limites de sua atuação. Vemos aqui um acontecimento importante na história da Igreja em Manaus, ou seja, uma ordem religiosa recebendo, pela primeira vez, parcela da Diocese para administrar, mas ficando sua ação limitada à autoridade do Bispo, bem ao gosto da romanização. A partir daqui, outras futuras paróquias contarão com essa parceria.

Como paróquia a igreja de São Sebastião teve sua vida devocional ampliada. No ano de 1913, foi criada a guarda de honra da igreja e em 1914 passou a contar com a Pia União das

⁵⁴³ Decreto de criação da Paróquia de São Sebastião. *Livro Tombo*. 1912-1919. p.2.

⁵⁴⁴ Decreto... *Livro Tombo*. 1912-1919. p.2.

⁵⁴⁵ Decreto Episcopal. *Livro Tombo*. 1912-1919. p.3.

Filhas de Maria⁵⁴⁶ e a Pia Obra de Santa Dorotéia⁵⁴⁷. No mesmo ano o vigário recebeu a autorização para instituir a Congregação dos Santos Anjos.⁵⁴⁸

Nesse mesmo ano vem a doação de um terreno com 600m para criação da igreja de Nossa Senhora de Nazaré em junho. A 1º de agosto a pedra da nova capela estava sendo colocada. Em junho de 1915 deu-se a fundação da Associação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.⁵⁴⁹

Monteiro fala que os anos de guerra deram uma esfriada no trabalho dos freis, além de enfrentarem um embate com a Irmandade de Nossa Senhora de Nazaré com relação ao fundo arrecadado nos Arraiais, que estavam sendo desviados, o que dificultou a construção da capela, ficando esta apenas na pedra fundamental por anos.

Outro choque com a Irmandade foi a proibição do Círio de Nazaré por Dom Joffily, acusando de ser “*demasiadamente popular*”⁵⁵⁰. Por isso “*a comissão encarregada passou a interessar-se pela construção da capela de São João Batista, dentro do cemitério, porém no início iria ser na praça dita de São João, em frente do mesmo*”.⁵⁵¹

O embate nos parece deixou seqüelas, as atividades na igreja de Nossa Senhora de Nazaré não seguiram o mesmo curso, assim também como as obras que passaram a ser mais lentas. Nossa Senhora de Nazaré só adquiriu a condição de paróquia, desmembrando-se de São Sebastião, em 1948.⁵⁵²

A forma atual da igreja de São Sebastião começa a ser implementada a partir de 1917 com o apoio de particulares, especialmente comerciantes⁵⁵³, tanto na compra do terreno como doação para o patrimônio interno como o altar e seus paramentos. Essa parceria entre muitos daqueles leigos e a Igreja era selada através da ação das esposas. Assim o patrimônio de São Sebastião foi sendo organizado com a colaboração dos fiéis.

⁵⁴⁶ A fundação foi em 25 de março de 1914. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵⁴⁷ A fundação foi em 8 de setembro de 1914. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵⁴⁸ A fundação foi em 31 de maio de 1914. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵⁴⁹ RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁵⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 26.

⁵⁵¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. Idem, 1999, p.26.

⁵⁵² A Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré foi criada no Bispado de Dom João da Matta Andrade e Amaral em 11 de junho de 1948 no bairro de Adrianópolis, confiada aos padres do PIME (Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras de Milão). FARIAS, Elson. *Cem Anos de Fé na Floresta: centenário da Arquidiocese de Manaus*. 1993, p. 36.

⁵⁵³ Monteiro fala de JG Araújo, JS Amorim, J Soares, Guilherme Moreira, Gomes Carneiro, Luís Maximiano Correa. MONTEIRO, Mário Ypiranga. 1999, p.16.

A década de 1920 apresenta novo crescimento das atividades realizadas na paróquia de São Sebastião: a fundação da Pia União de Santa Terezinha em setembro de 1928⁵⁵⁴; o envolvimento da paróquia na construção da futura capela de Nossa Senhora de Fátima, em 1929⁵⁵⁵; e em 1930 foi procedida a benção da capela de São José em Campos Sales⁵⁵⁶. O trabalho da ordem dos Capuchinhos se estendeu pelas décadas seguintes. Atuando junto à Diocese, contribuindo significativamente, gerando inúmeros frutos para a Igreja, como bem declarou Monteiro:

Desde aquele humilde oratório transformado em capela até a igreja atual, com a expressão missioneira pelos rios da Amazônia. E não sem muito sacrifício do corpo e da alma. As demais ordens católicas, mesmo a jesuítica, não chegam ao cúlmen do prestígio universal dos franciscanos.⁵⁵⁷

A partir da praça e da igreja de São Sebastião, a transformação da cidade e conseqüentemente da Diocese na virada do século XIX para o XX, buscamos compreender o que gerou a rápida transformação da igreja em paróquia, se a compararmos com as obras da igreja dos Remédios que já possuía uma tradição, mas que como dito acima, pareceu ser relegada a segundo plano. Vê-se uma certa preferência pela construção de São Sebastião.⁵⁵⁸

Ter uma trajetória rápida de capela à paróquia foi graças não só a esse grande esforço para a construção de São Sebastião, mas não podemos esquecer das novas necessidades advindas das transformações, valorizando esse lado da cidade, e uma população que também crescia, gerando novos desafios para uma Diocese recém inaugurada, em um contexto de separação da Igreja e do Estado.

A paróquia de São Sebastião foi a terceira na capital e a primeira da Diocese em Manaus. Ela foi confiada aos Capuchinhos, que tiveram uma grande responsabilidade de ser um

⁵⁵⁴ RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵⁵⁵ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 23.

⁵⁵⁶ A benção foi dada em 19 de setembro de 1930. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazônia*. 1952.

⁵⁵⁷ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História...* 1999, p. 40.

⁵⁵⁸ Ao refletirmos sobre as características e o espaço de Manaus, sentada na praça de São Sebastião imaginei os braços do Rio Negro, os igarapés, adentrando a pequena cidade na metade do século XIX, com seus dois bairros entrecortados pelos igarapés e o grande esforço que foi para a população naquele momento passar a se deslocar para a igreja dos Remédios. Pareceu-nos que todo o esforço empreendido em prol da construção de uma nova igreja atendia às constantes queixas da população e seguia o curso do crescimento da cidade naquela direção. Talvez a nova capela fosse o que a cidade precisava, ao mesmo se estaria resolvendo o problema das queixas e deslocamentos, além de atender às necessidades espirituais.

braço da Igreja, sendo uma ordem estrangeira, a primeira a atuar em Manaus, auxiliando a Diocese no processo de romanização.

5. O Laicato na romanização

Em sua primeira fase, a Romanização se apresentou de forma endurecida devido às circunstâncias históricas pelas quais a Igreja passava. Foi durante os conflitos mais acirrados que nasceram e se efetivaram as principais propostas da Igreja em sua nova fase de romanização.

Paralelo ao turbilhão das novas correntes e tendências que o século XIX apresentava, a romanização se espalhava assumindo, a forma especialmente de novas ordens e novas associações católicas, imbuídas do ideal de defesa dos valores, bem como de renovação da espiritualidade e da ação católica.

Nesse período onde a Igreja passa a exercer um controle mais efetivo, impondo-se cultural e religiosamente, através leis e normas baseadas em uma catequese que imprimisse a vida sacramental de forma mais disciplinada e interiorizada. Esse direcionamento acabou por estabelecer, segundo Possidônio:

um antagonismo até hoje observado nesta região com o catolicismo mais popular, onde o relacionamento com o sagrado é direto, doméstico, funcional, muitas vezes fatalista, providencialista, messiânico, mas com imensos valores de transcendência e autenticidade, revelado nas festas dos padroeiros, arraiais e círios.⁵⁵⁹

As antigas Irmandades, outrora guardiãs do santos, e que se relacionavam com padre como um prestador de serviços, passaram durante a fase da romanização a ter que se dirigir às igrejas para onde o clero conduziu “*as imagens dos santos de devoção para a matriz ou*

⁵⁵⁹ MATA, Possidônio C. e TADA, Cecília: Amazônia, desafios e perspectivas para a Missão. 2005, p. 44.

*capela, o clero controlava a festa e a devoção*⁵⁶⁰, observa Silvia Ribeiro. Sem a posse do santo as irmandades tradicionais foram desaparecendo.

O campo de maior atuação nessa fase renovada foi de criação e fomento de inúmeras congregações⁵⁶¹ que abraçassem e colocassem em prática, em sintonia com as propostas da Santa Sé, o projeto de vida cristã; portanto, o ideal missionário se revigora e é preciso novamente cristianizar o mundo.

Vemos, assim, um grande florescimento de uma nova vida religiosa no século XIX. As ordens, em sua grande maioria, assumem a postura de restauração, bem inseridas nas mudanças pós-Napoleão, já que a ação da Revolução Francesa aplicara um golpe duro na atuação dos Institutos Religiosos, que agora se levantavam e se fortaleciam em torno do centralismo romano. Henrique Matos esclarece:

Numerosas Congregações Religiosas são fundadas nesse período, tendo em vista necessidades locais muito concretas, tais como, a educação de menores carentes, deficientes ou abandonados; assistência aos pobres, velhos e doentes. Nem sempre a espiritualidade desses novos Institutos tem um fundamento sólido. Em não poucos predomina quase inteiramente a preocupação com as obras de caridade, em detrimento da formação humano-espiritual dos próprios religiosos e religiosas. O serviço cotidiano e as atividades assistenciais preenchem praticamente todo o tempo disponível dos consagrados⁵⁶².

Uma característica deve ser destacada: em meio há tantas novas associações podemos verificar a atuação das mulheres de forma mais intensa em comparação aos momentos anteriores, pois a grande maioria das congregações religiosas do XIX são femininas⁵⁶³. Essa presença ativa das mulheres foi percebida também na Diocese de Manaus.

A romanização combate, além dos princípios modernistas, as insistentes crenças populares, que inquietam o catolicismo oficial. Este por sua vez buscava promover uma espécie de purificação nesse primitivismo devocional, pois este povo supersticioso

⁵⁶⁰ RIBEIRO, Sílvia Aranha de Oliveira. *Vida e Morte no Amazonas*. 1991, p. 105.

⁵⁶¹ Do latim ‘ação de reunir’; é uma associação religiosa de padres ou de leigos, cujos membros pronunciam votos simples e seguem constituições organizando sua ação e sua vida comunitária. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 1999.

⁵⁶² MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela História da Igreja*. Belo Horizonte: O Lutador, 1996.

⁵⁶³ Institutos fundados na Europa no século XIX: as congregações clericais foram 39 fundadas e aprovadas por Roma no XIX e 15 fundadas no XIX e aprovadas no XX; as congregações laicais apresentam um número de 10 fundadas e aprovadas no XIX e 11 fundadas no XIX e aprovadas no XX; enquanto as congregações femininas religiosas no XIX e no XX fundadas e aprovadas aparecem em número de 1.139. MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela História da Igreja*. 1996, p. 26-27.

precisava mudar. Portanto, a Igreja precisa ensinar os fiéis a identificar e combater o que vem da pernicioso modernidade e, ao mesmo tempo, transmitir e exigir uma prática católica mais romana. A preocupação era educar doutrinariamente para uma devoção mais centrada.

Na prática, percebemos que houve uma verdadeira capacidade de resistência da cultura popular, sendo esta um imenso desafio para a romanização, especialmente nas áreas mais afastadas do poder eclesiástico. Mas, ao mesmo tempo, verificamos também uma grande receptividade, no que diz respeito à cidade de Manaus, aos direcionamentos devocionais estabelecidos por Roma.

Na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, encontramos abrigadas diversas associações católicas, que eram incentivadas pelo Vigário e pelo próprio Bispo, sempre ciente de todas as atividades desenvolvidas. Além dos atributos particulares de cada associação, estas também devem adequar suas programações às da Sé Catedral para, assim, auxiliarem o Vigário nas diversas necessidades litúrgicas.

Na Catedral, encontravam-se reunidas muitas das associações católicas da Diocese em Manaus, das quais encontramos registro sobre: a Confraria do Carmo⁵⁶⁴; a Pia União de São Luiz Gonzaga⁵⁶⁵, a Arquiconfraria do Coração Eucarístico⁵⁶⁶; Congregação da Doutrina Cristã⁵⁶⁷. Como não é possível trabalhar com todas elas, optamos em apresentar aqui duas das associações que faziam parte da Matriz: A Sociedade de São Vicente de Paulo e a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Sociedade de São Vicente de Paulo

O leigo Frederic Ozanam⁵⁶⁸, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo em 1833, lembrando os grandes mestres da caridade Francisco de Assis e Vicente de Paulo, e

⁵⁶⁴ Fundada na Catedral em de 16 de julho de 1899. Em 16 de julho de 1912 ela passou a funcionar também em Manicoré. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁶⁵ Fundada na Catedral em 19 de junho de 1918, pelo padre José Tomás de Aquino Menezes. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁶⁶ Fundada na catedral em 24 de abril de 1919. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952

⁵⁶⁷ Criada em 4 de março de 1918 pelo Cônego Bento da Cunha na Catedral. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁶⁸ Antoine Frederic Ozanam (1813-1853) era casado, formado em advocacia e doutor em Letras. Nasceu em Milão, que na época estava em posse da França. MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela História da Igreja*. Belo Horizonte: O Lutador, 1996. p, 83-84.

preocupado com os rumos da sociedade, já chamava atenção para a exploração dos operários. A associação que fundou tinha por lema *caridade em ação*, que deveria ser um ideal de vida. Para ele, o Cristianismo puro traduz-se através da caridade, pela qual se expressa e se transmite a Boa Nova.

Assim, nasceu a Sociedade de São Vicente de Paulo⁵⁶⁹. A SSVP se expande rapidamente como uma associação de católicos que se colocam a serviço dos pobres, buscando socorrer a todos que necessitam; portanto, trabalha para a realização humana e para a conversão das almas. Sobre esse carisma vicentino, o historiador Henrique Matos declarou:

A fonte de vocação vicentina é, ao mesmo tempo, humana e divina: é a angústia sentida ante o espetáculo da miséria de outro ser humano, a reação espontânea de simpatia, e até de indignação diante das injustiças sociais sofridas por nosso próximo. É também a atitude do cristão impregnado pela palavra de Deus, vivendo da esperança do mistério pascal da Ressurreição, portadora dessa mensagem que contém toda a fraternidade humana pelos que suportam sua cruz, pela fé nesse mistério da presença do Cristo nos pobres.⁵⁷⁰

A Conferência Vicentina foi fundada na Matriz em 15 de agosto de 1887 é a primeira expressão em todo o Amazonas⁵⁷¹. No início do século XX, percebemos o avançar das atividades da SSVP, com a implantação da segunda Conferência na paróquia dos Remédios, sendo então necessário a criação de um Conselho Particular de Manaus. A partir desse momento houve uma rápida expansão. Encontramos a presença da SSVP na capela de São Raimundo e na capela de São Francisco na Colônia Oliveira Machado.⁵⁷²

⁵⁶⁹ Em 4 de fevereiro de 1834 a Conferência de Caridade passa a chamar-se Conferência de São Vicente de Paulo. A Regra atual da SSVP apresenta os princípios básicos: “A SSVP é uma organização católica internacional de leigos, fundada em Paris no ano de 1833, por Antônio Frederico Ozanam e seus companheiros. Colocada sob o patrocínio de São Vicente de Paulo, inspirou-se no pensamento e na obra deste santo, esforçando-se, sob o influxo da Justiça e da Caridade, por aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros... Os membros da SSVP são unidos entre si pelo espírito de pobreza e de partilha. Formam, no mundo inteiro, com aqueles a quem prestam auxílio, uma só família. Os vicentinos procuram pela oração, pela meditação da Sagrada Escritura e pela fidelidade aos ensinamentos da Igreja, ser testemunho do amor a Cristo, em suas relações com os mais desprovidos, bem como nos diversos aspectos da vida cotidiana”. MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando...* 1996. P. 88.

⁵⁷⁰ MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando...* 1996, p. 87-88.

⁵⁷¹ A Conferência de Nossa Senhora da Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundada em 15 de agosto de 1887 e agregada em 7 de maio de 1894. Esta informação consta na abertura da *Ata da Conferência Vicentina* de 1923.

⁵⁷² Nos Remédios e no Conselho Particular foi implantada em 24 de novembro de 1901, em São Raimundo em 29 de outubro de 1907, na capela de São Francisco na Colônia Oliveira Machado em 15 de agosto de 1908. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

Um dos grandes feitos da Conferência em Manaus foi a promoção de Conferências intelectuais que aconteciam no consistório da Catedral. Tendo a autorização eclesiástica, reunia para conferenciar com grandes nomes da cidade. Dom Frederico, cotado entre os intelectuais como um Bispo sábio, revela “*seu esclarecido amor pelas boas lettras e pela sciencia*”⁵⁷³, ao abrir espaço para a realização das conferências, discutindo diversos temas, e ao se fazer presente com seus vigários.

Dom Frederico era um homem erudito, bem ao gosto da romanização. Ele desejava que o sacerdote fosse culto e espiritualizado, e que conhecesse os potencialmente opositores, ou colaboradores da Igreja⁵⁷⁴. O Bispo expressa bem o posicionamento da Igreja que, ao se confrontar com a modernidade, busca conhecer os seus princípios para poder combatê-la. A Igreja, assim, mostra sua imensa capacidade de se adaptar aos novos desafios.

Os Vicentinos têm também como preocupação com a promoção da vida, buscando implantar a verdadeira prática de caridade no coração de todos os irmãos, e a difusão da devoção sacramental. Uma mostra dessa dupla preocupação, que na verdade se reforçam, foi a inauguração de um altar na casa de detenção, para que ali fossem realizados os ofícios religiosos.⁵⁷⁵

Outro fruto do trabalho dos Vicentinos aparece como uma grande vitória, foi a inauguração na Sala do Júri da imagem de Jesus Crucificado⁵⁷⁶, “*cerimônia essa que teve grande pompa, sendo a imagem transladada da Matriz para o palácio, levada pelo Bispo Diocesano e acompanhada por todas as Sociedades religiosas de então, autoridades de maior vulto no Estado e incalculável massa popular*”.⁵⁷⁷

A Conferência Vicentina, que tem como preceito máximo as obras de caridade, estava sempre disposta a auxiliar a todos que a ela recorriam, expressando essa preocupação, inauguraram a Despensa dos Pobres⁵⁷⁸. Em 1913, socorreu prontamente a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que estava providenciando os ritos fúnebres de um indigente,

⁵⁷³ *Folhetos Raros Biblioteca Pública*. Manaus: SEC, 2002, p. 1. Série Amazoniana (livros digitais).

⁵⁷⁴ Nas pesquisas encontramos uma lista de temas sobre diversas sociedades, egípcios, gregos, romanos, entre outras, mas o documento é de 1895, o que nos leva a refletir se essas conferências já ocorriam ao tempo de Dom Lourenço.

⁵⁷⁵ A Inauguração foi em 4 de dezembro de 1904. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁷⁶ A Entronização do Cristo Crucificado no Tribunal do Júri foi em 4 de dezembro de 1909. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁷⁷ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 159.

⁵⁷⁸ A Inauguração foi em 7 de setembro de 1908. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

fornecendo um carro fúnebre, a SSVV somou forças para a realização de mais um sepultamento cristão.⁵⁷⁹

Do grande trabalho em prol da caridade surgiu uma Vila, de acordo com o jornal *A Reação*, “*para a residência das famílias pobres que a Sociedade amparava*”⁵⁸⁰, que conseguiu o apoio municipal com a doação de um terreno na rua Ramos Ferreira onde a Vila Vicentina foi instalada oficialmente em 1937, ano do cinquentenário da presença da Conferência em Manaus.

Irmandade do Santíssimo Sacramento

A Fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento⁵⁸¹ foi um grande passo no novo direcionamento devocional exigido por Roma. A aprovação se deu em 1890, dois anos antes da criação da Diocese, e parece ter sido um sinal de que o corpo eclesiástico de Manaus buscava se afinar com as diretrizes da Sé.

A Romanização segue de forma mais firme as diretrizes dos últimos Concílios, buscando a reordenação da vida sacramental que constitui a essência do cristão; portanto, o que se quer é uma devoção litúrgica, contida e serena em honra do Santíssimo, nada das extravagâncias e desvios devocionais muitas vezes cometidos por inúmeras irmandades.

Essa Irmandade tem o perfil masculino e ocupa um lugar de honra na igreja durante as celebrações, pois seus membros têm como obrigação servir ao próprio Santíssimo. O privilégio da Irmandade se mostra também na presença do Bispo na sessão solene de posse da nova diretoria, que acontecia no início de cada ano. Quando não era possível sua presença, o Vigário da Sé assumia a responsabilidade de conduzir a abertura do ano e da posse da nova diretoria.⁵⁸²

⁵⁷⁹ O artigo 18 dos estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento prevê o auxílio a um irmão falecido em indigência, e aqui vemos duas associações cristãs se unindo em prol da caridade. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 9 de março de 1913.*

⁵⁸⁰ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. P. 159.

⁵⁸¹ O Monsenhor Raimundo Amâncio de Miranda que aprovou o compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento na implantando-a na Matriz em 23 de fevereiro de 1890. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁵⁸² Isso ocorreu especialmente durante o período de vacância, de 1913 a 1916, quando o Cônego João Dias Bento da Cunha assumiu a direção do Bispado.

Ao abrir o ano de 1912, antes da realização do juramento da nova mesa diretoria, sobre os Evangelhos, Dom Frederico procedeu ao discurso, lembrando os “*intuitos religiosos que constituem o fim da Irmandade, doutrinando seus membros no santo exercício, de tão proveitosa quanto fervorosa instituição*”⁵⁸³. Ao final, o Bispo terminou dizendo que tinha certeza da “*fiel observância das palavras de Sua Santidade, o chefe supremo na terra da santa religião que professamos*”.⁵⁸⁴

A nova diretoria anunciou no dia de sua posse a reforma nos estatutos da Irmandade, em sua avaliação falou do descuido de muitos irmãos com os compromissos da associação, tendo inclusive muitas vezes que recorrer a outras pessoas em momentos de grandes necessidades, como durante as procissões, por não poder contar com alguns irmãos. Em 1912 o número de irmãos chegara a superar duzentos, por isso a urgência em proceder a uma reforma, pois como está registrado na ata “*a Irmandade não satisfazia mais os fins para que foi criada*”.⁵⁸⁵

Outro aspecto de preocupação que aparece nas reuniões, diz respeito ao caixa da Irmandade, principalmente quanto aos débitos de alguns irmãos, por isso se colocava a necessidade de fazer um balanço das finanças e das despesas. Parte das aplicações da renda da Irmandade foi destinada à: compra de um quadro no cemitério para o enterro dos irmãos; aos procedimentos durante o velório; bem como a assistência da família do falecido.⁵⁸⁶ Ressaltando a relação de solidariedade existente entre os membros, destacamos também as visitas aos irmãos doentes.

A Irmandade devia se empenhar para ter sempre recursos para as obras de caridade, como também em trazer novos irmãos, que contribuíssem para o bom funcionamento dos compromissos e para o caixa da associação. Os novos irmãos deviam ser apresentados para a devida aprovação, para tanto, as atas revelam que havia uma cautelosa averiguação: quanto à profissão, o lugar de origem, se era casado ou não, seu endereço, e um detalhe

⁵⁸³ O Juiz eleito para o ano de 1912 foi Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. *Ata da Irmandade do Santíssimo de 1º de janeiro de 1912.*

⁵⁸⁴ *Ata da Irmandade de 1º de janeiro de 1912.*

⁵⁸⁵ A Irmandade votou favoravelmente à reforma e o Bispo se agradou bastante da reflexão e da proposta o encaminhamento. *Ata da Irmandade de 1º de janeiro de 1912.*

⁵⁸⁶ A compra foi realizada na direção do Juiz Rocha dos Santos e legalizada em 1911. *Ata da Irmandade de 1912.*

importante precisava ser conhecido de um irmão antigo, pelo menos, que lhe serviria de padrinho atestando sua boa procedência e seus bons propósitos.⁵⁸⁷

O Vigário da Sé Cônego João Dias Bento da Cunha comunicou para a Irmandade, na sessão de novembro de 1912, que ficava instituído perenemente o 1º domingo de cada mês para a adoração ao Santíssimo Sacramento. O Vigário lembra também que estavam chegando os festejos da Imaculada Conceição e que os irmãos deveriam se fazer presentes nas atividades em louvor a Nossa Senhora, os irmãos deveriam constituir uma guarda de honra e participarem ativamente do novenário, com especial zelo e devoção na adoração ao Santíssimo Sacramento.⁵⁸⁸

Analisando as atas⁵⁸⁹, verificamos a especial atenção dos irmãos para com a Matriz de Nossa Senhora da Conceição: a limpeza dos altares e das imagens, organização da igreja para a liturgia, participação nas missas e para os festejos, em especial durante a Semana Santa, que era uma de suas principais responsabilidades.

Entre as funções da Irmandade observamos as que mais são destacadas nas atas: organizar um caixa para esmolos⁵⁹⁰; comissões para recebimento de donativos para a Semana Santa, que normalmente era acompanhada de uma subcomissão de senhoritas para percorrer o comércio⁵⁹¹; manutenção de um cofre para as despesas do culto ao Santíssimo⁵⁹²; organização de missas para os irmãos falecidos⁵⁹³.

A Diocese seguia o calendário litúrgico, acrescentando a programação dos festejos de suas paróquias. Era de responsabilidade da Irmandade do Santíssimo a organização dos preparativos e a condução da Semana Santa, que era um dos grandes momentos espirituais da vida manauara, toda a cidade parava e voltava-se para a intensidade religiosa daquela semana. Segundo Moacir Andrade o grande sinal de que a Semana Santa havia começado eram os bondes que ao final da missa atravessavam a cidade transportando os fiéis que carregavam as palhas bentas, e via-se que:

⁵⁸⁷ Além de um pagamento realizado por ocasião da entrada na Irmandade para a emissão de um diploma que lhe concede o privilégio de ser membro da Irmandade, o irmão deverá pagar as anuidades. *Ata de 7 de janeiro de 1912*. Em outras atas verificamos que houve reuniões específicas para tratar da sindicância para a entrada de novos irmãos.

⁵⁸⁸ *Ata da Irmandade do Santíssimo de 24 de novembro de 1912*.

⁵⁸⁹ *Atas de 1912, 1913, 1918 e 1923*.

⁵⁹⁰ *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 14 de janeiro de 1912*.

⁵⁹¹ *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 10 de março de 1912*.

⁵⁹² *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 11 de agosto de 1912*.

⁵⁹³ As missas para os irmãos falecidos é uma exigência prevista pelo artigo 19 dos estatutos da Irmandade. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 2 de setembro de 1917*.

Alguns bondes traziam nos dois ferros que sustentavam a cobertura, dois grandes ramos de palha. Estava inaugurada a Semana Santa. A partir desse dia, ninguém podia bater em ninguém, ninguém ofendia ninguém, não se matava animal nenhum, não se dizia nomes feios, não se comia carnes de animais, nem de aves sob pena de incorrer num grave pecado. O povo se preparava para os grandes dias: Quinta e Sexta-feira da Paixão.⁵⁹⁴

Ao relatar os preparativos da Semana Santa, Moacir Andrade diz que: “*Na segunda-feira santa, o padre da Igreja da Matriz de N. S. da Conceição falava, no sermão, do programa a ser cumprido até o domingo da Ressurreição, que terminava com uma procissão, quase correndo de madrugada em volta da igreja*”.⁵⁹⁵

A grande procissão do Senhor Morto, segundo Andrade, tinha em seu itinerário as janelas das casas das famílias católicas decoradas com “*as suas melhores toalhas de mesa e colchas rendadas, e muitas flores e vasos de plantas ornamentais numa homenagem ao Senhor Morto. A procissão da sexta-feira da Paixão constituía-se no maior espetáculo de fé católica do Amazonas*”.⁵⁹⁶

Na procissão as associações religiosas eram incumbidas de conduzir, junto com os clérigos, as principais etapas da grande solenidade. Os irmãos do Santíssimo, vestidos de preto e com uma capa vermelha, tinham a honra de conduzir o corpo de Cristo, além da Cruz e as duas lanternas. As demais associações vestiam seus trajes especiais com suas cores específicas, num solene desfile.⁵⁹⁷

A Irmandade do Santíssimo era constituída de uma hierarquia. Os irmãos deviam em dezembro de cada ano escolher a nova diretoria da Irmandade, para administrá-la por todo o ano que se iniciaria. A diretoria era composta por um juiz⁵⁹⁸, um secretário, um procurador, um tesoureiro e os mordomos. A liderança da Irmandade se reunia

⁵⁹⁴ ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. 1985, p. 150.

⁵⁹⁵ ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas...* 1985, p. 149.

⁵⁹⁶ ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas...* 1985, p.151.

⁵⁹⁷ “*O Apostolado da Oração, associação de senhoras todas vestidas de branco com o signo do Sagrado Coração de Jesus e uma fita vermelha no pescoço. A Associação das Mães Cristãs, todas vestidas de preto com uma fita azul no pescoço e uma medalha de N. S. da Conceição. A Associação dos Marianos, vestidos de branco com uma fita azul e uma medalha de N. S. da Conceição. A Associação das Filhas de Maria, vestidas de branco com uma fita azul e uma medalha de N. S. no pescoço*”. ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas...* 1984, p.151.

⁵⁹⁸ O juiz de 1911 foi Rocha dos Santos; o de 1912 foi o coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos; o de 1913 foi João Barbosa de Amorim; o de 1914 foi o comendador Joaquim Gonçalves de Araújo; o de 1915 foi o dr Rodrigo Costa; o de 1916 e 1917 foi Pedro Botelho da Cunha;

periodicamente para tomar as decisões e medidas que deveriam ser cumpridas por todos os demais irmãos.

A diretoria da Irmandade estava submetida ao Vigário da Sé, que devia analisar os candidatos e conceder sua permissão para que a eleição⁵⁹⁹ acontecesse, o Vigário também acompanhava algumas reuniões, mantendo-se sempre informado e direcionando a Irmandade para as atividades da Catedral.

Na solenidade de posse da mesa que administraria a Irmandade durante o ano de 1914, o Cônego João Dias Bento da Cunha, na qualidade de Vigário Geral e governador do Bispado, abriu a sessão, animado com a caminhada dessa associação e mostrando depositar confiança nas ações dos irmãos, assim se expressou:

Desejando o engrandecimento e a prosperidade da Irmandade e congratulando-se com os novos mezaros eleitos; porque achava-se convencido de que todos eram verdadeiros catholicos de nascimento e crenças e finalizando hypothecou a sua solidariedade, promethendo prestar o seu apoio, quer como vigário, quer pessoal.⁶⁰⁰

Na condição de Vigário Geral, o Cônego Bento da Cunha, presidiu também a abertura da sessão de 1915, falando do empenho da Irmandade em “*tempos calamitosos*”⁶⁰¹. Na solenidade de 1916 o Cônego Bento expressa sua gratidão pelos bons serviços prestados pela Irmandade, pedindo mais rigor aos irmãos nas obrigações a serem cumpridas “*incentivando por essa forma a trabalharem sempre confessos para o bom desempenho de suas funções*”.⁶⁰²

Em 1916 percebemos uma grande mobilização da Irmandade, a começar pela nova reforma em seus estatutos, que deveriam apresentar uma característica mais adequada para dar conta das crescentes atribuições da Irmandade. Em abril o Cônego Bento da Cunha solicita o andamento da reforma para que estando pronto, possa ser apresentado ao novo Bispo que assumiria a Diocese de Manaus.⁶⁰³

⁵⁹⁹ A eleição é realizada com base no artigo 42 dos Estatutos da Irmandade, que fala dos procedimentos para a eleição da nova mesa. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 14 de dezembro de 1913.*

⁶⁰⁰ *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 1º de janeiro de 1914.*

⁶⁰¹ *Ata da irmandade do Santíssimo Sacramento. 1º de janeiro de 1915.*

⁶⁰² *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 1º de janeiro de 1916.*

⁶⁰³ Já se percebe a expectativa para a chegada do novo Bispo. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 16 de abril de 1914.*

O Cônego solicitava um maior empenho nos festejos daquele ano. Para a Semana Santa na organização dos preparativos, depois da reunião com o governador do Bispado, foram montadas as seguintes comissões: do comércio; a dos Remédios; a de São Sebastião; de Tocos e São Raimundo; do Mocó e Cachoeirinha. Para as artes foram convidadas para auxiliar, as associações religiosas. Durante as cerimônias estiveram presentes também as autoridades civis e militares, os colégios e os institutos, e os católicos em geral.⁶⁰⁴

Outro festejo que deveria ser organizado era a celebração de Corpus Christus⁶⁰⁵. A Irmandade se empenhou nos preparativos, de acordo com o que fora solicitado pelo Vigário, com a responsabilidade de encomendar a banda de música e, de convidar as associações religiosas e demais católicos para a Missa e festejo. O Cônego queria especial zelo no grande festejo de Nossa Senhora da Conceição, que era sempre acompanhado do novenário e da guarda de honra à Virgem Maria e ao Santíssimo Sacramento⁶⁰⁶. O momento de maior fervor religioso da Diocese, a festa da Imaculada Conceição, receberia em 1916, um grande coroamento, a posse do novo Bispo, Dom Irineu Joffily.

Na solenidade de posse da Mesa para o ano de 1917, Bento da Cunha, pede “*aos irmãos do Santíssimo Sacramento a continuarem a trabalhar com amor, de harmonia com as autoridades eclesiásticas, afim de que as demais associações religiosas que funcionam na Cathedral, tivessem sempre em vista os seus bons exemplos.*”⁶⁰⁷

Para a Semana Santa de 1917 houve uma ampliação nas comissões, acreditamos que para obter uma maior arrecadação para os preparativos dos festejos, que ficaram assim distribuídas, após o entendimento com o Bispo: comércio; Remédios; Tocos; São Raimundo; Tribunal de Justiça; Tesouro; Alfândega; Correio; Mocó e Cachoeirinha; e Porto.

Os preparativos para Corpus Christus começaram em maio, e neste ano de 1917, além dos procedimentos de costume, que a Irmandade deveria se encarregar. Nas cerimônias estavam previstas a Missa e a procissão, sendo a solenidade enriquecida com 1ª Comunhão de um grupo de jovens devidamente preparados pelas Filhas de Maria.

⁶⁰⁴ A festividade contou também com uma banda de música

⁶⁰⁵ A festa de Corpus Christus devia acontecer de acordo com o artigo 32 dos estatutos da Irmandade. *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 18 de junho de 1916.*

⁶⁰⁶ *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 13 de novembro de 1916.*

⁶⁰⁷ *Ata da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 1º de janeiro de 1917.*

Nos anos que se seguiram, a Irmandade do Santíssimo Sacramento continuou sendo uma das associações mais engajadas nos preparativos das atividades de que necessitavam as paróquias em Manaus. Assim, os irmãos do Santíssimo, sendo influentes na sociedade manauara, foram também receptivos às necessidades da Diocese, portanto, foram grandes colaboradores nas ações implementadas pela Igreja em Manaus.

6. O lugar da mulher na romanização

Uma das grandes preocupações durante um processo de disciplinarização da cristandade é o limite da sexualidade, especialmente no que diz respeito ao corpo feminino. A fiscalização excessiva sobre a mulher contribuiu para legitimar religiosamente o controle social. Com o Concílio de Latrão IV⁶⁰⁸ o casamento foi elevado à dignidade sacramental, e ao longo de toda a Baixa Idade Média com o resgate da humanidade de Jesus, e conseqüentemente de Maria, há um reforço do Ideal feminino que tem por modelo a Virgem.

No século XIX, afirma Heloísa Costa, “*a sexualidade passa a ser um campo do saber e o controle sexual assume caráter mais sofisticado*”⁶⁰⁹. Em meio às transformações do XIX, a mesma autora diz que se estabelece um choque de idéias sobre as questões de amor e religião entre três grandes correntes: Cristianismo, Iluminismo e Romantismo.

Analisando as correntes Heloísa Costa, apresenta o seguinte diagnóstico: o Cristianismo tem por princípios o ideal da castidade e do casamento por amor, tendo por base o equilíbrio na sexualidade; o Iluminismo acusa de hipocrisia tais princípios e ridiculariza a culpa cristã⁶¹⁰, apontando as suas fraquezas e negando a possibilidade de haver felicidade; já o Romantismo acredita que é “*preciso reabilitar a mulher, dar-lhe acesso aos estudos*”⁶¹¹, mas mantém a mulher com características de docilidade e submissão.

⁶⁰⁸ Os quatro concílios de Latrão inauguram a nova fase da Igreja depois do grande Cisma com o Oriente, e o IV, acontecido em 1215, além de fazer uma grande síntese dos concílios anteriores é o mais enfático nas questões de disciplina dos cristãos, antecedendo, assim, o Concílio de Trento, que reforçou e ampliou as exigências doutrinárias da Igreja.

⁶⁰⁹ COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As Mulheres e o poder na Amazônia*. 2005, p. 104.

⁶¹⁰ COSTA, Heloísa Lara. *As Mulheres...* 2005, p, 105.

⁶¹¹ COSTA, Heloísa Lara. *Idem*. 2005, p. 109.

O Catolicismo permaneceu hegemônico por muito tempo, discutindo e direcionando as questões femininas, pautado no rigor da sexualidade. No século XIX, a concepção católica passou a confrontar-se com a positivista, que também era tão rigoroso no trato com a mulher, nos esclarece assim, Heloísa Costa:

o positivismo ortodoxo, fiel a Comte guarda assim muita semelhança com o catolicismo ultramontano. Parece, contudo mais castrador, pois sob o signo do altruísmo, constrói uma visão de mulher extremamente submissa, homegenizando a todas pela obediência às regras patriarcais e lhes retirando a identidade própria e qualquer possibilidade de crescimento pessoal.⁶¹²

O Catolicismo confronta-se ainda com a concepção liberal que defende o divórcio. Sobre o pensamento liberal Heloísa Costa declara: “*sua visão da mulher persistia tão tradicional quanto a dos católicos e positivistas, defendendo os papéis femininos no lar, a manutenção da mulher pelo homem, o trabalho feminino como complementar ao do homem e ela como depositária da moral e dos costumes*”.⁶¹³

A partir da década de 70 do século XIX, outra corrente passa a transportar para terras brasileiras uma nova concepção, que vinha causando impacto no olhar sobre a mulher, o feminismo. Mas, essas correntes em essência, não se afastaram dos valores do patriarcalismo tão forte no Brasil desde dos tempos coloniais.

A Romanização apresenta a mulher como o esteio da família. Esta postura não é algo novo no Cristianismo, mas agora há um reforço desse papel e uma cobrança maior de sua responsabilidade na estruturação da família cristã. Dom Macedo Costa ao falar dos valores morais se dirige às mulheres como as “*depositárias da moralidade*”⁶¹⁴. Para Heloísa Costa apesar da visão tradicional da Igreja, foi nela que as mulheres encontraram mais espaço para atuarem nos tempos da modernidade:

Mas, se a Igreja recolhia as mulheres aos espaços íntimos, será ela que lhe abrirá as portas para a vida social, oferecendo-lhe oportunidade de convivência comunitária e participação nas irmandades, missas, procissões e festas religiosas, onde as mulheres encontrarão enorme identificação.⁶¹⁵

⁶¹² COSTA Heloísa Lara. *As Mulheres...* 2005, p. 125.

⁶¹³ COSTA Heloísa Lara. *Idem.* 2005, p.130.

⁶¹⁴ Dom Antônio de Macedo Costa. Apud: COSTA, Heloísa Lara. *As Mulheres...* 2005, p. 150.

⁶¹⁵ COSTA, Heloísa Lara. *As Mulheres...* 2005, p. 133.

Os intelectuais positivistas, no século XIX, desejaram colocar a mulher como a grande representação da Humanidade, na figura de Maria, mas queriam despi-la da conotação religiosa. Os Bispos reformadores rebateram, mostrando Maria como símbolo anti-republicano, e passaram a incentivar ainda mais o culto mariano, com ênfase em Nossa Senhora Aparecida, chegando no início do século XX a oficializarem as romarias. Nesse aspecto o positivismo não conseguiu superar o Catolicismo, como afirma José Murilo de Carvalho:

Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil. Observem-se a data e o título: um dia após a comemoração da independência, uma designação monárquica. Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação. O processo culminou na década de 30. Em 1930, Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil. No ano seguinte, D. Sebastião Leme, perante uma multidão consagrada no Rio de Janeiro, a consagrou rainha e padroeira do país.⁶¹⁶

Murilo de Carvalho diz que a capacidade simbólica de Nossa Senhora Aparecida como representação da nação, supera todas as outras figuras femininas, e até mesmo todos os outros símbolos cívicos. Buscando na tradição católica da devoção Mariana, a Igreja agregou à simbologia o fato de ela ser negra e intimamente ligada à cultura brasileira. Segundo Murilo de Carvalho: *“Nem mesmo a princesa Isabel lhe poderia fazer frente. A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico perante o religioso”*.⁶¹⁷

Olhando para Manaus, verificamos a colaboração e o envolvimento das mulheres, acompanhando e participando das coisas da Igreja de forma crescente na virada do século XIX para o XX. E, parecem incorporar a proposta da romanização que as responsabiliza de forma mais efetiva pela preservação da família e dos valores cristãos.

Ao analisar a trajetória da igreja de São Sebastião, nos deparamos com uma ativa participação das mulheres: na Irmandade dedicada ao santo; no processo de construção da igreja; participando ativamente das diversas atividades exigidas para fortalecer o andamento da transformação da sua comunidade.

⁶¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*: o imaginário da república no Brasil. 1990, p. 93-94.

⁶¹⁷ CARVALHO. José Murilo. *A Formação das Almas...* 1990, p. 94.

Muitas das doações que a igreja de São Sebastião recebia eram ofertadas pelas esposas, através de seus maridos. Elas, portanto, eram patrocinadoras e ao mesmo tempo os braços que se arregaçavam para o templo, somando forças com os frades, pois possuíam influência, já que eram esposas de homens públicos.⁶¹⁸

Mário Monteiro chega a dizer que a influência das mulheres foi além do que se aparentava: “*È possível que as esposas de certos deputados estivessem manipulando os cordéis da adulação e do peditório, além do concurso empregado nas festas de arraial*”. Monteiro insinua que o crescente interesse pela construção da capela de São Sebastião tinha a ver com a interferência das mulheres, que pertenciam à Irmandade do santo, e o marido independentemente de sua convicção religiosa, era “*certamente acicatado pela esposa religiosa*”.⁶¹⁹

Podemos, portanto, falar que as mulheres participaram do processo das escolhas e das decisões que foram tomadas durante os anos em que a simples capela se tornava gradativamente a igreja que iria abrigar uma nova paróquia. Essas mulheres, afirma Monteiro, “*eram muito católicas e dotadas de grandes virtudes paroquianas, tomavam parte ativa nos trabalhos espirituais da igreja, na Irmandade de São Sebastião, enquanto os maridos faziam a sua parte (não ativa) na ajuda financeira e no prestígio*”.⁶²⁰

Queremos aqui registrar a crescente presença feminina nas atividades que as paróquias necessitavam, sendo parte ativa nas atividades que se multiplicavam na Diocese de Manaus. Encontramos em nossa pesquisa um número expressivo de associações femininas: Associação das Damas de Caridade⁶²¹; Ordem Terceira de São Francisco⁶²²; Congregação Das Filhas do Coração Imaculado de Maria⁶²³; Associação das Mães Cristãs⁶²⁴; Pia

⁶¹⁸ Entre as paraninfas de São Sebastião estavam: Amélia Bittencourt, Raimunda Antony, Elza F. Perdigão, Noivinha Guilhobel, Sofia de Brito pereira, Albina Sarmiento Mata, Maria Nery, Elvira Miranda, Lúcia de Barros, Adelaide Melo, Zufla Amaral, Maria José pinheiro, Benvinda Coelho, Adelaide Costa e Ana Barros. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. 1999, p. 47-65.

⁶¹⁹ MONEIRO, Mário Ypiranga. Idem. 1999, p.76-78.

⁶²⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. Idem. 1999. p.17.

⁶²¹ Criada por Dom Frederico Costa em 26 de novembro de 1911. RAMOS, Dom Alberto. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²² Fundada no Instituto Benjamin Constant em 1º de julho de 1911. RAMOS, Dom Alberto. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²³ Criada pelo Cônego Bento da Cunha, na Catedral, em 21 de novembro de 1911. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²⁴ Foi considerada a menina dos olhos de Dom Irineu Joffily, que mostrou sua preocupação com o andamento da família cristã, criado a Associação das Mães Cristãs em 25 de março de 1922; *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. Em 29 de agosto de 1938, essa Associação foi implantada também em Manicoré.

Associação de Nossa Senhora de Nazaré em Adrianópolis⁶²⁵; Instituto Doméstico Profissional de Santa Teresinha⁶²⁶; Congregação Mariana⁶²⁷; Pia União de Moças Católicas⁶²⁸. E, segundo Sylvia Ribeiro:

Com a romanização, muitas devoções foram substituídas pelo clero e no lugar das antigas irmandades surgem novas organizações leigas como o Apostolado da Oração, a Pia Associação das Filhas de Maria; mas a diferença radical entre essas novas associações e as irmandades é a posição nelas ocupada pelos leigos. As novas são associações para leigos, e não associações de leigos, e estão sob o controle do clero. Uma das características do catolicismo romanizado é a ênfase nos sacramentos.⁶²⁹

Escolhemos entre as inúmeras associações femininas, exatamente o Apostolado da Oração e A Pia União das Filhas de Maria para apresentá-las a seguir. Acreditamos que essas duas associações expressam bem o fervor devocional vivenciado pela Diocese de Manaus, como um grande instrumento da romanização.

Na Diocese de Manaus as associações sob a tutela romanizante passaram a ser o instrumento da Igreja para auxiliar no melhor direcionamento dos fiéis para uma fé católica mais intensa. Verificamos o envolvimento ativo do laicato que sendo receptivo à romanização, procurou cumprir as atribuições que lhe foram designadas pelos Bispos e Vigários. Um dos grandes momentos de fervor religioso são as festas que, segundo Heraldo Maués:

constituem, ademais, por sua natureza ritualística, momentos extraordinários na vida das populações ou comunidades que as realizam, possuindo aquele caráter de fato social total... onde se exprimem..., uma grande quantidade de fenômenos, não só de natureza religiosa, mas também fenômenos jurídicos, morais, políticos, econômicos, estéticos etc...⁶³⁰

⁶²⁵ Ereção canônica em 23 de junho de 1931 em Adrianópolis. RAMOS, Dom Alberto G. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²⁶ Autorizado pela Interventoria federal em 8 de fevereiro de 1938. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²⁷ Fundada na Catedral em 7 de dezembro de 1937. RAMOS, Dom Alberto G. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²⁸ Foram responsáveis pela colocação da imagem do Cristo Crucificado no Instituto de Educação em 20 de março de 1938. RAMOS, Dom Alberto G. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶²⁹ RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *Vida e Morte no Amazonas*. 1991, p. 105.

⁶³⁰ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo e controle eclesial*. 1995, p. 316.

Apostolado da Oração

O Sagrado Coração de Jesus corresponde uma das grandes devoções incentivadas pela romanização, aparecendo como uma necessidade de enraizamento e expansão da fé entre os católicos. Por ocasião da preparação do ano santo de 1900, Leão XIII consagra toda a Humanidade ao Sagrado Coração de Jesus; no ano anterior, o Papa já elevara o culto e a festa do Sagrado Coração para rito de primeira classe.⁶³¹

Aparece aqui a preocupação com o mundo moderno que faz as pessoas se afastarem das coisas religiosas. O Papa quer enfatizar a piedade religiosa como instrumento de defesa e promoção da fé, estimulando devoções que caminhem reforçando o projeto de uma Igreja forte e unidade sobre os pilares essenciais da fé católica. Portanto é necessário lembrar que Jesus é:

Rei e Senhor de todas as coisas. Com efeito, a sua autoridade não se estende somente aos povos que professam a fé católica e àqueles que, validamente batizados, pertencem por direito à Igreja, mas também todos aqueles que não têm a fé cristã. Eis porque toda a humanidade está realmente sob o poder de Jesus Cristo⁶³².

Em Manaus, o Apostolado da Oração foi fundado em junho de 1900 na Catedral⁶³³. Nele encontramos uma vez mais uma conexão direta com as diretrizes da Santa Sé, pois a sua fundação em Manaus ocorreu exatamente no ano da grande consagração da Humanidade, por Leão XIII, ao Sagrado Coração.

O Apostolado, além das reuniões periódicas e de estimular nos demais fiéis a devoção ao Sagrado Coração, tinha a missão de cuidar dos festejos de junho, mês que é dedicado a esta devoção e, portanto, o momento de maior intensidade da atividade desde grupo. Em junho de 1913, Dom Frederico, fazendo menção ao Apostolado, fala do cuidado das zeladoras ao com os festejos dedicados ao Sagrado Coração.⁶³⁴

⁶³¹ O Papa lembra de seus predecessores Inocêncio XII, Bento XIII, Clemente XIII, Pio VI, Pio VII e Pio IX que já se empenharam em “*promover e por em sempre mais viva luz aquela excelentíssima forma de piedade religiosa*”. Leão XIII. *Annum Sacrum*. N.2 p.723. In: **Documentos da Igreja**.

⁶³² Leão XIII. *Annum Sacrum*. N.3 p. 724.

⁶³³ O responsável pela implantação do Apostolado da Oração na Catedral de Manaus foi o padre Bartolomeu Taddei em 12 de junho de 1900. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. 1952.

⁶³⁴ Informação retirada do Livro Tombo. 1913.

A Diocese de Manaus, respondendo aos apelos da Sé para o direcionamento de uma devoção renovada, implanta e expande rapidamente essa devoção, que foi acolhida pelos fiéis. O Apostolado é, sem dúvida, a expressão devocional que mais se disseminou, auxiliando no fortalecimento da fé católica no Amazonas.

Ao que parece, o Apostolado encontrou terreno fértil nessas paragens, pois nas primeiras décadas do século XX é visível a expansão de suas atividades. Em Manaus, chega às igrejas dos Remédios, em 1901, e de São Sebastião, em 1908, sendo sua presença registrada também na capela de São Raimundo, em 1913.

Com a mesma intensidade, essa devoção atingiu vários municípios ao longo dos anos que se seguiram⁶³⁵. Chegando nas décadas de 1940 a incorporar seções masculinas⁶³⁶ que passaram a atuar ao lado da seção feminina e das demais associações para o crescimento da vida espiritual nas paróquias onde se inseriram.

Pia União das Filhas de Maria

Em 1913, um grupo de moças dirigiu, com o apoio do Cônego Bento da Cunha, um requerimento ao Bispo, mostrando preocupação com a moral e os bons costumes que são

⁶³⁵ O Apostolado da Oração, ao se expandir pela Diocese, chega à Paróquia dos Remédios em 13/07/08 e na igreja de São Sebastião, agregado em 06/08/08; em 01 de janeiro de 1909 na paróquia dos Remédios; São Raimundo, agregada em 3/01/09; Anori e Codajás em 19/02/13; em Maués 02/06/11; agregação do apostolado da Oração de Manicoré 04/06/09; em Manicoré 01/06/12; em 14/07/13 em Itacoatiara; agregação De Codajás; em Janauacá 29/08/14 e agregada em 30/09/16; em campos Sales 16/07/18; lago Manicoré 03/05/19; em Espírito Santo Manicoré, Santo Antônio da Cachoeira, São Joaquim do Cajari, Bom Jesus em 08/05/15; agregação De Maués e Parintins; agregação do apostolado Do ginásio Santa Dorotéia 06/09/25; 02/07/36 em Borba e é agregado em 05/06/37; em 29/3/42 na paróquia de Santa Rita; em 17/ 10/44 na paróquia de Nossa Senhora Aparecida, instalada a seção feminina e a masculina em 5/12/45; em Codajás foi em 1/2/46 e Canutama a agregação se deu em 4/3/46; em 26 de junho de 1949 na paróquias de Nossa Senhora de Nazaré e Santa Terezinha. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Amazonas*. 1952.

⁶³⁶ Nos registros encontramos a fundação de uma seção masculina do Apostolado da Oração na paróquia de Nossa Senhora Aparecida em 5 de dezembro de 1945. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952, p.115.

atacados “*nos tempos actuais pela corrente deletiva de idéias perniciosas e doutrinas subversivas da piedade e virtude christã*”.⁶³⁷

As moças se mostraram conscientes dos seus deveres, acreditando “*que o meio mais eficaz a impedir tão grande mal será sem duvida, a união de todas as boas vontades vinculadas pela fé sob o patrocínio da Imaculada Virgem Maria Mãe de Jesus, prototypo da mulher forte e o mais perfeito modelo da mãe christã*”.⁶³⁸

O documento foi enviado no dia 2 de abril e a resposta foi imediata, pois no dia 7 de abril Dom Frederico emitia o Decreto Episcopal, instituindo canonicamente a Pia União das Filhas de Maria na Catedral:

attendendo ao nobre sentimento de piedade e religião de que são animadas, com o louvável intuito de serem espelhos de virtude no meio social em que vivemos, procurando para isso o forte amparo e proteção da Virgem Imaculada Mãe de Deus – Havemos por bem declarar erecta e canonicamente instituída, na Nossa Igreja Cathedral a Pia União das Filhas de Maria, mandando que o mais breve possível se faça a agregação canonica a Prima Primaria de Roma.⁶³⁹

Dom Frederico mostrou-se satisfeito com a iniciativa das moças, e concedeu 50 dias de indulgências “*à piedosas senhoritas fundadoras, cada vez que se reunirem em comum para honrarem a santíssima Virgem implorando para elas todas as bênçãos do céu*”⁶⁴⁰. As moças, ao responderem aos apelos da Igreja, demonstraram compreensão quanto às necessidades de uma interiorização da fé católica, a ponto de serem merecedoras de receber indulgências.

No imaginário religioso da época, a indulgência tinha uma grande repercussão na vida dos católicos praticantes, que se sentiam mais próximo de Deus. O imaginário religioso é conformado pela liturgia e pelo direito canônico, que abre possibilidades à ação do laicato renovando sua vida religiosa o que lhe dá novo ânimo para realizar com doação os serviços que a Igreja necessita.

Receber indulgência era obter a “*remissão de uma pena ou de uma penitência*”⁶⁴¹. Para a Igreja, mesmo quando se recebe a indulgência não se está isento, pois alguma forma de

⁶³⁷ *Documento de solicitação da criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.*

⁶³⁸ Idem, 1913.

⁶³⁹ *Decreto Episcopal de criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.*

⁶⁴⁰ *Decreto Episcopal de criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.*

⁶⁴¹ *Dicionário Cultural do Cristianismo.* São Paulo: Loyola. 1999, p. 160.

reparação deve ocorrer. Na Idade Média, por exemplo, poderia ser: uma obrigação financeira, exigindo a doação de esmolas; ou corporal, quando o cristão deveria peregrinar, jejuar; ou o uso da autoflagelação, como forma de expiar os pecados.

Em nome das indulgências muitos excessos foram cometidos na Idade Média, seja por quem era o instrumento fornecedor ou por aquele que desejasse obtê-las. Por isso, o Concílio de Trento “condenou o tráfico financeiro, mas manteve a validade da indulgência”⁶⁴². Permaneceram como práticas as “visitas a certos santuários, a oração e os gestos acompanhados do esforço de conversão daquele que quer ganhar a indulgência”.⁶⁴³

Com a romanização frente à modernidade, a Igreja procurou reforçar a disciplina ao estimular a religiosidade católica para as devoções por ela permitidas. A concessão de indulgências é então, nesse contexto um desses estímulos. A atitude das Filhas de Maria foi considerada um gesto concreto, quando se colocaram receptivas aos anseios e diretrizes romanizantes.

A iniciativa das moças em se dirigir direto ao Bispo foi um ato audacioso, mas também uma devoção corajosa, mostrando uma vivência cristã. Essa atitude foi uma resposta da Igreja para a participação maior dos leigos, sendo um movimento com uma característica peculiar, pois fora conduzido por jovens moças.

A Diocese de Manaus mostrava-se disposta a colocar em prática as diretrizes da Santa Sé, empenhado-se na difusão da fé católica ao instituir movimentos que atendessem ao perfil romanizante. A permissão e a motivação para criar associações católicas têm sido uma característica da capacidade adaptativa da Igreja ao longo dos séculos e uma das formas de dar respostas aos tempos modernos.

No período em estudo, aparece uma abertura para a participação mais ativa dos jovens. Nas décadas anteriores, os mais velhos davam o tom da participação, especialmente as senhoras. Agora a Igreja acolhe e estimula a ação da juventude, o que corresponde às preocupações da romanização com a formação do jovem tanto intelectual quanto espiritualmente.

Esse aspecto corresponde à renovação promovida pela romanização, que abre os caminhos para o enraizamento e florescimento do Catolicismo onde ele já fora semeado e a

⁶⁴² Idem. 1999, p. 160.

⁶⁴³ Em 1967, o Papa Paulo VI, reviu e simplificou o sistema de indulgências. Elas podem ser são plenárias, concedidas somente pelo Papa, e as de duração limitada, que são as parciais. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. 1999, p. 160.

possibilidade de lançar novas sementes onde ainda são necessárias, reconhecendo ao mesmo tempo a necessidade de fortalecer, nos jovens, o espírito cristão e que canalizando o potencial da juventude seria possível semear e colher mais.

Um indício importante para registrar diz respeito à procedência dessas jovens. Vinham de famílias ilustres, o que nos revela o fortalecimento das alianças entre a Igreja com as famílias consolidadas e tradicionalmente católicas, para lhe dar sustentação diante de uma Manaus que passava por bruscas transformações.

A Igreja vai se adequando, e não iria deixar de se preocupar com a grande circulação de pessoas provenientes de muitos lugares diferentes, mas procurou o que já estava sólido, e assim se fortalecer e agir. Aliançar-se com a elite nativa faz parte da capacidade adaptativa da Igreja, que se apresenta como um conjunto de estratégias, que vão desde a criação de associações como através de articulações com os grupos dirigentes da cidade.

As famílias também demonstram interesse no envolvimento de seus filhos com os projetos da vida espiritual, canalizando a formação intelectual dos mesmos para tal fim. Não podemos esquecer que estamos distantes do centro de poder, portanto aqui há mais conciliação entre Igreja e República. Há, em muitos momentos, uma consonância de interesses, o que não exclui vez ou outra os embates próprios daquele momento histórico.

A Pia União, que nasceu com o intuito de instruir e agregar outras moças para uma renovação constante da espiritualidade, tendo como modelo maior a Imaculada Conceição, teve sua proposta tão bem aceita que sua função se ampliou automaticamente a partir do momento de sua fundação. As moças passaram a se encarregar também de funções catequéticas e litúrgicas.

As fundadoras da Pia União das Filhas de Maria eram jovens senhoritas, que tinham em média de 18 a 26 anos no momento da fundação⁶⁴⁴. Essas moças demonstraram que possuíam uma formação intelectual e religiosa, estando maduras para assumir um compromisso com a vida cristã.

No dia 1º de maio de 1913, receberam as insígnias da Pia União das mãos do próprio Bispo. Este foi um mês intenso de dedicação à Virgem com celebrações e encontros com a presença das moças. O mês foi encerrado com a procissão da Virgem acompanhada por

⁶⁴⁴ Aparece uma exceção, uma das fundadoras tinha apenas 14 anos. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria. 1913 a 1919.*

“*uma imensa multidão de fiéis, associações catholicas, collegios e vários grupos escolares*”.⁶⁴⁵

Em junho, as moças aparecem envolvidas com a festa do Sagrado Coração. “*Muito trabalharam pelo bom resultado espiritual as dignas Filhas de Maria*”, que se empenharam nos festejos, aparecendo aqui outra face das atividades desenvolvidas pelas moças, o serviço catequético, preparando as crianças para receberem a 1ª Comunhão⁶⁴⁶. Durante esse mês as moças se uniram com as zeladoras do Apostolado para a realização de um grande momento devocional da Igreja em Manaus.

O mês de outubro envolveu a reza do terço e a exposição do Santíssimo Sacramento, e as moças da Pia União foram requisitadas para auxiliar a Irmandade do Santíssimo na organização das atividades, ficando elas responsáveis pelo coro que deveria atuar na celebração.

Aqui se destaca outra característica, pois além das aulas de catequese, elas preparavam as crianças liturgicamente para uma maior compreensão e participação nas celebrações, o que lhes foi confiado pelo Cônego Bento da Cunha como uma forma de complemento às funções que já desempenhavam. Assumiam assim, em outubro de 1913 as atividades da Associação dos Santos Anjos.⁶⁴⁷

Para atender às necessidades da Diocese, em 1914 a Pia União das Filhas de Maria teve seus braços estendidos, passando a ter um núcleo na igreja de São Sebastião a 25 de março, e a 31 de outubro do mesmo ano no Instituto Benjamin Constant. Em 1924, criou outro núcleo para atuar no Ginásio Santa Dorotéia.

Esse grupo de moças nos pareceu estar numa busca intensa pelo aprimoramento espiritual, o que é perceptível quando analisamos o perfil do grupo. As inúmeras atividades nas quais estavam envolvidas mostra que elas viviam em função da Igreja, e para tanto, permaneciam solteiras, como foi o caso de Maria de Miranda Leão que presidiu a Pia União durante muitos anos⁶⁴⁸. As que casavam saíam do grupo.

⁶⁴⁵ Livro Tombo. Abril de 1913.

⁶⁴⁶ Aqui aparece a interação com o pedido de Pio X para se ministrar a catequese para as crianças.

⁶⁴⁷ A Associação dos Santos Anjos foi criada pelo Cônego João Dias Bento da Cunha a 2 de outubro de 1913. *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p.85.

⁶⁴⁸ Maria de Miranda Leão tinha 26 anos quando fundou, junto com suas companheiras, a Pia União das Filhas de Maria; permaneceu como presidente de 1913 a 1940, retornando a dirigi-la de 1942 a 1951, quando foi nomeada presidente da federação por Dom Gaudêncio Ramos. Livro de Inscrição das Filhas de Maria. 1913-1919. Maria de Miranda Leão também foi durante muitos anos a secretária da Irmandade do Carmo, cargo confiado a ela pelo Cônego Bento da Cunha. *Livro de Conta da Irmandade do Carmo da Catedral, de*

Entre as fundadoras duas situações são reveladoras da espiritualidade que almejavam. A primeira situação diz respeito a duas fundadoras que faleceram muito jovens: Henedina e Rosalina⁶⁴⁹ faleceram de tuberculose, e se mostraram resignadas diante do sofrimento, confortando as famílias no momento da morte. Henedina⁶⁵⁰, de próprio punho, deixou seu voto de perpétua virgindade. Na certeza de uma vida de entrega, as Filhas de Maria entoaram para Rosalina, em meio a choros e esperança de que ela merecia o céu, ‘Com Minha Mãe Estarei’.⁶⁵¹

A segunda situação está associada à própria vida de doação que fazia parte do universo dessas moças. Contribuir para o fortalecimento da fé católica na Diocese para algumas não foi o suficiente; o chamado que ouviram dizia que precisavam ir além: Ida⁶⁵², em 1920, foi para o noviciado, na Congregação de Santa Dorotéia; Izabel⁶⁵³, em 1928, fez os votos e entrou para a Congregação do Bom Pastor; e Luíza⁶⁵⁴, em 1932, ingressou na Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

Em 1937, a Pia União chega ao Patronato Santa Terezinha, junto com os Santos Anjos, e a Maués. Em 1942, a nova paróquia, de Santa Rita, ganha assistência das Filhas de Maria. Em 1945, foram erigidas canonicamente na paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. E em 1946, o município de Codajás passou a contar com os serviços das Filhas de Maria.

Nos anos de 1940, encontramos também a Pia União atuando nas atividades de mais uma nova paróquia, a de Nossa Senhora Aparecida⁶⁵⁵: no auxílio aos doentes⁶⁵⁶; na organização de cursos de corte e costura e flores; além da intensa participação nos arraiais, encarregadas das barracas de guloseimas.

1913-1935.

⁶⁴⁹ Rosalina de Castro e Costa tinha 20 anos quando fundou a Pia União das Filhas de Maria, faleceu em 24 de setembro de 1925. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria*. 1913-1919.

⁶⁵⁰ Henedina Maria Monteiro da Costa, tinha 26 anos quando fundou a Pia União das Filhas de Maria, faleceu em 14 de julho de 1914; seu voto foi deixado registrado em forma de poesia ‘amar e sofrer’, encontrado depois de sua morte. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria*. 1913 a 1919.

⁶⁵¹ *Livro de Inscrição das Filhas de Maria*. 1913-1919.

⁶⁵² Ida Ribeiro, tinha apenas 14 anos quando fundou a Pia União das Filhas de Maria e aos 21 anos já estava no noviciado. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria. 1913 a 1919*.

⁶⁵³ Izabel de Castro e Costa tinham 25 anos quando fundou a Pia União das Filhas de Maria. Depois dos votos foi transferida pra a Casa do Bom Pastor em Vila Nova de Gaia em Portugal. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria*. 1913 a 1919.

⁶⁵⁴ Luíza de Miranda Leão, tinha 18 anos quando fundou a Pia União das Filhas de Maria. Professou seus votos em 1938. *Livro de Inscrição das Filhas de Maria. 1913 a 1919*.

⁶⁵⁵ Fundada no dia 10 de setembro de 1944; inicialmente receberam a fita azul 8 jovens e a fita verde 6 jovens. ANDRADE, Moacir. *Manaus...* 1985, p. 217.

⁶⁵⁶ A dedicação no serviço da prática da caridade levou a Filha de Maria Noêmia Cinque a ingressar na Congregação das Adoradoras do Preciosíssimo Sangue. Cf: ANDRADE, Moacir. *Manaus...* 1985, p. 220.

A Pia União funcionava como uma verdadeira congregação, exigindo disciplina e formação. As moças que desejassem ingressar na associação passavam primeiro por um período de aspirantado, onde recebiam a formação adequada e as informações sobre as atividades que passariam a desenvolver. Eram, assim, instruídas para assumirem esse grande compromisso de serem Filhas de Maria.

As Congregações Femininas em Manaus

Outro desdobramento da presença feminina foi o trabalho realizado pelas irmãs oriundas de várias ordens, trazendo seus carismas diferenciados para atender às necessidades romanizantes da Igreja, bem como às necessidades da cidade de Manaus, que se encontrava em expansão, carecendo de pessoas que atendessem ao perfil das Instituições que estavam sendo implantadas.

As primeiras a colaborarem foram as Filhas de Sant'Ana⁶⁵⁷, que chegaram a Manaus em 1890, elas desenvolveram uma atividade importante sendo um braço da Igreja junto às Instituições de saúde e de caridade, que se faziam necessárias em uma cidade que se expandia.

... não havia senão uma só casa de cura, e logo com todo ardor e entusiasmo de mulher jovem jogaram-se na árdua da caridade cristã, em todo o fecundo apostolado das obras de misericórdia. Bem cedo as autoridades e os cidadãos todos apreciaram o bem que em silêncio operavam as humildes heroínas, verdadeiros anjos do bem não só nos corredores do público hospital aos doentes infelizes, inábeis, mas também nas grandes salas e nas escolas, no meio das orfazinhas e desamparadas. De fato em 1904 encontramos as beneméritas religiosas a presidir as duas principais casas de caridade pública dependentes do Governo do Estado.⁶⁵⁸

É bom lembrar que os anos de 1890 marcaram a chamada de atenção para o projeto social da Igreja com a encíclica *Rerum Novarum*, já discutida anteriormente; portanto, essas irmãs se adequaram às exigências da Sé, mostrando que a preocupação com as obras de caridade sempre foram uma das marcas da Igreja.

⁶⁵⁷ A Ordem Religiosa Filhas de Sant'Ana foi fundada em 8 de dezembro de 1886 em Roma por Rosa Gatorno. OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973)*: flagrantes históricos. 1973.

⁶⁵⁸ OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973)*: flagrantes históricos. 1973, p. 108.

O Instituto Benjamin Constant fora inaugurado em 1892, em substituição ao Asilo Orfanológico, e através da intermediação de Dom Lourenço foi firmado um contrato entre o Estado do Amazonas e as Irmãs de Sant'Ana, que passaram a assumir a direção do Instituto. O trabalho das Irmãs já era conhecido em Manaus, pois já atuavam na Santa Casa de Misericórdia desde de 1885. Em 1904, as irmãs assumiram, a pedido de Dom Lourenço, a direção do Hospital Beneficente Portuguesa.⁶⁵⁹

Em 1910, quando Portugal se tornou república, o espírito de laicização chegou até a Sociedade Beneficente que tentou afastá-las do Hospital e retirar os símbolos católicos. Mas toda a dedicação das Irmãs nos anos anteriores, se mostraram mais fortes. A própria direção do Hospital deixou registrada a necessária presença das Filhas de Sant'Ana:

... Mas podemos garantir que a finalidade exclusiva das Irmãs é somente a assistência aos doentes, não tendo nenhuma influência o culto religioso. Enfim a impossibilidade de conseguir uma outra turma de enfermeiras para substituí-las nos impediu de fazer continuando, portanto com as religiosas. Mas já que nos referimos às Irmãs, aproveitamos da oportunidade para ressaltar com quanto afeto e amor continuam a ser (afeiçoadas) à Sociedade se mostrando desinteressadas e cheia de boa vontade em nos auxiliar para o equilíbrio financeiro da administração fazendo concessões favoráveis sobre certos direitos pecuniários que por direito do contrato vencido a Sociedade se encontrava devedora.⁶⁶⁰

Além de a Beneficente Portuguesa mostrar gratidão pelos serviços das Irmãs, apesar da influência da modernidade, verificamos em 1912 a criação de um novo pavilhão no Hospital que também passou a abrigar uma capela, fruto de coleta, onde diversos ofícios religiosos passaram a ser realizados⁶⁶¹. Em 1941 o salão solene da Beneficente foi cedido para as reuniões preparatórias do Congresso Eucarístico.

Grande colaboração recebeu a Diocese das Irmãs Dorotéias⁶⁶², que chegaram em 1910, para desenvolver um trabalho no campo da educação, outra vertente das preocupações da

⁶⁵⁹ As irmãs de Sant'Ana começaram a trabalhar na Santa Casa em 9 de dezembro de 1885. A posse no Instituto Benjamin Constant se deu em 4 de maio de 1893 e na Beneficente Portuguesa a partir de 30 de novembro de 1904. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁶⁰ OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. *Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973)*: flagrantemente históricos. 1973.

⁶⁶¹ Em 1941 as atas registram 404 missas, 14 casamentos e 6 batizados realizados nessa capela. Idem. 1973, p. 183. Em 1954 A Beneficente e a Santa Casa foram elevadas à categoria de Curato.

⁶⁶² A Fundação do Ginásio foi em 7 de outubro de 1910. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

romanização. Manaus não tinha, ainda, um projeto de educação católica que fosse firme para os enfrentamentos necessários advindos da modernidade.

A presença das Dorotéias representa um dado interessante, pois na Diocese de Manaus, o primeiro passo foi na direção de uma escola feminina⁶⁶³, o que reforça a preocupação em despertar a consciência das mulheres para sua responsabilidade em defesa da família, fortalecendo o seu compromisso pessoal com a Igreja.

Em 1911, para funcionar a Escola das Dorotéias, foi cedido o prédio do Seminário São José⁶⁶⁴. Nessa ocasião foram abertos os cursos: infantil, primário e complementar. Ainda em 1911, passaram a prestar serviços externos com o ensino de catequese para as paróquias de Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião.

Em 1914, foi fundada a Pia Obra de Santa Dorotéia⁶⁶⁵, que passou a colocar em prática o projeto de organizar uma escola Gratuita de Nossa Senhora da Divina Providência, que foi efetivada em 1918⁶⁶⁶, que funcionava anexa ao Ginásio Santa Dorotéia. Em 1921, foi aberto o internato; em 1924, o Ginásio passou também a abrigar um núcleo da Pia União das Filhas de Maria⁶⁶⁷. Na década de 1930, as Irmãs abraçaram o projeto da Ação Católica e tiveram seu Ginásio equiparado à Escola Normal do Estado, abrindo logo em seguida o Curso de Guarda Livros, fiscalizado pelo próprio Governo Federal.⁶⁶⁸

As Irmãs Terceiras Regulares Capuchinhas chegaram em Manaus em fevereiro de 1928, para desenvolver um trabalho na casa Dr. Farjado. Dois anos depois, em fevereiro de 1930, chegavam as Filhas de Maria Auxiliadora, como um desdobramento da obra Salesiana e de sua colaboração com as necessidades da Diocese de Manaus.

As Filhas de Maria Auxiliadora demonstraram grande entusiasmo para realizar os trabalhos na Diocese. No mesmo ano de 1930, foram fundados o Colégio⁶⁶⁹, a Associação

⁶⁶³ Só em 1921 uma proposta para meninos foi efetivada com a implantação do Colégio Dom Bosco.

⁶⁶⁴ O prédio do Seminário São José, localizado na rua Joaquim Nabuco, passou a abrigar o Ginásio Santa Dorotéia em 17 de abril de 1911, onde está até hoje. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia. 1952.*

⁶⁶⁵ A Fundação da Pia Obra se deu em 8 de setembro de 1914 na Catedral. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia. 1952.*

⁶⁶⁶ A Escola foi fundada em 19 de março de 1918. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia. 1952.*

⁶⁶⁷ A implantação foi em 2 de outubro de 1924. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia. 1952.*

⁶⁶⁸ O reconhecimento do Estado foi pelo decreto nº 88 de 30 de setembro de 1935, e a implantação do Curso de Guarda Livros, hoje Contabilidade, foi em 1938. *Suplemento de A Reação.* Março de 1946. p. 176.

⁶⁶⁹ O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora funcionou como Departamento Feminino do Colégio Dom Bosco até 1944. *Suplemento A Reação.* Março de 1946. p. 189.

das Damas de Nossa Senhora Auxiliadora e o Oratório Festivo de Nossa Senhora Auxiliadora⁶⁷⁰, “obra eminentemente social, destinada à assistência e instrução religiosa das crianças pobres do bairro”⁶⁷¹, registrou o jornal A Reação.

Em 1932, instalou-se anexo ao colégio o Posto Auxilium. Em 1933, foi criada a capela de Nossa Senhora Auxiliadora⁶⁷², que realiza serviços à comunidade oferecendo Farmácia e Posto, contanto com o apoio de alguns médicos da cidade. Em 1935, as Filhas de Maria Auxiliadora fundaram o Patronato Santa Teresinha⁶⁷³, implantando Oratório e “ensino profissional gratuito para as jovens desse bairro”⁶⁷⁴, como nos informa A Reação.

Na década de 1940, vemos a presença de duas novas congregações femininas. Em 1948, as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo recebem a responsabilidade de cuidarem da Casa da Criança⁶⁷⁵. E a Congregação das Adoradoras do Preciosíssimo Sangue inauguraram seu Noviciado inaugurado no bairro de São Geraldo em 1949⁶⁷⁶. No mesmo ano as Irmãs do Preciosíssimo Sangue, viram seu convento abençoado, estavam, portanto, devidamente instaladas para realizarem os serviços religiosos⁶⁷⁷. Segundo Moacir Andrade:

A maior parte das irmãs que constituíram o primeiro escalão do convento das Adoradoras do preciosíssimo Sangue, saiu das famílias da paróquia de Aparecida, através de um trabalho missionário muito bem dirigido às vocações sacerdotais, capitaneado pela irmã Julita, superiora da congregação, moças de profunda convicção religiosa, todas elas pertencentes a congregação da Pia União das Filhas de Maria.⁶⁷⁸

Assim, as Irmãs de várias congregações somaram seus esforços às atividades desenvolvidas pelas congregações masculinas, pelo clero diocesano e pelas várias

⁶⁷⁰ O Colégio foi fundado em 19 de março, o Oratório em 23 de março e as Damas de Auxiliadora em 29 de junho. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁷¹ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 189.

⁶⁷² O Posto foi criado em 29 de abril de 1932 e a capela em 24 de setembro de 1933.

⁶⁷³ A Fundação foi em 1º de setembro de 1935. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁷⁴ *Suplemento de A Reação*. Março de 1946. p. 193.

⁶⁷⁵ A Casa da Criança foi inaugurada por Dom João da Mata em 2 de fevereiro de 1948. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁷⁶ A inauguração do noviciado das Irmãs do Preciosíssimo Sangue foi em 4 de março de 1949. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁷⁷ A benção do convento foi realizada por Dom Alberto Gaudêncio em 3 de julho de 1949. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

⁶⁷⁸ ANDRADE, Moacir. *Manaus...* 1985, p. 223.

associações dirigidas pelo laicato; tudo para a realização da extensa obra religiosa, que dirigida pelos Bispos, gerou o crescimento da Diocese de Manaus.

Considerações Finais

O final do século XIX assistiu, ainda, ao começo de uma aproximação entre liberalismo e Igreja. Ao abandonarem as radicalidades conseguiram estabelecer diálogos sobre algumas questões. Claro que a realidade histórica de cada lugar determinava a intensidade da aproximação ou do afastamento.

A possibilidade de tal acontecimento se deu pela diplomacia de Leão XIII, que procurava mostrar a necessidade de diálogo entre as nações e a Igreja, para dar conta da dupla realidade dos fiéis, ou seja, ser cristão e ser cidadão ao mesmo tempo. Outro fenômeno também foi importante na reaproximação, que apareceu como a nova grande

ameaça, pois surgida paralelamente à segunda fase da Questão Romana, isto é, a ideologia socialista.

Pio IX já começara a travar alguns duelos com o socialismo, mas foi sem dúvida a partir de Leão XIII, quando essa nova ideologia havia se expandido e tomado conta especialmente do cotidiano de grupos de trabalhadores, que os embates passaram a ficar mais acirrados. Os Papas sucessores enfrentaram grandes desafios quando o socialismo se tornou realidade como um novo sistema de governo (como na Rússia, a partir de 1917), intolerante e violento com os grupos religiosos.

Diante de novas ameaças, houve um repensar a ponto de aceitar as liberdades trazidas pelo liberalismo, outrora contestadas. Importante frisar que os Estados liberais ao firmarem-se concediam um “cantinho” para as expressões religiosas, pois estas não eram mais centrais e deveriam se enquadrar; mas por menor que fosse, era um espaço concedido. No avançar da história, essa atitude liberal, possibilitou diálogos e novas alianças. Um regime socialista, não apresentava nenhuma condição de liberdade para a religião e para as várias formas de religiosidade.

A Encíclica de Pio XI, *Divini Redemptoris* (1937), mostra a Igreja diante de um comunismo perverso. Anteriormente, Pio IX já havia condenado o comunismo em sua encíclica *Qui Pluribus* (1846). Giacomo Martina observa que neste aspecto também houve evolução, pois basta comparar esta encíclica com a *Pacem in Terris*, de João XXIII, que analisa pressupostos econômicos e filosóficos. Foi o contínuo devir que possibilitou a mudança de atitude, afirma Giacomo Martina:

A Igreja, unida hoje a seus adversários de ontem, os liberais, combateu juntamente com eles o socialismo, e, quando se verificou nesse sistema uma evolução análoga à que se realizou parcialmente no liberalismo, tornou-se possível um encontro até com o socialismo.⁶⁷⁹

A partir da segunda década do século XX, a Igreja também passou a enfrentar as idéias e os regimes totalitários, que desencadearam novas perseguições e ameaças às diretrizes da Igreja. Sem contar as guerras mundiais, que apresentaram o novo século como o mais sangrento da história humana.⁶⁸⁰

⁶⁷⁹ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*. 1996, p. 253.

⁶⁸⁰ Cf: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 1995.

Diante do novo cenário, a Igreja se fortaleceu com a Romanização, reafirmando e realinhando as suas diretrizes e as exigências ao corpo eclesiástico e ao laicato onde quer que exista um católico. Era preciso aprender a caminhar com e na Modernidade, mas acima de tudo mostrar que era possível permanecer holista. Se a laicidade possibilitou as diversas expressões de liberdade, a Igreja, de senhora englobante dos caminhos da sociedade, passou a lutar pelo direito de ser livre dentro da nova composição.

A luta desencadeada pela Igreja no século XIX nos lembra a trajetória das primeiras comunidades cristãs que lutavam pela liberdade de crença e ao mesmo tempo mostravam que era possível ser cidadão romano e ao mesmo tempo em que se era um bom cristão. Foi um aprendizado difícil, através das experiências conflituosas, mas engrandecedora nas comunidades cristãs, afirma René Rémond.⁶⁸¹

No XIX, as condições históricas da Igreja e dos Estados são outras, mas a luta pela liberdade de crença passou a ser de novo uma verdade para a Igreja, com afirma René Rémond, ao comparar a luta pela liberdade de expressão religiosa nas comunidades primitivas do Cristianismo com a luta pela liberdade da Igreja no século XIX.⁶⁸²

René Rémond, também nos lembra, que o laicismo também é uma das heranças do Cristianismo, duelos travados pela sobrevivência e pela liberdade desde os seus primórdios. Mas a Modernidade, ao se apresentar de forma tão avassaladora, não reconheceu essa herança cristã; concedeu liberdade de culto a todos que o desejassem, mas negou esse mesmo direito ao Cristianismo Católico. Da mesma forma a Igreja ultramontana, ao reagir à laicidade não a reconhece como seu fruto. Só o século XX pôde dar espaço e colocar em prática os diálogos inaugurados lentamente a partir do pontificado de Leão XIII.⁶⁸³

Mas para que esse caminho pudesse ser alcançado, o endurecimento do século XIX foi fundamental para que a Igreja redefinisse seu espaço e seus campos de atuação, apesar de muitos considerarem Pio IX e o ultramontanismo como radicais, e equivocados, ao se refugiarem no papismo⁶⁸⁴. Foram sem dúvida, as atitudes e a postura firme e centralizadora da Infalibilidade Papal que deram o alicerce necessário, somado ao acalento do dogma da

⁶⁸¹ Cf: RÉMOND, René. *As Grandes Descobertas do Cristianismo*. 2005.

⁶⁸² Cf: RÉMOND, René. *Idem*. 2005.

⁶⁸³ Cf: RÉMOND, René. *As Grandes Descobertas do Cristianismo*. 2005.

⁶⁸⁴ Essa é a visão dos Velhos Cristãos, que se separaram da Igreja por não concordarem com a Infalibilidade. Cf: Hans KÜNG. *Igreja Católica*. 2002.

Imaculada Conceição, que juntos conduziram à unidade católica para enfrentar os tempos modernos.

A Igreja, não desejava uma separação. Mas os rumos históricos da secularização levaram a Igreja ao maior conflito vivenciado por ela, ao mesmo tempo em que trouxe uma liberdade ainda não experimentada. A Igreja foi aprendendo a conviver e a usufruir dos desafios e das benesses que a modernidade lhe proporcionou. Um ótimo exemplo disso são as Dioceses que passaram a frutificar.

A Igreja como uma instituição poderosa e duradoura, representava uma ameaça para os tempos modernos que passaram a se impor, por isso precisava ser atacada. Mas a resistência e o endurecimento da romanização levou a Igreja a reconhecer, respeitar e continuar temendo essa instituição, a longo prazo.

No Brasil, a Igreja teve êxito na política eclesiástica de reforma, mas a romanização teve que enfrentar alguns limites; *“é que o catolicismo tradicional brasileiro, com suas características próprias, estava por demais enraizado nas consciências e nas práticas, para ser de todo banido”*, nos afirma Heraldo Maués.⁶⁸⁵

Essa contradição levou a Igreja a estabelecer, dentro do processo de romanização, novas estratégias e novas relações, que permitissem a recuperação das benesses perdidas com a separação, ao mesmo tempo em que buscava mecanismos para controlar a cultura popular, mesmo tendo que ceder em alguns aspectos.

Em cada localidade vemos, durante as duas fases da romanização estudadas nesta dissertação, uma adaptação conforme as necessidades e as condições históricas ali estabelecidas. Portanto, a Igreja, sendo uma instituição holística de longa duração, também se movimenta, sabendo inteligentemente se adequar a cada época que se apresenta.

Na Diocese de Manaus, apesar de alguns embates próprios da relação tensa entre Igreja e República, verificamos aqui uma relação diferenciada entre a elite local e a Igreja. Em Manaus, a elite era superficialmente positivista e boa parte dela ligada à tradição católica. Portanto, problemas e embates não faltaram, mas não abalaram as relações institucionais, uma vez que a elite manauara participava atividade da vida religiosa, perceptível nas associações trabalhadas nesta dissertação.

⁶⁸⁵ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma Outra “Invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. 1999, p. 135.

Em nosso trabalho, discutimos as duas primeiras fases da romanização, justamente o grande embate com a modernidade e o momento em que a Igreja se firmou, romanizando, na medida do possível, todos os católicos espalhados pelo mundo; foi a fase da sementeira.

Em nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de verificar que os últimos Bispos da Diocese, que não foram objeto deste trabalho, com a base preparada pelos primeiros Bispos, conseguiram expandir as atividades religiosas e consolidar a presença da Igreja Romana em Manaus. Fica, portanto, registrado a necessidade de trabalhos que possam visualizar a última fase da Diocese, cujos frutos lhe renderam o *status* de Arquidiocese em 1952.

Esperamos, com este trabalho, ter iluminado alguns fatos da história da Igreja, durante a sua romanização no século XIX, especificamente em sua condição regional amazônica, concretizada na Diocese de Manaus. É uma singela contribuição para aqueles que desejam enveredar pela história da Igreja, buscando compreender um pouco mais sobre essa Instituição tão importante para a compreensão da própria história do mundo ocidental.

Anexos

Frei Jerônimo Maria Gotti, da ordem dos Carmelitas Descalços, por graça de Deus e da Sede Apostólica, Arcebispo titular de S. Pedro.

Internúncio Apostólico na República Federativa do Brasil e Embaixador Extraordinário da mesma Santa Sé.

DECRETO

Por parte do Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor S.R.E. Cardeal Mariano Rampolla da Secretaria de Estado do Santíssimo Senhor Nosso Papa Leão XIII, através de carta ex ofício datada de Roma de 19 de novembro de 1892 sob o número 9319, foi-nos enviada a

Bula do mesmo Santíssimo Senhor Nosso Papa Leão XIII, datada de 27 de abril do ano da Encarnação do Senhor 1892, no ano décimo quinto do seu pontificado, mas publicada aos 25 de outubro do mesmo ano, a qual começa – Ad Universas Orbis Ecclesias – e trata da nova Hierarquia da Igreja a ser criada no Brasil. E esta Bula Apostólica que nos foi enviada, como supra descrevemos, vimos, examinamos e a reconhecemos como autêntica; disso damos testemunho. E considerando que o mesmo Santíssimo Senhor Nosso Papa Leão XIII dignou-se nos entregar e comandar para que procedêssemos à execução de cada um de todos os assuntos contidos na supra louvada Bula Apostólica, concedendo-nos para este fim todos os recursos jurídicos necessários e pertinentes que forem necessários; Nós Fr. Jerônimo Maria Gotti Arcebispo Petrino, Internúncio Apostólico e Embaixador Extraordinário da S. Sé na República Federativa do Brasil;... pela Autoridade Apostólica a nós concedida, resolvemos, estabelecemos e mudamos quanto segue, i.e.:

Primeiro. Fundamos e declaramos fundadas quatro novas Dioceses no Brasil, assim denominadas: do Amazonas, da Paraíba, de Niterói e de Curitiba no Paraná, com respectivos territórios, limites geográficos, Sede e Catedral estabelecidas para cada uma na Supra louvada Bula Apostólica. Através de um Decreto específico para cada uma das 4 novas Dioceses que deverá ser publicado por nós, tomaremos as providências em seus mínimos particulares acerca de tudo o que será necessário para a fundação de cada uma.

Segundo. Dividimos todo o território brasileiro, o qual abrange 12 dioceses já existentes mais as 4 novas fundadas, no total de 16 dioceses, em duas Províncias Eclesiásticas, uma a Norte e outra ao Sul de modo que cada uma província resulte de uma Sede Metropolitana e de 7 igrejas episcopais sufragâneas.

Terceiro. Constituímos como Metropolitana da província Setentrional o arcebispo da Bahia de S. Salvador e a ele subordinadas sete igrejas episcopais sendo Belém do Pará, S. Luís do Maranhão, Fortaleza, Olinda, Goiás Velho, do Amazonas e da Paraíba as recém-fundadas; e mandamos que todos os bispos destas 7 dioceses sufragâneas reconheçam como seu Metropolitana o próprio Arcebispo da Bahia de S. Salvador por todos os efeitos de direito conforme o Direito Canônico.

Quarto. A Sede e Catedral até então episcopais de S. Sebastião do Rio de Janeiro a elevamos ao grau de dignidade superior de Igreja Metropolitana, servatis servandis todos os

termos conforme o teor da supra louvada Bula Apostólica; a este respeito tomaremos as devidas providências através de um decreto especial.

Quinto. Nomeamos como Metropolita da Província do Sul o arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro; e a ele subordinamos como sufragâneas sete igrejas episcopais sendo a de S. Pedro do Rio Grande do Sul, de S. Paulo, de Porto Alegre, de Diamantina, Cuiabá Velha, e respectivamente as últimas designadas de Niterói e Curitiba: e ordenamos a todos os Bispos destas sete igrejas sufragâneas que reconheçam como seu Metropolita o próprio Arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro para todos os efeitos de direito segundo as disposições canônicas.

Sexto. E quanto diz respeito às outras Dioceses das quais não se faz menção na louvada Bula Apostólica, declaramos que nada mudou referente ao seu status e delimitações.

Sétimo. E ainda em força dos mesmos amplíssimos poderes que nos foram dados, dispomos que o atual Vigário Capitular da Bahia de S. Salvador e o atual Bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro continuem exercendo a jurisdição ordinária assim como o comando e a administração nas respectivas Dioceses como até o presente, enquanto os Arcebispos da Bahia de S. Salvador e de S. Sebastião do Rio de Janeiro não forem eleitos: e da mesma maneira dispomos que os Bispos regulares de S. Sebastião do Rio de Janeiro, de Belém do Pará, de Olinda e de S. Paulo, cujas Dioceses foram divididas em seus territórios para constituir as novas como descrito supra, mantenham a jurisdição ordinária, o comando e a administração sobre a parte ou partes do território desmembradas enquanto os quatro Bispos das novas Dioceses eleitos não tiverem a posse canônica do seu Episcopado.

Ordenamos pois que seja enviado um exemplar da louvada Bula Apostólica que começa com as palavras – *Ad Universas Orbis Ecclesias* -, impresso e por nós reconhecido e declarado autêntico junto com este nosso Decreto que tem força executiva, a todos os senhores Excelentíssimos e Venerabilíssimos Bispos do Brasil para que possam conhecer de maneira autêntica as disposições pontifícias e nossas e cada um por sua parte cumpra e faça executar.

Nada tendo em contrário.

Datado em Petrópolis, do edifício da Internunciatura Apostólica no dia 21 de janeiro de 1893.

Assinatura de Frei Hieronymus Maria Gotti

Arcebispo Petrino

BULA

Do Santíssimo Senhor Nosso papa Leão XIII

Da nova sagrada Hierarquia a ser criada no Brasil

LEÃO, BISPO

Servo dos servos de Deus

Para Perpétua Memória

O Romano Pontífice, estendendo com zelo sua paternal solícitude a todas as Igrejas do Orbe, em virtude do ministério de sua Sagrada Missão, de tempo a tempos toma algumas medidas que julga hão de ser mais proveitosas ao estado das próprias igrejas e ao bem espiritual das almas que lhe foram confiadas no Senhor. Por isto já de há muito a Sé apostólica desejou, e sempre foi sua principal preocupação e solícitude, estabelecer Sés Episcopais no Brasil, pelas quais fosse possível cuidar com mais eficiência do bem espiritual daqueles cristãos. De fato, lá algumas Dioceses são tão extensas e abrangem povoados tão distantes entre si, que os seus Bispos, ou por causa do grande número de habitantes ou por causa das dificuldades e distâncias das estradas não conseguem responder às necessidades dos fiéis nem ao governo da Igreja. Nem a Sé Apostólica omitiu seu compromisso de ser útil à Igreja mas reiteradamente, através dos seus Embaixadores no Brasil, o comunicou à autoridade civil e quando se ofereceu a ocasião aproveitou prontamente para criar novas Dioceses a bem dos brasileiros.

Movido por estas mesmas razões já Pio IX, nosso predecessor de feliz memória, no ano do senhor 1848, criou a Diocese de S. Pedro do Rio Grande do Sul, assim como em 1854, a diocese de Diamantina e Fortaleza, as quais deram abundantes e salutareos frutos em benefício das almas.

Corresponderam plenamente às constantes preocupações da Sé Apostólica, o zelo e a dedicação dos Bispos do Brasil, os quais reunidos dois anos atrás na cidade de S. Paulo, declararam que seria útil para a religião e o Brasil se fossem criadas novas Sés episcopais; e pediram ao Venerável Nosso Irmão Arcebispo da Bahia que viesse a Roma para nos transmitir os votos de todos sobre este assunto e que Nós pela autoridade Apostólica nos dignássemos satisfazer os mesmos. Nós também julgamos ser não só oportuno mas até necessário no Senhor condescender aos desejos manifestados pelos próprios Bispos, compartilhados também pelos fiéis brasileiros; portanto julgamos conveniente constituir ali quatro novas Dioceses e assim, completando o número de dezesseis Dioceses, também uma nova Província Eclesiástica. E assim, aceitando e ratificando o acordo dos Bispos brasileiros relativo ao mencionado provimento, após cuidadoso exame de todos os elementos que em assuntos dessa natureza devem ser considerados com madura deliberação e, absolvendo definitivamente todos e cada um daquele aos quais é endereçado o presente documento, de quaisquer sentenças de excomunhão, suspensão e interdição e de outras

sentenças eclesiásticas, como assim das censuras e penalidades “a jure” ou “ab homine” infligidas em qualquer ocasião ou por qualquer motivo, se de alguma maneira estiverem nelas envolvidos, a fim de conseguir exclusivamente a efetivação deste documento, pelo voto da Congregação dos nossos Veneráveis Irmãos Cardeais da Santa Romana Igreja encarregada dos negócios consistoriais, “motu proprio” com conhecimento de causa e na plenitude do poder Apostólico decretamos o que segue.

Em primeiro lugar dividimos todo o território eclesiástico do Brasil em duas partes, a saber, uma setentrional e outra meridional, e dele assim dividido queremos que sejam constituídas duas províncias eclesiásticas, a saber uma do Norte e outra do Sul, a seguir constituímos Metropolitana da parte setentrional o próprio Arcebispo de S. Salvador, o qual até então esteve à frente de todo o Brasil em matéria eclesiástica; e sujeitando-lhe como sufragâneas sete igrejas episcopais, isto é, as antigas de Belém do Pará, de S. Luís do Maranhão, de Fortaleza, de Olinda e de Goiás, e também duas outras novas a serem fundadas por este documento que se hão de chamar do Amazonas e Paraíba.

Para a formação desta nova Diocese do Amazonas, desmembramos definitivamente, por autoridade Apostólica, o território do Estado deste nome, da Diocese de Belém à qual até agora pertencia e o damos para sempre à Igreja do Amazonas como sua Diocese: fundamos definitivamente a Sé e a Cátedra Episcopal na cidade de Manaus e elevamos ao grau de Igreja Catedral a igreja agora dedicada à Mãe de Deus Imaculada. Determinamos da maneira que segue os limites da Diocese do Amazonas: ao Norte Guiana Inglesa, a República da Venezuela e a Nova Granada. Ao Ocidente as repúblicas do Equador e do Peru – Ao Sul a república da Bolívia e a Diocese de Cuiabá, da qual será separada pelos rios Ji-Paraná, o Tapajós depois das Três Bocas até a confluência com o Uruguatá, afluente do Tapajós. – Ao Oriente finalmente os limites serão os da Diocese de Belém do Pará formados pelo Rio Nhamundá pela região de Parintins, de onde, por uma linha reta segue até à margem esquerda do Tapajós a partir da região das Três Bocas.

Para formar a outra nova Diocese da Paraíba, dividimos definitivamente o território do Estado do Rio Grande do Norte que até hoje constitui parte da Diocese de Pernambuco e o atribuímos à Nova Diocese: fundamos na cidade do Paraíba a Sé e a Cátedra episcopal na igreja dedicada à Santíssima Virgem das Neves, e, deste modo, elevamos para sempre a dita igreja à dignidade de Catedral. Fixará os limites orientais e setentrionais da Diocese da

Paraíba até a foz do rio Mossoró, o Oceano Atlântico. – Ao Ocidente os limites serão as cadeias dos montes Apadi e Pajeá, que a separarão da Diocese de Fortaleza. – Ao Sul os limites serão uma linha reta da Diocese de Olinda atravessando a cadeia dos montes Cairiri Velhos e Imbulanos até a foz do Rio Goiana.

Passando a tratar da parte meridional constituímos e declaramos Metropolitana da mesma o Bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Por isso extinguímos fazendo uso da autoridade apostólica a Sé e Cátedra Episcopais do mesmo, o título Episcopal, o status, a natureza e a essência da Catedralidade para efeito da nova ação que está ocorrendo, e promovemos, definitivamente por autoridade apostólica, a mesma, ao grau mais alto de igreja Metropolitana; de modo que de agora em diante será chamada Igreja Metropolitana e como tal será realmente considerada e conseqüentemente gozará e fará jus, sem nenhuma diferença em relação à Igreja Metropolitana de S. Salvador, de todo os direitos, honras, favores, jurisdições, indultos e privilégios de que tem direito. O verdadeiro território desta nova Arquidiocese o reduzimos ao antigo município excluindo a cidade enquanto capital da República com seu território inclusive a ilha do Governador e outras ilhas e além disso a cidade de Petrópolis e seu município. Finalmente queremos que esta Igreja Metropolitana da parte meridional tenha como sufragâneas sete igrejas episcopais das quais cinco antigas são a de S. Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo, Porto Alegre⁶⁸⁶, Diamantina e Cuiabá, às quais serão acrescentadas duas novas Sés Episcopais, uma de Niterói e outra de Curitiba do Paraná a ser nomeadas e fundadas.

Portanto esta nova Sé Episcopal de Niterói estará assim constituída: será formada pelos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo subtraídos tanto ao território dado à Igreja Metropolitana meridional a ser constituída, quanto ao território ou Estado de Santa Catarina que de primeiro pertencia à mesma Igreja Metropolitana. Fundamos a Sé e a Cátedra Episcopais para sempre na cidade de Niterói e erigimos ao grau de Igreja Catedral a igreja dedicada a S. Lourenço.

E finalmente a nova Diocese de Curitiba do Paraná será formada pelo Estado do mesmo nome e pelo estado de Santa Catarina que declaramos separado da Metropolitana do Rio de

⁶⁸⁶ Nota do tradutor: traduzimos Mariannen como “de Porto Alegre” considerando que no “Anuario Pontificio 1951 – Città Del Vaticano” na pg 264, entre os “Arcivescovati e Vescovati residenziali” encontramos “Mariana, Marianen(sis) – Pouso Alegre – Brasile”. Entendemos que o redator da Bula copiou Marianen sem o sufixo adjetival(sis) e não se preocupou em concordar o nome, no genitivo, como exigido pelo contexto; o mesmo ocorreu com Cujabá na linha seguinte, mas não com o mesmo nome item 5º do Decreto do Arcebispo Hieronymus Gotti, que apresenta a Bula.

Janeiro. Da mesma maneira fundamos a Sé e a Cátedra Episcopais da nova Diocese na cidade de Curitiba, e assim também elevamos a igreja dedicada à Mãe de Deus com o título “da Luz”, à honra e grau de Cátedra para sempre. Os limites da dita Diocese serão ao norte com a Diocese de S. Paulo, da qual é separada pelos rios Paranapanema, Sacaremini, Sturale, Stapirapuan⁶⁸⁷ e a cadeia dos Montes Negros até o rio Ararapira. – Ao Oriente o oceano Atlântico até o rio Magnipituba. – Ao Sul é separada da Diocese de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelos rios Uruguai, Pelotas, Cerquinha e Barroca, seguindo por uma linha reta no rumo do Sul a partir das nascentes deste rio até às nascentes do rio Deserta. – Ao Ocidente finalmente alcançará os limites da República Argentina.

Quanto às outras Dioceses das quais não se fala nesta Bula julgamos que nada agora deve ser mudado porquanto se refira à sua situação e limites. Desta maneira, queremos que as Igrejas Catedrais recém-criadas, como está exposto, respeitando a plena paridade de direitos, gozem de todas as honras, favores, indultos, privilégios, gozados pelas outras Igrejas Catedrais no Brasil, por força de direito comum.

Da mesma maneira aquele que receberá nome, título, autoridade, dignidade e ministério episcopal queremos que goze e desempenhe completamente todas as prerrogativas que são próprias dos Bispos por direito ordinário. Da mesma forma os fiéis das novas Dioceses recém-criadas gozem os mesmos direitos, privilégios e honras que gozem os fiéis da Diocese à qual são incorporados “de jure communi”. Adjudicamos e submetemos para sempre à recém-criada Diocese de cada um de todos os fiéis que moram e estão radicados nas novas dioceses, exceto, se houver quem seja isento por motivo especial, junto com suas cercanias, instituições de piedade, haveres, terras, vilas e seus direitos reais, pessoais e mistos; da mesma forma decretamos que serão adjudicados e submissos e deverão ser comandados e governados pelo seu Bispo Ordinário a cujas palavras sempre bem dispostos obedecerão. Ordenamos ainda que todos os monumentos, direitos e documentos que dizem respeito aos povos que serão incorporados nas novas Dioceses e que sejam conservados atualmente em qualquer uma das Dioceses a ser deixada, sejam levantados e tirados para serem quanto antes entregues ao Prefeito do Arquivo da Diocese recém-fundada, para que os mesmos sejam guardados e conservados no Arquivo da Diocese ou do Bispo conforme o caso. Quanto àquilo que pertence à dote das ditas Dioceses recém-fundadas nada julgamos

⁶⁸⁷ Tratando-se de nomes próprios de rio, dificilmente identificáveis, não os traduzimos. Tratar-se-ia de nomes tupi latinizados?

necessário estabelecer. De fato é bem conhecido por nós o fervor religioso do povo brasileiro e o zelo para fazer avançar a religião para a glória de Deus; confiamos portanto que não faltará ajuda aos novos Bispos para que possam exercer suas obrigações pastorais e exercer com decência sua missão episcopal. E haja vista que é do máximo interesse que como oliveiras frutíferas nos campos do Cristo Senhor sejam preparados constantemente sacerdotes probos e instruídos em cada Diocese que cuidem tanto dos deveres do culto quanto das obrigações da Igreja, assim como da cura das almas e de sua salvação eterna, comandamos que em cada Diocese quanto antes seja construído um Seminário e seja dada toda atenção e vigilância por parte dos Bispos ao desempenho e à disciplina dos seminaristas; para este fim sejam aceitos e preparados, segundo as instruções do Concílio de Trento, aqueles adolescentes que os bispos acharem conveniente admitir para suprir a necessidade e utilidade da própria Diocese. Os Reitores do mesmo Seminário assim como os professores serão livremente nomeados pelo Bispo em pessoa, e toda vez que for ele julgado útil ou necessário, serão mudados. Muito nos preocupa que os sagrados Bispos assumam um sério empenho para que a juventude seja instruída, para a esperança e o crescimento da Igreja, na sagrada doutrina fundamentada nas fontes do Doutor Angélico; é dos livros de S. Tomás de fato que ela [a juventude] tirará os argumentos para demonstrar a validade dos fundamentos da fé cristã, persuadirá acerca das verdades sobrenaturais e combaterá os nefastos ataques contra a santíssima religião.

E finalmente tudo o que pertence ao regime, ordem, administração e governo do Seminário, ordenamos que depende unicamente do Bispo diocesano; e este Bispo exercerá nele sua plena e livre autoridade e direito. Seja de livre escolha dos Bispos promover ao status clerical e às Sagradas Ordens conforme os cânones da Igreja, aqueles que julgarem necessários e úteis às suas Dioceses no Senhor e afastar do recebimento das Ordens os que julgarem indignos e ineptos. Enquanto o novo Bispo não tiver o seu Capítulo na sua própria Igreja Catedral, escolha como seus conselheiros Vigários e ajudantes administrativos, homens da Igreja, prudentes e probos que julgar dignos da sua plena confiança. Enfim todo Bispo se preocupe em conservar a religião católica apostólica romana íntegra e sólida e em protegê-la com aqueles direitos e prerrogativas que ela mesma utiliza por ordem divina e canônica. Por isso ele mesmo tomará cuidado como todos os meios como homem para que não se introduza ou se espalhem erros contra a integridade da Fé e perniciosos para os

costumes. É tarefa dos Bispos também promover orações públicas e outras ações de piedade deste tipo quando seja exigido pelo bem da Igreja, do Estado ou do Povo, decretar também súplicas sagradas e peregrinações, dirigir funerais e outras sagradas funções, convocar e celebrar o sínodo diocesano, divulgar suas atas, tudo conforme as prescrições canônicas. Do mesmo modo queremos que permaneça livre a escolha dos párocos idôneos para os novos Bispos assim como a instituição canônica, servatis servandis o que é “de jure” e “de more”. Cada novo Bispo preocupar-se á de manter uma comunhão livre com a Santa Sé Apostólica e tenha cuidado de afastar com prudência as causas que possam obstacular dita liberdade. Os novos Bispos sejam solícitos em se preocupar também para que sejam apresentados homens católicos como professores e mestres para a formação da juventude e a própria instituição de ensino, seja pública ou privada, seja normatizada com cuidado conforme a doutrina católica. Determinamos que não poderá haver nenhuma supressão, acréscimo ou alienação dos bens da Igreja sem a intervenção da autoridade da Sé Apostólica, salvos os poderes atribuídos aos Bispos pelo Sagrado Concílio de Trento. Estabelecemos como taxa canônica de 33 fiorinos de ouro da Câmara Apostólica [tesouraria] para cada solene expedição dos documentos Apostólicos toda vez que um novo Bispo deverá ser posto à frente das novas igrejas fundadas, e estabelecemos, que seja registrado nos livros da Congregação do Sacro Colégio dos Cardeais da Santa Romana Igreja, assim como de ser conservado no arquivo do mesmo Colégio. De resto tudo que diz respeito a coisas, direitos e pessoas eclesiásticas, das quais não foi feita menção expressa nesta carta queremos que permaneçam ratificadas e fixadas como eram antes; e se vir a ocorrer alguma dificuldade deverá ser comunicada, segundo as leis canônicas, à própria Sé Apostólica e será competência daquela Sé desembaraçar, resolver ou acalmar as dificuldades. E aquelas questões que igualmente pertencem por consideração eclesiástica ao campo jurídico ou aos deveres ou às coisas, que não foram expressas nesta nossa Constituição, queremos que sejam tratadas e administradas conforme a doutrina da Igreja Católica e da sua disciplina adotada pela Sé Apostólica. Enfim se o bem das novas Dioceses, ou a pública utilidade exigir no futuro alguma nova circunscrição, ou algum corte, sem nenhuma compensação de acréscimo territorial, reservamos a nós e a Sé Apostólica o pleno e livre direito de realizá-la. Estas as coisas que queremos, estabelecemos e sancionamos enquanto garantimos que esta nossa Carta e o seu conteúdo

em tempo nenhum nem por nenhum argumento seja jurídico, legítimo ou de privilégio até pertinente às causas que geraram todas as premissas, se elas não forem verificadas e justificadas, argumento que visa algum vício de fraude, insinuação ou de nulidade ou dependente da nossa intenção, assim como qualquer outro defeito substancial, muito substancial, com intento de investigar a moção específica e sua formação, ou argumento oriundo da falha de algum ato solene que devia ser observado e cumprido e não foi, ou oriundo de qualquer outro parágrafo, aspecto ou pretexto, razão ou causa, ainda que tivesse que ser expressa por efeito de validade do presente documento, garantimos que [por nenhum destes motivos] pode ser censurado, impugnado e invalidado, ser convocado a juízo ou em debate judicial ou ser trazido para o fórum da justiça ou ser impetrado recurso nenhum de direito ou de fato, de favor ou de justiça contra a Carta, nem alguém pode fazer uso do “Motu pari concesso et impetrato” ou valer-se disso em juízo ou fora dele; [garantimos também] que esta Carta não poderá ser incluída ou confundida com qualquer revogação, suspensão, limitação, derrogação ou qualquer outra disposição contrária de benefícios semelhantes ou não, editados ou editandos através de qualquer Carta e Constituição Apostólicas ou Normas da Cancelaria Apostólicas, e se for incluída e confusa, de modo nenhum pode ser prescrita, mas sempre ser por eles aceita, e toda vez que será divulgada voltará ao seu antigo status de validade, plenamente reintegrada no seu valor seja qual for a data a ser escolhida para a nova edição, de modo que possa surtir e obter seus plenos efeitos e ser assim reconhecida por todos; e da mesma maneira deverá ser julgada e definida por qualquer um dos Juízes Ordinários ou delegados que exerçam qualquer tipo de autoridade até em altos escalões, assim como pelos Auditores das causas do Palácio Apostólico assim como pelos Senhores Cardeais da santa Romana Igreja pertencentes ao Palácio Apostólico e também pelos “Legatos de Latere”, Vice-legatos e os Núncios da dita Sé, estando assim qualquer um deles sem poder e autoridade de interpretar e julgar de outra maneira, e o ato será sem efeito e nulo e qualquer um dos sobrenominados, por qualquer autoridade, consciente ou por ignorância atentará experimentar.

A respeito disso ordenamos e encarregamos o Venerável Nosso Irmão o Arcebispo Jerônimo Gotti titular de S. Pedro e Internúncio Apostólico junto do Presidente e do Governo da República do Brasil, através desta Carta, de proceder ele mesmo na medida do possível à execução de cada um dos itens contidos na Carta, comunicando-lhe todos os

poderes que forem necessários e oportunos á empreitada; de tal maneira que se o Arcebispo Jerônimo não conseguir sozinho realizar todas as exigências previstas, poderá subdelegar outra pessoa desde que investida de dignidade eclesiástica. Apesar da Norma Nossa e da Cancelaria Apostólica – De jure questio non tollendo – e do Concílio Lateranense celebrado há pouco tempo, que proíbe desmembramentos definitivos a não ser em casos permitidos por direito, assim como pelas disposições editadas ou de outros a ser editadas de outros Sínodos provinciais e dos Concílios gerais universais especiais, seja pelas constituições e ordenamentos apostólicos, privilégios, indultos, Cartas Apostólicas, alguns Superiores e pessoas em geral, ou específicas, ou em outras circunstâncias tratando-se de permissões talvez concedidas de qualquer maneira contradizendo as premissas, depois aprovadas, confirmadas e renovadas para todos aqueles embora não haja deles e de todo seu texto legal uma menção especial, específica, expressa e própria nem por cláusulas gerais igualmente importantes, ou qualquer outra expressão que deveria haver ou qualquer outra forma específica a ser conservada “ad hoc”; os termos legais deste tipo, sejam introduzidos sem nenhuma omissão de uma palavra a outra, conservada a forma neles transmitida, e estando os mesmos presentes sendo tidos como toda sua força de significados, em forma muito ampla e plena e especificamente e expressamente para que tenha efeito a presente carta e tenham validade todas as coisas antes enviadas, por esta vez pelo menos, por “Motu próprio”, sabendo e com a plenitude do poder anulamos estas condições embora todo o resto esteja contrário.

Queremos pois que o próprio Arcebispo Jerônimo se comprometa a transmitir à supramencionada Congregação dos nossos Veneráveis Irmãos da mesma, os Eminentes Cardeais da Santa Romana Igreja, preposta aos negócios Consistoriais, um exemplar autêntico de todos os decretos e atos que forem editados nesta empreitada, de modo que sejam guardados para sempre no Arquivo da mesma Congregação. Queremos também que aos exemplares desta Carta, impressos, e assinados por algum Oficial de Cartório de Notas e munidos de selo por alguma pessoas com autoridade eclesiástica possam gozar de fé pública em juízo e fora dele, e quando a presente carta for utilizada e exibida no seu original. Ninguém poderá anular o texto da nossa decisão, divisão, constituição, subjeção, desmembramento, adjudicação, fundação, ereção, atribuição, declaração, supressão, extinção, elevação, acréscimo, reserva, sanção, decisão, anulamento, nem opor-se ao

mesmo texto temerariamente; se alguém por presunção tentar fazê-lo, saiba que incorrerá na indignação de Deus Onipotente e dos seus Bem aventurados Apóstolos Pedro e Paulo.

Datada de Roma, S. Pedro, no ano da Encarnação do Senhor no ano de 1892, aos 27 de abril, no XV ano do Nosso Pontificado.

Lugar do Selo

Aloísio Pericoli

João Ponzi

Agostinho Bartolini

Despachada em 25 de outubro do ano XV

Henrique Angelini

[Manuscrito e assinado]

Este exemplar impresso da Bula que começa com as palavras “Ad universas Orbis Ecclesias” promulgada pelo Santíssimo Senhor Nosso Papa leão XIII, em 27 de abril do ano de 1892, [nós] vimos, examinamos, encontramos conforme o original e o declaramos autêntico.

Para dar fé o assinamos e o carimbamos

Datado de Petrópolis em 22 de janeiro de 1893.

Assinatura de

Hieronymus Maria Gotti Arcebispo Petrino

Internúncio Apostólico Embaixador Extraordinário da Santa Sede no Brasil.

Carimbro.

Quadro 1 - *Bispos da Diocese do Pará até o desmembramento da Diocese do Amazonas*

Nome	Ordem e Formação	Sagração e posse	Nascimento, falecimento e origem (local e família).	Tempo de governo/ Outras atividades	Papa que o sagrou
D. Frei Bartolomeu do Pilar	Carmelita calçado Doutor em Teologia	Posse 13/07/1721	Faleceu 09/04/1733	11 anos, 8 meses e 27 dias	Clemente XI (1770-1721)
D. Frei Guilherme de São José	Religioso do Tomar	Posse 10/08/1739		9 anos	Clemente XII (1730-1740)
D. Frei Miguel Bulhões	Ordem dos pregadores	Posse 14/02/1749		11 anos, 6 meses e 29 dias	Bento XIV (1740-1750)

D. Frei de São José e Queirós	Beneditino	Posse 31/08/1760		3 anos, 2 meses e 25 dias	Clemente XVI (1769-1774)
D. frei João Evangelista Pereira	3ª Ordem de São Francisco	Posse 21/11/1772	Faleceu 14/05/1782	9 anos, 5 meses e 24 dias	Clemente XVI (1769-1774)
D. frei Caetano Brandão	Ordem da Penitência de São Francisco	Posse 29/10/1783		5 anos	Pio VI (1775-1799)
D. Manuel de Almeida Carvalho	Presbítero Secular Doutor em Cânones	Posse 17/06/1796	Faleceu 30/06/1818	24 anos e 13 dias	Pio VI (1775-1799)
D. Romualdo de Souza Coelho	Presbítero Secular	Posse 20/06/1821	Paraense Faleceu 1841	19 anos, 7 meses e 26 dias	Pio VII (1800-1823)
D. José Afonso de Moraes Torres 1844 -1859	Começou como lazarista depois optou por ser Presbítero Secular	Posse 15/05/1844		15 anos, 2 meses e 5 dias - Antes de assumir o bispado era vigário do Engenho Velho, no Rio de Janeiro. -Deputado pela Província do Amazonas após	Gregório XVI (1831-1846)
D. Antônio de Macedo Costa 1861-1890	Presbítero Secular em 20 de dezembro de 1856 passou a ser subdiácono; em junho de 1857 passou a ser diácono e finalmente em 19 de dezembro de 1857 foi ordenado.	Posse 10/08/1861	- Baiano Filho de José Joaquim de Macedo Costa e Joaquina de Queirós Macedo -	30 anos	Pio IX (1846-1878)

Esse quadro foi produzido, para esta dissertação, com base nas informações encontradas nas pesquisas sobre a Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas, que era administrada pela Diocese do Pará.

Quadro 2 - *Bispos da Diocese do Amazonas*⁶⁸⁸

Nome	Ordem e Formação	Sagração e Posse	Nascimento, falecimento e origem (local e família)	Tempo de Governo/ Outras atividades	Papa que o Sagrou
Dom Lourenço da Costa Aguiar	-Ordenado em 30 de novembro de 1870 -do clero secular	-Sagração em 11 de março de 1894 em Petrópolis. -Posse em 18 de junho de 1894, como o primeiro Bispo do	-Nasceu em Sobral, Ceará, a 9 de agosto de 1847 -faleceu em 21/04/1905 (Lisboa) -filho de pais muito católicos e negociantes	-De 1904 a 1905 -Deputado estadual e depois deputado geral -deixou a Diocese em maio de 1905, falecendo um mês depois em	Leão XIII (1878-1903)

⁶⁸⁸ Dom Santino Coutinho, Arcebispo do Pará, foi Administrador Apostólico da Diocese de Manaus de 1913 a 1916.

		Amazonas.		Lisboa.	
Dom Frederico Benício da Costa	-Ordenou-se em Roma no dia 1 de abril de 1899. -do clero secular	-A 8 de janeiro de 1907 é nomeado Bispo do Amazonas, tendo sido sagrado em Roma a 19 de março do mesmo ano -Tomou posse da Diocese a 2 de junho de 1907	-Nasceu em Boim, no Pará em 18 de outubro de 1875. -A 31 de março de 1904 foi nomeado primeiro Prelado -Faleceu em Barcelona na Sexta-Feira Santa em 26 de março de 1948.	-1907 a 1913 -antes de ser sagrado Bispo, foi o primeiro Prelado de Santarém, 1904. -renunciou ao Bispado do Amazonas em 1913; foi nomeado Bispo Titular de Tibuna. -entrou na ordem Camaldulense, passando depois para os Carmelitas.	Pio X (1903-1914)
Dom João Irineu Joffily	-Ordenado em 17 de fevereiro de 1901 na Paraíba. -do clero diocesano. -Em 1905 foi nomeado cônego da Paraíba.	-foi sagrado em 13 de junho de 1915. -a 4 de maio de 1916 é nomeado bispo da Diocese de Manaus -tomando posse em 2 de dezembro de 1916.	-Nasceu em Campina Grande na Paraíba em 24 de maio de 1878 Filho do Dr Irineu Joffily e dona Raquel Olegária Torres Joffily. -faleceu em 1950, no dia 25 de abril, no Rio de Janeiro. - faleceu em 25 de abril de 1950 no Asilo de São Luís.	-1916 a 1924 -transferido para Belém em 25 de março de 1924, onde ficou até sua renuncia em 1 de julho de 1931. - a partir de 1931 se tornou capelão do Mosteiro da Ajuda	Bento XV (1914-1922)
Dom Frei Basílio Manuel Olímpio Pereira	-Ordenação em 27 de outubro de 1895 -membro da OFM	-sagrado em 25 de outubro de 1925 em Roma. -tomou posse do Bispado a 16 de	-Nasceu em Vila Velha do Rio das Contas na Bahia em 27 de abril de 1871.	1926 a 1941	Pio XI (1922-1938)

		fevereiro de 1926.			
Dom João da Mata Andrade e Amaral	-Ordenado em 1921.	-Sagrado a 24 de março de 1934. -Chegou ao Amazonas a 21 de outubro de 1941 como o 5º bispo	-Nasceu em Pernambuco a 8 de fevereiro de 1898. Filho de Francisco Severino do Amaral e Deolinda de Andrade e Amaral. - faleceu a 6 de novembro de 1954.	-1941 a 1948 -Bispo de Cajazeiras de 1934 a 1941. -transferido para Niterói em 20 de março de 1948	Pio XII (1938-1958)
Dom Alberto Gaudêncio Ramos		- Sagrado a 1º de janeiro de 1949, no Pará. -posse a 21 de janeiro de 1949.	-nasceu a 30 de março de 1915	-1949 a 1952. -se tornou o primeiro Arcebispo do Amazonas (52-57).Em 1957 foi transferido para o Pará.	Pio XII (1938-1958)

Esse quadro foi produzido, para esta dissertação, com base nas informações encontradas nas pesquisas sobre a Diocese de Manaus.

Quadro 3 – *Paróquias do Bispado do Amazonas até 1914*

Paróquia	Orago	Data de Fundação
1. Ariaman	São João Baptista	1873
2. Barcellos	Nossa Senhora da Conceição	1758
3. Barreirinha	Nossa Senhora Assunção	1853
4. Borba	Santo Antônio	1858
5. Canuman	Nossa Senhora do Carmo	1802
6. Coari	Sant'Ana	1709
7. Codajás	Nossa Senhora da Graça	1868
8. Fonteboa	Nossa Senhora de Guadalupe	1776
9. Itacoatiara	Nossa Senhora do Rosário	1759
10. Juruá	São Felipe	1896
11. Humaitá	Nossa Senhora da Conceição	1885
12. Lábrea	Nossa Senhora de Nazareth	1873
13. Manacapuru	Nossa Senhora de Nazareth	1896

14. Manicoré	Nossa Senhora das Dores	1859
15. Marabetanos	São José	1764
16. Maués	Nossa Senhora da Conceição	1798
17. Moura	Santa Rita	1758
18. Olivença	São Paulo	1759
19. Parintins	Nossa Senhora do Carmo	1803
20. Remédios	Nossa Senhora dos Remédios	1873
21. Rio Branco	Nossa Senhora do Carmo	1858
22. São Gabriel	São Gabriel	1763
23. Sé	Nossa Senhora da Conceição	1695
24. Silves	Nossa Senhora da Conceição	1759
25. Tabatinga	São Francisco Xavier	1776
26. Tanapeassassu	Santo Ângelo	1855
27. Tefé	Santa Thereza	1759
28. Thomar	Nossa Senhora do Rosário	1758
29. Uruará	Sant'Ana	1880
*30. São Sebastião	São Sebastião	1912

Esse quadro foi montado, para esta dissertação, conforme as informações do documento diocesano de 1914.

* Acrescentamos a paróquia de São Sebastião, que não constava no documento original.

Quadro 4 – Paróquias de Manaus até o início dos anos de 1940

Paróquia	Fundação	Administração	Capelas
1. Nossa Senhora da Conceição	1665	Diocesanos	1. São Raimundo 2. Nossa Senhora Aparecida 3. Dom Bosco 4. Santa Dorotéia 5. Sagrado Coração de Jesus 6. Beneficente Portuguesa 7. Santa Casa de Misericórdia
2. Nossa Senhora dos Remédios	1873	Diocesanos	1. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro 2. São Francisco das Chagas

			3. Santo Antônio 4. Santa Rita de Cássia
3. São Sebastião	1912	Capuchinhos	1. Nossa Senhora de Nazaré 2. São José de Campos Sales 3. Nossa Senhora de Fátima 4. Nossa Senhora Auxiliadora 5. São João Batista

Esse quadro foi produzido, para esta dissertação, com base nas informações encontradas nas pesquisas sobre a Diocese de Manaus.

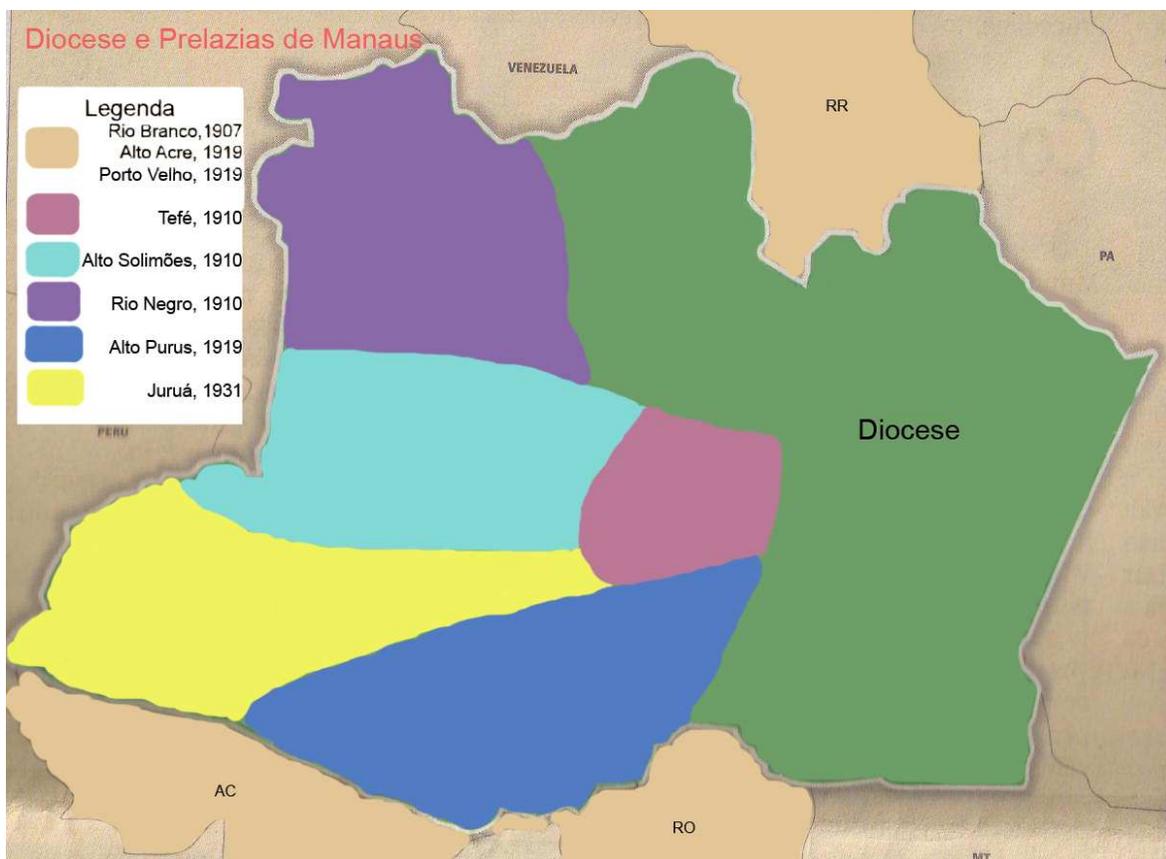
Quadro 5 - *Paróquias de Manaus durante todo o período da Diocese (1892-1952)*

Paróquia	Fundação	Administração	Capelas
1. Nossa Senhora da Conceição	1695	Diocesanos	1. Dom Bosco 2. Santa Dorotéia 3. Sagrado Coração de Jesus 4. Beneficente Portuguesa 5. Santa Casa de Misericórdia
2. Nossa Senhora dos Remédios	1873	Diocesanos	
3. São Sebastião	1912	Capuchinhos	1. Nossa Senhora de Fátima 2. Nossa Senhora Auxiliadora 3. São João Batista

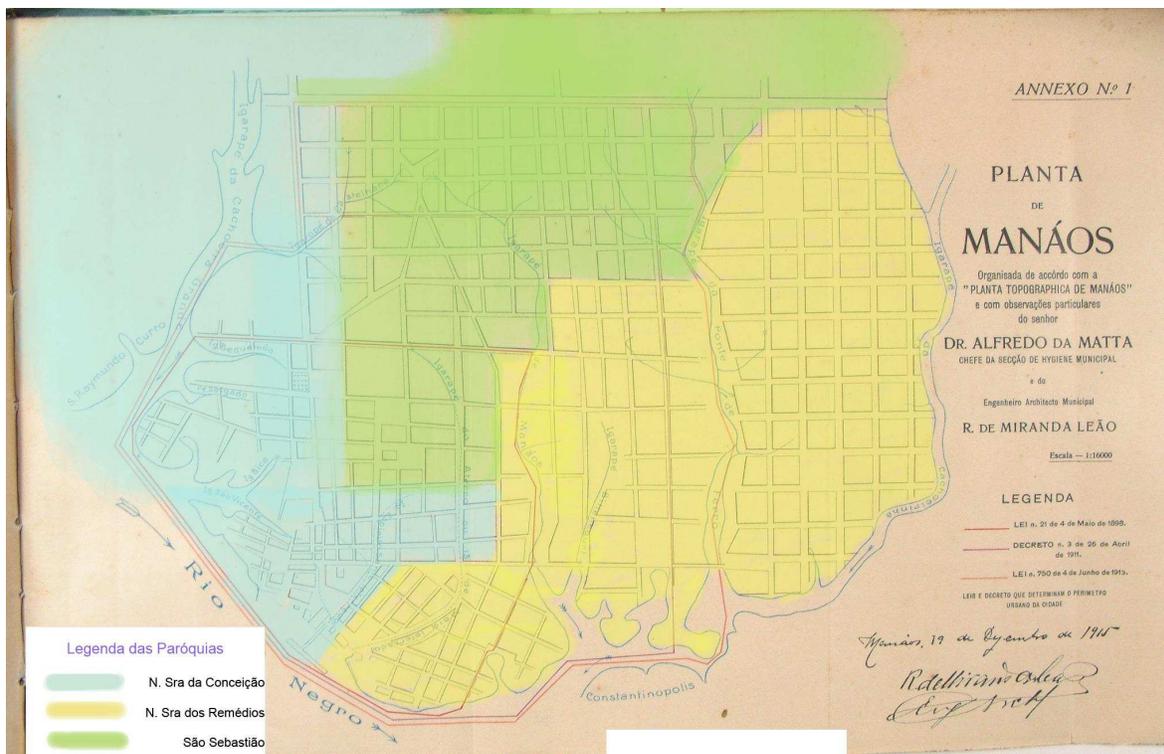
4. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1941	Diocesanos	1. São Francisco das Chagas 2. Paraná da Eva 3. Terra Nova 4. Tabocal
5. São Raimundo	1941	Espiritanos	1. Janauacá 2. Manaquiri
6. Santa Rita de Cássia	1941	Agostinianos	1. Santo Antônio 2. Careiro 3. Cambixe
7. Nossa Senhora Aparecida	1943	Redentoristas	1. Manacapuru 2. Coari 3. Codajás
8. São José	1949	Salesianos	1. Santa Terezinha
9. Nossa Senhora de Nazaré	1949	PIME	1. São José de Campos Sales 2. São Francis de Assis

Esse quadro foi produzido, para esta dissertação, com base nas informações encontradas nas pesquisas sobre a Diocese de Manaus.

Diocese de Manaus e Prelazias



Paróquias de Manaus (1892-1926)



Fontes e Bibliografia

Documentos Eclesiásticos

AGUIAR, Dom José Lourenço da. *Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas*. 1894.

Carta Circular de Dom Frederico da Costa aos seus vigários. 29 de setembro de 1912.

COSTA, Dom Antônio de Macedo. *Carta do Excelentíssimo Bispo do Pará ao Excelentíssimo Senador Ambrósio Leitão da Cunha*. 31 de julho de 1873. (fac-similado) Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2000.

COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral*: em homenagem ao jubileu de Sua Santidade o Papa Pio X. Lisboa, 1908.

COSTA, Dom Frederico. *Carta Pastoral de Dom Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos (1909)*. Ed. Fac-similada, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, Imprensa Oficial, 1994.

Decreto Episcopal de Criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.

Documento com relação de temas (sobre civilizações). Congregação Vicentina, 1895.

Documento constando 29 Paróquias. 1914.

Documento de Dom Frederico da Costa. 5 de agosto de 1913.

Documento de Dom Frederico da Costa. (venda de terrenos). 1908.

Documento de Dom Jeronymo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia. 27 de novembro de 1893.

Documento de Dom Joaquim Vieira, Bispo de Fortaleza. 18 de junho de 1894.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 9 de julho de 1894.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 25 de janeiro de 1896.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 9 de setembro de 1896.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 15 de setembro 1896.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 31 de agosto de 1897.

Documento de Dom Lourenço da Costa Aguiar. 21 de abril de 1900.

Documento de Dom Santino Coutinho, Arcebispo do Pará. 19 de março de 1914.

Documento de Solicitação da Criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.

Documento do Cônego Hyppolito Costa, administrador do Bispado em exercício. 23 de abril de 1898.

Documento do Cônego Hyppolito Costa, administrador do Bispado em exercício. 18 de agosto de 1898.

JOFFILY, Dom Irineu. *Carta Pastoral de Saudação aos Diocesanos*. Apud: Suplemento de A Reação. Março de 1946.

Livro Tombo. 1912- 1919.

LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa*: Bispo do Pará. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

Polyanthéa Mariana. *Homenagem a Imaculada Conceição*. Promovida pelo Cura da Sé Cônego João Dias Bento da Cunha. 8 de Dezembro de 1916. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Pública.

Portaria de Dom Lourenço Aguiar. 20 de setembro de 1896.

RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. 1952.

SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de. *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*. 1873. Manaus: Associação Comercial do Amazonas; Fundo Editorial, 1988.

Guias Eclesiásticos

Catálogo da Arquidiocese de Manaus. 2005/2006.

CERES - *Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1957. Anuário Católico do Brasil, 1997.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Pontifício Conselho “Justiça e Paz”. São Paulo: Paulinas. 2005.

Jornais

SOARES, Elisângela S. Maciel. *Manaus: uma Diocese Romanizada*. Jornal do Comércio: Edição Comemorativa. 24 de outubro de 2006. p.56.

Suplemento de A Reação. *Visão Histórica da Diocese de Manaus nas Festas Jubilares de 1946*. Manaus, Março de 1946.

Obras Digitalizadas

Folhetos Raros Biblioteca Pública. *Manaus*: SEC, 2002. Série Amazoniana (livros digitais).

Geografia e Topografia Médica de Manaus. In: Folhetos Raros Biblioteca Pública. Manaus: SEC, 2002. Série Amazoniana (livros digitais)

Atas de Associações Católicas

Conferência de São Vicente de Paulo: Ata de 1923.

Irmandade do Santíssimo Sacramento: Ata de 1º de janeiro de 1912; Ata de 7 de janeiro de 1912; Ata de 14 de janeiro de 1912; Ata de 10 de março de 1912; Ata de 11 de agosto de 1912; Ata de 24 de novembro de 1912; Ata de 9 de março de 1913; Ata de 14 de dezembro de 1913; Ata de 1º de janeiro de 1914; Ata de 16 de abril de 1914; Ata de 21 de junho de 1914; Ata de 1º de janeiro de 1915; Ata de 1º de janeiro de 1916; Ata de 12 de março de 1916; Ata de 18 de junho de 1916; Ata de 24 de agosto de 1916; Ata de 13 de novembro de 1916; Ata de 1º de janeiro de 1917; Ata de 2 de setembro de 1917;

Pia União das Filhas de Maria: Livro de Inscrição das Filhas de Maria. 1913-1919.

Documentos Papais

Pio IX

Ineffabilis Deus. 1854. Documentos da Igreja. Paulos, 1999.
Nullis Arte Verbis. 1860. Documentos da Igreja. Paulos, 1999.
Qui Pluribus. 1848. Documentos da igreja. Paulos, 1999.
Quanta Cura. 1864. Documentos da Igreja. Paulos, 1999.
Quanto Conficiamur Moerore. 1863. Documentos da Igreja. Paulos, 1999.
Syllabus. 1864. Documentos da Igreja. 1999.
Ubi Primum Nullis. 1849. Documentos da Igreja. Paulos, 1999.

Leão XIII

Arcanum Divinae Sapientiae. 1880. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Diuturnum Illud. 1881. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Humanum Genus. 1884. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Immortale Dei. 1885. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Libertas. 1888. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Rerum Novarum. 1891. Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
Annum Sacrum. 1899. In: Documentos da Igreja. Paulos, 2005.
 A Voz do Papa. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 2002.

Pio X

Ad Diem Illum. 1904. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Fin Dalla Prima. 1903. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Lamentabili. 1907. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Pascendi Domini Gregis. 1907. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Vehementer Nos. 1906. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
 Decreto Apostólico de Pio X. 1 de julho de 1913.

Bento XV

Allorché Fummo Chiamati. 1915. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Annus Iam Plenus Est. 1920. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Dès le Début. 1917. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Humani Generis redemptionem. 1917. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Maximum Illud. 1919. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.
Pacem Dei Munus. 1920. Documentos da Igreja. Paulos, 2002.

Pio XI

Ad Catholici Sacerdotii. 1935. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.
Caritate Christi. 1932. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.
Divini Illus Magistri. 1829. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.
Casti Cannubii. 1930. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.
Divini Redemptoris. 1937. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.
Mortalium Animos. 1928. Documentos da Igreja. Paulos, 2004.

Bibliografia

ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulos, 1995.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*: Paraíso. Tradução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

ANDRADE, Moacir. *Manaus*: ruas, fachadas e varandas. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Revolução Inglesa*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia 1551-2001*. Petrópolis: Vozes, 2001. vol. 1 período colonial.

AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia 1551-2001*. Petrópolis: Vozes, 2001. vol. 2 período imperial e republicano.

BENIMELI, J. A. F.; CAPRILE, G. & ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulus, 2003.

BEOZZO, José Oscar (coord.). História Geral da Igreja na América Latina – Tomo II/2, *História da Igreja no Brasil* Segunda Época – Século XIX. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1992.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: JZE. 2001.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2000.

BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* São Paulo: JZE. 2005.

BURKE, Peter. *O Mundo Como Teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel. 1992.

BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras. 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das letras. 2007.

CECHINATO, Luiz. *Os 20 Séculos de Caminhada da Igreja: principais acontecimentos da Crisandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II*. Petrópolis: Vozes. 1996.
Constituição Política do Império do Brasil. 1924.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As Mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

DEZINGER, Henrici e HÜNERMANN, Petrus. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2007.

DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores: *História dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURANT, Will e DURANT, Ariel. *A Era de Voltaire*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

FARIAS, Élson. *Cem anos de fé na floresta: O centenário da Arquidiocese de Manaus*. Manaus, 1993.

FILHO, João Dornas. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Companhia editora Nacional. Série 5ª - Brasileira – vol. 125. Biblioteca Pedagógica Brasileira.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas: de Pedro a João Paulo II*. Petrópolis: Vozes 1991.

FIROLAMO, Giovanni. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

FLORES, Juan Javier. *Introdução à Teologia Litúrgica*. São Paulo: Paulinas, 2006.

FRAGOSO, HUGO. A Igreja Instituição. In: BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*: Petrópolis: Vozes, 1992.

GUERREAU, Alain. *El Futuro de un Pasado: la Edad Media en el siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2002.

GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria Metodologia*. Campos, Rio de Janeiro, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. O Cristianismo Amazônico. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOORNAERT, Eduardo (org.). História Geral da Igreja na América Latina. Tomo II/1 *História da Igreja no Brasil: primeira época*. Petrópolis: Vozes. 1992.

HUGO, Vitor. *Desbravadores: a história eclesiástica no panorama social, político e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia*. Amazonas: Edição Salesiana de Humaitá. I Volume, 1959.

J. B. *A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios: uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós. 1927.

JOHNSON, Paul. O Livro de Ouro dos Papas. : a vida e a obra dos principais Líderes da Igreja. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

KÜNG, Hans. *Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp. 2003.

LE GOFF, Jacques. Na terra como no céu. In: Le Goff, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse e SOT, Véronique. *Dicionário Cultural do Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 1999.

LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Mons. Maurílio César. *Breve História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da Inquisição*. Porto Alegre: Mercado Livre. 1993.

LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na Época Imperial*. Edição comemorativa em seu 45°. Manaus, 1989.

MANOEL, Ivan Ap. e FREITAS, Naionora M. B. *História das Religiões: desafios. Problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. São Paulo: Paulinas, 2006. Simpósio Nacional de Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR (2004).

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA, Cecília (organizadores). *Amazônia desafios e perspectivas para a Missão*. São Paulo: Paulinas, 2005.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela História da Igreja*. Belo Horizonte: O Lutador, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2002. – (Coleção Igreja na história). Tomo 2, período imperial e transição republicana.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2002 –(Coleção Igreja na história). Tomo 3, período republicano e atualidade.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*. Tomo III – A era do liberalismo. São Paulo: Loyola. 1996.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*. Tomo IV – o mundo contemporâneo. São Paulo: Loyola. 1996.

MATA, Raimundo Possidônio C. A Igreja Católica na Amazônia da Atualidade. In: HOORNAERT, Eduardo. (org.) *História da Igreja na Amazônia*. Vozes/Petrópolis, Rio de Janeiro, 1990.

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA, Cecília (organizadores). *Amazônia, desafios e Perspectivas para a Missão*. São Paulo: Paulinas, 2005.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: Cejup, 1995.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma Outra “Invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup. 1999.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Conflitos e Jurisdição na Constituição das Juntas das Missões no Atlântico Português (séculos XVII e XVIII)*. Comunicação feita no Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005.

MELLONI, Alberto. *Como se elege um Papa: a história do conclave*. São Paulo: Paulinas, 2002.

MENOZZI, Danielle. *A Igreja Católica e a Secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus* (sua longa história). Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Ltda editores. 1958.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. Manaus: Gráfica e Editora da Amazônia, 1999.

NEVES, Fernando Athur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. vol. 1. Manaus: EDUA, 1998.

OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973)*: flagrantes históricos. 1973.

PAIVA, José Pedro. Definir uma elite de poder: bispos em Portugal (1495-1777). In: MONTEIRO, Nunes; CARDIM, Pedro & SOARES, Mafalda (orgs.). *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Imp. De Ciências Sociais, 2005.

PELIKAN, Jaroslav. *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus 1889-1925*.

PINHEIRO, Pe Nonato. *Dom João da Mata. Manaus*: Academia Amazonense de Letras, Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer, 2007.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil*: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. 1942.

REIS, Artur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: EDUA; Governo do Estado do Amazonas. 1997.

REMOND, René (org.). *As Grandes Descobertas do Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, Sílvia Aranha de Oliveira. *Vida e Morte no Amazonas*. São Paulo: Loyola, 1991.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural. 1999. Coleção Os Pensadores.

SCHMITT, Jean-Claude. *Le Corps, Les Rites, Les Rêves, Le Temps*: essais d'anthropologie médiévale.

SANTOS, João. A Romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Vozes/Petrópolis, Rio de Janeiro, 1992.

SANTOS, João. *Monsenhor Frederico Costa*: 1º prelado de Santarém. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 1978.

SGARBOSSA, Mário. *Os Santos e Beatos*: da Igreja do Ocidente e do Oriente. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, Francisco Gomes da. *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara (1759-1999)*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1999.

SOARES, Elisângela S. Maciel. *A Diocese de Manaus Vivenciando a Romanização 1890-1950*. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Amazonas, 2004.

SOARES, Elisângela S. Maciel. *Manaus: uma Diocese Romanizada*. Comunicação feita no Seminário História das Cidades: encontros e desencontros cotidianos. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. São Paulo: Paulinas. 2005.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: objetiva. 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O Processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2007.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na Visão dos Cronistas Ibéricos (séculos XVI e XVII)*. Tese apresentada na Universidade de São Paulo. 2004.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.